

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH**

**Mayana Silva Vinti**

**À Mata do Planalto que se destine um único fim, ser, ETERNAMENTE,  
a Mata do Planalto: formas de produção da localidade em torno de  
uma área verde na cidade de Belo Horizonte-MG**

**Belo Horizonte-MG**

**2016**

**Mayana Silva Vinti**

**À Mata do Planalto que se destine um único fim, ser, ETERNAMENTE,  
a Mata do Planalto: formas de produção da localidade em torno de  
uma área verde na cidade de Belo Horizonte-MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andréa Luisa Zhouri Laschefski.

**Belo Horizonte-MG**

**2016**

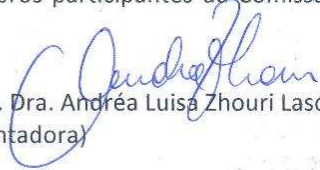
306 Vinti, Mayana Silva  
V789m “À Mata do Planalto que se destine um único fim, ser,  
2016 eternamente, a Mata do Planalto” [manuscrito] : formas de  
produção da localidade em torno de uma área verde na  
cidade de Belo Horizonte - MG / Mayana Silva Vinti. -  
2016.  
216 f. : il.  
Orientadora: Andréa Luisa Zhouri Laschefski.  
  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas  
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Inclui bibliografia.  
  
1. Antropologia – Teses. 2. Meio ambiente – Teses. 3.  
Reservas florestais – Teses. 4. Movimentos sociais – Teses  
I. Zhouri, Andréa. II. Universidade Federal de Minas  
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.  
Título.

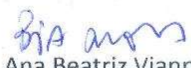
Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - CRB-6/1390

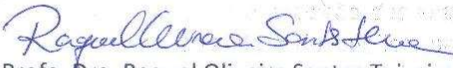


**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ANTROPOLOGIA DE  
MAYANA SILVA VINTI (Nº DE MATRÍCULA: 2014650769)**

Aos 12 (doze) dias do mês de abril de 2016 (dois mil e dezesseis), reuniu-se na Sala F-3056 - 3º andar do prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora, para julgar, em exame final, a Dissertação intitulada "***À Mata do Planalto que se destine um único fim, ser, ETERNAMENTE, a Mata do Planalto: formas de produção da localidade em torno de uma área verde na cidade de Belo Horizonte***", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Antropologia, Área de Concentração: Antropologia Social - Linha de Pesquisa: Território, Poder e Ambiente. A Comissão Examinadora foi composta pelas professoras doutoras: **Andréa Luisa Zhouri Laschefski – orientadora – (PPGAN-FAFICH/UFMG); Ana Beatriz Vianna Mendes – (PPGAN-FAFICH/UFMG) e Raquel Oliveira Santos Teixeira (DSO-FAFICH/UFMG)**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à mestranda Mayana Silva Vinti, para apresentação de sua Dissertação. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição das examinadoras, a Comissão se reuniu, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Dissertação por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

  
Profa. Dra. Andréa Luisa Zhouri Laschefski  
(Orientadora)

  
Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes

  
Profa. Dra. Raquel Oliveira Santos Teixeira

Av. Antônio Carlos, 6.627 – Pampulha – CEP:31270-901 – Belo Horizonte/MG

e-mail: [antropos@fafich.ufmg.br](mailto:antropos@fafich.ufmg.br)

Telefone: (31) 3409-5029

Aos defensores da Mata do Planalto,  
habitantes de toda a cidade.

Em memória de Iris Diniz Leroy Matoso.

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são muitos e não se restringem aos últimos dois anos. O mestrado em Antropologia é para mim parte de uma escolha de como estar no mundo. Há muito a agradecer, não apenas por tê-lo terminado, mas por ter chegado até ele.

À Professora Doutora Andréa Luisa Zhouri Laschefski. por me dar a chance de ser sua orientanda. Por acreditar na minha vontade de me desenformar, pelas aulas e discussões que me guiaram nesta escolha e por respeitar a velocidade do meu passo. Pelo exemplo, pela garra, pela confiança e o incentivo.

Aos colegas e professores do mestrado, pelos debates e críticas que contribuíram para o meu processo, ainda corrente, de desenformação.

À Ana Lúcia, pela prontidão no auxílio na secretaria do Programa de Pós-graduação em Antropologia.

À Márcia, pelos sucos de abacaxi, maçã e gengibre que me ajudaram nas horas a fio de aula e estudos na FAFICH.

Aos jardineiros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo gramado sob as árvores de frente à Letras, no qual passei horas agradáveis de leituras para as disciplinas e para a dissertação, e pelo ipê branco diante da portaria do segundo andar da FAFICH.

Aos professores, funcionários, estudantes e frequentadores da FAFICH, pelo ambiente de estímulo.

Iacy, por compartilharmos. As novidades, incertezas e inseguranças do caminho, novo para nós, e tudo mais que se compartilha quando se encontra uma alma amiga.

Stephanie, pela proximidade e pelas conversas que deixaram mais leves as dificuldades dos temas que encontrei sem procurar, na cidade.

Daniel, pelas presenças, pelas gentilezas. Pelos dias em que fiz do seu apartamento meu laboratório de escrita fluida. Pelos momentos de música, trilhas e cachoeiras, meus descansos favoritos.

Junio, Patrícia, Luciana, Keila, Maíra, Lorenza, Charles, Regina, Felipe e tantos amigos, pelas ligações, mensagens, convites, saudades, carinhos que me encheram de alegria nos dias de trabalho árduo. E de novo ao Felipe, pela leitura atenta dos primeiros capítulos escritos.

Sr. Antônio, pelas longas e agradáveis conversas, por confiar a mim suas memórias, opiniões e os arquivos da Associação Comunitária do bairro Planalto e Adjacências. Gilson e Iury, pela disponibilidade para as conversas esclarecedoras. Magali, Eugênia, Margareth, pelos sorrisos, pela acolhida, por me aceitarem como companhia, observadora e assídua, pelas discussões, pelo carinho. E ainda à Magali, pelos convites para reuniões e manifestações, pedidos de ajuda, incumbências que tantas vezes reacenderam a paixão pela pesquisa de campo, pelo mestrado, pela escrita da dissertação, pela cidade. Aos cinco e a todos os militantes da Mata do Planalto, pela confiança.

Às ocupações da Isidora, ao Parque Jardim América, ao Fica Ficus, à Rede Verde, à Mata do Planalto, a essa malha de relações sociais que me trouxe a oportunidade e a necessidade de transformar meus modos de participar nos contextos de discussão e definição das políticas ambientais da cidade.

Ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), por proporcionar ambiente fértil para a análise dos conflitos ambientais dentro da UFMG e fora dela.

Ao Jorge, pela amizade que não teme o desacordo, pelos diálogos sempre interrompidos pelo tempo, essenciais para as análises nesta dissertação.

Aos meus pais pelo incentivo e paciência nos dias mais difíceis como mestranda. Mãe, Lourdes, pelo exercício de me compreender sempre, pelo respeito ao meu caminho. Márcio, meu pai, pela ajuda com as pequenas coisas do dia a dia, que me deixou mais tempo para o estudo. Por me ensinar a ter segurança nas minhas escolhas, pelo suporte que me permitiu escolher o mestrado, a Antropologia.

Aos meus irmãos, Mayra, Marlon e Matheus, por compartilharem comigo o sítio, lugar onde encontrei a solidão, a tranquilidade e a inspiração para a escrita desta dissertação. Pelos almoços e alegrias de domingo, pausas no trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A bolsa de estudo oferecida foi primordial para a realização desta pesquisa.





“A política, em última instância, repousa sobre um único princípio, a igualdade. Só que esse princípio só tem efeito por um desvio ou uma torção específica: o dissenso, ou seja, a ruptura nas formas sensíveis da comunidade. Ele tem efeito ao interromper uma lógica da dominação suposta natural, vivida como natural. Esse efeito é a instituição de uma divisão ou de uma distorção inicial. Essa distorção é que é testemunhada pelas palavras aparentemente muito simples: *demos e democracia*”.

(RANCIÈRE, 2006, p. 370).

## RESUMO

Este estudo dedica a atenção ao conflito acerca da preservação da Mata do Planalto em Belo Horizonte. Área de Mata Atlântica, embebida de sentidos para os que vivem nos seus arredores, está ameaçada há mais de oito anos pela construção de dois condomínios de edifícios das construtoras Rossi, Direcional e Petiolare. A análise é feita a partir das trajetórias do movimento Salve a Mata do Planalto, da resistência à expansão imobiliária e à cidade orientada para o mercado, que dá margem a este e outros conflitos ambientais, hoje em diálogo. No comprometimento político com sua perspectiva cultural, o Salve a Mata também lida com órgãos da administração pública municipal e as construtoras, que contestam suas formas de sociabilidade. É na relação com estes e outros grupos que os sentidos atribuídos ao território da Mata do Planalto são afirmados.

Palavras-chave: Mata do Planalto. Resistência. Conflito. Áreas Verdes. Movimentos Sociais.

## **ABSTRACT**

This dissertation looks into the conflict associated with the preservation of Mata do Planalto (Planalto Forest), in Belo Horizonte. A very meaningful place for the surrounding population, this Atlantic Rainforest area has been threatened for over eight years by the construction of two residential building condominiums, planned by the construction companies Rossi, Direcional and Petiolare. The analysis is made based on the paths followed by the social movement Salve a Mata do Planalto (Save Planalto Forest), on the resistance to building activities expansion and the marketing oriented city, which gives rise to this and other environmental conflicts discussed in the present. Due to the political engagement with its cultural perspective, the Salve a Mata movement also interacts with municipal government agencies and with the construction companies, which question its forms of sociability. It is through the relation with these and other groups that the meanings attributed to the territory of the forest are asserted.

Keywords: Planalto Forest. Resistance. Conflict. Green Areas. Social Movement.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMP Associação Comunitária dos Amigos e Moradores do Planalto  
ACELN Associação Cultural Parque Lagoa do Nado  
ACPAD Associação Comunitária do Bairro Planalto e Adjacências  
ADE Área de Diretrizes Especiais  
APCBH Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte  
APP Área de Proteção Ambiental  
ASG Auxiliar de Serviços Gerais  
BH-TEC Parque Tecnológico de Belo Horizonte  
BNH Banco Nacional de Habitação  
CEAT Central de Apoio Técnico ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
CEPAC Certificados de Potencial Adicional de Construção  
COHAB Conjunto Habitacional  
COMAM Conselho Municipal de Meio Ambiente  
COMAV Comissão Municipal de Áreas Verdes  
COMPUR Conselho Municipal de Política Urbana  
COPAM Conselho Estadual de Política Ambiental  
COPASA Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
CPT Comissão Pastoral da Terra  
CRAS Centro de Referencial em Assistência Social  
CREA Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura  
EIA Estudo de Impacto Ambiental  
ELUP Espaço Livre de Uso Público  
FAJE Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia  
FEAM Fundação Estadual de Meio Ambiente  
FIEMG Federação das Indústrias de Minas Gerais  
FPM Fundação de Parques Municipais  
GESTA Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais  
IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IGAM Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LP Licença Prévia  
LTDA. Limitada

MAMBH Movimento das Associações de Bairro de Belo Horizonte  
MBR Minerações Brasileiras Reunidas  
MG Minas Gerais  
MLB Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas  
MOVE Sistema de Transporte Rápido por Ônibus  
MP Ministério Público  
MPE Ministério Público Estadual  
NUQ Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais  
OAB Ordem dos Advogados do Brasil  
ONG Organização Não Governamental  
OU Operação Urbana  
OUC Operação Urbana Consorciada  
OUC ACLO Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos, Lagoinha  
OUC BHO Operação Urbana Consorciada Belo Horizonte  
PBH Prefeitura de Belo Horizonte  
PL Projeto de Lei  
PLAMBEL Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte  
PPP Parceria Público Privada  
PPS Partido Popular Socialista  
PRTB Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira  
PT Partido dos Trabalhadores  
PTN Partido Trabalhista Nacional  
PUC Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais  
PV Partido Verde  
RBJA Rede Brasileira de Justiça Ambiental  
RIMA Relatório de Impacto Ambiental  
RMBH Região Metropolitana de Belo Horizonte  
S.A. Sociedade Anônima  
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SMC Secretaria Municipal de Cultura  
SMMASecretaria Municipal de Meio Ambiente  
SPE Sociedade de Propósito Específico  
SUDECAP Superintendência de Desenvolvimento da Capital

TAC Termo de Ajustamento de conduta

TDC Transferência do Direito de Construir

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

UTDC Unidade de Transferência do Direito de Construir

ZAP Zona de Adensamento Preferencial

ZN Zona norte

ZPAM Zona de Proteção Ambiental

ZP Zona de Proteção

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Perspectiva ilustrativa de um bloco do empreendimento Rossi Planalto.....	21
Figura 2 - Matéria de jornal sobre a mudança em loteamento no bairro Planalto.....	55
Figura 3 - Comparação feita pela Direcional do que disseram ser as possibilidades legítimas de acordo com a lei de uso e ocupação do solo do município, para a construção de edifícios na Mata.....	166
Figura 4 - Tabela indicativa dos impactos ambientais do empreendimento Rossi Planalto.....	172
Figura 5 - Logomarca do Movimento pela Preservação da Mata Atlântica.....	207

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Entrada do Parque Planalto pelo caminho que acompanha o muro da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos.....	29
Fotografia 2 - Morador do bairro levando o caixão, que simboliza a morte das áreas verdes de Belo Horizonte, para a audiência pública na Câmara dos Vereadores.....	30
Fotografia 3 - Rua João Sales Pires. À esquerda da Mata do Planalto.....	43
Fotografia 4 - Vista para a Mata a partir da rua Bacuraus.....	44
Fotografia 5 - Saída do córrego Bacuraus no bairro Campo Alegre.....	45
Fotografia 6 - Vista da Mata a partir do fim da rua Iracema Souza Pinto, bairro Planalto.....	46
Fotografia 7 - Vista da Mata a partir do fim da rua Iracema Souza Pinto, bairro Planalto.....	46
Fotografia 8 - Vista do Parque Vila Clóris.....	48
Fotografia 9 - Rua dos Bacuraus. Ao fundo, casas do bairro Vila Clóris.....	50
Fotografia 10 - Rua dos Bacuraus, Praça no bairro Campo Alegre e casas ao fundo...	50
Fotografia 11 - Prédios da Rossi no bairro Heliópolis.....	66
Fotografia 12 - Faixas expostas durante o OCUPADirecional, manifestação dos moradores das ocupações da Isidora em frente à sede da Direcional em Belo Horizonte.....	76
Fotografia 13 - Passeata em defesa da Mata do Planalto.....	96
Fotografia 14 - Apresentação teatral após a passeata em defesa da Mata do Planalto..	96
Fotografia 15 - Área hoje ocupada pelo parque antes da recuperação.....	98
Fotografia 16 - Inauguração do Parque Planalto.....	100
Fotografia 17 - Plantio de árvores no passeio do parque Planalto.....	101
Fotografia 18 - Parque Planalto recém-inaugurado.....	106
Fotografia 19 - OCUPADirecional: Magali reafirmando seu apoio às ocupações da Isidora.....	131
Fotografia 20 - Passeata da Catedral Cristo Rei à Mata do Planalto.....	132
Fotografia 21 - Vereadores na fila do microfone durante o pinga-fogo no início da reunião plenária do dia 1º/04/2015 em que se aguardava a entrada em pauta do PL 121/2013 sobre a Mata do Planalto.....	147



Fotografia 22 - Portão aberto visto de dentro da propriedade da família do Sr. Marcial do Lago.....	152
Fotografia 23 - Condomínio Granja Verde.....	153
Fotografia 24 - Lagoa de taboa e parte da Mata do Planalto.....	153
Fotografia 25 - Fachada da casa onde funcionou o escritório da Construtora Bandeirantes, do Sr. Marcial do Lago e família.....	154
Fotografia 26 - Reunião com a Direcional.....	155
Fotografia 1 - Sinais de corte de árvore no interior da Mata do Planalto.....	161
Fotografia 28 - Imagem feita para a homenagem à Magali, projetada nos telões da Câmara dos Vereadores.....	194
Fotografia 29 - Na mesa da plenária, na Câmara Vereadores, Magali segurando o título de cidadã honorária de Belo Horizonte.....	195

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Entorno da Mata do Planalto.....	23
Mapa 2 - Mapa indicativo dos bairros e parques municipais no entorno da Mata do Planalto.....	40
Mapa 3 - Hidrografia de Belo Horizonte.....	42
Mapa 4 - Vetores da RMBH.....	64
Mapa 5 - Mata do Planalto vista de cima.....	158
Mapa 6 - Representação do uso do solo e da cobertura vegetal em 2008.....	160
Mapa 7 - Apresentado pela Direcional durante as reuniões com os moradores da região do Planalto.....	165
Mapa 8 - Compilação da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte (Lei 7166/98).....	185
Mapa 9 - Atual zoneamento da área.....	186

## **LISTA DE QUADRO**

Quadro 1 - Principais acontecimentos da luta pela preservação da Mata do Planalto.. 25

## SUMÁRIO<sup>1</sup>

INTRODUÇÃO.....	20
1 “A GENTE FALA DA MATA DO PLANALTO, QUE É O NOSSO LUGAR, MAS O PROBLEMA ESTÁ EM TODO LUGAR”: A CIDADE E A DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	37
1.1 “Uma ilha no deserto”.....	40
1.2 Os bairros do entorno da Mata.....	47
<b>1.2.1 Planalto: “a nova Savassi de Belo Horizonte”.....</b>	<b>54</b>
1.3 A cidade.....	57
<b>1.3.1 Belo Horizonte: cidade-empresa.....</b>	<b>59</b>
<b>1.3.2 O vetor norte da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).....</b>	<b>62</b>
<b>1.3.3 Um giro pela regional norte de Belo Horizonte.....</b>	<b>65</b>
<b>1.3.4 Padronização e apropriação da diferença: formas de governar<sup>2</sup>.....</b>	<b>67</b>
1.4 Expressões do dissenso na região norte de Belo Horizonte.....	71
<b>1.4.1 Operação Urbana Isidoro.....</b>	<b>73</b>
<b>1.4.2 Operação Urbana Consorciada Pedro I.....</b>	<b>78</b>
2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA: A MILITÂNCIA PELAS ÁREAS VERDES DA CIDADE.....	85
2.1 Das fazendas ao engajamento político na cidade: Sr. Antônio e Eugênia.....	86
2.2 O despertar da consciência na produção do Parque Planalto: Gilson.....	91
2.3 Antes, o Parque Planalto!.....	93
<b>2.3.1 Lagoa do Nado.....</b>	<b>112</b>
<b>2.3.2 Parques municipais em Belo Horizonte: institucionalização e controle.....</b>	<b>116</b>
2.4 Do desejo de preservar à referência na militância socioambiental: Magali.....	118
3 SALVE A MATA DO PLANALTO.....	120

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi revisado com base nas novas regras ortográficas aprovadas pelo Acordo Ortográfico assinado entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em vigor no Brasil desde 2009. E foi formatado de acordo com a ABNT NBR 14724 de 17.04.2017.

<sup>2</sup> Agradeço a professora Raquel Oliveira Santos Teixeira por me fazer notar, durante a defesa, a apropriação mercadológica das especificidades dos lugares como instrumento para o estabelecimento da ordem administrativa.

3.1 A resistência.....	121
3.2 Os ambientalismos que sustentam a Mata do Planalto.....	134
3.3 Travessa: da vontade política à vontade dos políticos.....	143
4 “ESTAMOS FALANDO DE UM EMPREENDIMENTO E NÃO DE UMA ÁREA VERDE”.....	146
4.1 “A vida é essa! A vida do desenvolvimento é essa!”: as construtoras.....	151
4.2 O licenciamento ambiental do empreendimento Rossi/Direcional/Petiolare Planalto.....	168
4.2.1 “O COMAM nunca esteve do lado do meio ambiente”.....	173
5 E QUANDO SE FALA EM ÁREA VERDE?.....	183
5.1 O lugar da Mata do Planalto na prefeitura de Belo Horizonte.....	190
5.2 Os políticos: sujeitos políticos da Mata do Planalto?.....	192
5.2.1 Representações: falar pela Mata do Planalto ou da Mata do Planalto?.....	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS.....	208

## INTRODUÇÃO

Não sabia o que era a Mata do Planalto até aquele sábado, fim de março de 2015. Dia em que a professora Andréa Zhouri, orientadora da minha pesquisa de mestrado, ligou para mim do Parque Planalto. Andréa estava em um piquenique realizado pela comunidade do bairro como manifestação pela preservação da Mata do Planalto, a mata vizinha ao Parque. Fora convidada pelos líderes do movimento pela preservação da Mata, que há cerca de cinco anos recorreram ao apoio do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA-UFGM), sob sua coordenação. Ciente do meu interesse pelas dinâmicas de atribuição de sentidos aos parques urbanos da cidade, Andréa sugeriu que eu conhecesse o Parque Planalto e as pessoas empenhadas na preservação da Mata do Planalto. Contou-me sobre as fotos mostradas por Gilson, morador do bairro, que denotavam o empenho dos vizinhos na produção material e simbólica do Parque.

Diante da ameaça de destruição da Mata do Planalto, apresentada pelas construtoras Rossi e Direcional que se sucederam na intenção de erguer no local oito torres duplas de 16 pavimentos, Gilson e os outros moradores do entorno estavam ansiosos por falar! Por fazer crescer a luta pela preservação daquela Mata. E veio a sugestão de que eu avaliasse o meu interesse em dedicar a eles a pesquisa. A busca por mais informações sobre o caso começou naquele mesmo fim de semana.

O projeto Rossi Residencial S.A. previa a construção de 760 apartamentos, com áreas de lazer compostas por piscina, *playground* e *fitness*, espaços *gourmet*, salões de festas e 1.016 vagas de garagem. O plano de ocupação da área também propunha a criação de parque interno de uso restrito aos condôminos que, como indica o Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento ROSSI Planalto, garantiria a sua qualidade ambiental, indicada como diferencial do projeto. A área restante, cuja preservação já está regulamentada pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo 7166/96, por meio da definição como Zona de Proteção Ambiental (ZPAM) e Área de Proteção Ambiental (APP), seria doada para a criação de um parque municipal. Para as construções antes usadas como casa e escritório do antigo proprietário da área, o Sr. Marcial do Lago, está indicado no projeto o aproveitamento como infraestrutura do parque municipal. Dos 119.330,8 m<sup>2</sup> da área verde reconhecida como Mata do Planalto, 115.140,96 m<sup>2</sup> seriam substituídos pela construção do ROSSI Planalto.

Figura 2 - Perspectiva ilustrativa de um bloco do empreendimento Rossi Planalto



Fonte: *Myr Projetos Sustentáveis* (2010, p. 25),

Estava decidida a pesquisar o parque Fernando Sabino. Um parque entre os bairros Ouro Preto e Paquetá, que tinha estado sob minha responsabilidade durante o tempo em que trabalhei na Fundação de Parques Municipais (FPM), em Belo Horizonte. O interesse pela pesquisa era fruto de um incômodo: o parque - um enorme terreno vazio, com partes bastante íngremes, com árvores em partes isoladas e com ocorrências frequentes de incêndio - está entre um condomínio fechado com casas de alto padrão aquisitivo e a porção do bairro Ouro Preto ocupada por barracões distribuídos num beco e outras casas bastante simples. Nessa parte do bairro encontram-se também equipamentos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH): uma escola municipal, um posto de saúde e um centro de referência em assistência social – (CRAS). O contraste econômico, social e visual é reforçado pelo parque. Na rua do posto de saúde, de uma quina do terreno onde o alto dos muros que cercam o parque se desencontra, é possível ver, depois da grande área verde onde a entrada é proibida – e que os moradores do bairro Ouro Preto pensam ser propriedade do condomínio -, as casas de alto padrão aquisitivo,

seus jardins e piscinas. Do lado do condomínio, era como se o parque fosse o quintal das casas. Algumas tinham pequenos portões de acesso aos jardins, pomares, poço artesiano, galinheiro construídos dentro do parque pelos moradores. Permissões e proibições, diferentes para cada um dos dois grupos sociais.

Quando soube da Mata do Planalto, já havia feito algumas incursões ao campo, conversado com funcionários da prefeitura e um ou dois moradores. O caminho era difícil e pouco encorajador, já que as pessoas do condomínio não estavam muito abertas a conversas e os moradores do bairro Ouro Preto, talvez por não saberem se tratar de um parque municipal, indicavam ter facilmente se rendido ao muro de quase três metros de altura, que impedia a vista do parque e do condomínio. Muitos até disseram preferir o muro ali, o que evitava a preocupação com as crianças brincando perto do “precipício”.

Atraída pela ideia de apropriação do território – interesse que trouxe do bacharelado em Turismo –, via meus estímulos apegados à memória de alguém que buscava água em uma mina, que agora estava atrás do muro; ao relato de que um menino foi ameaçado quando pulou o muro para pegar uma pipa; às pinturas, pichações e buracos no muro; ao muro. A Mata do Planalto foi o sopro que fez da brasa novamente fogo.

Antes conhecida como Mata do Maciel, em alusão ao nome do então proprietário Marcial do Lago, a área verde no bairro Planalto é uma propriedade particular, mantida em torno do que fora sua casa. Dono da Construtora Bandeirante, o Sr. Marcial loteou a maior parte do terreno que a ele pertencia e, segundo relatos, quis que aquele resto de mata fosse preservada para sempre. Após a sua morte, seu filho decidiu, em 2010, vendê-la para a Construtora Direcional, aproveitando o momento propício de investimentos naquela porção da cidade, que integra o vetor norte da região metropolitana de belo horizonte (RMBH).



Mapa 1 - Entorno da Mata do Planalto



No centro da Mata do Planalto, porção norte da área verde onde se percebe a vegetação mais densa, veem-se as edificações que serviram de residência para a família do antigo dono, o Sr. Marcial do Lago.

Fonte: Google Maps, Acesso em: 03/04/2015.

A Mata do Planalto ganha forma e conteúdo na defesa de valores socialmente constituídos que diluem o poder de incontestabilidade da propriedade privada. O sentimento de pertencimento àquele lugar – ao bairro onde a mesmice do asfalto e do concreto é interrompida pelo amontoado verde das copas das árvores, pelos sons das aves, pela presença de pequenos animais difíceis de encontrar na cidade, por alguns graus a menos na temperatura e pelas memórias da infância e juventude, umedecidas pelas então abundantes nascentes e cursos d'água, que agora têm a Mata como refúgio – tornou-se visível e se fortaleceu diante do obstáculo ao seu potencial para reprodução. Estamos falando da produção de localidade (APPADURAI, 2004). Noção que permeia as análises elaboradas nesta dissertação, a produção de localidade diz respeito à dimensão da vida social fundada na estrutura compartilhada de sentimentos, que se expressa, inclusive materialmente, no contraste com outras localidades com as quais convive (APPADURAI, 1997; 2004).

A primeira oportunidade de estar com a Mata do Planalto veio poucos dias após a decisão de assumir seus defensores como os sujeitos da minha pesquisa. Ir ao encontro da Mata foi deparar-me não apenas com os que a defendem, mas também com o bairro, com o Parque Planalto, com a Câmara dos Vereadores, com o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), com a Rossi/Direcional/Petiolare, com o conflito.

Muita água rolou antes da primeira reunião na qual acompanhei o grupo da Mata do Planalto, no mês de março de 2015. Anos antes, em 2009, foram ouvidos no bairro Planalto burburinhos sobre a venda da área verde para a construção de edifícios, confirmada pela entrega de panfletos sobre o empreendimento na região. Alguns moradores, preocupados com as mudanças que o projeto acarretaria no bairro e no modo como viviam, se apressaram em buscar meios de reverter a situação, organizando-se em torno da associação de bairro já existente. Foi no início de 2010 que as ações se tornaram efetivas: contato com a imprensa, distribuição de panfletos informativos sobre a Mata do Planalto convidando os moradores da região a se juntarem aos atos do movimento, contato com outras associações de bairro, consulta ao processo referente ao caso na PBH, encaminhamento da demanda pela preservação da Mata a vereadores. As reivindicações pautaram-se sempre na preservação total da Mata do Planalto. No QUADRO 1 são pontuados os principais acontecimentos do movimento Salve a Mata do Planalto no decorrer desses seis anos.

Quadro 1 – Principais acontecimentos da luta pela preservação da Mata do Planalto - continua

<b>14 de março de 2010:</b> ato público organizado pela população local que reuniu aproximadamente 500 pessoas nas ruas do bairro Planalto e se concentrou na Praça da Paz.
<b>18 de março de 2010:</b> Audiência Pública convocada pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana a pedido dos moradores interessados em discutir a preservação da Mata e se informar sobre o projeto, cujo licenciamento já tramitava no COMAM.
<b>Julho de 2010:</b> o Secretário de Meio Ambiente da cidade reúne moradores do bairro Planalto, a construtora ROSSI e o dono da área, na tentativa de mediar uma negociação entre as partes. Não houve acordo.
<b>13 de julho de 2010:</b> a construtora Rossi, em cumprimento aos requerimentos legais, realizou audiência pública no auditório da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Os defensores da Mata lotaram o auditório e manifestaram repúdio ao empreendimento. Estiveram também presentes representantes do COMAM e da <i>Myr</i> Projetos Sustentáveis, empresa responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento.
<b>2 de setembro de 2010:</b> Audiência Pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte. No auditório completamente ocupado estavam, além dos vereadores e moradores, conselheiros do COMAM e um Promotor de Meio Ambiente. Foi anunciado o adiamento da votação da Licença Prévia (LP) do empreendimento no COMAM, diante do questionamento, por parte do promotor, da legitimidade do relator do processo, que se tinha recentemente se afastado do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COPAM) por incompatibilidade de interesses.
<b>25 de setembro de 2010:</b> moradores do entorno da Mata do Planalto e de algumas ocupações de Belo Horizonte caminharam pelo bairro Planalto em manifestação pela preservação da Mata. O grupo formado por centenas de pessoas fechou a avenida Pedro I por alguns minutos.
<b>2010:</b> o movimento pela preservação da Mata do Planalto solicita o apoio do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA UFMG). O GESTA elabora parecer (GESTA, 2010) em que analisa o EIA.
<b>10 de março de 2011:</b> o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) emite recomendação desfavorável à aprovação do projeto da construtora Rossi, com base na grandeza dos seus impactos ambientais.
<b>12 de março de 2011:</b> passeata e abraço simbólico em defesa à Mata do Planalto com cerca de 200 participantes.
<b>Junho de 2011:</b> o empreendimento ROSSI Planalto é colocado na pauta da reunião do COMAM do dia 08 de junho de 2011. No dia da reunião, uma das líderes recebe ligação informando sobre a retirada de pauta. Ainda assim, cerca de 100 pessoas entre moradores do bairro Planalto e estudantes se dirigem ao COMAM e são impedidos de entrar na reunião.
<b>30 de agosto de 2011:</b> seminário organizado pelos moradores do bairro para informar os interessados sobre os impactos do ROSSI Planalto sobre a Mata, o bairro e a vida dos moradores.
<b>24 de março de 2012:</b> carreata no bairro Planalto em prol da preservação da Mata do Planalto.
<b>Abril de 2012:</b> líderes do movimento da Mata do Planalto falam sobre a luta durante Oficina de Atualização do Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, realizada na UFMG.
<b>Primeiro semestre de 2012:</b> o desejo de preservação total da Mata do Planalto é expresso durante as Audiências Públicas para elaboração dos Planos Diretores Regionais. Fica acordado que a proposta seria levada adiante no projeto do novo Plano Diretor, sujeito à aprovação na Câmara dos Vereadores.
<b>Janeiro de 2013:</b> o Vereador Leonardo Matos do Partido Verde (PV) propõe o Projeto de Lei (PL) 121/2013 (BELO HORIZONTE, 2013b) que declara a utilidade pública da Mata do Planalto com o escopo da sua desapropriação e anexação ao Parque Planalto, formando um só parque.
<b>09 de abril de 2013:</b> o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) feito pelo MP à Rossi Residencial solicitando estudos complementares do empreendimento é analisado durante reunião na sede do MPMG. Da reunião participaram membros da Associação dos Moradores do bairro Planalto e Adjacências (ACPAD) e a construtora Rossi. O TAC foi rejeitado pela ACPAD que pediu o arquivamento do processo de licenciamento. Como consequência, uma nota e uma carta assinada por associações de bairro integradas pelo Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte (MAMBH) e por entidades ambientalistas foram entregues ao MPMG solicitando a anulação do TAC que favorecia a aceleração do processo de licenciamento. Na carta, os signatários exigiam que “à Mata do Planalto se destine um único fim, ser, ETERNAMENTE, a Mata do Planalto”.
<b>28 de janeiro de 2015:</b> a LP do empreendimento é concedida pelo COMAM sem que os defensores da Mata do Planalto soubessem da entrada em pauta da votação. O empreendimento aprovado constou na pauta do COMAM em nome da Petiolare Empreendimento S.A. e não como ROSSI Planalto, como tinha sido mencionado desde o início do processo. O imbróglio causado pela mudança de nome do empreendimento e da construtora responsável levou ao cancelamento da LP, sob a justificativa da falta de publicidade, detectada pelo MPMG.

Quadro 1 – Principais acontecimentos da luta pela preservação da Mata do Planalto - conclui

<b>26 de março de 2015:</b> a concessão da LP é discutida em Audiência Pública na Câmara dos Vereadores. A mesa estava composta por vereadores, representantes do movimento pela preservação da Mata do Planalto, do GESTA-UFGM, do MPMG e das secretarias de meio ambiente e planejamento urbano da PBH. A plenária estava ocupada principalmente por moradores do bairro Planalto e das ocupações da Isidora e outros defensores da Mata do Planalto.
<b>Abril de 2015:</b> presença assídua dos representantes da Mata do Planalto na Câmara dos Vereadores para exigir que fosse votado e aprovado o PL 121/2013 de autoria do Vereador Leonardo Matos.
<b>22 de abril de 2015:</b> os líderes do movimento buscam auxílio da Procuradoria da República para o caso da Mata do Planalto e são orientados a solicitar vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
<b>25 de abril de 2015:</b> os defensores da Mata do Planalto saem em carreta pelo bairro. O ato público é concluído no Parque Planalto, com um abraço simbólico à Mata e orações acompanhadas pelas palavras de um pastor da igreja evangélica do bairro.
<b>7 de maio de 2015:</b> o PL 121/2013 é vetado durante votação na Câmara dos Vereadores.
<b>23 de maio de 2015:</b> artistas e outros moradores do bairro Planalto e região se reúnem em passeata pelas ruas do bairro, ao som de tambores e cantigas populares. A passeata terminou na avenida Cristiano Guimarães em frente ao <i>Street Shopping</i> , onde aconteceram <i>shows</i> , roda de capoeira e apresentação teatral.
<b>9 de junho de 2015:</b> Magali é homenageada da Câmara dos Vereadores, recebendo o título de cidadã honorária da cidade de Belo Horizonte.
<b>12 e 24 de junho de 2015:</b> convidados pela construtora Direcional, que se declara sucessora da Rossi Residencial nos assuntos desse empreendimento, moradores e comerciantes do bairro Planalto participam de reuniões nas quais a empresa tem a intenção de apresentar o projeto do empreendimento e seus benefícios para a região.
<b>8 de junho de 2015:</b> os defensores da Mata do Planalto realizam passeata pelas ruas do bairro levando sombrinhas abertas que simbolizam as árvores da Mata. Durante o trajeto, informações sobre a luta pela preservação da área e outras lutas associadas foram passadas com o auxílio de um carro de som.
<b>Setembro de 2015:</b> os líderes do movimento se reúnem com o padre responsável pelo Vicariato Episcopal da cidade. Outras reuniões se seguem para a organização de ações em conjunto entre o Vicariato e os grupos envolvidos na defesa do meio ambiente.
<b>3 de outubro de 2015:</b> como resultado das reuniões no Vicariato, representantes e membros da igreja católica e do defensores das áreas verdes da cidade se reúnem no local onde está sendo construída a Catedral Cristo Rei, próximo da avenida Cristiano Machado, e saem em passeata com o apoio de um caminhão de som até o Colégio Santa Maria, vizinho ao Parque Planalto.
<b>Novembro de 2015:</b> em atendimento à solicitação do MPMG, o cancelamento da LP do empreendimento é referendado pelo COMAM.
<b>Dezembro de 2015:</b> os líderes do movimento são avisados pelo MPMG sobre o parecer do IBAMA favorável ao empreendimento.
<b>22 de dezembro de 2015:</b> a votação da LP do empreendimento entra novamente na pauta do COMAM. A votação é adiada pelo pedido de vistas do Conselheiro Ronaldo Vasconcellos, representante das entidades ambientalistas.
<b>Fevereiro de 2016:</b> uma das líderes do movimento recebe da representante do MPMG a notícia do deferimento da suspensão do processo administrativo do licenciamento requerido por meio de Ação Civil Pública desta Defensoria.

Pesquisa de campo realizada por mim entre o mês de março de 2015 e o início do mês de fevereiro de 2016.

**Fonte:** Ficha Técnica do GESTA sobre o movimento em defesa da Mata do Planalto disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=5> Acesso em: 15/02/2016

Um calor sufocante tomava conta daquela tarde de quinta-feira, dia 26 de março de 2015. É provável que a ansiedade pelo primeiro contato com aquelas pessoas, o fato de me encontrar perdida em uma parte da cidade que desconhecia e o medo de me atrasar tornassem o calor ainda mais incômodo. Cheguei com 20 minutos de antecedência ao local indicado para a partida do ônibus – Rua São José do Jacuri, no bairro Planalto - que levaria os interessados à Câmara Municipal de Belo Horizonte para a audiência com o objetivo de discutir a já

concedida Licença Prévia - LP<sup>3</sup> do COMAM à construtora Rossi/Direcional/Petiolare para a construção de um condomínio de edifícios residenciais na área conhecida como Mata do Planalto.

Antes de estacionar, fui até o fim da rua, próximo do portão da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos, para me certificar de que estava no lugar certo, já que não havia ônibus ou reunião de pessoas. Estava apreensiva. O movimento da rua era de alunos que saíam da escola. Estacionei no meio do quarteirão, em frente ao que eu havia acabado de descobrir ser o Parque Planalto. Ainda dentro do carro senti o cheiro de maconha que vinha de trás da cerca viva de sanção do campo - insegurança. Tentei aguardar no carro. Suava. Mesmo com as janelas abertas não pude suportar o calor. Entrei no Parque.

Lembrei-me de ter estado ali enquanto trabalhava na Divisão Pampulha da FPM. Próxima do portão, a guarita. Da outra vez ocupada por um guarda municipal. Nesse dia, trancada e vazia. Alguns adolescentes conversavam debaixo de uma árvore à direita da entrada do parque. Lá embaixo, no fim da escadaria à esquerda, uma quadra; à direita, a sala de apoio do funcionário. Durante alguns minutos fiquei do alto da escada observando. Lembrei-me da conversa recente com a funcionária do departamento de manutenção da FPM, que comentou sobre o Parque Planalto. Ela tinha estado lá no dia anterior à nossa conversa, cujo assunto era a má situação do Parque. Disse-me ter sido abordada por uma moradora, que questionou sobre a tomada de providências para a melhoria do local. Não sei qual foi a resposta dada à moradora, mas, entre nós, comentou sobre a dificuldade de instalar naquele parque brinquedos no novo modelo utilizado pela FPM. O argumento era de que os brinquedos eram muito caros para um lugar sem guarda municipal e com apenas um funcionário, capineiro, impotente diante da depredação praticada por alguns. Mostrou-se indignada e incompreensiva diante dos que depredavam os parques públicos, sem se lembrarem de que o que destroem também é deles.

Eu estava entre as memórias e o caminho de concreto que liga os dois lances de escada no parque, quando entrou pelo portão estreito um homem que aparentava estar na casa dos 30 anos. Olhou em volta. Saiu. Estava também procurando o ônibus para a Câmara? Caminhou

---

<sup>3</sup> Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação são as três fases do Licenciamento Ambiental, processo realizado pelos órgãos ambientais para avaliar e autorizar a execução de empreendimentos potencialmente desencadeadores de impactos ambientais considerados de grande relevância.

em direção à escola e eu o acompanhei a certa distância. Quase na esquina encontrei três senhoras encostadas no muro da escola. Perguntei se iriam também para a audiência na Câmara. Sim, elas também esperavam o ônibus e, como eu, estavam ansiosas por não terem encontrado alguém ao chegar. Era o primeiro atraso do qual se lembraram e, daquela vez, o ônibus provavelmente ficaria vazio - uma delas concluiu -, afinal, as pessoas tinham seus trabalhos e a concessão da Licença Prévia (LP) devia ter desanimado muitos. O homem que eu vi no parque juntou-se a nós no meio da conversa. Também iria à Câmara. Eram todos moradores da região.

Conversamos sobre a possível duração da audiência e sua dinâmica. Enquanto isso, uma delas dobrou a esquina para tentar ver a Mata. Voltou contando que andou um pouco, até depois da escola. Parou no lugar onde havia alguns mourões de concreto e um caminho que descia, de onde - supôs - seria possível ver a Mata. Ela não desceu. Disse que os mourões estavam quebrados e que isso também acontecia no Lagoa do Nado. A diferença, notou, é que no Lagoa do Nado eram trocados constantemente. Ela também percebia a distinção na importância dada, pela prefeitura, a cada um dos parques. Lembrei-me das muitas vezes em que o encarregado do Parque Lagoa do Nado, passando-me as atividades que tinham sido realizadas no dia, falou dos mourões quebrados que demandavam horas de trabalho, de pelo menos dois homens e do caminhão, para serem reassentados ou amarrados ao improvisado. Era ele, o encarregado, quem me ensinava a dinâmica de trabalho do parque.

Fotografia 1 - Entrada do Parque Planalto pelo caminho que acompanha o muro da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos



Fonte: da autora (30/05/2015).

No meio da conversa, alguém apontou a Magali, presidente da Associação Comunitária do bairro Planalto e Adjacências (ACPAD) e líder do movimento pela preservação da Mata do Planalto. Ela e um grupo pequeno estavam próximos da portaria do Parque organizando a partida. Juntamo-nos a eles. Além da Magali, pude reconhecer outras pessoas que apareciam nos vídeos postados na página do movimento no *facebook*. As senhoras envolveram-se nos grupos de conversa. O homem quis saber o que eu fazia ali. Contei a ele sobre a minha pesquisa para o mestrado, o que o estimulou a falar sobre seu pouco contato com o Parque Planalto e sua infância no Parque Lagoa do Nado. Este último, bem próximo da sua casa. O sol da espera nos fez procurar água. Voltamos ao parque. Foi então que vi o único funcionário do lugar trabalhando. Não havia bebedouro ali, o que o morador da região considerou um absurdo, um completo descaso da prefeitura.

Olhei para as árvores no fundo da paisagem buscando entender onde terminava o Parque. De onde estávamos a Mata me pareceu ser uma continuidade do Parque, ou o contrário – pensei alto. Ele também não sabia o limite entre os dois e nunca tinha entrado na Mata. Fiquei surpresa! Soube mais tarde que poucos moradores do bairro tiveram a oportunidade de entrar lá e que todas as árvores que eu via faziam parte do Parque. Na saída, as flores leopardo no

canteiro, ao lado do portão, foram para mim um consolo diante do desconforto visual que aquele Parque me causou.

Bebemos água na Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos, separada do Parque apenas por um muro. O grupo cresceu pouco. Logo fomos para o ônibus. As pessoas levavam faixas e um caixão, que estampava a foto do prefeito Márcio Lacerda e a frase ‘Aqui jaz uma cidade jardim’. Meses depois eu descobri – com sofrimento! – que o caixão era de madeira, e não de papelão, quando me propus a ajudar a carregá-lo durante uma manifestação.

Fotografia 2 - Morador do bairro levando o caixão, que simboliza a morte das áreas verdes de Belo Horizonte, para a audiência pública na Câmara dos Vereadores



Fonte: Bruno Von Sperling, acervo do GESTA-UFMG, 26/03/2015.

Entramos no ônibus. Éramos 25, a maioria mulheres. Senhoras. Quatro homens, entre eles o senhor Antônio, ex-presidente da ACPAD. Foi no ônibus que conheci o representante do GESTA-UFMG, Bruno, que faria o registro da reunião. Quando o ônibus saiu, Magali convidou a todos para uma oração. Desejosa de conversar, de me sentir mais à vontade no grupo, mudei de lugar algumas vezes. A conversa só fluiu um pouco quando me sentei ao lado



da mulher que recolhia as contribuições para o pagamento do aluguel do ônibus. Contou que tinha voltado a morar no bairro há pouco tempo. Desde então tinha tomado contato com o movimento, que nem sempre pôde acompanhar, por tomar conta de sua mãe, que não podia ficar sozinha. Lembrou que, com pouco mais de 15 anos, participou da “luta social popular” que culminou na preservação da área onde hoje está o Parque Lagoa do Nado. Daquela luta, ela explicou, participava um “pessoal mais novo” realizando atividades culturais. Enquanto conversávamos, alguém lá na frente cantava o Hino da Mata do Planalto, cuja letra tinha sido entregue pela Magali.

### Hino da Mata do Planalto

Adriana, Magali e Thiago

Jesus Cristo, Jesus Cristo, Salve a Mata do Planalto  
Jesus Cristo, Jesus Cristo, Salve a Mata do Planalto

Olho pro céu e vejo as aves brancas que vão voando  
Olho pra terra e vejo animais silvestres prosperando.  
Com o desmatamento a morte chega e a vida vai  
Dinheiro, riqueza e luxo promessa falsa que te atrai.  
Salve a Mata, salve a Mata salve a Mata do Planalto  
Salve a Mata, salve a Mata salve a Mata do Planalto

Toda essa multidão tem ar no peito que a Mata traz  
Sente a natureza soprando amor, alegria e paz  
Do céu caiu semente que há muito tempo desabrochou  
No coração do bairro uma Mata viva deu puro amor.

Salve a Mata, salve a Mata salve a Mata do Planalto  
Salve a Mata, salve a Mata salve a Mata do Planalto

Em cada nascente viva há um pedido de socorro irmão  
Cadê os governantes pra defender a preservação?  
O povo unido está de braços dados em comunhão  
Para que todos cantem em favor da Mata essa oração.

Jesus Cristo, Jesus Cristo, Salve a Mata do Planalto

Jesus Cristo, Jesus Cristo, Salve a Mata do Planalto

Ouvi esse hino muitas vezes depois daquele dia, uma adaptação da música Jesus Cristo, do cantor e compositor Roberto Carlos.

Foi assim o primeiro contato com a Mata do Planalto. O elemento mata, um espaço provido de determinadas características físicas que posteriormente pude perceber com meu corpo, é apenas um entre tantos elementos que se relacionam para compor a Mata do Planalto. Percebo-a, com o auxílio de Escobar (2004), como uma malha constituída por elementos de diferentes naturezas que se complementam. Para o autor, as estruturas dinâmicas resultantes da organização em malhas são propícias para o relacionamento entre nódulos que, de outro modo, se manteriam separados. Essa característica dá à malha um caráter não hierarquizado e um potencial desestratificante (ESCOBAR, 2004, p. 646). Já no primeiro contato com os defensores da Mata do Planalto notei indícios das diferentes estruturas de sentimentos reunidas sob o desejo comum de preservação daquela área. Tinha quem estivesse presente pela insistência da Magali, mesmo sem muito contato com a área; porque fazia parte da ACPAD, mesmo não sentindo prazer em caminhar no entorno da Mata; quem nunca esteve perto da Mata, mas ouviu falar e se interessou pela causa; quem participa dos movimentos sociais pelo direito à cidade; quem detém a legitimidade do conhecimento técnico para defendê-la; quem pesquisa; quem luta arduamente por sua preservação desde que soube do risco de desmatá-la. Para estes últimos, tive a impressão, a Mata do Planalto é parte que constitui o seu ser.

A luta pela preservação total da Mata do Planalto, sem qualquer tipo de intervenção física, reforça e recria estruturas de sentimentos produzidas na prática social de seus defensores. À medida que vi, ouvi e procurei entender e participar da luta pela preservação da Mata do Planalto, tentando identificar seus elementos, o *antes* - as experiências vividas pelos sujeitos desse movimento antes de se mudarem para o bairro Planalto - foi ganhando cada vez mais importância. Aprendizado do dia a dia da infância nas fazendas, na cidade do interior de Minas Gerais, nos jardins pouco convencionais cultivados em casa ou ainda nos dias de brincadeiras dentro da Mata do Planalto. Aprendizado de elementos culturais diluídos na vida cotidiana, que se absorve quase sem notar; na participação, durante os anos 1980, nas “maniFESTAÇÕES” em defesa da área hoje institucionalizada pela PBH como Parque Lagoa

do Nado; na percepção, também a partir dos anos 80, das mudanças de *status* das discussões sobre o meio ambiente cujo significado, antes associado ao conservacionismo puro, passou a ser relacionado a demandas sociais e políticas (ZHOURI, 1996). Conhecimentos resultantes da ação direta na criação do Parque Planalto, da resistência de seis anos às intervenções na Mata do Planalto propostas pela construtora Direcional/Rossi/Petiolare e defendidas pelo Estado. Aprendizado como mudanças nas formas de participar em “comunidades de prática” em transformação (LAVE, 1996).

Os meses de trabalho de campo com a Mata do Planalto direcionam-me para o uso das noções de produção de localidade (APPADURAI, 1997; 2004) e aprendizado como prática social (LAVE, 1996) como ferramentas de compreensão correlacionadas, que esclarecem concomitantemente um processo único.

Se, no decorrer desta escrita, trago relatos e análises de experiências no Parque Planalto, nas ruas do bairro Planalto e entorno - com os moradores do bairro e militantes da causa -, no interior da Mata do Planalto - com funcionários da construtora Direcional -, na Câmara dos Vereadores - com os vereadores, seus assessores, o presidente da Câmara, adolescentes de escolas públicas da cidade, moradores de ocupações, assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT), técnicos associados ao poder público municipal, representantes do MPMG e da UFMG - e outros lugares, foi graças aos convites da Magali, presidente da ACPAD. Ela e os demais integrantes do movimento - com quem converso nas linhas que seguem - aceitaram-me como pesquisadora.

Marcus (2001, p. 118) traz a ideia de investigação multissituada como aquela:

[...] desenhada ao redor de cadeias, caminhos, tramas, conjunções ou justaposições de localizações nas quais o etnógrafo estabelece alguma forma de presença, literal ou física, com uma lógica explícita de associação ou conexão entre lugares que de fato definem o argumento da etnografia<sup>4</sup>.

A relação que estabelecemos levou-me por este caminho metodológico. Seguir essas pessoas foi também seguir o conflito e me sentir, por vezes, no olho do furacão. Foi assim que assumi

---

<sup>4</sup>Tradução livre do espanhol: “*diseñada alrededor de cadenas, sendas, tramas, conjunciones o yuxtaposiciones de locaciones en las cuales el etnógrafo establece alguna forma de presencia, literal o física, con una lógica explícita de asociación o conexión entre sitios que de hecho definen el argumento de la etnografía*” (MARCUS, 2001, p. 118).

papel ativo nas discussões e, acima de tudo, aprendi. Meus antigos anseios de contribuir para uma cidade mais justa, a partir da atenção às áreas verdes urbanas, ganhou pouso, fôlego e combustível! Por diversas vezes me esforcei para marcar, sobretudo para mim mesma, os momentos em que estive como pesquisadora e os em que estive como militante. Posições contraditórias? Ao fim de nove meses de intenso trabalho de campo sinto-me um pouco mais confortável com o lugar de pesquisadora-ativista “renegociando identidades em diferentes lugares” (MARCUS, 2001, p. 123).

Nos vários contextos em que estivemos, mais do que aceitar, quiseram-me como portadora das contribuições trazidas pelo GESTA-UFMG, contribuições de aprendiz. Esta pesquisa é a minha primeira experiência na lide com conflitos ambientais. O apoio do GESTA-UFMG ao movimento chegou bem antes de mim, em 2010. Também não foi novidade para o grupo de pessoas que me recebeu serem sujeitos de uma pesquisa. Laís Jabace, ex-integrante do GESTA-UFMG, já havia dedicado a sua monografia ao movimento (JABACE, 2010). Ter sido apresentada por Andréa Zhouri, coordenadora do GESTA-UFMG, colocou-me logo em um lugar de confiança e colaboração. Não demorou muito para que eu fosse chamada a acompanhá-los nas muitas reuniões. Também contaram comigo nas manifestações. E continuam a contar! Recebi tarefas: fotografar, enviar *e-mail*, fazer contatos, trazer sugestões para o planejamento, escrever relatos das reuniões e, por fim, escrever com o GESTA-UFMG a análise do parecer do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº02015.000130/2015-01 NFLORA/MG/IBAMA, sobre a regularidade do empreendimento na Mata do Planalto<sup>5</sup>.

A leitura do embate a partir do olhar da justiça ambiental feita pelo GESTA-UFMG, e a inserção do caso no Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais criado pelo grupo de estudos contribuiu para o reconhecimento e a legitimação da luta pela Mata do Planalto. O GESTA-UFMG presta apoio técnico na análise dos impactos causados pelo empreendimento e no arrazoado dos discursos acionados pelas instituições empresariais e governamentais interessadas na construção dos edifícios. O olhar antropológico sobre os conflitos ambientais

---

<sup>5</sup> O parecer do IBAMA foi elaborado em atendimento a questionamentos do MPMG sobre a caracterização da vegetação, fauna e flora e estado de conservação da Mata do Planalto. Em suas considerações sobre o documento, o GESTA-UFMG ressaltou o fato de o parecer ter sido elaborado a partir de vistoria incipiente no local e de estudos defasados, apresentados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) produzido pela Myr Projetos Sustentáveis. Além disso, “desconsiderou as alternativas tecnológicas e de localização do projeto, [...] não atentou para o cumprimento dos princípios de utilidade pública e interesse social, requisitos para a possibilidade de supressão da Mata Atlântica”, favorecendo as construtoras Rossi/Direcional/Petiolare (GESTA, 2015, s/p).

permite compreender os movimentos sociais deles decorrentes como uma entre tantas expressões do ambientalismo. O ambientalismo diz respeito “às formas como as pessoas conhecem, sentem, pensam e interagem com seu meio ambiente, no sentido de que elas podem expressar alguma preocupação ou responsabilidade para com ele” (ZHOURI, 2001, p. 16, 17). Como sugere Zhouri (2001), a atenção às diferentes perspectivas acerca das questões ambientais de diferentes grupos sociais de um mesmo contexto pode contribuir para a compreensão dos termos do conflito, vislumbrando caminhos alternativos. É nesse sentido que considero a importância desta pesquisa, da descrição e análise do conflito com atenção à perspectiva daqueles que desejam proteger integralmente a Mata, que tangencia as perspectivas das construtoras e do poder público municipal na medida em que resiste a elas.

Acredito ainda na importância da pesquisa sobre esses conflitos no cenário urbano, como forma de reconhecimento das concepções sobre o ambiente que destoam daquela considerada como natural das cidades, da natureza à mercê do controle e das exigências do mercado imobiliário e do crescimento urbano. Colocar em pauta essas “atípicas” perspectivas ambientais que surgem na cidade - como as folhagens que insistem em nascer em pequenas gretas no asfalto, no passeio ou nos muros da cidade - é aumentar suas possibilidades de reprodução e de enraizamento como novas concepções do ambiente urbano, que sustentem novas cidades, que estabeleçam novas relações com o campo.

Seguir Magali, Eugênia e Margareth onde o Salve a Mata as levasse e auxiliá-las trouxe-me inúmeras oportunidades de observação. Fez de mim pesquisadora do Salve a Mata do Planalto e, ao mesmo tempo, parte dele.

Além da observação participante, recorri a entrevistas com alguns dos líderes do movimento. Essas entrevistas foram de suma importância para a compreensão dos acontecimentos que se passaram antes do início da minha pesquisa e da história do bairro. Ao mesmo tempo, vieram à tona histórias de vida, conhecimentos produzidos com o mundo, sobre o mundo. Trajetórias diferentes, protagonismos que se ligam para formar a malha (ESCOBAR, 2004), Salve a Mata do Planalto. Recorri também a registros fotográficos, a documentos produzidos no decorrer do processo da Mata do Planalto pelos órgãos da prefeitura, pelo Ministério Público Estadual e pelo Dr. Wilson Campos, advogado da Mata e ao acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

A trajetória com o movimento, a convivência rotineira com os sujeitos da pesquisa, a forma como registrei nos cadernos de campo os acontecimentos em torno da Mata do Planalto ditaram o fluxo de escrita desta análise. Sem que me desse conta, aproximei-me metodologicamente do que Van Velsen (2010) chama de “análise situacional”. O antropólogo da Escola de Manchester ressalta que, ao evidenciar mudanças e conflitos nas normas, este tipo de análise se dedica à compressão de processos sociais de variação de normas no tempo e no interior de grupos não homogêneos (VAN VELSEN, 2010, p. 459). Explica que, nesse método, o registro das ações dos sujeitos da pesquisa “como indivíduos e como personalidades, e não somente como ocupantes de *status* específicos”, é enfatizado na pesquisa de campo. Na análise situacional, o material de campo é apresentado como parte importante da análise, e não apenas para exemplificar as abstrações do pesquisador.

Nutrida pelas notas de campo e relatos dos meus interlocutores, esta dissertação está organizada da seguinte forma: o capítulo um está dedicado a Belo Horizonte. A partir das dinâmicas de transformação da porção norte da cidade, procuro traçar os processos de formação da cidade que nos trouxeram à conjuntura da emergência de diversos conflitos ambientais que têm em comum a resistência aos interesses do mercado imobiliário expressos por meio da criação das Operações Urbanas Isidoro e Pedro I. A discussão dos casos de conflitos ambientais se assenta, no capítulo dois, no âmbito das áreas verdes urbanas, quando apresento o histórico das lutas pela criação do Parque Lagoa do Nado e do Parque Planalto e os sentidos investidos nas formas de produção dessas localidades que fizeram possível a luta pela preservação da Mata do Planalto, analisada no capítulo três. A descrição da Mata do Planalto e o histórico do movimento por sua preservação trazem os subsídios para a reinserção da discussão de algumas das lutas ambientais apresentadas no capítulo um, que se aproximam do Salve a Mata do Planalto por meio de relações que caracterizo como uma malha.

Por fim, este capítulo tem ainda o intuito de descentralizar (ZHOURI, 2015) o ambientalismo como uma categoria uniforme, para encontrar as formas de sociabilidade que caracterizam a Mata do Planalto e as formas de produção de localidade que a sustentam. No capítulo quatro são analisadas as estratégias de negação da Mata do Planalto acionadas pelas construtoras Rossi/Direcional e Petiolare, pela Câmara dos Vereadores e pelo COMAM. O capítulo cinco trata das tentativas de ressignificação da Mata do Planalto para fazê-la caber nos espaços destinados às áreas verdes urbanas na cidade de Belo Horizonte e dos riscos de dissolução do caráter político do movimento nos jogos da política na Câmara dos Vereadores.

## **1 “A GENTE FALA DA MATA DO PLANALTO, QUE É O NOSSO LUGAR, MAS O PROBLEMA ESTÁ EM TODO LUGAR”: A CIDADE E A DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Antes de expor as minhas análises sobre o movimento pela preservação da Mata do Planalto e os conflitos entre os grupos sociais e entidades envolvidas na disputa pela construção de um sentido legítimo para essa área - compreensão que é fruto de intenso trabalho de campo, acompanhando o grupo de pessoas que forma o núcleo central do movimento -, dedico-me a pensar a cidade, junto com os sujeitos desta pesquisa e a partir de suas falas e lembranças, com o fito de construir um panorama das dinâmicas que nos trouxeram a esse panorama urbano, à cidade e ao meio ambiente com o qual lidamos hoje. É a partir do bairro Planalto que chegarei às considerações sobre Belo Horizonte.

Numa mistura de relatos, memórias sobre suas próprias trajetórias e escolhas do que contar, e da minha própria trajetória de vida aliada ao exercício do distanciamento, e o que ambos me permitiram perceber, começo de onde vi o começo. Dos que me guiaram nesta análise do movimento pela preservação da Mata do Planalto.

Foi a partir das memórias do Sr. Antônio, ourives, 71 anos, morador do entorno da Mata há 43 anos, que eu comecei a conhecer o bairro Planalto, para além do que se pode ver hoje. Na varanda da sua casa, com vista para a Mata do Planalto, ele me contou:

Eu conheço isso aqui desde a época da formação. [...] Isso aqui era uma fazenda. Era uma fazenda e então foi formado esse bairro, bairro do Planalto. E na formação, o bairro do Planalto foi loteado por uma tal de imobiliária Santo Inácio [...]. E esse dono dessa imobiliária abriu as ruas sem infraestrutura (Entrevista com Sr. Antônio, 25/05/2015).

Explicando-me o traçado do bairro, continuou:

Eles começaram da avenida Olinto Mourão Filho, aquela que sai da Pedro I, que sobe e liga com a Cristiano Guimarães. E começaram a Cristiano Guimarães do lado oposto, na entrada de Venda Nova e elas é... cruzaram, aqui perto daquele [...] posto de gasolina na esquina ali? Ali é Cristiano Guimarães sai na Pedro I. É Olinto Mourão Filho e a outra é Cristiano Guimarães que nasce lá na Pedro I [...]. Chega aqui ela segue direto e vai até na Waldomiro Lobo saindo lá pra Cristiano Machado. [...] (Entrevista com Sr. Antônio, 25/05/2015).

Os pequenos bairros foram incorporados no bairro Planalto:

Essa parte de baixo aqui não era o bairro Planalto. Isso era bairro Santo Inácio, essa aqui onde eu moro. Agora essa parte de baixo aqui da Cristiano Guimarães, nessa parte de baixo daquele posto que eu te falei [...] e essa parte aqui do Conjunto Marilene, aqui chamava bairro Santo Inácio. Aí depois houve uma modificação. Acabou com esse negócio do bairro Santo Inácio. Aí ele seguia, ia lá no Campo Alegre! Lá no Campo Alegre era... é Planalto até no metrô. É um bairro grande! Fazia divisa com o Júlia Maria, divisa com o São Bernardo e com o São Tomaz, o Planalto do lado de cá. Porque do outro lado é Itapoã. [...](Entrevista com Sr. Antônio, 25/05/2015).

O bairro Itapoã e a luta pelo Parque Lagoa do Nado são trazidos nas memórias sobre o bairro Planalto:

Primeiro eles construíram a parte do Itapoã, que é a parte de lá da avenida. Isso foi primeiro, deve ter sido em 1960-61 mais ou menos. [...] Ali nós [...] ganhamos aquela obra [Parque Lagoa do Nado], porque eles iam construir habitação. [...] Logo que você entra na Pedro I tem muitas casas ali beirando a Lagoa do Nado, isso aí eles chamavam o Conjunto dos Contabilistas. [...] Aí chamava René Giannetti aquela parte de lá. E de lá eles deixaram ali aquela Lagoa do Nado, que era uma fazenda, que tinha muita água, uma lagoa. Olha pra você ver, aquilo ali era uma reserva, não ia mexer ali. [...] Depois é que eles inventaram, mais tarde, a construção de conjunto habitacional de baixa renda, lá naquele lugar ali. Ia destruir tudo! Aí a população mobilizou e não deixou. Eles já tinham vendido até para a Caixa Econômica. [...] Foi uma luta muito grande. Eles conseguiram parar aquilo de lá. [...] Participei daquela luta para não deixar, para não construir casa habitacional dentro o parque, hoje dentro do parque Lagoa do Nado. Chamava de Lagoa do Nado, era fazenda René Giannetti. [...] Eu participei dessa luta também! Essa luta foi, aproximado, em 1969 mais ou menos. [...] Enquanto isso essa construtora começou a obra aqui, a Imobiliária Santo Inácio, que era dona desse terreno aqui. Eles começaram a lotear o Planalto. [...] (Entrevista com Sr. Antônio, 25/05/2015).

A presença das instituições católicas também ajudou a delinear o traçado do bairro:

Como nós tínhamos aqui o Colégio Arquidiocesano, hoje é a FAJE [Faculdade Jesuítica]. Essa parte todinha aqui, ali do colégio, essa parte do Parque, tudo aqui pertencia à escola. O Arquidiocesano que hoje é o Colégio Santa Maria e a FAJE. [...] Aí o que aconteceu?! Essa rua, que antigamente chamava rua Cinco, hoje é São José do Jacuri, [...] essa rua ia cortar o terreno do colégio [...]. A prefeitura ia abrir a rua no terreno deles. Eles, pra não fazer, deram em benefício esses 25.000 metros quadrados [onde hoje está o Parque Planalto e a Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos] para a prefeitura, para não abrir a rua. [...] Isso foi em 1965 mais ou menos (Entrevista com Sr. Antônio, 25/05/2015).



Tudo isso mudou a paisagem do bairro, onde antes se destacavam a mata e as nascentes de água:

Então ali era tudo uma mata. [...] E como aqui era uma área de nascente... tudo aqui era área de nascente! A água corria na rua. Todas as casas aqui têm problema de infiltração porque a água está muito próxima. Ali no meio da rua corria água. [...] Então aqui é uma área de nascente, área de preservação permanente, total! Não podia nem eu fazer essa casa aqui pela lógica (Entrevista com Sr. Antônio, 25/05/2015).

Começou dessa maneira minha primeira conversa “oficial”, com dia e horário marcado para falarmos sobre a Mata do Planalto.

Situada entre os bairros Planalto, Campo Alegre, Itapoã e Vila Clóris, tem área total de 119.630,89 metros quadrados. É a última área verde preservada da região norte de Belo Horizonte e o último remanescente de Mata Atlântica da cidade. Abriga 20 nascentes de água que pertencem ao córrego Bacuraus, que abastecem os ribeirões do Onça e do Isidoro, chegam ao rio das Velhas e finalmente ao Rio São Francisco. Acolhe mais de 68 espécies de aves como pica-paus, que estão na lista de animais em extinção (SALVE A MATA DO PLANALTO, 2015)

Assim está descrita, no folder distribuído durante a passeata em defesa da Mata do Planalto, realizada em maio de 2015.

Mapa 2 - Mapa indicativo dos bairros e parques municipais no entorno da Mata do Planalto



Fonte: elaborado pela autora com base no Google Maps.

Fisicamente a Mata faz limite com os bairros Planalto, Campo Alegre e Vila Clóris. A conexão com o bairro Itapoã ultrapassa a fronteira física do bairro Planalto e se estabelece na identificação com a conquista do movimento social pela preservação da área hoje institucionalizada como parque Lagoa do Nado. O Movimento Salve a Mata do Planalto reacende na memória a “luta” dos moradores da região pelo parque Lagoa do Nado. Este, por sua vez, alimenta e inspira os que sustentam a “resistência” pela Mata do Planalto, ainda que os atores centrais não sejam os mesmos, conforme será discutido nos capítulos dois e três.

### 1.1 “Uma ilha no deserto”

Considerada por seus defensores um dos últimos fragmentos de Mata Atlântica da cidade de Belo Horizonte, a Mata do Planalto abriga cerca de 78 espécies arbóreas, entre elas jacarandás da Bahia, caviúnas - espécie que compõe a lista das ameaçadas de extinção - e ipês – árvores

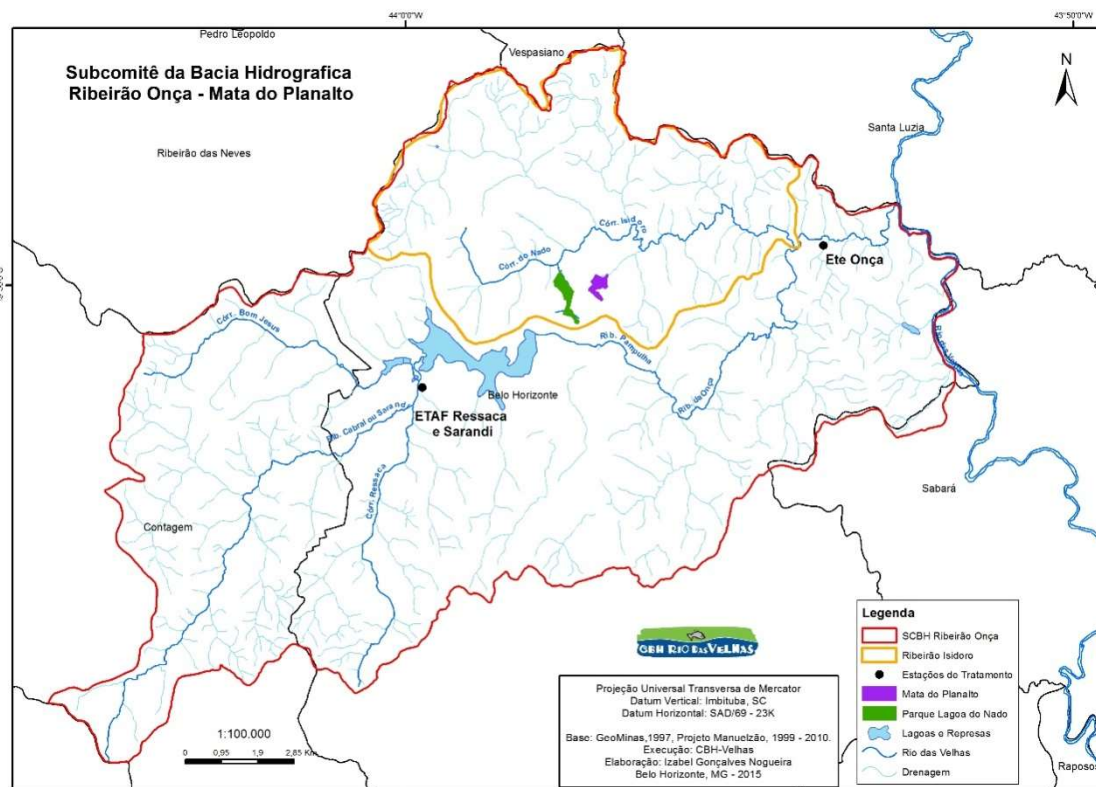
consideradas imunes de corte de acordo com a Lei Estadual 9743/1988 (BELO HORIZONTE, 2010a; WILSON CAMPOS ADVOCACIA E CONSULTORIA, 2015).

De acordo com o Ministério Público:

A Mata do Planalto se trata, de fato, de vegetação nativa, típica do Bioma Mata Atlântica, essa floresta hoje está em fase estágio médio de regeneração natural. Essa floresta encontra-se tão bem desenvolvida que dificulta, hoje, o trânsito de pessoas em seu interior, constituindo um ambiente de refúgio para a fauna [...] (CENTRAL DE APOIO TÉCNICO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CEAT, 2011, s/p)

No local foram identificadas 68 espécies de aves como araras, papagaios, sabiás, pica-paus, bem-te-vis, maritacas, corujas, sanhaços, canários, tucanos, beija-flor de fronte violeta, entre outras (MOVIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DE BELO HORIZONTE – MAMBH, 2013; WILSON CAMPOS ADVOCACIA E CONSULTORIA, 2015). No que se refere à fauna, foram catalogadas entre os anfíbios pelo menos cinco espécies de anuros, o que deixa transparecer a considerável qualidade ambiental da área já que os anfíbios, por sua dependência da qualidade do ar e da água, da presença de vegetação e da permeabilidade do solo, são tidos como bioindicadores (BELO HORIZONTE, 2010a). Também foram encontrados no local lagartos como o teiú, diferentes espécies de serpentes, tatus, gambás, esquilos e micos. Em seu interior foram catalogadas três lagoas e cerca de 17 nascentes que formam o córrego Bacuraus, subafluente do Rio das Velhas, já que abastece o córrego Isidoro, que por sua vez deságua no Ribeirão do Onça, formador da bacia do Rio das Velhas, como mostra o mapa que segue.

Mapa 3 - Hidrografia de Belo Horizonte



Ao centro, a Lagoa da Pampulha; à direita dela estão indicados em verde o Parque Lagoa do Nado e em roxo a Mata do Planalto. A linha amarela apresenta os limites da bacia do ribeirão Isidoro inserido da bacia do Ribeirão Onça, delimitado pela linha vermelha.

Fonte: Comitê de Bacias do Rio das Velhas. Disponível em: [www.manuelzao.ufmg.br/Mapas\\_Onca](http://www.manuelzao.ufmg.br/Mapas_Onca) Acesso em: 02/04/2015.

A Mata do Planalto está fisicamente cercada por bairros fortemente adensados. Ainda que as habitações nos seus arredores sejam prioritariamente casas, um passeio rápido de carro é suficiente para que se perceba a tendência à verticalização nas imediações. A própria Direcional tem alguns empreendimentos em fase avançada de implantação a alguns quarteirões da Mata.

Contíguo à Mata do Planalto está o Parque Planalto, um parque municipal em situação de abandono que aguarda reforma definida por meio da intervenção do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), acionado pela ACPAD. O Parque Planalto é um ponto privilegiado de acesso visual à Mata que se confunde com o próprio Parque. São três os trechos de ruas de onde a vista da Mata não é impedida pela presença de muros ou casas. Um quarteirão da rua João de Sales Pires, um quarteirão da rua David Nasser e parte da Rua dos Bacuraus. Entretanto, a extensão das duas primeiras ruas que acompanham a Mata do Planalto é de acesso restrito aos moradores do Residencial Granja Verde, condomínio cuja entrada se dá

pela avenida Cristiano Guimarães, no bairro Planalto. Dentro do condomínio está o portão principal de acesso à Mata, à casa onde morava o antigo dono, Sr. Marcial, e às construções que serviram como escritório da empresa da família, construtora Bandeirantes. Caminhando pelo passeio da rua João Sales Pires, dentro do condomínio Granja Verde e separada da Mata apenas por uma cerca, é possível ver à distância e com alguma dificuldade parte das casas. No meio da cerca que termina no portão principal vê-se ainda um pequeno portãozinho, além de um comedouro instalado pelos moradores do condomínio, para os micos.

Fotografia 3 - Rua João Sales Pires. À esquerda da Mata do Planalto

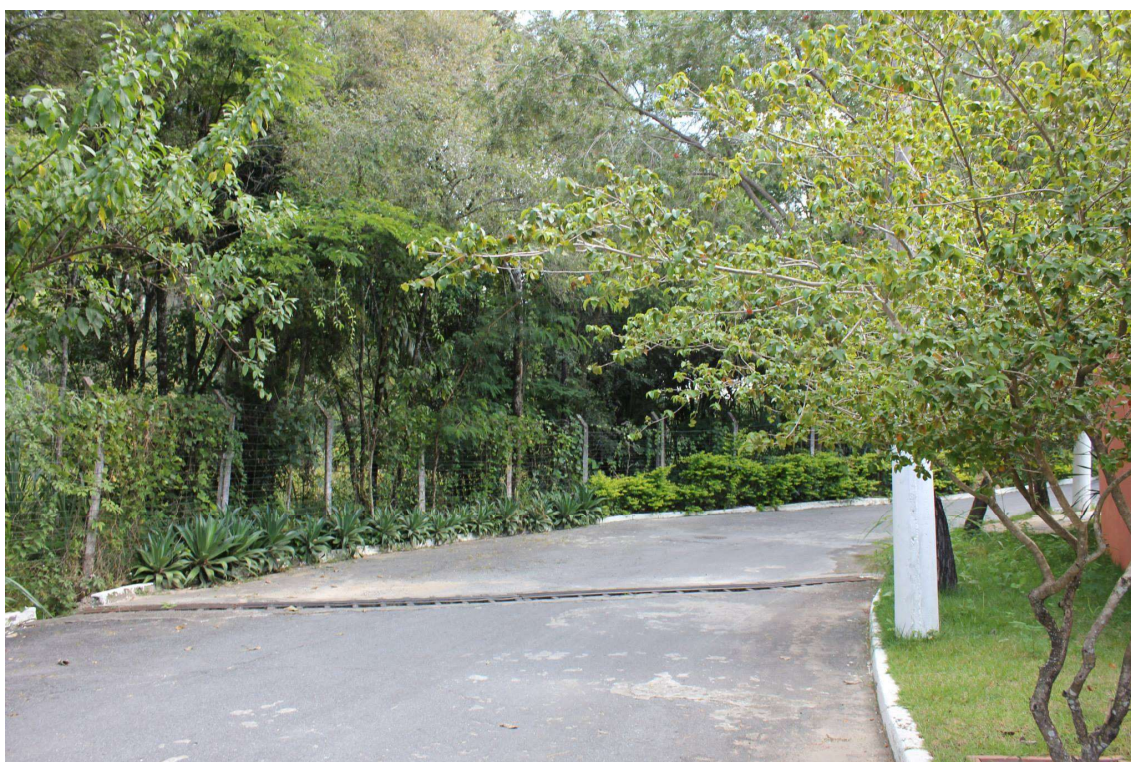


Foto: da autora (29/05/2015).

A Rua dos Bacuraus está na divisa entre os bairros Planalto e Campo Alegre. Do lado do bairro Planalto, vê-se a Mata; do lado do Campo Alegre, um trecho do córrego Bacuraus canalizado e uma pequena praça. A rua larga de mão dupla tem passeio estreito ao lado da Mata, separado dela por uma proteção de metal - similar às utilizadas nas beiras de estradas - pelo curso d'água paralelo à rua e por uma tela, já quase imperceptível, tomada por trepadeiras. O curso d'água, formado pelas nascentes do interior da Mata do Planalto e às vezes escondido pela vegetação, abastece o córrego Bacuraus que surge, do outro lado da rua, onde passa a correr em leito aberto.

Fotografia 4 - Vista para a Mata a partir da rua Bacuraus



O córrego Bacuraus segue acompanhando a cerca tomada por trepadeiras.  
Fonte: da autora (29/05/2015).

Fotografia 5 - Saída do córrego Bacuraus no bairro Campo Alegre



Fonte: da autora (29/05/2015).

A vegetação densa também pode ser vista a partir das ruas que terminam de frente para a Mata, formando ruas sem saída. No fim da rua Iracema Souza Pinto, de onde Magali me mostrou a Mata do Planalto, sua vegetação e seus pequenos animais, a vista foi interrompida por um “muro” de chapa de metal, no dia seguinte à minha primeira visita de reconhecimento à Mata. No centro do “muro” há um portão, para a entrada dos que, a serviço da Direcional, abriam trilhas pela vegetação.

Fotografia 5 - Vista da Mata a partir do fim da rua Iracema Souza Pinto, bairro Planalto



Fonte: da autora (29/05/2015).

Fotografia 6 - Vista da Mata a partir do fim da rua Iracema Souza Pinto, bairro Planalto



“Moradores protestam contra a placa de propriedade privada na Mata do Planalto e mandam mensagem: fora Direcional e salve a Mata do Planalto”. Na placa em vermelho, colocada pela Direcional, lia-se “Propriedade Particular”.

Fonte: Disponível em: <https://www.facebook.com/salveamatadoplanalto/photos/pb.1436096536622682.-2207520000.1458487539./1660073157558351/?type=3&theater>. Acesso em: 10/03/2016.



## 1.2 Os bairros do entorno da Mata

Percorri algumas vezes os bairros no entorno da Mata do Planalto. Familiarizei-me com as ruas limítrofes à Mata, nas proximidades do Parque, onde moram os protagonistas dessa luta, e com as vias que escolhi como rota preferencial para chegar da avenida Pedro I aos locais de minhas entrevistas e observações, tudo isso no bairro Planalto. Pelo entorno, nos outros bairros, passei poucas vezes, durante a carreta e passeatas. Não me pareceu convidativo caminhar mais vezes pelo bairro Vila Clóris apreciando o muro do condomínio Granja Verde. Na Rua dos Bacuraus, no bairro Campo Alegre, a bela vista da Mata não ajudava a diminuir a intensidade dos raios do sol refletidos no asfalto e no concreto dos passeios.

No início de dezembro de 2015, no auge da escrita da dissertação e do cansaço, uma demanda da Mata e da Magali resgatou, lá no fundo, minhas energias para o trabalho. Alguns dias antes ela me enviou um *whatsapp* para contar sobre o parecer nº 02015.000130/2015-01 NFLORA/MG/IBAMA, no qual o órgão federal emite parecer favorável à construção dos edifícios na Mata. Fui até lá buscar uma cópia do parecer para preparar, com o GESTA-UFMG, a sua análise. A visita desdobrou-se em outras oportunidades.

Almoçamos no bairro Vila Clóris, numa avenida em que o canteiro central estava ocupado por antenas. Quando observei, em voz alta, que aquelas ruas eram muito menos arborizadas que as de perto da sua casa, Magali lembrou que tinha participado de reuniões da associação de moradores do Vila Clóris, onde discutiam a retirada das árvores daquele canteiro. A justificativa era de que elas ofereciam risco à população, pois tocavam nos fios de alta tensão. As árvores, mudas naquela época, foram retiradas. Depois do almoço, levou-me para conhecer, ali pertinho, o Parque Vila Clóris. Faixa de vegetação que acompanha um pequeno curso d'água. Bem cercado com tela, que tinha partes cobertas por trepadeiras floridas. Flores pequenas, arredondadas, de um vermelho meio rosado. Magali também participou nas reuniões sobre aquele parque. Fechado. Na guarita, tapumes no lugar das portas e janelas. “Roubaram tudo”! Galinhas de angola e índias, pretas e marrons.

Fotografia 7 - Vista do Parque Vila Clóris



Fonte: da autora (08/12/2015).

A moradora da casa em frente ao parque, saindo do seu portão, reclamou do calor antes de sentar no passeio. Falava conosco. Magali fez questão de dizer que, não fosse aquela área verde, ela estaria sentindo muito mais calor. As objeções vieram imediatamente: “as árvores sujam o passeio, **é um perigo!**” “Os galhos caem. **Tem que tirar essas e colocar outras**”. “No parque, os escorpiões proliferam e saem na boca de lobo em frente à sua casa. **Tem anos que eu peço a prefeitura para cortar estas árvores! [...] Fui eu que comprei 10 angolas e coloquei para ver se acabava com os escorpiões**”. Magali quis mostrar a importância do parque: “Essas nascentes e árvores são importantes para nossas vidas!”. E como resposta, ouviu: “Espero mudar daqui antes de virar parque. Isto só traz problema! Não misturo com os vizinhos”.

Arranquei o carro enquanto Magali comentava sobre a grande quantidade de gente que tem um posicionamento igual ao daquela senhora. “E quantos não pensam assim sobre a Mata também?” A pergunta tinha tom de constatação. Descemos a rua, praticamente vazia, de casas que traziam conforto visual. Uma delas, grande, azul, de janelas brancas, atraiu nosso olhar. No passeio do parque muitas árvores - leucênias, consideradas “pragas” entre os funcionários da Fundação de Parques Municipais, pela velocidade com que se reproduzem, dificultando o crescimento de outras espécies - e sacos de lixo amarelos, amarrados. Os garis tinham passado

por ali mais cedo. Outros parques ocuparam o meu pensamento. O Fernando Sabino: galinhas, escorpiões, reclamações dos vizinhos moradores do condomínio. Lagoa do Nado: sacos de lixo no passeio, um pinheiro, ainda verde, recém-cortado de algum jardim e jogado pra dentro do parque, por cima da cerca. Os parques, vistos como promotores e receptores da desordem, do que não cabe do lado urbanizado das ruas, nas casas. Perigo que exige extermínio ou controle.

No fim da descida, o fim da rua e das casas vistosas. Chegamos ao córrego dos Bacuraus. Aquele primeiro trecho da rua dos Bacuraus ainda era o Vila Clóris, com o contraste das casas sem acabamento. Em uma construção alta, buracos retangulares no meio das linhas de tijolos me ajudaram a notar que se tratava de uma casa já habitada. Ou mais de uma? Cortinas amarradas de cada lado do retângulo vazio no vermelho dos tijolos. Pensei ter visto pessoas. Eu dirigia bem devagar, às vezes parava, ainda assim, estava de carro. Definitivamente não é o mesmo que andar a pé. Depois do almoço, com o sol quente da tarde, foi o melhor que pude. Magali vinha no banco do carona, dizendo-me onde virar ou seguir. Alguns metros adiante me mostrou um prédio sendo construído, na mão contrária à que estávamos. Já tinham pedido que ela interviesse, uma vez que a obra poderia assorear o córrego. “Estamos no Campo Alegre! Onde está a associação daqui para resolver isso? Não dou conta de tantas demandas”. Desse ponto em diante fui reconhecendo a rua dos Bacuraus, vazia.

Fotografia 8 - Rua dos Bacuraus. Ao fundo, casas do bairro Vila Clóris



Fonte: da autora (08/12/2015).

A praça também vazia. Era feriado. O sol refletido no chão de concreto. Árvores, só ao redor da praça.

Fotografia 9 - Rua dos Bacuraus, praça e ao fundo



Praça no bairro Campo Alegre e casas ao fundo.  
Fonte: da autora (08/12/2015).

Do outro lado da praça, algumas casas com janelas que dão direto pra rua. Essas não têm quintais ou muros. Rosa, azul, cimento, tijolo. Nada uniformes. Não conheço seus moradores e foram raras as vezes em que os vi na rua. Foi bom estar de carro e passar, só passar. Sem me deixar tocar pelo sol escaldante e o vazio. Um segundo depois olhávamos a Mata. Magali imaginava que porção dela a Direcional pretendia derrubar para construir a entrada do condomínio prevista para aquele lado. Subimos uma rua à direita. Íamos ver outros bairros.

O processo de ocupação dos bairros Planalto e Vila Clóris está relacionado ao desenvolvimento das atuais regionais Pampulha e Venda Nova, onde os bairros foram paulatinamente se formando a partir da industrialização de Belo Horizonte, iniciada na década de 1950. Enquanto o entorno da Lagoa da Pampulha foi ocupado por pessoas de maior poder aquisitivo, os novos habitantes vindos das cidades do interior do estado e a população de renda mais baixa estabeleceram moradia nas áreas mais próximas à região de Venda Nova. Além do preço baixo dos terrenos, as pessoas eram atraídas pela já existente oferta de serviços como lojas, escolas e supermercados. O crescimento populacional dessa porção estendeu-se também para os bairros Planalto e Vila Clóris, onde a aprovação dos primeiros loteamentos aconteceu em 1952 e 1953, respectivamente. Com a abertura das avenidas Antônio Carlos e Pedro I, esses bairros se tornaram uma das frentes prioritárias para o desenvolvimento da cidade, equipados com centros de serviço e comércio e habitações de bom padrão construtivo (BELO HORIZONTE, 2011a, p. 25).

O bairro Campo Alegre foi fruto de um processo de adensamento diferente dos dois outros bairros. Assim como grande parte dos bairros da Regional Norte, foi fruto da aprovação, pela prefeitura, de um conjunto habitacional que tinha como objetivo “abrigar, principalmente, a população de baixa renda, removida de outras partes da cidade, e os trabalhadores das novas indústrias dessa região de Belo Horizonte e de Santa Luzia” (BELO HORIZONTE, 2011a, p. 25). A ocupação da área se deu de forma não planejada, com moradias precárias e sem que a prefeitura atendesse às necessidades básicas de infraestrutura para as moradias. No fim da década de 1970, muitas casas já estavam erguidas no local, entretanto, a regularização de loteamentos do então chamado Conjunto Habitacional Campo Alegre só ocorreu em 1980, seguida da intensificação da ocupação do bairro (BELO HORIZONTE, 2011a, p. 25)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A breve descrição dos processos de ocupação dos bairros do entorno da Mata trazida nos últimos dois parágrafos foi feita com base nos documentos que compõem o acervo do arquivo público da cidade de Belo

Sobre sua mudança para o Conjunto Marilene, Magali conta:

Moro aqui há 48 anos. Eu vim pra cá menina ainda, né... as avenidas ali, não tinha avenida era tudo de terra. Quando depois começou a chegar o asfalto, aos pouquinhos. E a gente teve muita dificuldade porque a gente tinha que pegar o ônibus São Bernardo lá em cima pra ir pra escola, essas coisas tudo. Aí começou esse desenvolvimento desenfreado, vamos dizer assim, né, porque foi chegando comércio, foi chegando banco e aí aumentou a violência.

Lembrou como tudo ali era uma fazenda, que foi desmatada para construir o conjunto Marilene, antigo nome da porção do bairro Planalto onde ela mora. As casas do bairro eram abastecidas pela água das nascentes.

E na época não tinha COPASA [Companhia de Saneamento de Minas Gerais]! Aí [...] bombeava a água das nascentes, enchia a caixa d'água que abastecia as casas. Pra você ver a importância, né, a importância dessa água que pode, numa crise [...], abastecer a região. A bomba é lá dentro, porque antigamente [...] há seis anos atrás, né, eu entrava lá pra levar os estudantes da faculdade, fazer trabalho. Essa coisa da UFMG, da PUC [Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais], da UNI-BH. Então a gente entrava lá pra poder mostrar [...] algumas espécies que estão na lista de extinção igual Samambaia Açú e essas coisas e a caixa d'água. [...] Quer dizer, ela foi desativada, mas ela existe lá. Aí nesse tempo todo a Mata fechou tanto que não tem nem como passar lá mais. Ela recuperou nesses anos, à vista da gente, né? Antes a gente via alguma coisa ali. Agora não! Essa mata ciliar aí ó! A mata fechou de verdade! (Entrevista com Magali, atual presidente da ACPAD, 29/05/2015).

Sobre as dificuldades de se morar no bairro, Magali frisou:

E aí, então, assim, a dificuldade nossa aqui seria isso no início, né, a falta do comércio. Ainda não tinha. Tinha um armazém, que a gente comprava pão, comprava leite, comprava tudo lá nesse armazém do Isaac. E depois foi chegando, foi desenvolvendo, né? E agora transporte continua a mesma coisa, com todas as dificuldades. Chegou o MOVE [Sistema de Transporte Rápido por ônibus implantando em Belo Horizonte]. Aí você vai pegar a linha alimentadora, você demora, você demora a passar do mesmo jeito. É 30, 40 minutos esperando aqui. Aí chega na estação, fica lá mais não sei quanto tempo esperando. Quer dizer, você aumentou sua viagem em uma hora e meia. Então, assim, a gente, eu sinto como se a gente tivesse morando no interior. Porque se eu pego o ônibus aqui e vou lá pra Pedro Leopoldo, num instantinho eu chego lá. [Risos] Aí a gente sente assim, ilhado aqui,

sabe? Não tem hospital [...] para atender à demanda da população. Porque aqui cresceu muito. Já houve uma descaracterização da região com prédios, né? Então essa especulação imobiliária agora na região tá muito forte. Querem acabar com essas residências e colocar só prédio. Porque diz que o único lugar que tem para adensar as pessoas é aqui. [...] (Trechos da entrevista com Magali, atual presidente da ACPAD, realizada no dia 29 de maio de 2015).

A moradora ainda se mostrou preocupada com o agravamento desses problemas, caso os edifícios da Direcional/Rossi/Petiolare venham, de fato, a serem construídos.

Assim como Magali, Sr. Antônio também compartilhou suas lembranças sobre a região. Também falou da mata: “E eu frequentei esse bairro aqui desde mil, novecentos... Ele começou aqui em 63, 1965 eu já conhecia esse bairro aqui. Quando eu mudei pra aqui isso aqui tudo era mata, tudo!”

Das dificuldades no transporte público:

Aqui quando construiu esse bairro não tinha condução não. Sabe aonde a gente pegava condução? Ônibus de Venda Nova, a gente ia lá na Pedro I. E tinha essa avenida principal aqui, era a única que tinha. Quando começou passar aqui ônibus eles colocaram cascalho nessa avenida principal. Aqui não tinha cascalho não, aqui era tudo terra. Quando você entrava aqui tinha poucas construções. Quando eu construí aqui em 1972, eu casei em 72, [...] isso aqui tinha pouquíssima casa. Pouquíssima casa! Tinha uns dois ônibus que passavam aqui. Em 1972! Tinha uns dois ônibus só! Demorava três, quatro horas pra tomar. A gente descia e pegava lá na Pedro I (Sr. Antônio).

Das caixas d'água que abasteciam o bairro:

Foi a maior dificuldade, aqui era tudo área de nascente. [...] Tá vendo aquela caixa d'água lá ó. Aquela, tá no rumo do meu dedo, ó. Aquela era que fornecia água para o bairro. Tinha outra ali em frente a Cristo Operário. Tem outra lá no Campo Alegre lá. Eram três caixas d'água. E fornecia água para o bairro. Mas era precário. Era precário porque soltava água uma vez por dia e tal (Sr. Antônio).

Sobre como as alterações na Mata do Planalto podem agravar problemas infraestruturais já existentes:

[...] isso começou mesmo a melhorar mesmo foi de 1975, aí já começou, lá pra 78 já veio o asfalto. E aí que começou a melhorar o bairro. Mas foi um bairro construído sem infraestrutura. Na avenida principal eles não fizeram o que tinham que fazer: os emissários de água fluvial. Isso aqui entra água,

quando chove forte aqui, tem uma baixada ali ó que entra água. Teve que por até portão, pro lado de baixo eles puseram portão de ferro. Desce um volume de água da avenida e não tem a infraestrutura. Agora imagina isso aqui, pra você relatar esse fato, se vai tirar essa Mata que vai reter essa água que vai correr com tanta... vai destruir, vai varrer e vai aumentar o problema de alagamento (Sr. Antônio).

E caracteriza o problema como algo não pontual, que vai além das dificuldades enfrentadas na luta pela Mata do Planalto:

O homem não tem cabeça, esse povo não tem cabeça, pensa no poder econômico. E é isso que tá acontecendo. Não é só aqui! Nós estamos com um problema sério em toda Belo Horizonte, em toda área verde. Eu não falo só o Planalto. Toda hora a gente está falando só em defesa daqui e do Jardim América, mas tá acontecendo em Belo Horizonte (Entrevista com Sr. Antônio, 25/05/2015).

Enquanto saíamos de sua casa, retornando à oficina onde me mostraria o arquivo da ACPAD com os documentos da trajetória de resistência da Mata do Planalto, Sr. Antônio falava da especulação imobiliária – sem que fosse preciso usar este termo - citando, além da Mata do Planalto, exemplos de áreas verdes em Belo Horizonte que sofrem a pressão das grandes construtoras e do poder público.

Magali e Sr. Antônio compartilharam algumas lembranças sobre o lugar onde moram. Ambos falaram da presença abundante de água que abastecia os bairros do entorno - ainda que de modo precário -, das poucas casas construídas, da prevalência dos lotes vagos, das nascentes e da mata onde morava o Sr. Marcial, que era ainda maior. Os dois também demonstraram incômodo diante das transformações do bairro Planalto e da intensificação do adensamento que pressiona pessoas, ruas, casas e áreas verdes.

### ***1.2.1 Planalto: “a nova Savassi de Belo Horizonte”***

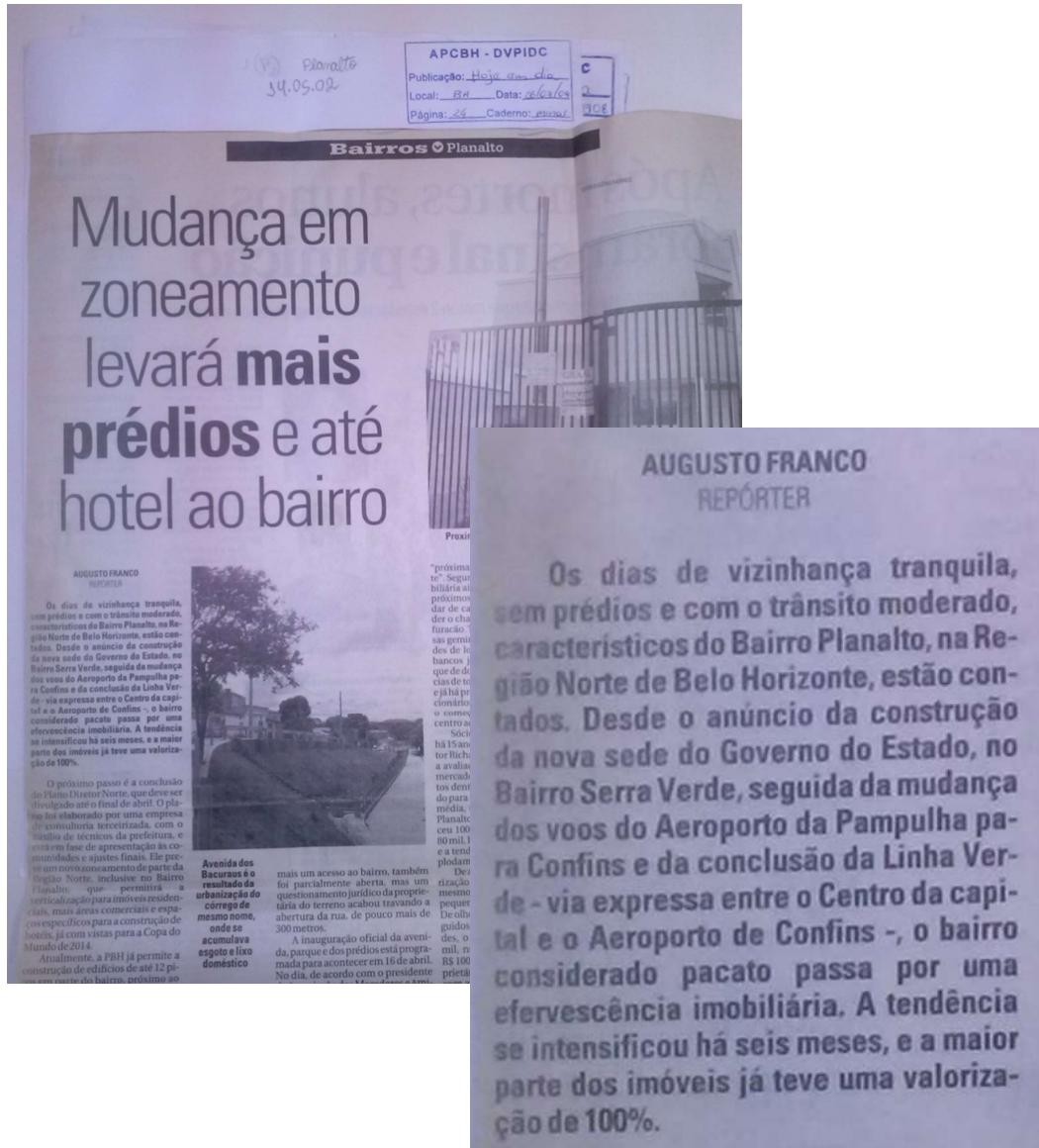
No ano de 2000, a matéria do jornal “O Tempo” da capital, “Morar no Planalto é conviver com a paz”, chamava a atenção para a tranquilidade do bairro de poucos prédios e ruas arborizadas com oferta diversificada de serviços, comércio e lazer:

Para o comerciante José Matozinhos dos Reis, que mora no bairro há 15 anos, o Planalto é um dos melhores lugares para se viver na capital. Segundo Reis, não há muitos prédios e as ruas são arborizadas. “as pessoas também são muito agradáveis, deixando o bairro melhor ainda”, disse (O TEMPO, 06/01/2000).



Cerca de dois anos depois, uma matéria do jornal “Hoje em Dia” falava da tranquilidade do bairro em tom nostálgico, prevendo as mudanças resultantes dos investimentos do governo estadual para os municípios vizinhos.

Figura 2 – Matéria de jornal sobre a mudança em loteamento no bairro Planalto



Fonte: Jornal Hoje em Dia em 14/05/2002 e detalhe do destaque da matéria<sup>7</sup>.

Na mesma matéria, um corretor imobiliário fala do “ciclo vicioso, que é alimentado pela especulação” a partir da procura das construtoras de pequeno e médio porte por casas que,

<sup>7</sup> Recorte de jornal encontrado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, na pasta do bairro Planalto.

demolidas, darão lugar a prédios de até 16 unidades habitacionais. Em entrevista ao jornal, um morador arrisca: “Planalto será a próxima Savassi de BH<sup>8</sup>”.

Na página dedicada ao bairro Planalto, no caderno “Minas” do jornal “Hoje em Dia”, em maio de 2002, a exaltação do ambiente social diferenciado do bairro Planalto:

O Planalto é um bairro que lembra a vida interiorana em Minas Gerais, com ruas estreitas, moradores conversando na porta de suas casas, crianças brincando nas ruas, pessoas lendo jornal nas praças e eventos de música e dança que acontecem nos parques.

Por se tratar de um local com costumes antigos e tradicionais, que oferecem tranquilidade aos moradores, muitas pessoas, que buscam esses fatores, se mudam para o bairro em busca de paz e na tentativa de fugir da correria do dia a dia (HOJE EM DIA, 14/05/2002, p. 6).

Na mesma página leem-se notícias sobre a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a valorização dos imóveis no bairro decorrentes da implantação da Linha Verde<sup>9</sup>. Nesses mais de 10 anos desde as reportagens cujos trechos foram aqui reproduzidos, a quantidade de prédios residenciais no bairro aumentou consideravelmente. As empresas do setor imobiliário direcionaram para a região a corrida na busca de áreas de melhor localização (MAGALHÃES; TONUCCI FILHO; SILVA, 2011). Hoje, a tal qualidade de vida associada aos investimentos públicos municipais, estaduais e federais é questionada por grande parte dos moradores do Planalto, que sentem sucumbir a dinâmica social que caracteriza o bairro, especialmente diante da ameaça da construção do conjunto de edifícios da empresa Rossi/Direcional/Petiolare na Mata do Planalto.

O bairro Planalto vem, aos poucos, deixando de ser associado à ideia de periferia, para compor o mapa de investimentos da metrópole. Essa nova dinâmica territorial do bairro é uma faceta do modelo de planejamento - estratégico, como estratégica é a gestão da empresa para a maximização de lucros, neoliberal - adotado também em Belo Horizonte a partir de uma tendência internacional.

---

<sup>8</sup> A Savassi é um bairro da regional centro-sul de Belo Horizonte. Lugar de reconhecido *status* na cidade por sua oferta diferenciada de bares, restaurantes, lojas e espaços de lazer, como cinema, que atendem também ao público da classe média alta.

<sup>9</sup> A Linha Verde, projeto do Governo do Estado de Minas Gerais, visou à melhoria da acessibilidade rodoviária das vias interligadas que conectam o centro de Belo Horizonte a Lagoa Santa e ao aeroporto internacional, localizado no município de Confins, RMBH.

### 1.3 A cidade

Que a cidade tenha outra finalidade que não a de atrair o comércio, incrementar o valor dos imóveis e, portanto, pura e simplesmente crescer, é uma coisa que jamais passou pela cabeça dos próceres da nação, observou certa vez Lewis Mumford, recapitulando a urbanização americana de 1850 a 1930 (ARANTES, 2009, p. 26).

Le Ven (1977, p. 139) nota como o “espírito de segregação social” em Belo Horizonte - que transparece no processo de ocupação dos municípios do seu entorno -, presente já na planta da cidade, favorecia, desde então, a valorização imobiliária de terras na então periferia da cidade. A cidade, setorializada, teve sua ocupação planejada segundo funções administrativas, econômicas e sociais (LASCHEFSKI, 2013). Se inicialmente o poder público exercia forte controle sobre o solo urbano, a partir de legislação que definia o acesso às porções da cidade de acordo com características socioeconômicas de cada grupo, tornando o espaço urbano “um bem a ser apropriado por quem tem direito ou poder aquisitivo” (LE VEN, 1977, p. 131), os operários foram logo ocupando a seu modo o espaço da cidade, fazendo-a crescer, de fora da avenida do Contorno para dentro (COSTA, 1994), contrariando a planta original descrita no Relatório de Aarão Reis:

Apenas a uma das avenidas, a que corta a zona urbana de norte a sul e que é destinada ligação dos bairros opostos, dei largura de 50 m para constituí-la em centro obrigada da cidade e, assim, forçar a população, quanto possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal, a manutenção da higgiene sanitária, e a o prosseguimento regular dos trabalhos technicos. Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida do Contorno que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que de futuro será uma das mais apreciadas belezas da nova capital (BARRETO, 1936 *apud* LE VEN, 1977, p. 25).

Além do controle exercido pelo Estado na “zona urbana”, onde terrenos vendidos por meio de leilões públicos selecionavam a ocupação pelo poder de compra, outro estímulo à ocupação a partir das áreas periféricas foi a consequente especulação imobiliária, elevando ainda mais os já altos preços dos terrenos urbanos (COSTA, 1994). Ao mesmo tempo em que exercia o controle patrimonialista sobre a terra, expropriando, doando, cedendo conforme os interesses próprios e as relações de poder, o poder público inaugurou, com a venda de lotes, o mercado imobiliário centrado no capital (LE VEN, 1977, p. 59).

O extraordinário processo de crescimento urbano que tomou a capital durante os anos 30 e 40 se deu prioritariamente fora da avenida do Contorno. Nos anos 50, a expansão do espaço urbano que acompanhou a expansão econômica de Belo Horizonte pautou-se principalmente na produção de loteamentos que, a esse ponto, já estavam nas mãos das empresas que se especializavam por meio do estoque de terras. Um modelo segregacionista, herança reproduzida também nas décadas seguintes, ainda recrudescer os problemas do direito à habitação na cidade (COSTA, 1994)<sup>10</sup>.

A especulação no mercado imobiliário é parte de um modelo a partir do qual foi - e ainda é - produzida a nossa cidade. O vigor desse modelo é denunciado nas falas da Magali e do Sr. Antônio - já reproduzidas - e no trecho do livro “Belo Horizonte: espaços e tempo em construção”, que se segue:

“O rio tem que ser domado”, “nenhum córrego a céu aberto”, a “obra do século”: no contexto desenvolvimentista do milagre brasileiro patrocinado pela aliança dos capitais nacionais e internacionais com os militares, governos se sucediam com suas grandes e vultosas obras de engenharia, em sua disputa com os rios e córregos, com o objetivo de “domá-los”. Uma vez domada a natureza, novas áreas urbanas eram incorporadas ao explosivo mercado imobiliário (MARQUES; MONTE-MÓR, 1994, p. 81).

Essas observações de Marques e Monte-Mór (1994) sobre a Belo Horizonte referem-se ao período do governo militar do Brasil e, no entanto, continuam atuais em relação às obras realizadas nos últimos anos.

Os esforços dos planejadores municipais para atração de investimentos por meio do estímulo à instalação de indústrias – ligadas num primeiro momento à siderurgia e à metalurgia com a exploração e exportação, como matéria-prima, das riquezas minerais do seu entorno, e apenas posteriormente daquelas para o atendimento do mercado interno - geraram “processos incontrolláveis, como a migração rural e a periferização do espaço urbano” (LASCHEFSKI, 2013, p. 154).

No decorrer dos anos, o crescimento da cidade, a abertura de grandes avenidas, o aprimoramento dos transportes e das tecnologias de comunicação modificaram as relações dos moradores dos bairros mais distantes com o centro da cidade. Fez surgir novos centros de

---

<sup>10</sup> Para uma análise histórica da questão habitacional em Belo Horizonte ver Moura (1994).

comércio, de serviços, de lazer, de cultura, de poder. Empurrou os limites do que é tido como periferia. Refiro-me aqui à periferia como “um lugar mutante, sempre reproduzido em novas extensões de terra, enquanto velhas periferias são gradualmente incorporadas à cidade, ocupadas por novos moradores e reorganizadas pelo capital” (MAUTNER, 1999, p. 253-254 *apud* SARAIVA, 2015, p. 14). Nesse ciclo há sempre novas periferias a partir das quais são justificadas novas frentes de desenvolvimento, que produzem novas periferias. No tempo dos interesses do mercado - não dos moradores desses lugares ou de suas demandas -, as periferias são dispostas nas prateleiras mais visíveis, recebem investimentos públicos para atrair ou responder aos investimentos privados. E os moradores têm a oportunidade de conviver com o bem-estar - o que não implica ter acesso à ideia de bem-estar definida a partir dos valores que se quer associar à cidade, que a tornam vendável. Valores que não necessariamente são compartilhados pelos habitantes dos lugares escolhidos para ser a bola da vez do desenvolvimento. O bem-estar, a qualidade de vida também são padronizados - e vendidos.

Como chegamos a esse modelo - consensual? - de cidade orientado para o mercado, para a competição internacional da atração de investimentos, buscando alcançar as grandes metrópoles mundiais, modelos de sucesso? É o que buscaremos compreender com a próxima seção.

### ***1.3.1 Belo Horizonte: cidade-empresa***

A terra, os recursos do subsolo, o ar e a luz acima do solo: todos são partes das forças de produção e dos produtos dessas forças. O tecido urbano, com suas múltiplas redes de comunicação e de trocas, é também parte dos meios de produção. [...] O espaço inteiro é objeto de consumo produtivo, assim como os edifícios e as instalações industriais, as máquinas, as matérias-primas e a própria força de trabalho (LEFÉBVRE, 2008, p. 347).

Chamadas por teóricos do urbanismo de cidades-negócio, cidades-empreendimento ou cidades máquina-de-crescimento (ARANTES, 2009), para essa reflexão importa lembrar que as cidades como um produto a ser vendido, em busca de competitividade no mercado internacional, são alicerçadas na acumulação do capital e na produção de consensos sobre o crescimento a todo custo. Sobre estas, Arantes (2009, p. 27) explica:

Em duas palavras, a ideia de cidade como *growthmachine* pode ser assim resumida: coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza.

Peter Hall localiza os primeiros indícios desse modelo de cidade na década de 70, quando o planejamento deixou de controlar o crescimento urbano para incentivá-lo, fazendo das cidades “máquinas de produzir riquezas” onde se confundiam planejadores e empreendedores (HALL, 1988 *apud* ARANTES, 1999, p. 21). Segundo Arantes (2009, p. 30), foi durante os anos 1990 que a inversão se concretizou e as cidades passaram a ser pensadas e produzidas pelas grandes empresas, “com mediações de praxe, é claro”.

A construção da Linha Verde pelo governo estadual parece um bom exemplo dessa inversão. Para Maricato (2009), o direcionamento dos investimentos públicos e as obras de infraestrutura urbana, principalmente as viárias, são orientadas para a valorização do mercado imobiliário de alta renda da localidade ao qual se destinam, mais do que pela necessidade de trazer melhorias para a acessibilidade dos moradores à cidade e à terra para moradia. Isso não quer dizer que nesse modelo de cidade não haja lugar para a intervenção do estado. Como fruto do neoliberalismo, a cidade atual não prescinde da intervenção estatal, sintonizada com os interesses do mercado, formando as parcerias público-privadas (VAINER, 2009a, p. 89).

O que nos parece central extrair destas leituras é que a analogia cidade-empresa não se esgota numa proposta simplesmente administrativa ou, como muitas vezes pretendem apresentar seus defensores, meramente gerencial ou operacional. Na verdade, é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados.

A cidade gerida e consumida como mercadoria, pautada pelas expectativas e informações do mercado, sustentada, como visto, no estabelecimento do consenso sobre a necessidade do crescimento, pressupõe a supressão da cidade como *polis*, como espaço político de reflexão e da democracia (VAINER, 2009b). Para os que pensam a cidade desse modo, o que se quer é a eliminação do dissenso (RANCIÈRE, 2006), sob o jugo da “razão universal”, a deslegitimação de outros modos de concebê-la que a esse se oponham, o reinado preguiçoso

da política da ordem que, para não lidar com os antagonismos, se esforça por extirpá-los (MOUFFE, 1999).

Esse modo cruel de pensar a cidade, a cidade capitalista, fundamenta-se no papel central que a renda fundiária passou a ocupar no capitalismo. Daí a contradição entre “o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer” (ARANTES, 2009, p. 26).

O valor fundiário, ou seja, o valor do solo como mercadoria, está intimamente ligado à infraestrutura urbana do lugar e às características do seu entorno. A renda fundiária, explicam Magalhães, Tonucci Filho e Silva (2011, p. 19):

Corresponde assim ao sobrelucro espacial apropriado pelos proprietários da terra: quanto mais férteis, mais bem localizados, mais bem dotados de infraestrutura, enfim, mais diferenciados e exclusivos forem os terrenos e imóveis, maior é a renda fundiária que pode ser auferida pelos seus proprietários.

A produção em massa de imóveis ocorreu somente nas décadas de 1950 e 1960, nos países ditos desenvolvidos, com o surgimento das incorporadoras imobiliárias, empresas criadas com o fim de promover a construção de edificações compostas por unidades autônomas - apartamentos e salas, por exemplo, - que eram vendidas antes do fim da construção com o objetivo de obter recursos que a subsidiem. A união do capital financeiro ao capital imobiliário de formação recente, dando às incorporadoras a oportunidade de se tornarem também grandes proprietárias de terras, levou a renda fundiária à posição que hoje ocupa no processo de produção capitalista. O capital imobiliário passou a atuar não só nas decisões sobre os investimentos públicos em infraestrutura, como visto, como também na:

Produção social de valor simbólico por trás de determinadas formas de moradia associadas a perfis de consumo diferenciados, ou mesmo no direcionamento político de alterações da legislação de uso e ocupação do solo conforme as necessidades de viabilização das novas frentes imobiliárias (MAGALHÃES; TONUCCI FILHO; SILVA, 2011, p. 21).

Essa configuração da cidade ameaça o cumprimento da função social da propriedade, tanto pela especulação, quanto pela ineficácia das leis quando contrariam o interesse dos proprietários imobiliários. O que existe é um fosso “entre lei e gestão”. “A aplicação da lei é

instrumento de poder arbitrário” (MARICATO, 2009, p. 148). A situação se agravou no Brasil - e na América Latina como um todo -, onde a interpretação dada ao código civil fortaleceu a crença na incontestabilidade dos direitos de propriedade (ALMEIDA; MONTE-MÓR, 2011).

O planejamento urbano é uma ferramenta na criação do valor fundiário. Ao inventariar, registrar, documentar, mapear, idealizar, desenhar ou projetar, o Estado torna legível o território, define o que é ou não desejável na sua produção, atribuindo valor de troca. A influência das empresas no planejamento e execução das políticas públicas dá margem ao monopólio do capital não apenas sobre o espaço, mas também sobre a natureza. O esgotamento da natureza nas áreas urbanas, devido ao processo crescente de adensamento, faz dela um bem escasso na cidade. As normas para a sua preservação são apropriadas pelo capital (EUCLYDES, 2014), de modo a assegurar a sua transformação em mais-valia no mercado imobiliário. Essa é uma das faces do que O’Connor (1993 *apud* EUCLYDES, 2014) chamou de fase ecológica do capitalismo, em que a natureza “é tida como matéria para produção futura de mercadorias de maior valor” (EUCLYDES, 2014, p. 44). É nesse sentido que podemos dizer que o desenvolvimento sustentável se propõe a permitir a continuidade do modelo de produção capitalista (SACHS, 2000). Deteremo-nos mais demoradamente nos questionamentos sobre o que vem a ser essa modalidade do desenvolvimento no capítulo quatro.

Nas seções que se seguem, serão discutidos o vetor norte da região metropolitana de Belo Horizonte como uma categoria de planejamento, que respalda um plano de desenvolvimento naturalizado por muitos e notado como coerção por outros tantos.

### ***1.3.2 O vetor norte da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)***

Os estopins que desencadearam a ocupação do bairro Planalto, principalmente a partir dos anos 50, induziram também à produção de novos espaços urbanos em alguns municípios do entorno da capital e os processos iniciais da criação de vínculos mais intensos entre estes, “resultantes da aliança entre o Estado e o capital regional nascente na construção civil”, possível a partir “de um amplo programa rodoviário de implantação e pavimentação de estradas” (MONTE-MÓR, 1994, p. 21). À criação do complexo recreativo da Pampulha, inaugurado em meados da década de 40, à abertura das avenidas Antônio Carlos e Pedro I e à criação de empreendimentos industriais em Santa Luzia e em Vespasiano somaram-se os:



Processos de modernização econômica e de expansão metropolitana que se iniciaram no Brasil em fins da década de 1940 caracterizados pelo aporte de investimentos públicos em infraestruturas físicas e sociais a fim de responderem às exigências do processo de industrialização e pela produção, em massa, do chamado loteamento popular onde frações da riqueza socialmente produzida puderam ser apropriadas pela manipulação da renda fundiária urbana (SANTOS, 2011, p. 86).

Tais mudanças foram essenciais para o crescimento do eixo norte do cinturão de municípios, hoje conhecido como RMBH, até então centrado apenas em Lagoa Santa e seu interesse científico, turístico e paisagístico (SANTOS, 2011)<sup>11</sup>.

A porção norte da cidade e, conseqüentemente, os municípios no entorno imediato foram então tomados pela administração do município como uma “via de desenvolvimento” da cidade (BELO HORIZONTE, 2011a, p. 23). Enquanto o conjunto arquitetônico da Pampulha, ícone modernista projetado por Oscar Niemeyer, alvo de grandes investimentos públicos, se destinava à moradia da elite belo-horizontina, as famílias de migrantes vindas do interior do estado e outras de menor poder aquisitivo se instalavam nos arredores, nas proximidades de Venda Nova. Reproduzia-se a construção segregacionista do espaço urbano por parte do governo municipal (SOUZA; TEIXEIRA, 2003).

A RMBH encontra-se administrativamente dividida em vetores de crescimento, identificados pelos pontos cardeais. Desse modo, fala-se também, por exemplo, em vetor noroeste, vetor leste e vetor sul - do qual faz parte Casa Branca, povoado de Brumadinho, de onde escrevo parte desta dissertação.

Ao lembrarem a precariedade do transporte público, falando das poucas linhas de ônibus que passavam pela avenida Pedro I e posteriormente pela avenida Cristiano Guimarães vindas de Venda Nova ou do Bairro São Bernardo, Magali e Sr. Antônio deixam transparecer a influência do comércio e da infraestrutura desses bairros vizinhos, de ocupação bastante anterior, para o processo de ocupação do bairro Planalto e entorno. O bairro São Bernardo pertencia à cidade de Santa Luzia e abrigava pequenas propriedades rurais antes de ser

---

<sup>11</sup> A categoria administrativa RMBH surgiu em meados dos anos 1970, após a criação do Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), em 1974 - autarquia estadual de planejamento da região metropolitana - como resposta às exigências de planejamento dessa expansão da cidade de Belo Horizonte, que a aproximou dos municípios vizinhos ([www.observatoriodasmegropoles.ufjf.br](http://www.observatoriodasmegropoles.ufjf.br), acesso em 03/12/2015). Conurbação que ocorreu inicialmente nos eixos oeste - em direção a Contagem e Betim - e norte, do qual tratamos.

incorporado à capital. Sua ocupação começou de modo irregular após os anos 1930. A ocupação de Venda Nova é anterior à própria cidade de Belo Horizonte. O então vilarejo estava na rota dos tropeiros que vinham da Bahia em direção a Minas Gerais. Venda Nova passou a fazer parte, oficialmente, do município de Belo Horizonte em 1948 (BELO HORIZONTE, 2011b).

Mapa 4 - Vetores da RMBH

**RMBH – DIVISÃO ESPACIAL, SEGUNDO OS VETORES DE EXPANSÃO METROPOLITANA**



Fonte: Souza (2008).

Ao longo dos anos 50, 60 e 70 continuaram a se expandir as relações entre os municípios posteriormente reconhecidos como RMBH. No vetor norte, a construção da avenida Cristiano Machado, da rodovia que liga Belo Horizonte a Brasília - BR-040 - e a instalação de indústrias nos ramos de metalurgia, cimento e alimentos em municípios como Pedro

Leopoldo, Santa Luzia e Vespasiano resultaram em um “processo de conurbação (já nos anos de 1970) entre Belo Horizonte (Venda Nova), Ribeirão das Neves (Justinópolis) e Santa Luzia (São Benedito), formando o que viria ser o núcleo mais densamente ocupado do vetor norte” (SANTOS, 2011, p. 88).

Por volta dos anos 70, quando Magali e Sr. Antônio se estabeleceram no bairro Planalto, a valorização imobiliária das áreas mais próximas do centro da capital, somada à ação dos loteadores, aquecia a busca por terrenos nas regiões periféricas e cidades vizinhas que integram a RMBH (MAGALHÃES; TONUCCI FILHO; SILVA, 2011). Ao mesmo tempo, Venda Nova se firmava como um centro de comércio e serviços que atendia aos bairros que se formavam no seu entorno (BELO HORIZONTE, 2011b).

### ***1.3.3 Um giro pela regional norte de Belo Horizonte***

Retomo aqui as minhas impressões sobre os bairros de Belo Horizonte que compõem o “vetor norte de desenvolvimento” da metrópole. Os poucos que conheço, me foram apresentados por Magali.

Demoramos uns minutos para sair do Planalto. Eu ia perguntando: aqui é o que? Para onde agora?, - querendo saber em que bairro estávamos e para onde eu deveria seguir. Pedi pra conhecer o São Bernardo e vi muito mais. Passei os olhos por lugares onde nunca tinha estado. Algumas das ruas principais. Será que conheci esses bairros com o olhar parecido com o dos técnicos do IBAMA que escreveram o documento que me levou até Magali naquele dia? Eu, guiada pelo olhar e os caminhos indicados por Magali. Eles, guiados pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da *Myr* Projetos Sustentáveis.

Passamos pelo caminho que Magali fazia diariamente, a pé, até a escola onde trabalhou - Tristão da Cunha, no bairro antes conhecido como Júlia Maria. Agora era Planalto mesmo. Contou-me que seus alunos eram do Biquinhas, São Bernardo e São Thomaz. No nosso trajeto, Magali mostrou-me várias vezes o Biquinhas, que me disse ser uma vila. Casas pequenas, sem acabamento e amontoadas. Foi o que vi de longe.

Do Júlia Maria fomos para o Heliópolis. Construções mais espaçadas, casas que não me chamaram a atenção, diferente daquelas sem acabamento do Campo Alegre, ou as grandes e visualmente atraentes do Vila Clóris. De carro, não pude respirar as ruas como se respira a cada passo. Paramos apenas na praça Pe. Lage - grande, redonda e sem árvores - de onde eu quis fotografar os prédios da Rossi indicados pela Magali. “É isso que querem fazer na Mata!”

Torres duplas. Contou os andares: 16 como no projeto da Direcional. Contornamos o condomínio de prédios. Ela foi me fazendo reparar o tamanho. Piscina, *playground*, estacionamento. “Não vai sobrar nada da Mata!”

Fotografia 10 - Prédios da Rossi no bairro Heliópolis



Padrões construtivos similares aos que se pretende implantar na Mata do Planalto.  
Fonte: da autora (08/12/2015).

Dali fomos para o São Bernardo, que ela me indicou como lugar de morada muito mais antigo que o Planalto. Lembrou-se das casas simples daquele lugar. Segundo Magali, o Heliópolis teria sido ocupado depois do Planalto. Conheceu-o nos barrancos de terra. No São Bernardo mostrado por Magali, ruas cheias. O campo de futebol, de terra, vazio. Mostrou-me uma mata próxima, atrás da qual estava, segundo ela, o São Tomaz. Explicou como o São Tomaz tem a parte de casas melhores e os becos. Perto do Centro Cultural São Bernardo, um bar com música animada e bastante gente tomando cerveja. Um bairro com vida! Diferentemente dos desertos de cimento do Heliópolis e da rua Bacuraus, no Campo Alegre.

Voltando para a casa da Magali, seguimos uma rua estreita, com bastante movimento – no feriado! Rua Maria Amélia Maia. Do lado direito, o Heliópolis. Do esquerdo, o São Bernardo. Magali foi me contando suas impressões, frutos das discussões em uma reunião proposta pela prefeitura, sobre o planejamento de intervenções para o local:

As pessoas aqui andam na rua. Moram aqui há muito tempo. Não tinha esse trânsito todo. Depois da construção da Cristiano Machado e do Planalto é que a rua virou caminho importante. Eles continuam tomando conta da rua, como faziam antes do movimento.

Para mim ficou como a rua dos comércios. Como a Cristiano Guimarães, do Planalto. Mais desajeitada, menos fluida, mais densa e apertada. Seguindo, descobri que na altura do Planalto a rua muda de nome e vira - ou continua sendo - Cristiano Guimarães.

De novo, nas ruas que são para mim referência do Planalto, senti-me confortável. Ali não precisava mais das indicações de Magali. O verde da Mata dá outro ar para as ruas. Na calçada da Magali e na rua perpendicular, até as plantas que nascem sozinhas em volta das árvores e nos buracos do passeio são floridas. Flores azuis, amarelas e brancas.

### ***1.3.4 Padronização e apropriação da diferença: formas de governar<sup>12</sup>***

Do pouco que conheci, a certeza da heterogeneidade. Modos diferentes de habitar a cidade. Padrões construtivos variados, becos, ruas cheias de vida, de gente e música, só para carros, ou quase desertas. Classificar como vetor norte, apropriando-se das diferenças entre estes e

---

<sup>12</sup> Agradeço à Professora Raquel Oliveira Santos Teixeira, por me fazer notar, durante a defesa, a apropriação mercadológica das especificidades dos lugares como instrumento para o estabelecimento da ordem administrativa.

outros bairros de Belo Horizonte - e mais de uma dezena de outros municípios no entorno - para neutralizar seu potencial de alteridade na naturalização de um modelo excludente de planejamento, é, como sugere Li (1999) em seu artigo sobre o programa de reassentamento dos habitantes de lugares isolados na Indonésia, uma estratégia de governamentalidade nos termos de Foucault, que ela assim explica:

Governamentalidade é a forma abreviada de Foucault para o surgimento de uma forma distinta e moderna de poder que visa governar ou regular as condições em que as pessoas vivem suas vidas; a racionalidade que torna a atividade de governo pensável aos seus praticantes e aqueles sobre quem ela é praticada; e a concentração do governo no (expandido) aparelho que nós viemos a chamar de "estado"<sup>13</sup> (FOUCAULT, 1982; 1991; GORDON, 1991 *apud* LI, 1999, p. 296).

É, ao mesmo tempo, por meio da atenção às distinções passíveis de serem apropriadas pelo mercado - como aquelas reconhecidas nas reportagens sobre o bairro Planalto apresentadas anteriormente - e da generalização expressa, por exemplo, na categoria “vetor norte”, que o “estado” encontra meios de estabelecer as condições necessárias para que o projeto de desenvolvimento pretendido pela sua coalizão com - ou seria subordinação às - empresas de grande porte, principalmente aquelas do setor imobiliário, seja legitimado. Se, no caso estudado por Li (1999), a padronização ocorre a partir do termo “primitivo”, no caso do “vetor norte” o termo “periferia” pareceu, mais que justificar, exigir todas as intervenções, grandes empreendimentos e projetos imobiliários em sincronia com os investimentos públicos em infraestrutura. Como se lê no EIA do Residencial Rossi Planalto (2010):

De fato, a importância política, econômica, social e urbana do vetor norte da RMBH passará por grande transformação, reordenando uma nova centralidade metropolitana e **alterando a vocação periférica de toda aquela região**, proporcionando o incremento da diversidade de uso e ocupação, das atividades turísticas, de serviços e indústrias limpas (MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS, 2010, p.14, grifos meus).

A “vocação periférica” do vetor norte também é indicada como uma característica a ser evitada ou superada no Programa e Ações Imediatas para o Vetor Norte (INSTITUTO HORIZONTES, s/d.), elaborado pelo Instituto Horizontes a pedido do Governo do Estado de

---

<sup>13</sup> Tradução livre do original: *Governmentality is Foucault's short-hand for the emergence of a distinctive, modern form of power which seeks to govern or regulate the conditions under which people live their lives; the rationality that renders the activity of government thinkable to its practitioners and those on whom it is practiced; and the concentration of government in the (expanded) apparatus we have come to call "the state"* (FOUCAULT, 1982, 1991; GORDON 1991 *apud* LI, 1999, p. 296).

Minas Gerais. Nesse sentido, essa expressão categorizante naturaliza o injusto e segregacionista processo de conformação do espaço urbano, que remonta às origens da cidade.

Ao tratar sobre a formação do vetor norte, o documento divide-o em quatro seções, direcionando aos municípios do entorno do aeroporto Tancredo Neves o foco das atenções do Plano de Ações Imediatas. Lagoa Santa, Vespasiano, São José da Lapa e Pedro Leopoldo são colocados em destaque devido aos investimentos públicos e privados que receberam, despertando “a atenção para essa região e, conseqüentemente, a necessidade de se elaborar um Plano de Ações Imediatas, com o objetivo de integrar e organizar as ações modificadoras, no sentido de um desenvolvimento sustentável” (INSTITUTO HORIZONTES, s/d., p. 11). A leitura do documento leva a entender esse grupo de municípios como balizadores da nova “vocalização” do eixo norte. É a partir dessa vocalização que se propõe o planejamento de todo o vetor, combatendo a “expansão desordenada nessa região” e especialmente o processo de “reprodução de periferias” (INSTITUTO HORIZONTES, s/d., p. 12) que se esforçam por reverter em Ribeirão das Neves - Justinópolis - e Santa Luzia - São Benedito. Percebe-se também preocupação em evitar tal “reprodução de periferias” no entorno das áreas para onde se direcionam investimentos que viabilizem um “eixo de inovação tecnológica” estadual e a ocupação intensiva nas proximidades “do complexo ambiental do Carste”.

Também nesse caso, como na Indonésia de Tania Li, o caráter vago da classificação administrativa “vetor norte” - que remete à ideia de periferia<sup>14</sup> - não parece ser acidental. Ao contrário, abre espaço para as tais intervenções e melhorias, para os planos de desenvolvimento que são parte da rotina do aparato estadual e por meio do qual o “estado” diz-se portador do bem comum (LI, 1999). Esses grandes projetos em nome do desenvolvimento “desencadeia[m] uma desestruturação das formas de uso e ocupação do espaço, de organização da vida cotidiana, alterando valores estabelecidos, materiais e simbólicos” (COSTA, s/d, p. 1).

Outro trecho do EIA ajuda a compreender as conseqüências da generalização:

---

<sup>14</sup>Lembro-me de quando cursava o ensino médio numa escola particular e um dos colegas era pejorativamente chamado de ZN (zona norte) por seus modos associados à periferia.

Diversas ações e empreendimentos são anunciados para a região. Alguns já se encontram em plena execução, demonstrando claramente a alteração da vocação urbana, social e econômica do vetor norte, marcado num primeiro anel como um **“transbordamento” da periferia** de Belo Horizonte, mesclando usos múltiplos ao longo dos diversos municípios (e anéis), mas **certamente oferecendo uma significativa área de expansão urbana para dar vazão ao investimento público e privado frente às oportunidades e demandas que se anunciam** (MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS, 2010, p.14, grifos meus).

Essa periferia, que já foi lugar da ocupação espontânea e do crescimento longe dos olhos do Estado, tem agora suas peculiaridades na mira, de modo a torná-la apta a receber a lógica das “oportunidades e demandas que se anunciam”. Oportunidades e demandas sem sujeitos definidos. Uma lógica de planejamento apresentada como naturalmente dada, quando o que há é um esforço para seu estabelecimento e reprodução. A ausência do desenvolvimento, presumida na ideia de “periferia” associada ao vetor norte, atesta o espaço livre para que as especificidades de cada local sejam tomadas como atributos para a especulação imobiliária.

O vetor norte da RMBH recebeu, nos últimos 25 anos, ondas de investimentos públicos e privados visando à modernização econômica e à inserção regional em um contexto produtivo internacional. O Governo do Estado de Minas Gerais investiu em uma série de projetos de infraestrutura, como a expansão do aeroporto Internacional Tancredo Neves, com o objetivo de transformá-lo em aeroporto-indústria, a linha verde e a Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, no bairro Serra Verde, às margens da linha verde. Para a Cidade Administrativa, novo conjunto de arquitetura modernista assinado por Oscar Niemeyer, foi deslocada a maioria das instituições públicas estaduais e o Palácio do Governo.

Entre os investimentos do município de Belo Horizonte no vetor norte estão a estação de metrô Vilarinho e o terminal de transporte urbano de mesmo nome, contíguos ao *Shopping Estação*, e o Parque Tecnológico de Belo Horizonte - BH-TEC. Localizado nas proximidades da UFMG, o BH-TEC, parque de incentivo à pesquisa e à inovação tecnológica, foi construído por meio de parceria entre o município, a UFMG, o Governo do Estado de Minas Gerais, assim como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MINAS) e a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) (COSTA, s/d.). Outros investimentos planejados são as Operações Urbanas do Isidoro e Nova BH –, modelo de parceria público-privada (PPP), por meio do qual se pretende reformular a ocupação da área.



Os objetivos de tais políticas de intervenções - que são justificadas em nome do desenvolvimento - são regular e urbanizar os bairros populares já existentes e, mais ainda, evitar novas frentes de urbanização periférica na região, por meio do estímulo à instalação de atividades turísticas e loteamentos fechados. Nos moldes da ocupação elitizada do “vetor sul” da metrópole, “a esperança é que a valorização do território municipal evite a reterritorialização de grupos não desejados oriundos de outros municípios” (LASCHEFSKI, 2013, p. 161).

Como propõe Li, para que essas intervenções, que afetam diretamente o modo como as pessoas vivem e experimentam a cidade, sejam percebidas como ações para o desenvolvimento, é necessário certo nível de aquiescência do grupo considerado como público-alvo. Essa concordância não está dada, é construída. É ela que diferencia o “desenvolvimento” das ações coercitivas (LI, 1999, p. 4). No entanto, esse consentimento nunca é unânime ou definitivo. Manifestações do dissenso deflagram conflitos e lutas pela produção de cidades mais sensíveis às perspectivas culturais e políticas dos diferentes grupos sociais.

A seguir serão apresentados alguns casos marcados pela ausência de consentimento diante dos projetos apresentados pelo poder público municipal como ações de desenvolvimento. Iniciativas de resistência ao consenso que, como lembra Rancière (2006, p. 368), “é na verdade o esquecimento do modo de racionalidade próprio à política”.

#### **1.4 Expressões do dissenso na região norte de Belo Horizonte**

Esquemas burocráticos de ordenação e classificação de populações podem ser seguros no papel, mas são frágeis na prática (LI, 1999, p. 4)<sup>15</sup>.

Como visto, o “vetor norte” da RMBH tem recebido na última década uma onda de investimentos públicos e privados. As Operações Urbanas Consorciadas propostas pelo poder público para a região são reafirmações dos esforços de produção daquele espaço a partir da lógica dos interesses dos grandes empreendedores imobiliários.

---

<sup>15</sup> Tradução livre do original: “*Bureaucratic schemes for ordering and classifying populations may be secure on paper, but they are fragile in practice*” (LI, 1999, p. 4).

De acordo com o Plano Diretor de Belo Horizonte:

Operação Urbana Consorciada é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental, podendo ocorrer em qualquer área do município (BELO HORIZONTE, 1996a, artigo 69).

Em 2001, o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), que propõe a atenção à função social da cidade, criou a Operação Urbana Consorciada (OUC) como instrumento urbanístico no Brasil. As OUCs, que têm no seu cerne a PPP, autoriza “flexibilizações pontuais na legislação urbanística municipal e possibilita o financiamento de intervenções públicas com capital privado” (OUC BH, 26/03/2015):

Na prática, as OUCs são reguladas por leis e Conselhos Municipais, que estão sujeitos ao jogo de forças sociais, políticas e econômicas locais. Apesar de seu potencial redistributivo, observa-se que as operações têm viabilizado a conquista elitista da cidade, por meio de empreendimentos particulares realizados à custa de investimentos públicos e remoções de favelas (OUC BH, 26/03/2015).

As Operações Urbanas (OU) Isidoro e Nova BH, ambas aprovadas pelo poder público para a “regional norte” de Belo Horizonte, são filhas da razão consensual que Rancière (2006, p. 380) reconhece como niilista, passiva:

Desse grande automatismo da lei do capital, que é uma razão sem sujeito, um grande querer inconsciente que comanda uma multidão de pequenas razões locais, estritamente confinadas a exercícios de repartição dos benefícios e dos sacrifícios, de adaptação entre o fluxo e o refluxo das riquezas e os movimentos dos corpos sociais. É letárgica: um sono sem sonhos que deve engendrar a paz.

Ambas tiveram sua implantação interrompida pelas vozes do dissenso que insistem em instaurar a política, esse “conflito sobre a configuração do mundo sensível” (RANCIÈRE, 2006, p. 373). Política que aqui não diz respeito ao modo como tais intervenções na lógica urbana foram arrançadas - por meio do “jogo político” -, antes de serem apresentadas para os belo-horizontinos, pelos que respondem pelos órgãos municipais de política urbana e aquelas grandes construtoras, desejadas como aliadas. O embate é pela instauração da política, como propõe Rancière (2006, p. 372):

Conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade, como vimos, não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável.

O que o autor denomina de ordem policial é a razão oposta àquela razão política por ele proposta ou recuperada. A polícia, no sentido ampliado do autor, corresponde às noções habitualmente aceitas como política, que ele descreve como “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”. A polícia sustenta o consenso por meio da vigilância e da repressão que definem, quase sempre implicitamente, o que é visto ou ouvido, o que pode ser dito (RANCIÈRE, 2006, p. 372).

Para ele, o que primeiro caracteriza a racionalidade política não são os arranjos pelos quais grupos e indivíduos fazem coexistir no mesmo plano seus interesses e sentimentos. A essência da política é a oposição entre os diferentes “modos de ser” de cada comunidade, a oposição entre “recortes do mundo sensível”. A razão política não é a razão dos estados, nem a dos indivíduos ou grupos sociais com seus próprios interesses. É a razão do dissenso, do “conflito sobre a constituição mesma do mundo comum” (RANCIÈRE, 2006, p. 374). “Uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável” (RANCIÈRE, 2006, p. 372). A fissura na ordem estabelecida e naturalizada de dominação.

#### ***1.4.1 Operação Urbana Isidoro***

A Operação Urbana do Isidoro foi uma das propostas para a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, de 1996, que integraram o Projeto de Lei 820/09 do Executivo Municipal. Aprovada em 2000, teve seu prazo expirado, sendo reformulada por meio da Lei nº 9.959 de 2010 (BELO HORIZONTE, 2010c; GESTA, 2012).

Atropelando as discussões na Câmara Municipal de Belo Horizonte sobre o projeto de alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo, as alterações no Plano Diretor foram aprovadas

pela Lei nº 9959/10, juntamente com o empreendimento Granja Werneck<sup>16</sup> S/A. – alusão ao sobrenome da família proprietária do terreno -, que ocuparia parte da região da Isidora (BELO HORIZONTE, 2010c; GESTA, 2012).

De acordo com esta lei:

A OU é definida como um conjunto de intervenções destinado a proteger e recuperar ambientalmente a região, por meio de “um processo de ocupação ordenado e sustentável”, que permita a preservação de áreas de grande relevância ambiental e paisagística, especialmente as nascentes e áreas de vegetação expressiva (Id., 2010a, art. 40, §2º). Para tanto, a operação prevê a implantação de dois grandes parques públicos (totalizando 2,8 km²) e estabelece a infraestrutura mínima a ser construída (EUCLYDES, 2014, p. 45).

A OU permitiria, com base no incentivo à verticalização, que fosse construído um número de unidades habitacionais quatro vezes maior do que o permitido para o local antes da sua aprovação. Faria parte da infraestrutura mínima prevista, além de equipamentos públicos, a abertura de sistema viário (GESTA, 2012):

Desta forma, serão construídas cerca de 17.5 mil unidades habitacionais pelas construtoras Rossi Residencial e Direcional Engenharia, que juntas formam a empresa Santa Margarida Empreendimentos Imobiliários a qual é a responsável pela construção da Granja Werneck durante um período de aproximadamente 12 anos (BELO HORIZONTE, 2012 *apud* GESTA, 2012).

Além da contrapartida dos proprietários da área e dos investidores, a implantação da OU Isidoro se apoia na Transferência do Direito de Construir (TDC)<sup>17</sup>, a ser aplicada somente dentro do próprio perímetro da OU, nas áreas delimitadas para este fim, com base nos três graus de proteção em que a área foi classificada (EUCLYDES, 2014).

---

<sup>16</sup> Granja Werneck é o nome do empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida que a Direcional Engenharia planeja executar na região da Isidora, também na porção norte de Belo Horizonte. A região abriga desde 2013 as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, ameaçadas de despejo para a construção de apartamentos que não atendem quantitativamente e qualitativamente aos direitos de moradia das famílias que vivem no local.

<sup>17</sup>A TDC é o instrumento de política urbana pelo qual o Poder Público Municipal autoriza o proprietário de imóvel urbano a alienar ou a exercer em outro local o direito de construir previsto na Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo relativo ao Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB), nos termos do art. 60 do Plano Diretor do Município de Belo Horizonte (PDBH), Lei Municipal nº 7165/1996 (FRAZONI; RENA; PRUDENTE, 2015)

Não bastasse o comprometimento dos recursos ambientais dessa importante área verde da cidade, as obras de infraestrutura e a construção do empreendimento das construtoras Direcional e Rossi impactariam o território quilombola de Mangueiras, caso fosse aprovado. Uma rodovia atravessaria as terras do quilombo e o projeto comprometeria o pleito dos 17 hectares de território quilombola<sup>18</sup>, engessando a comunidade nos dois hectares ocupados até então (GESTA, 2012). As reivindicações pelo reconhecimento do território quilombola abriram espaço para a contestação da OUC (FRANZONI; RENA; PRUDENTE, 2015).

A comunidade de Mangueiras está localizada em uma “área de fronteira” entre Belo Horizonte e Santa Luzia, onde vivem 19 famílias residentes em 15 casas, todos descendentes do casal de lavradores negros, Cassiano e Vicência, que viveram no local desde o início da segunda metade do século XIX, ou seja, antes da criação da cidade de Belo Horizonte. Esse casal, junto com seus 12 filhos, utilizava estas terras para seu sustento e para a reprodução do seu modo de vida, em uma área de aproximadamente 387 mil metros quadrados. Do território original, o grupo hoje vive em cerca de 17 mil metros quadrados, dos quais aproximadamente 90% apresentam fortes restrições ambientais devido à forte atividade da área e das inúmeras nascentes de água (Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais da UFMG - NUQ, 2008 *apud* GESTA, 2012).

Diante da iminência da aplicação do plano, uma comissão foi criada para acompanhar a implantação do empreendimento, da qual fez parte um representante do Quilombo. Após reivindicações o território do Quilombo de Mangueiras foi classificado como Área de Diretrizes Especiais (ADE), culminando na sua proteção (GESTA, 2012). Segundo relato do representante quilombola durante a Oficina de Atualização do Mapa dos Conflitos Ambientais do GESTA-UFMG, o reconhecimento como ADE, entretanto, não solucionou o problema de perda da autonomia dos quilombolas, sujeitos ao consumo de água da COPASA, depois que obras pluviais próximas e esgotos clandestinos do bairro vizinho comprometeram a saúde das nascentes que abasteciam a comunidade. As obras da OU não foram iniciadas.

Em 2013, cerca de 800 famílias ocuparam a área da Isidora, nome do ribeirão que corta a região. As três frentes de ocupação que se estabeleceram no local, Rosa Leão, Vitória e Esperança, somavam em 2014 em torno de oito mil famílias, antes moradores de aluguel, que reivindicam condições mais justas de acesso à moradia. Até o fim desta escrita, os três grupos

---

<sup>18</sup>No dia 14 de janeiro de 2016 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu publicamente, por meio do Diário Oficial da União, o território de 18,6 hectares como terras remanescentes do quilombo de Mangueiras, com base em relatório antropológico elaborado pelo Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais (NUQ-UFMG).

ainda ocupavam a área. Desde 2013 até hoje foram muitas as tentativas de negociação nas três instâncias de governo (GESTA, 2014). Em 2013, um acordo firmado entre o Ministério Público de Minas Gerais, a Defensoria Pública, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as Brigadas Populares e a prefeitura decidiu pela participação das ocupações da Isidora no processo de regularização fundiária. Acordo que se mostrou fictício quando, meses depois, os moradores foram informados por um representante da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) que a solução proposta para o caso era o despejo das famílias (GESTA, 2014).

Fotografia 11 - Faixas expostas durante o OCUPADirecional, manifestação dos moradores das ocupações da Isidora em frente à sede da Direcional em Belo Horizonte



Entre as faixas está a do movimento pela preservação da Mata do Planalto.  
Fonte: da autora (19/05/2015).

Além das constantes ameaças de despejo, inclusive com uso da violenta Polícia Militar de Minas Gerais, as ocupações são frequentemente acusadas pela degradação ambiental da área – um argumento a mais para pressionar a remoção<sup>19</sup>. Entretanto, poucas vezes são trazidos à

<sup>19</sup> Para mais informações sobre ambos os casos inseridos na região da Isidora, consultar o Mapa de Conflitos Ambientais do GESTA disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/> Acesso em: 12/01/2016.

discussão os impactos que seriam causados pelos 200 mil moradores que ocuparão a área, no caso de se levar a cabo a Operação Urbana.

Como sugere Laschefski (2013, p. 160) sobre o caso, “aparentemente, há certa aceitação da hipótese de que a preservação das áreas restantes pode ser alcançada por meio da agregação de valor aos imóveis, visando compradores que procuram proximidade com as belezas cênicas das paisagens da região”. Na mesma direção, os responsáveis por tais políticas de elitização do espaço urbano negligenciam “o fato de que os moradores de alta renda são geradores de intensos fluxos de veículos, de novas necessidades de consumo, de sofisticada infraestrutura urbana e regional, o que configura novos desafios para o planejamento urbano” (COSTA *et al.*, 2011 *apud* LASCHEFSKI, 2013).

Também não são levadas em conta as possíveis consequências da especulação acelerada desencadeada pelo empreendimento Granja Werneck que, a propósito, desconsiderou o regulamento da OUC que previa que 10% das habitações construídas no local fossem destinadas, por meio da Política Nacional de Habitação, ao atendimento de famílias com renda de até seis salários mínimos. As Organizações Não Governamentais (ONGs) envolvidas na questão buscam contribuir técnica e administrativamente sem dedicar atenção aos processos políticos que possibilitam tal “elitização do espaço urbano, adotando uma concepção de sustentabilidade que visa, sobretudo, agregar valor de troca aos imóveis comercializados” (LASCHEFSKI, 2013, p. 160-161).

Como lembra ainda Laschefski (2013), ao investir na atração de empreendimentos imobiliários privados, como os empreendimentos Granja Werneck e o Residencial Planalto - com o qual se pretende ocupar a Mata do Planalto -, o governo municipal se insere na concorrência do “mercado de cidades” (VAINER, 2000 *apud* LASCHEFSKI, 2013), onde as áreas de vegetação expressiva e presença de “recursos” hídricos são visualmente valorizados por formarem uma paisagem agradável e uma sensação de segurança social - barreiras físicas que os separam dos de fora - sendo apropriados como importantes elementos de marketing.

Esses dois conflitos registrados pelo GESTA-UFMG, como tantos outros que podem ser consultados no *site* do Observatório de Conflitos Ambientais, além daqueles que não foram registrados, são situações exemplares do dissenso. Do conflito, das discussões, argumentações e ações que anunciam outras lógicas de ocupação do espaço da cidade, que clamam por

reconhecimento ao mesmo tempo em que se fazem reais (RANCIÈRE, 2006). Desmascaram consensos, ainda que a cidade neoliberal do desenvolvimento - para pouquíssimos - continue a ser hegemônica na nossa sociedade.

Colocar em pauta a segunda Operação Urbana que aqui nos interessa abrirá caminho a dois outros embates entre o poder público municipal e moradores dos bairros da regional norte, desta vez pela criação de áreas verdes. Ambos, centrais para o surgimento dos esforços pela preservação da Mata do Planalto. Não deixaremos de lado os conflitos situados na Isidora, cujos percursos encontram aqueles da Mata do Planalto.

#### ***1.4.2 Operação Urbana Consorciada Pedro I***

Lançada publicamente no último trimestre de 2013 com o nome de Nova BH, a Operação Urbana previa transformações urbanísticas para o entorno das avenidas Antônio Carlos, Pedro I e do eixo viário leste-oeste, composto pelas avenidas Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa.

A Nova BH vinha sendo planejada de modo nada transparente nos anos anteriores à sua apresentação pública, e foi apresentada para os grandes empreendedores do mercado imobiliário mineiro antes que os moradores das áreas às quais se destinavam as interferências soubessem do plano. O terreno já vinha sendo preparado desde 2010, quando a revisão do plano diretor da cidade, por meio da Lei Municipal nº 9959, demarcou cerca de 30% da cidade como áreas a serem adensadas por meio de Operações Urbanas Consorciadas<sup>20</sup> (OUC NovaBH, 2015).

Essas áreas tornaram-se passíveis de modificações e flexibilizações de parâmetros urbanísticos como o parcelamento, uso e ocupação do solo, potencial imobiliário e regularização de edificações já existentes. Os donos de imóveis e terrenos e os empreendedores imobiliários envolvidos, beneficiados pelas intervenções do estado, têm como obrigação uma contrapartida, paga em dinheiro ou Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC) (CHAGAS, 2013; OUC NovaBH, 2015). Esses títulos emitidos pelo município, correspondentes ao potencial construtivo adicional, ao serem negociados podem

---

<sup>20</sup> Para informações detalhadas sobre a OUC Nova BH consultar o *site* do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG: [http://oucqh.indisciplinar.com/?page\\_id=17](http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=17). Acesso em: 11/01/2016



gerar direitos de construir, para além do potencial previsto, até os limites definidos por lei para a área.

Nesse sentido, a OUC é considerada pela prefeitura um “instrumento de recuperação da mais valia fundiária” (BELO HORIZONTE, 2015b) e os CEPACs um modo de angariar recursos que possibilitem a obra, sem comprometer o orçamento municipal (OUC, 2015). No entanto, o grupo de estudos Indisciplinar da UFMG, ao tecer considerações sobre o uso desses títulos, ressalta as possíveis consequências práticas desse instrumento de política urbana:

[...] Ferreira e Fix (2001) entendem que os títulos podem ser muito mais benéficos para os investidores privados do que para os cofres públicos, pois criam a desvinculação entre a compra de potencial construtivo e a posse do lote, o que gera “um novo tipo de especulação imobiliária, ‘financeirizada’” (FERREIRA; FIX, 2001). Quem possuiu capital disponível durante o lançamento dos CEPACs pode comprá-los, mesmo sem possuir um terreno na área, e aguardar a valorização decorrente das obras da operação. O problema é que, sendo um título, o CEPAC só será interessante se apresentar possibilidade valorização e, para tanto, deve ser emitido em áreas de interesse prévio do mercado imobiliário. Soma-se a isso a impossibilidade de realização de obras menos lucrativas, como habitação de interesse social, nas operações urbanas, uma vez que tais obras reduziriam a valorização dos títulos. Dessa forma, corre-se o risco da especulação imobiliária ser institucionalizada como elemento motivador da renovação urbana (OPERAÇÃO URBANA, 2015).

A Operação Urbana Nova BH foi engavetada após ação do Ministério Público de Minas Gerais, com o apoio do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG, que denunciou a ausência de participação popular e clareza do projeto, exigidos por lei para as Operações Urbanas.

No fim do ano de 2014 a prefeitura retomou o projeto, dessa vez com o nome de Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste-Oeste – OUC ACLO (2015), com uma série de ações propostas pelo Ministério Público a serem cumpridas para um planejamento mais participativo.

O Indisciplinar condensa o histórico dessa Operação Urbana, com os documentos produzidos pela prefeitura durante o processo, planos urbanísticos, atas de reuniões do Grupo Técnico de Discussão em Instrumentos de Gestão e vídeos das audiências públicas produzidos por sua equipe (OUC ACLO, 2015).

A OUC ACLO está dividida nas seguintes “áreas de trabalho”: Leste, Oeste, Centro-Lagoinha, Antônio Carlos e Pedro I, que recebem o nome da porção da cidade à qual se destinam ou, nos dois últimos casos, do eixo viário em torno do qual se distribui. Para chegar às áreas verdes vizinhas à Mata do Planalto, por onde também a alcançaremos, vamos nos ater às propostas da OUC para o entorno da avenida Pedro I, que propõe interferir direta ou indiretamente em parte dos bairros Bacurau, Campo Alegre, Itapoã, Jardim Atlântico, Jardim Guanabara, Juliana, Madri, Mariquinhas, Parque São Pedro, Planalto, Santa Branca, São João Batista, São Tomaz, Venda Nova, Vila Canto do Sabiá, Vila Clóris, Vila São João Batista, Vila Satélite e Xodó-Marize. As intervenções foram planejadas por meio de dois “programas de ação”. O “Programa de Requalificação do Entorno da Estação Vilarinho”, que se estende até as proximidades da Granja Werneck, dialoga com a Operação Urbana Isidoro ao propor um corredor verde de ligação dessa área com Venda Nova e com o “Corredor Verde Parque Lagoa do Nado/ Parque Lareira”, segundo “programa de ação” para a área (BELO HORIZONTE, 2015b).

Em maio de 2015, fui convidada por Magali para participar da reunião de discussão sobre os instrumentos de gestão da OUC ACLO, marcada para o dia 14 do mesmo mês.

Cheguei com um pouco de atraso ao quarteirão sem saída da avenida Álvares Cabral, quase esquina com avenida Augusto de Lima, no centro de BH, para onde estava marcada a reunião naquela quinta-feira à tarde. Quando passava pela recepção do prédio, Eugênia também chegou. Subimos juntas. Todos os presentes na reunião já haviam se apresentado. Nós também nos apresentamos. Magali e Margareth estavam sentadas à mesa oval no centro da sala. Sentamo-nos perto da porta nas cadeiras próximas da parede, que formavam uma espécie de círculo externo à mesa central. Os mediadores da reunião, funcionários da estrutura do governo municipal, estavam próximos da cabeceira da mesa, diante da parede na qual se projetavam os *slides* que destacavam os pontos a serem discutidos.

Pretendia-se discutir naquela reunião os mecanismos de gestão da Operação Urbana Consorciada. Estavam presentes representantes das várias associações de bairro envolvidas, alguns moradores não vinculados a associações, representantes de universidades como arquitetos, especialistas em política urbana, representantes do Projeto Indisciplinar, de alguns setores da prefeitura, do COMAM e do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR). Éramos mais de 40 pessoas. O intuito era apresentar o programa e as propostas de gestão,

como estruturado nas reuniões e discussões anteriores e a partir das contribuições recebidas pela internet. Só então eram esperadas novas sugestões. Os moradores e representantes das associações de bairros envolvidas, ansiosos por compreenderem a OUC e por manifestarem a indignação diante dos pontos com os quais não concordavam, por diversas vezes tomaram a palavra. Desse modo, o tempo da reunião não foi suficiente para as apresentações planejadas pela equipe técnica de discussão dos parâmetros de gestão. Por outro lado, muitas dúvidas sobre os princípios e o funcionamento da OUC foram levantadas e esclarecidas.

Eugenia, da Mata do Planalto - foi assim que ela se apresentou - conseguiu um lugar à mesa central e foi logo apresentando seus questionamentos. “[A OUC] Funcionou nos outros lugares em que foi feito? Qual o percentual de erro?”

Thiago apresentou a OUC como um instrumento urbanístico que compõe o Estatuto da Cidade. Instrumento este que, segundo ele, tem demonstrado sucesso do ponto de vista econômico e sérios problemas do ponto de vista urbanístico, principalmente sociais e ambientais. Considerou que, como um instrumento para função social da propriedade, é interessante se usado na sua origem. E reforçou o intuito de minimizar os problemas, inclusive a partir das discussões daquela reunião, pontuando a importância da sociedade na gestão da OUC.

Um dos presentes, morador da Lagoinha - se me lembro bem -, perguntou em tom combativo: “Qual o benefício para as pessoas pobres? Terem suas casas desapropriadas? É benefício?”

Diante dos comentários cheios de descontentamento e indignação, o moderador da reunião asseverou: “A cidade é o lugar do conflito! Algumas propostas se contradizem e por isso é impossível contemplar todas”.

Ao meu lado, um senhor reclamava o tempo todo dos comentários e perguntas, considerando-os impertinentes. “Tudo isso já foi discutido e é repetitivo para mim, que acompanhei todas as reuniões desde o início”. Chegou a pedir a palavra, por uma **questão de ordem**, para sugerir que fossem feitas reuniões de repescagem. E sugeriu que fossem feitas reuniões de nivelamento de informações, em outro momento.

Enquanto vários representantes de associações se manifestavam e o mediador pedia a oportunidade de terminar sua apresentação, Magali se manteve em silêncio. Quando tomou a palavra, pediu que fosse colocado na projeção o mapa da OUC para o Corredor Verde Parque Lagoa do Nado/ Parque Lareira. Elogiou a equipe de apresentação da OUC chamando-os de gênios que, no entanto, tinham cedido à pressão do Poder Executivo, estabelecendo um **se** para a preservação da Mata do Planalto, ainda que o encaminhamento da preservação integral tenha sido feito durante a IV Conferência Municipal de Política Urbana. Estava se referindo ao mapa dessa área da OUC, apresentado na página 168 do documento entregue a todos os presentes, que apresenta os programas de ação da OUC - e que me serve de recurso para a escrita desta seção. Na descrição do mapa, a Mata do Planalto é desconsiderada no programa da seguinte forma: “recurso para implantação do parque, **se** viabilizar parceria com proprietários e empreendedores” (BELO HORIZONTE, 2015b, p. 168, grifos meus). Magali continuou sua fala lembrando “o sofrimento total” da região do Planalto, referindo-se às desapropriações para a construção dos viadutos na regional norte e à queda do viaduto Batalha dos Guararapes, na Pedro I, próximo do Parque Lagoa do Nado, em julho de 2014.

Enquanto a maior parte dos presentes parecia concordar com Magali, pela fisionomia e os acenos com a cabeça, vi duas pessoas cochicharem sobre a incoerência de tal comentário, por considerarem a existência de outras regiões muito mais sofridas que o Planalto. “Se ela diz que o Planalto é sofrido é porque não conhece outros lugares da cidade” - uma delas afirmou ainda em sussurro, citando lugares que considerou muito piores, na própria regional norte.

Sempre em tom grave, indignado e caloroso, Magali falou da “turma” do Planalto que está “queimando” o nome da Direcional: “Não vamos deixar construir nada naquela mata!” E houve palmas dos presentes. “Sergio Myssior do COMAM, que está presente, escuta aqui: Vocês têm que se fazer respeitar, se não, vamos perder o respeito por vocês”.

O mediador, representante da PBH, justificou dizendo-e que o “se” não é um recuo, mas a Mata do Planalto é uma área particular:

Nós não podemos fugir à realidade.

Se o município acha que é importante, que desaproprie! - considerou Sérgio Myssior.

Margareth frisou que só existe um se para a Mata do Planalto, porque se trata do interesse de um empreendedor imobiliário milionário. “Porque não existe um ‘se’ para a desapropriação na Vila Calafate?”

O homem com os comentários críticos ao meu lado, que agora estava sentado na cabeceira da mesa central, próximo dos mediadores, apressou-se a dizer que a Mata do Planalto tratava-se de uma questão de propriedade: “Passar por cima da propriedade é complicado. A sociedade civil e poder público não respeitam a propriedade. Acho bacana aquilo virar parque, sou vizinho. O problema é que a coisa não é muito cirúrgica, não tem critério. É preciso uma governança descente”.

A esta altura, a sala já estava bem vazia. A reunião ultrapassou, e muito, o horário previsto de término, 17 horas.

O documento informativo sobre a OUC indica como objetivo do “programa de ação Corredor Verde Parque Lagoa do Nado – Parque Lareira” o adensamento da região à qual se destina, principalmente das margens da Pedro I, de modo a otimizar a utilização da infraestrutura já disponível, associado à “liberação de áreas livres de uso público para viabilizar Corredor Verde de articulação dos parques” (BELO HORIZONTE, 2015b, p. 166). Para a Mata do Planalto, propõe a:

Demarcação como área de preservação ambiental 1 associado a projeto especial para tentar viabilizar parceria com proprietários e empreendedores para garantir implantação de parque em toda área e direcionamento do empreendimento licenciado para outra área da OUC (BELO HORIZONTE, 2015b, p. 167).

A meu ver, o documento é de fato reticente no que diz respeito à inserção da Mata do Planalto no projeto do Corredor Verde. O que se propõe com ênfase é a requalificação do Parque Lagoa do Nado e a implantação do Parque Lareira, no terreno do condomínio Clube do Lareira. As falas do mediador da reunião e do conselheiro do COMAM reportadas anteriormente dão indícios dos arranjos que configuram essa situação.

As informações trazidas acerca dos conflitos que emergiram da proposição das OUs aqui descritas parecem suficientes para que se note a diferença entre as formas de contestá-las. No primeiro caso, os moradores do quilombo de Mangueiras e das ocupações Rosa Leão, Vitória

e Esperança se posicionaram, inclusive espacialmente, contrários à OU Isidoro. Ainda que a Nova BH tenha sido freada e que o representante do Indisciplinar tenha deixado claro a posição contrária do grupo de pesquisas à OUC ACLO, a frequência às reuniões definidas pela prefeitura e o teor das discussões durante as reuniões - mesmo que alguns dos presentes tivessem feito intervenções que parecessem contestar a essência da OUC -, o clima foi de negociação. O próprio “Movimento Salve a Mata do Planalto” vê, na inserção efetiva da Mata nos planos da OUC, um caminho seguro para sua preservação completa, “combinando conflito com colaboração” e deixando transparecer a complexidade nas relações com o estado “o objeto dos nossos mais profundos terrores assim como das nossas maiores esperanças”, como o descreve Baviskar (2001, p. 3,19)<sup>21</sup>.

Ao longo deste capítulo, discuti o âmbito administrativo de Belo Horizonte, ou seja, discursos e materialidades por meio das quais o Estado se esforça por assentar sua legitimidade homogeneizante. As lutas dos moradores das ocupações da Isidora, do Quilombo de Mangueiras e da Mata do Planalto são exemplos, na região norte de Belo Horizonte, de reações a esse cenário que se quer concretizar a partir das Operações Urbanas Consorciadas. Entendo essas forças de resistência como produções da localidade (APPADURAI, 2004). Nesta dissertação, a produção de localidade é chave interpretativa importante. As memórias dos sujeitos desta pesquisa e a descrição dos movimentos pela criação dos Parques Lagoa do Nado e Planalto trarão, nos próximos capítulos, melhor ensejo para sua compreensão.

---

<sup>21</sup> Tradução livre do trecho original: “*the object of our deepest terrors as well as our highest hopes*” (BAVISKAR, 2001, p. 3).

## **2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E MUDANÇA: A MILITÂNCIA PELAS ÁREAS VERDES DA CIDADE**

No decorrer da pesquisa de campo, fiz das oportunidades das conversas gravadas o momento de registrar um pouco das histórias de vida daqueles que foram meus principais interlocutores: Magali, Sr. Antônio, Eugênia, Gilson e Iury. Margareth também foi uma delas. Não registramos nossas conversas, sua chegada recente ao grupo a fez considerar que não era o momento. Pedi que me contassem suas trajetórias individuais, antes de se unirem ao movimento da Mata do Planalto. Neste capítulo, recorro às memórias comigo compartilhadas para descrever o panorama de criação dos Parques Planalto e Lagoa do Nado, buscando compreender seus vínculos. Vínculos que se estendem à luta pela preservação da Mata do Planalto.

As histórias individuais e coletivas que trago a seguir retratam os processos de formação dos modos de participar socialmente, de produzir a si mesmos com os mundos em que estão inseridos, nos quais fazer e saber são ações indistintas (LAVE, 1996). Os relatos dos percursos pessoais de aprendizado são, ao mesmo tempo, a história das técnicas de produção da localidade.

Ao desenvolver suas ideias sobre a produção de localidade, Appadurai (2004) destaca e distingue dois conceitos essenciais para a sua compreensão: a localidade e o bairro. A localidade, propõe o autor, “é mais relacional e contextual do que escalar ou espacial”. Como aspecto da vida social, a localidade, como concebida por Appadurai, é dotada de uma propriedade fenomenológica fundamental e se realiza na forma social do bairro. “Os bairros, nessa acepção, são comunidades situadas caracterizadas pela sua realidade, espacial ou virtual, e pelo seu potencial para a reprodução social” (APPADURAI, 2004, p. 237, 238).

As produções da localidade aqui analisadas tomam forma com a criação dos Parques Lagoa do Nado e Planalto e com o movimento pela preservação da Mata do Planalto, que será analisado no capítulo três. Percebo os dois primeiros contextos espaciais e históricos como componentes da Mata do Planalto, um bairro - no sentido de Appadurai - um “centro de interpretação múltiplice” (APPADURAI, 2014, p. 245).

## 2.1 Das fazendas ao engajamento político na cidade: Sr. Antônio e Eugênia

Cheguei às 10 horas em ponto, horário marcado. Encontrei o Sr. Antônio no seu escritório/oficina de ourives. Convidou-me para conversarmos na sua varanda, onde considerou que ficaríamos mais à vontade, mais confortáveis. Ainda no portão surgiu o assunto da Mata do Planalto, a indignação com os trâmites da política. Quando passávamos pelo seu quintal, pediu que eu não reparasse, pois aquilo era como uma “fazenda”. O jardim pequeno preenchido de árvores de pequeno porte. Um pé de mexerica, “muito azeda que só serve para fazer suco!” - apontou sorrindo. Grama, flores, vasos de plantas. A varanda, sobre a sua loja? Uma área livre, coberta por telhado colonial, com uma mesa grande. Foi logo me mostrando a Mata do Planalto.

Sr. Antônio falou da vida na fazenda e de como aprendera a lidar com o meio ambiente:

Eu sou o filho caçula, né? Vou falar com você que eu estou com quase 78, porque eu vou fazer 78 em agosto. [...] Olha, eu sou autodidata, eu nunca tive escola. Mas eu leio muito, sabe. Eu tenho assim, esse meu conhecimento de ler muito. Você vai na minha mesa lá tá cheia de livro.

[...] Fui criado pelo mundo, mas gostei sempre dos bons princípios. Tive uma criação de fazenda, em compensação tive honestidade.

Eu também já fui defensor do meio ambiente desde mil novecentos e... desde que eu morava em fazenda. Morei muito tempo em fazenda, já tinha o dom de defender o meio ambiente. Isso é no sangue, né? Papai também era. Ele era o melhor marceneiro que tinha na região. Ele fazia os móveis assim... e ele nunca... tinha uma mata virgem na fazenda lá em... próximo de Curvelo, ele não cortava uma árvore, uma árvore lá. Só quando ela secava, morria, ele ia lá e tirava com muito cuidado para não cortar as outras. Ele sempre defendia o meio ambiente. Ele era semianalfabeto e ele sempre defendeu o meio ambiente. Morreu com [...] quase 90 anos, mas sempre defendeu pelo meio ambiente e eu, [...] também segui a mesma coisa, [...] defendendo o meio ambiente. Há muitos anos!

Trouxe para Belo Horizonte e para a Mata do Planalto o que aprendeu na fazenda e no dia a dia com seu pai. Ao mudar para o bairro Planalto, proporcionou à sua filha o ambiente para o aprendizado.

Quando eu mudei para Belo Horizonte eu morei na Lagoinha. Você é jovem, não sabe, a Lagoinha era pesada. [...] Ainda brinco, quando querem me passar pra trás eu digo: Eu? Sou morador de Lagoinha! [risos].



Eu pegava essa minha filha e a minha esposa, eu tinha fusquinha e eu entrava no meio dos... uma estrada de chão ruim pra caramba, lá saindo no Campo Alegre. Tinha uma cerca e uns cabos de aço e aquele córrego Bacurau era muita água, muito peixe, muita água, então a gente ia lá pescar. [...] Já pesquei aqui nesse córrego Bacurau em 1974, ela tinha dois anos de idade. E essa minha filha, dentro daquele parque ali, ó, toda vida ela teve interesse em ser veterinária. [...] Dentro do parque ali era uma lagoa, tinha uma taboa. Sabe o que é taboa? Lá tinha muito peixinho e ela... a gente pegava as piabas, o peixinho assim na mão. [...] E ela falava, não pode matar não, tem que soltar. Ela tinha três anos. [...]

Em suas pesquisas sobre a produção de conhecimento, Lave (1996) define o aprendizado como participação social. A partir dessa perspectiva, o transmissor do conhecimento ou professor deixa de ser o sujeito primordial da transformação. O ensinar é visto não como uma explicação para o aprender, mas como um acessório do aprendizado na prática. É o aprendiz quem está no centro da relação ao transformar seus modos de estar no mundo. Ao falar de si mesmo, do seu pai e de sua filha, Sr. Antônio descreve aprendizes, aprendendo a partir da ação no contexto em que estão inseridos. Fala a seu modo do que Lave (1996, p. 157) nota no aprendizado entre os alfaiates Vai e Gola na Libéria: os sujeitos e os mundos onde estão engajados se constituem mutuamente. Para Lave (1996, p. 154), “estes intrincados padrões de relações entre prática, espaço, tempo, corpo, relações sociais, curso da vida” são o conteúdo do aprendizado e o que o torna efetivo.

O ex-presidente da ACPAD fez questão de marcar a sua desconfiança em relação à política partidária, sem deixar de reconhecer seu próprio engajamento político no ambiente da cidade. Engajamento que mostrou estar intimamente relacionado à sua inserção social em lugares por onde passou:

Mas você sabe que tem gente que defende o meio ambiente, mas tem, aí vai ser político. Nunca quis ser nada, político nenhum. Meu tio foi vice-prefeito da cidade, eu nunca quis ser nada. Eu sempre gostei de trabalhar pro social. Eu arrumava enterro de todo mundo, conhecia todo mundo na minha cidade, [...] eu nunca quis ser político.

Foi o Sr. Antônio quem ajudou a fundar, em 2003, a primeira associação comunitária da qual participou, no bairro Campo Alegre. Desde então, como presidente ou vice-presidente, esteve sempre envolvido nas associações de bairro da região. A não ser por alguns meses em que ficou fora, quando se mudou para uma cidade do Triângulo Mineiro onde foi morar em um apartamento. “Não adaptei, fui morar num apartamento e passarinho num dá pra ser preso,

não. Eu gosto de livre!” Esteve na organização da ACPAD até 2012, quando Magali assumiu a presidência. Segue orientando o movimento pela preservação da Mata do Planalto.

No fim dessa primeira entrevista senti-me completamente apaixonada pela pesquisa de campo, pelo mestrado em Antropologia. Emocionei-me muito ao ouvir o Sr. Antônio. Nossa conversa foi longa. Talvez até mais longa do que deveria. Entre diálogos e documentos passamos do meio-dia. Hoje me emociono outra vez ao lembrar sua esposa que, ao fim da conversa, me recebeu em seu quarto, de onde não havia saído durante toda a manhã. O repouso se devia ao cansaço por causa de “um probleminha no coração”. Combinamos de conversar depois da cirurgia! Dona Íris não resistiu à cirurgia. Muito atuante no bairro e na defesa da Mata do Planalto, Dona Íris foi, até dias antes da cirurgia, a responsável pelas atas das reuniões da ACPAD.

Assim como Sr. Antônio, Eugênia nasceu em uma fazenda.

Eu nasci na roça mesmo, na fazenda. Aí, na beira do rio, a gente morava na beira do rio, era uma casa pequena, um terreno bem pequenininho. Depois meu pai comprou uma fazenda que nós temos até hoje. Ela chama Fazenda Brasília. Ele chamava de o cantinho do céu dele. E eu fui criada nessa fazenda até os 12 para 13 anos. A gente morava na fazenda, ia para a cidade estudar, até que ele comprou uma casa na cidade. A gente mantinha a fazenda, tudo a mesma coisa. Então o meu contato com a área ambiental é muito grande, desde cedo! Eu fui nascida e criada no mato! A gente adorava a mata, a gente adorava plantar, a gente adorava colher tudo o que a gente plantava. Aí nós mudamos para Ferros. [...] A fazenda dista 11 quilômetros da cidade. Antes a gente estudava na cidade e voltava todos os dias pra fazenda. [...] A gente fazia esse trajeto todo santo dia. Tinha dia que pegava carona, tinha dia que não pegava carona (Entrevista com Eugênia, 11/06/2015).

Durante esse período da sua vida, Eugênia estudava de manhã. Debaixo de um ipê amarelo, no meio do caminho para a fazenda, Eugênia almoçava com um de seus irmãos a marmitta que o pai entregava, quando passava pela estrada para levar à escola os outros filhos.

Aí eu fiquei na cidade [Ferros-MG] até os meus 20 anos. Meu sonho era vir para Belo Horizonte, para estudar, para trabalhar e tal. Só que nesse meio termo aí, quando eu tinha 17 anos, meu pai faleceu. [...] Aí nós mudamos pra cá. Eu senti muita falta da roça, porque assim, cidade grande é uma coisa interessante. Quem mora no interior é louco pra vir pra cá. Mas quando você chega, o baque é grande. E um dos motivos da gente vir morar aqui no Planalto, porque na época isto aqui parecia uma fazenda, tinha poucas casas. Tinha ruas que ainda não eram asfaltadas. Então, foi o local que a gente

buscou para morar. [...] A minha sobrinha fala, tia, você saiu da roça, mas a roça nunca saiu de você! E isso é verdade. [...] Você pode pegar a característica da cidade grande, fazer um monte de coisas de cidade grande, mas o seu centro é roça. Não muda essa questão.

Para Eugênia, foi com o dia a dia na fazenda que aprendeu a se engajar nas questões ambientais e foi a apoiada nessa experiência que se envolveu na luta pela criação do Parque Planalto.

Eu sempre fui muito briguenta. Eu brigava por aquilo que eu acreditava. E que eu acredito até hoje. Porque na cidade pequena você não tem esses movimentos grandes. O pessoal é muito pacato. [...] Na fazenda, por exemplo, os empregados nossos quando iam cortar uma árvore, eu corria lá pra saber o porquê dele estar cortando aquilo ali. E brigava e xingava [risos!] Aí o pai tinha que intervir: “Não eu preciso de limpar lá. Porque tem tanta coisa aqui”. A água era a mesma coisa. Então assim, eu sempre tive esse veio, puxando pra parte ambiental. Sempre! Eu sempre gostei dessa parte aí.

Também indicou a vida na roça e a luta pelo Parque como definidoras do seu percurso acadêmico: “Se eu não tivesse engajado nessa coisa da Mata do Planalto, talvez eu não estivesse fazendo a pós nessa área hoje”. De fato, para Lave (1996, p. 157, tradução livre), “a participação nas práticas sociais contribui para tornar os sujeitos mais habilitados ao conhecimento”. Eugênia graduou-se em Gestão Ambiental e hoje faz pós-graduação na mesma área.

Ainda que a lide na fazenda seja uma experiência comum entre Eugênia e Sr. Antônio e que ambos tenham relatado suas práticas sociais politicamente engajadas, há diferenças marcantes entre seus modos específicos de participar. Lave (1996, p. 157) explica as diferenças nos “modos de se tornar um participante, modos de participar e modos pelos quais participantes e práticas mudam”, ressaltando, para além da existência de técnicas e ferramentas diferentes de aprendizado, o caráter situado de toda prática, ou seja, as especificidades de cada contexto – de cada um dos contextos em que se inserem os sujeitos.

O círculo social do pai de Eugênia possibilitou desde cedo as conversas sobre política, inclusive política partidária:

Gosto muito de política! Eu lembro que eu tinha dez, nove anos, sempre ia um deputado federal que era amigo do meu pai, quando ele tava de férias ele ia lá pra casa. Mexia e virava eu tava no meio deles lá, escutando a conversa. Não dava pitaco não, porque eu não entendia. O pai falava assim: Que você

tá fazendo aqui, menina?! Eu quero ouvir! [Desta vez rimos juntas!] Que também é outro veio, que também veio de lá, dessa minha infância sempre rodeada desse grupo de pessoas. Mas foi muito legal, viu? Eu ficava sempre ouvindo e tal, essas coisas assim.

Ela faz questão de expressar seu gosto pela política e a incompreensão diante dos que a rejeitam:

A política é uma ciência maravilhosa. Eu acho a política linda! Eu só não concordo com o que os políticos fazem com a política. Eu acho isso aí extremamente nocivo à população. Mas também, não é culpa só deles. É culpa nossa! [...] Por exemplo, sai uma pessoa candidata aí, a primeira coisa que o eleitor pede é: “o que você vai me dar?” Essa barganha que eles querem.

Isso é uma coisa que me deixa extremamente irritada. Ah! eu não gosto de política, eu não quero saber de política. Gente, a água que você bebe tem política. A comida que você come tem política. Tudo na sua vida! Você está inserido neste meio. Porque não gostar da política? Essa aversão do brasileiro me irrita! Eu, quando saí candidata [a vereadora] aqui em 2008, o que eu recebi de pedidos. [...] Ah, não, eu voto em você, mas o que você vai me dar? Eu tô precisando consultar, não tô conseguindo. Eu tô precisando de uma telha, eu tô precisando de cimento. Eu falei não, eu não tô aqui pra comprar voto. Se você quiser votar em mim, você vai votar em mim pelas minhas propostas para a cidade. Não é por aquilo que eu vou te dar não, porque eu não vou te dar nada. Eu vou dar para o conjunto. Se eu ganhar eu vou trabalhar para o conjunto de toda a cidade. Agora, exclusivamente para você eu não dou não.

Eugênia se candidatou a vereadora em 2008 pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Não foi eleita. Frisou que os vizinhos, ainda assim, a procuram para trazer soluções às demandas do bairro: a iluminação de ruas e a falta de remédios no posto de saúde.

Eu também não fujo muito à luta não porque quando eu entrei nessa briga do Parque eu me propus a isso. Quando você pega um embate desse muito grande, que tem uma repercussão muito grande no bairro você fica marcado. Aqui, ó, essa pessoa, qualquer coisa você procura essa pessoa.

Eugênia, assim como Gilson, teve papel fundamental na implantação do Parque Planalto. Junto com outros moradores, fez parte da Associação Comunitária dos Amigos e Moradores do Planalto (ACAMP), criada para legitimar a luta pela criação desse Parque.

Nesta seção, trouxe trechos das entrevistas em que Eugênia e Sr. Antônio falam de si mesmos, de suas origens, de suas práticas sociais nas fazendas e em momentos anteriores às lutas pelo Parque e a Mata do Planalto. Identifiquei-os, com o respaldo de Lave (1996), como processos

de aprendizado. A lide de ambos nas associações de bairro, na criação e definição das formas atuais do Parque Planalto é também forma de participação social, ou seja, aprendizado na prática. A análise desses outros momentos de aprendizado nas práticas sociais de produção da localidade virá nas seções dedicadas a essas lutas.

## **2.2 O despertar da consciência na produção do Parque Planalto: Gilson**

Desde o primeiro contato com o grupo, no fim de março de 2015, ouvi falar sobre o Parque, quando quis saber sobre a Mata do Planalto. Quando, na Câmara dos Vereadores, a Professora Andréa me apresentou o Gilson, um dos primeiros com quem conversei, ele me fez notar a continuidade entre as duas lutas. Sem separar o movimento pela criação do Parque Planalto daquele pela preservação da Mata do Planalto, Gilson contou-me que estava no movimento desde 1991 e que ele foi primeiro pela criação do Parque. Trago a seguir o relato de Gilson sobre os caminhos que percorreu até o bairro Planalto e seu protagonismo no movimento.

Gilson é morador do bairro Planalto há 26 anos. Nasceu na cidade de Muriqui, no estado do Rio de Janeiro. Lugar entre o mar e a serra, ele lembrou, incentivando-me a captar a beleza da paisagem. De Muriqui transferiu-se para a capital, Rio de Janeiro, onde entrou para a escola técnica. Aluno do curso de Engenharia, Gilson foi chamado a estagiar no Amapá assim que se formou. Voltou ao Rio de Janeiro para se graduar em Engenharia, numa escola particular. Lembrou os dias puxados de trabalho e estudo, os longos deslocamentos para ir do trabalho à faculdade, mostrou seu incômodo diante do fato de ser considerado da “elite”, sem que soubessem quanto esforço e dedicação foram necessários para que chegasse onde estava. Gilson é hoje empresário.

“Fiz o caminho contrário da minha mãe”, me contou quando perguntei sobre sua vinda para Belo Horizonte. Sua mãe saiu de Minas Gerais e foi para o Rio de Janeiro, onde se casou com seu pai, de quem Gilson herdou a descendência árabe. Gilson saiu do Rio de Janeiro e veio se casar em Minas Gerais. Antes de se estabelecer no bairro Planalto, morou num apartamento na zona sul da cidade, de onde se mudou por não se adaptar à vida de apartamento.

Ao relatar sua participação nas práticas sociais no bairro Planalto, Gilson falou de mudanças na sua forma de perceber e agir no mundo. São essas mudanças nos modos de participar nas práticas de mudança que, como visto, Lave (1996) define como aprendizado.

Foi consciência. O que eu senti despertar em mim foi consciência. A vida, eu tô fazendo esse ano 64 anos. Então eu uso muito da minha experiência. Experiências passadas. A falta de consciência. Eu já fui totalmente sem consciência. Mas a vida parece que me preparou para essa luta [pela Mata do Planalto], sabe? Eu vivi muitas experiências. Muitas!

Seu primeiro trabalho foi em uma madeireira. Relacionou suas experiências profissionais a um estado de inconsciência a respeito das questões ambientais.

Eu [...] comecei profissionalmente em 1970. Eu fui estagiar lá no Amapá, numa mineradora. E lá tinha gente de fora. Eu lembro que em, em 1970, há 45 anos. Eu me lembro de uma holandesa, uma jovem holandesa, que o pai dela era gerente de uma madeireira que tinha lá. Eu me lembro que uma vez a gente conversando [...], ela indignada: não entendo por que vocês brasileiros não se dão conta dessa riqueza e não preservam essa riqueza. Ela não entendia isso. [...] E tinha uma madeireira. A gente imagina uma madeireira, que transformava madeira em chapa de compensado. Pra exportar para a Europa. São toras que vinham pelo rio, descendo. Toras! Imagina uma coisa gigantesca, transformando em madeira, isso em 1970. Eu convivia com aquilo, como se fosse uma coisa natural. Não tinha culpa! Aquilo era... a madeira tá aí, vamos fazer isso.

Contou sobre outra experiência profissional. Dessa vez no Rio de Janeiro.

Depois, num outro momento da minha vida, profissionalmente, eu era responsável pela área de suprimentos e tinha uma pera ferroviária. Pera ferroviária é onde o trem... tem um determinado momento que o trem tem que voltar. Ele chega no final da linha e tem que voltar. Esse... o que faz a volta, é chamado de pera ferroviária. É no formato de uma pera. Então a gente era responsável pelos dormentes que colocava ali na pera ferroviária. Pro trem. E era dormente de madeira. Eu me lembro que, sem nenhum sentimento de culpa, nós contratamos, eu contratei um profissional da antiga rede ferroviária, que era especialista em madeira. Ele ia pro interior, acho que Mato Grosso, ele selecionava as madeiras pra gente de puro cerne. Puro cerne, sabe o que é o puro cerne? Quando você pega uma madeira, um tronco, tem uma parte dela, que é o centro dela, que é toda maciça. Os outros são camadas. Isso é chamado puro cerne, então, os dormentes, nós queríamos dormentes de puro cerne. Então você cortava essa parte e pegava a madeira do puro cerne. [...] Porque o dormente feito de puro cerne durava, por exemplo, se um dormente quando você pega a parte externa da madeira dura cinco anos, o de puro cerne durava 20, 25 anos. Então tinha até um componente ecológico. Mas na época a minha visão era ecológica, mas não tanto. Era uma visão em termos de investimento. Valia a pena você ter o dormente de puro cerne porque você não precisava trocar em cinco anos. Você trocava em 20, 30 anos. Então nós contratamos um profissional pra ir lá pra desmatar, madeira nativa de puro cerne.

A tomada de consciência, ele considerou, veio com a atuação no movimento pela criação do Parque Planalto:

Então, essas coisas, eu fui adquirindo conhecimento. Até, como eu disse, eu acho que a vida me preparou pra chegar nesse momento, olhar o mundo e dizer: Meu Deus do céu, tem que preservar. Então, pode ser que as pessoas não terem consciência, eu entendo. É muito natural. Eu já fui assim. Cortei árvores para fazer fogueira, vi toras de madeira na selva amazônica serem escoadas para se transformar em lâminas de compensado e achar que aquilo era... era não só normal, como uma boa iniciativa. Eu mandei lá, profissionais cortarem madeira de puro cerne. Não importa se era de uma fazenda, de uma mata, não importa. Então, as pessoas não terem consciência, não é papel. Nós só temos um papel importante, dizer: Vamos acordar, porque isso acaba!

Para ele, a mobilização começou como uma tentativa de impedir que a área pública diante da sua casa fosse exclusivamente ocupada por um time de futebol. Na busca de soluções para o aproveitamento da área, na lide com os órgãos da prefeitura, no plantio de árvores no parque, na preparação, como representante dos moradores, do discurso para a inauguração do Parque, ou seja, na prática social, Gilson construiu o que hoje parece ser parte da sua identidade (LAVE, 1996), a militância pela preservação da Mata do Planalto.

### **2.3 Antes, o Parque Planalto!**

A convite da Magali, fui ao Planalto no último sábado de maio de 2015 acompanhar a visita técnica de alguns geógrafos ao Parque Planalto e ao que é possível ver da Mata do Planalto.

Quando cheguei ao Parque, logo depois do almoço, estavam lá os adolescentes sentados jogando truco na mesa próxima dos aparelhos de ginástica e outro grupo na mesa próxima da quadra, mais distante e escondida. Procurei um lugar com sombra para me sentar também. O céu estava bem aberto, o sol forte e o clima fresco o suficiente para eu me lembrar da minha blusa de frio, que tinha ficado no carro. Sentei-me em um banco ao lado da quadra e, enquanto lia, não pude deixar de estar atenta aos sons que ouvia. Além da conversa dos adolescentes ouvia também a conversa dos vizinhos, que pareciam estar na rua atrás de mim, a que dá acesso ao parque e continua como uma rua interna que passa ao lado da casa construída no interior no parque.

Carros, portões abrindo e fechando. Pássaros cantando o tempo todo, alguns mais distantes, outros próximos. Galinhas também. Um canto alto e estridente vindo das árvores próximas do lugar onde estavam os adolescentes me fez olhar naquela direção. Eles voaram e pousaram no pequeno barranco que descia próximo da quadra, onde a grama falhada dava lugar à terra.

Ficaram ali bicando o chão. Comendo insetos? Eram dois. Nas costas prevaleciam as penas escuras, cinza escuro, eu diria, olhando de longe. Entre elas, penas brancas que pareciam formar pequenas e finas listras regulares. Na cara um amarelo bem forte. Pensei que poderiam ser bem-te-vis, mas não se pareciam com os que eu já tinha visto. Fiquei ali, observando-os. Quando voaram para o alto do poste de madeira, vi que ali estava outro igual. Juntos voaram em direção à Mata. Pensei em como a construção dos prédios acabaria com tal oportunidade de ver pássaros tão diferentes.

Um homem chegou ao Parque pelo caminho que passa atrás da Escola Estadual Maria Luiza Miranda Bastos. De blusa de frio branca, óculos escuros de armação branca e lente multicolor, ele se aproximou da casa de apoio dos funcionários, parou, acendeu um cigarro, veio caminhando para os bancos próximos do lugar onde eu estava. Já chegou conversando comigo! Após constatar que nunca tinha me visto por ali, perguntou se eu morava na região. Como eu disse que não, o homem que parecia estar na casa dos 30 perguntou se eu já conhecia o lugar. Contei ter estado no Parque outras vezes e veio o assunto da construção dos edifícios: “Você sabe que tudo isso vai acabar para a construção de prédios?” – ele quis saber.

Contou-me que às vezes perdia o sono por causa disso. Que conhecia aquele lugar desde criança, que em casa tinham muitas fotos e vídeos feitos ali. Que agora ficava vazio, mas antes era muito frequentado, era muito bom! Tinha bebedouro, campo de futebol. Hoje estava assim tudo acabado, pichado, vazio. Só mesmo eles - a turma do bairro da qual faziam parte os que vi quando cheguei - frequentavam o lugar. “A qualquer hora do dia! De noite e até de madrugada!” Animado, acrescentou: “Conheço aqui como a palma da minha mão”. Disse ser um lugar tranquilo porque era frequentado só pelo pessoal da região. “Mesmo de noite eu poderia ir lá, que nada iria acontecer” - senti na sua fala um ar de orgulho e confiança.

Falou do abandono e do descaso da prefeitura: “falta parte do alambrado da quadra, tudo está pichado, até o campo de futebol a prefeitura tirou!” Lembrou que a única coisa inteira são os aparelhos de ginástica. Que há pouco tempo um dos meninos, doidão, pegou o canivete e cortou algumas borrachas que ficam no lugar de segurar nos aparelhos. Narrou como ele próprio tinha comprado as borrachas e repostado, com o dinheiro dele! Falou do preconceito que muita gente tem por eles ficarem ali fumando, sem lembrar que são eles quem ajudam a cuidar. Todo mundo gosta desse lugar! Mencionou como, juntos, uma vez pintaram tudo! Tiraram as pichações. “Mas não adiantou porque daí a pouco estava tudo pichado de novo. Aí



desanima né... A gente faz, faz e não vê resultado”. Disse ter conversado com os frequentadores do parque e os convencido a não pichar mais. “As pessoas da região não picham mais” - afirmou. Fez uma pausa para me oferecer o cigarro. Eu agradeci e recusei.

Uma adolescente se aproximou com duas crianças, dois meninos. Ela ouviu a conversa durante um tempo e resolveu participar para confirmar o que o rapaz dizia. Contou que o seu pai ia ao parque todo domingo para jogar futebol e a levava junto. Segundo a garota, as pessoas hoje têm medo de ir ao Parque, principalmente as mais velhas. Contou que tinha ido à Câmara Municipal em uma das audiências, a mesma em que inaugurei meu trabalho de campo na Mata. Sobre a audiência, ela concluiu: “Não adiantou nada!” E o rapaz acrescentou: “Parece que já está decidido, que não tem mais jeito”.

Perguntaram-me também sobre a manifestação do dia 23 de maio de 2015, em que cerca de 100 pessoas saíram em passeata pelo bairro Planalto, trazendo nas mãos sombrinhas que simbolizavam árvores. O grupo tomou as ruas, ao som de tambores, cantos populares, hino da Mata do Planalto e falas aguerridas sobre as desapropriações para construção dos viadutos na região, a queda do viaduto dos Guararapes e a investida da prefeitura contra as pessoas e as áreas verdes da cidade.

A passeata terminou na avenida Dr. Cristiano Guimarães, no *Street Shopping*, ocupando a saída do estacionamento com apresentação teatral, roda de capoeira e *show* do grupo Coroa de Ouro Fino - cujo vocalista é militante da Mata - e de um *rapper*, morador do condomínio Granja Verde, que compôs refrão em defesa da Mata.

Os dois moradores do bairro mostraram conhecer a causa da Mata do Planalto e acompanhar, ainda que sem estarem presentes, as ações do movimento por sua preservação.

Fotografia 12 - Passeata em defesa da Mata do Planalto



Fonte: da autora (23/05/2015).

Fotografia 13 - Apresentação teatral após a passeata em defesa da Mata do Planalto



Fonte: da autora (23/05/2015).

Esta foi apenas uma das tantas vezes em que estive no Parque Planalto durante o período da minha pesquisa. No fim de semana, o Parque tinha um movimento bem diferente dos outros dias, quando é local de passagem pra quem vem a pé das partes mais distantes do bairro em

direção à Cristiano Guimarães, dos grupos de maioria masculina que ouvem *funk* e fazem *rap*, fumam e jogam baralho. Naquele sábado, além deles, vi no Parque Planalto pais com crianças, adultos passeando com cachorros e moradores conversando.

O Parque Planalto foi, quase sempre, meu ponto de aterrissagem no bairro. O lugar que eu escolhi para, numa atitude de quase meditação, encontrar, a cada dia de trabalho, a pesquisadora que há em mim - principalmente na aflição do início da pesquisa de campo quando ela estava meio adormecida! Só me tornei consciente desse hábito agora, no momento em que escrevo estas linhas.

Passei pelo Parque antes de me juntar ao grupo que esperava o ônibus para a audiência pública na Câmara Municipal sobre a Mata - o meu primeiro contato com o movimento - e antes de me encontrar com a Magali para que ela me mostrasse a Mata. Antes da primeira reunião com a Direcional, antes da reunião na casa da Eugênia, onde buscavam definir as estratégias para o movimento. Antes da carreta e da reunião da ACPAD para a qual fui convidada. Foi em frente ao parque que estacionei meu carro nos dias das caminhadas que partiram da Igreja Cristo Operário e do terreno da Catedral Cristo Rei. Mesmo conhecendo outros caminhos, é por uma das ruas que termina no parque que eu me habituei a acessar o bairro, ainda que depois tenha que me deslocar para a esquerda - em direção à casa de Magali, Yuri e ao Condomínio Granja Verde.

Antes de pensar em ingressar no mestrado, quando ainda trabalhava na FPM, eu conheci o Parque Planalto. Estava então sob responsabilidade de um colega de trabalho com quem eu compartilhava o carro, as reuniões e o chefe direto. Estive lá durante as férias dele, acompanhando a responsável pela Diretoria Norte da FPM, que enfatizou o péssimo estado físico do parque “depredado” e o desserviço do guarda municipal que naquele tempo estava lotado no Parque: ela o tinha visto dormir durante o horário de trabalho. Foi o que pude ver no Parque naquele dia, salvo a consciência de que tal situação não era responsabilidade apenas da Guarda Municipal ou de quem frequentava o parque, mas também, e principalmente, nossa - minha, do meu colega, dela e de todos aqueles que ocupam os retângulos espremidos representados acima dos nossos, no organograma da prefeitura.

O Parque Planalto ainda é o mesmo que conheci há mais de dois anos, trabalhando na FPM. Na reunião do COMAM, ocorrida em agosto de 2015, na qual a Mata do Planalto esteve em

pauta, uma moradora da região reclamou do descuido com o Parque Planalto, sugerindo a destinação de compensações ambientais para a resolução da questão. O conselheiro, gestor da FPM, lembrou a existência de um processo judicial que exige a reforma do parque, o que, segundo ele, impede que compensações ambientais sejam direcionadas para a reforma do mesmo. A decisão judicial que exige a reforma do Parque Planalto, sob pena de multa, foi tomada pelo MPMG a partir de denúncia da ACPAD sobre a situação do local. O prazo para o cumprimento da sentença foi adiado e nenhuma melhoria foi feita.

Eugênia e Gilson relataram sobre como o Parque surgiu, como uma resposta aos anseios dos moradores do seu entorno. Os dois são vizinhos e há cerca de 25 anos decidiram habitar o “matagal” e a terra vermelha que viam dos portões de suas casas. Para isso, contaram com a ajuda de outros moradores do bairro.

Gilson descreveu para mim como era a área, “pública, mas abandonada”, antes de ser parque: “Era uma área muito mal cuidada [...]. Era totalmente desértica, com erosões, porém ainda havia uma grande quantidade de água lá, que eu me lembro. [...] Era uma água que saía das nascentes que existiam aqui”.

Fotografia 14 - Área hoje ocupada pelo parque antes da recuperação



Fonte: Gilson Cheble, anos 90.

Sobre os motivos que levaram à reivindicação pela criação do Parque Planalto, Gilson disse que “inicialmente não se tinha essa visão ecológica que se tem hoje”. Sendo assim, na sua lembrança, ele e outros moradores se mobilizaram contra a possibilidade de a prefeitura doar aquela área pública para o Aliança Futebol Clube.

Então a prefeitura ia doar essa área para o campo, que era particular, era uma [...] um clube de futebol, o Aliança, o Aliança futebol clube. Graças a Deus naquela época a comunidade percebeu: isso aí é uma área pública, ela não pode ser doada.

Segundo Gilson, a decisão de fazer da área um parque veio a partir da necessidade de propor para a PBH uma destinação para a área que fosse alternativa ao campo:

Igual se falou, vamos botar aqui posto médico, vamos botar coisas públicas, mas intuitivamente, acho, o grupo falou assim: ah, isso aqui tem que ser um parque, tem que ser transformado num parque. Aí conversou-se com o João Bosco.

Perguntei-lhe se se tratava do João Bosco Senra<sup>22</sup>.

Exatamente, João Bosco Senra. Aí nós conversamos com ele e houve uma luta para transformar isso num parque. Nós conseguimos! [...] Nós conseguimos transformar no parque, eu acho que é Parque Ecológico do Planalto. [...] Eu me sinto até privilegiado porque eu fui escolhido para fazer um discurso, um discurso de inauguração pela comunidade. [...] representando a comunidade.

Patrus Ananias (PT) era o prefeito da cidade e esteve presente na inauguração do Parque Planalto.

---

<sup>22</sup> João Bosco Senra é engenheiro sanitarista e ocupou em Belo Horizonte os cargos de Vereador (1989-1992), Secretário de Meio Ambiente (1993-1996), posteriormente ocupando cargos no Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), na Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte. Foi também Diretor de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Fotografia 15 - Inauguração do Parque Planalto



Fonte: Gilson Cheble (1996).

A participação de Gilson na produção do Parque Planalto não se deu apenas pela articulação das demandas pelo Parque no poder público municipal e do pronunciamento do discurso de inauguração. Os investimentos na produção da localidade se deram também por meio de outros instrumentos de afetividade, de atribuição de sentido:

Nós plantamos árvores aqui nessa rua [apontando o mapa na tela do computador] e em contato com o pessoal da Lagoa do Nado, na pessoa do Izinho, ele nos doou as primeiras árvores pra gente plantar. Houve essa doação (Entrevista com Gilson, 08/06/2015).

Fotografia 16 - Plantio de árvores no passeio do parque Planalto



Fonte: Gilson Cheble, anos 90.

A contribuição de Izinho, sujeito local do Parque Lagoa do Nado - como será visto na seção a seguir -, estimulou e contribuiu para as mudanças de participação no bairro Planalto. A localidade produzida na luta pela criação do Parque Lagoa do Nado está reproduzida e reinventada no Parque Planalto. O processo de criação deste, por sua vez, inaugurou o contexto para o surgimento de seus próprios sujeitos locais, como demonstram serem meus interlocutores.

A conversa com o Gilson atentou-me para a importância de ouvir mais detidamente outra moradora, Eugênia, mesmo que já tivéssemos tido inúmeras conversas sobre o movimento e o Parque, no dia a dia dos compromissos com a Mata.

Eu me lembro também, teve uma pessoa que, tem que ressaltar, quem me chamou foi a Maria Eugênia, é uma moradora da região. Me lembro que ela foi lá em casa. Disse: “Ô Gilson, nós precisamos nos mobilizar porque essa área a prefeitura vai doar para o Aliança Futebol Clube”.

Com a Eugênia, o tom foi o de sempre, espirituoso, descontraído, animado e contestador. Preenchido de risadas cheias de som. O trecho que se segue é da nossa segunda conversa - longa o suficiente para atrasar o almoço -, registrada em sua casa em um dia de manhã.

Mayana - A questão do parque foi quando mesmo?

Eugênia – Foi 85 e ele foi inaugurado em 92.

Mayana – Então, espera aí! Você mudou pra cá quando?

Eugênia – Em 85.

Mayana – Você já chegou...

Eugênia – Chegando! [risos] Já cheguei chegando, porque o que aconteceu: essa área do parque aqui que está em frente a minha casa, aqui era um... um matagal. Era uma área descampada. [...] Só tinha terra e grama!

[...] Era uma área... abandonada! Era abandonada porque o pessoal fazia ali de lixão. Todo mundo jogava o lixo ali, foram jogando o lixo ali até que... aí tinha uma lagoa, que os meninos nadavam lá. Os meninos da rua todos nadavam lá. Eles falavam que tinha uma cobra, um monstro lá que comia os meninos. Ih! Era uma das lendas [risos].

Como Gilson, Eugênia também falou do abandono daquela área. Para Eugênia, que mudou para o bairro quatro anos antes de Gilson, a história do movimento pela construção do parque começou já no ano de sua chegada, 1985, momento em que “não tinha nem o colégio Maria Luiza. Era tudo vago”.

Contou como a área foi doada pelo **Marcial do Lago** para os **padres**, que por sua vez doaram para a prefeitura. Sr. Antônio tocou nessa questão quando lembrou que o Colégio Arquidiocesano doou a área para a prefeitura, em troca da não abertura da rua que cortaria ao meio outro terreno seu. Tudo isso antes de ele ou da Eugênia se mudarem para o bairro. Foi a Eugênia quem contou sobre os planos da prefeitura para a área:

Aí o projeto [da prefeitura] era construir uma escola e uma área de lazer. Aí eles [a prefeitura] construíram a escola. Ok, a escola começou a funcionar [...] e a área de lazer ficou ali parada. Até que, eles queriam, eles estavam com a intenção, na época que eles vieram mexer com... [...] ela queria fazer aqui um canteiro de obras. Então a peãozada ia ficar toda aí. Tá... beleza... Aí eu cheguei, tava aqui à noite e uma vizinha bateu à porta aqui e falou: Olha, vamos olhar isso aqui porque eles estão querendo colocar um canteiro de obras aqui. Aí eu fui lá. Eu e minha mãe...

A forma como ocorreu a mobilização em torno da destinação dessa área pública parece fruto do modo como se relacionam - ou se relacionavam - os moradores do bairro. Modo este percebido nos relatos do Sr. Antônio, que compartilhou a água do poço artesiano, aberto em sua casa, com muitas pessoas do bairro. De Eugênia, que se divertiu ao lembrar da turma que jogava vôlei na rua - “todo santo dia, por volta das 17” -, disse ter trabalhado na empresa do Gilson e lembrou-se do tempo em que os vizinhos todos se conheciam. De Magali, que me contou que seu pai era muito amigo do Sr. Antônio, mostrou-me a casa onde morava sua mãe, na mesma rua onde mora hoje, e levou-me para almoçar no restaurante do senhor que, mesmo



não fazendo entregas, levava comida para sua mãe todos os dias. De Yuri, que é casado com a filha de outro militante da causa da Mata, que é amigo de Magali. Reconhecido também nas minhas observações, como em um dia de semana, logo depois do almoço em que, parada em frente ao parque, vi uma moça sair de sua casa, andar um pouco até o outro quarteirão e chamar na casa da vizinha para entregar-lhe a comida que tinha feito - “como sei que você gosta!” Proximidade que percebi nas conversas dentro do ônibus que nos levou para a audiência na Câmara dos Vereadores, das quais eu, que me considero conversada, surpreendentemente tive dificuldades em fazer parte.

A meu ver, a relação de convivência entre esses vizinhos tornou possíveis os movimentos pelo Parque e pela Mata. Ao mesmo tempo, parece que ambos os movimentos intensificam a convivência dos vizinhos, num círculo virtuoso de produção e reprodução de seus saberes e desejos. O aprendizado na relação entre os vizinhos, na luta pelo que anseiam para o seu espaço comum. Anseios que, a partir das histórias de vida comigo compartilhadas, percebo extrapolarem - para alguns - o tempo e o espaço do bairro Planalto. Heranças. Modos de vida trazidos dos seus lugares de origem e adaptados ao ambiente que escolheram habitar. Histórias trazidas no início deste capítulo.

Sobre a relação entre a dinâmica do bairro e o início do movimento, Eugênia salientou:

Uma família ainda! É tipo roça aqui ainda! Porque se você observar o bairro Planalto - e um outro bairro que tem uma característica muito grande de interior, é o Vila Clóris, são só casas - e os vizinhos, a maioria, ainda se conhecem. Então assim, nessa militância nossa, o primeiro que você chama para dentro da causa é o vizinho. Foi o meu caso com o Gilson, como eu conhecia o Gilson chamei o Gilson aí tinha mais outra mulher que morava no predinho aqui. Eu chamei pra ela entrar na causa também. Na época da ACAMP.

Foi também por intermédio de uma vizinha que, em 1985, a notícia do canteiro de obras chegou até Eugênia. Recém-chegada de Ferros, interior de Minas Gerais, junto com seus irmãos e sua mãe, que com ela atravessaram a rua para saber, dos que ali trabalhavam, sobre a veracidade do tal canteiro de obras. Eugênia tornou-se elo central dentro do grupo de vizinhos que resolveu se opor à destinação, proposta pela prefeitura, para aquela área.

Aí quando eles estavam com a intenção de colocar esse canteiro de obras aí nós entramos e fizemos o projeto todo arquitetônico do parque. Porque nós queríamos. Não adianta vir uma pessoa e falar, olha eu não quero esse canteiro de obras. Nós não podemos dar conotação de preconceito, porque são peões de obra. Não! Porque aqui não é local pra isso. Segundo o encarregado seriam mais ou menos mil homens que ficariam ali. Aí nós tivemos que criar, abrir uma associação, nós fundamos a associação ACAMP que é Associação Comunitária dos Amigos e Moradores do Planalto. Aí me jogaram como presidente.

A ACAMP foi fundada para possibilitar a criação do Parque Planalto. Segundo Eugênia, Gilson era vice-presidente da Associação. Ele mesmo declarou não se lembrar da existência de alguma associação de moradores.

E a partir daí nós começamos a correr para a regional norte, para a prefeitura e já levamos o projeto, pronto. Então a primeira etapa nossa... abrir a associação. Nesse período de abrir a associação, montar esse grupo todo, eu acho que foi o Gilson, um amigo dele engenheiro civil, que aí ele já fez o projeto do parque.

Para Eugênia, não houve dúvida em relação ao que queriam para a área: “Nós queríamos o parque! Foi assim de imediato. [...] E aí, assim nós fizemos o projeto, levamos para a prefeitura, a prefeitura comprou a ideia”.

As lembranças e os esquecimentos, a clareza ou não da escolha pelo parque parecem intimamente relacionadas às diferentes histórias e interesses pessoais de Eugênia e Gilson, descritos na seção anterior.

Os esforços na produção do Parque Planalto, do lugar que desejavam, não pararam na criação da ACAMP e na criação do projeto do Parque, aceito pela prefeitura. Eugênia acompanhou de perto a obra e até “embargou-a” quando achou necessário.

[...] e eu sempre acompanhava eu trabalhava [...] no período da tarde, de 14 até as 22 horas. Então meu período da manhã tava mais livre. [...] eu corria pra regional norte, pra prefeitura e fazia acompanhamento da obra. Eu lembro que... isto já 85 pra 86. Então o que aconteceu, na hora que tava fazendo os banheiros aqui da entrada do parque, eu cheguei lá e estava conversando com o engenheiro, que a empresa dele tinha ganho essa obra. Aí tá uma cuba, desse tamanhinho assim, no banheiro. [...] Eu falei assim, mas essa cuba tão pequenininha, quanto que custou isso? Na época, quando ele me falou o preço, eu caí pra trás. Era como se hoje uma cuba, pequenininha custasse seis mil reais. Aí eu falei: Como é que é? Ele pegou a nota fiscal e falou, tá aqui, ó. Aí eu mandei parar a obra.

A obra de fato parou até que Eugênia conseguiu marcar uma reunião com a então secretária de meio ambiente.

Aí ela marcou a reunião conosco 10 e meia. [...] nessa época eu já trabalhava com o Gilson, e o Gilson ele [...] falou: “Eugênia, todas as vezes que você for marcar uma reunião, se eles marcarem 10 e meia, 11 horas, estourando meio-dia, almoça antes ou faça um café da manhã bem reforçado. [...] Isso é tudo estratégia, porque o café da manhã do brasileiro não é um café reforçado, então na hora da fome você aceita qualquer coisa porque você quer comer. O seu cérebro não processa mais. Então tá! Dez e meia? Dez e meia, ok!

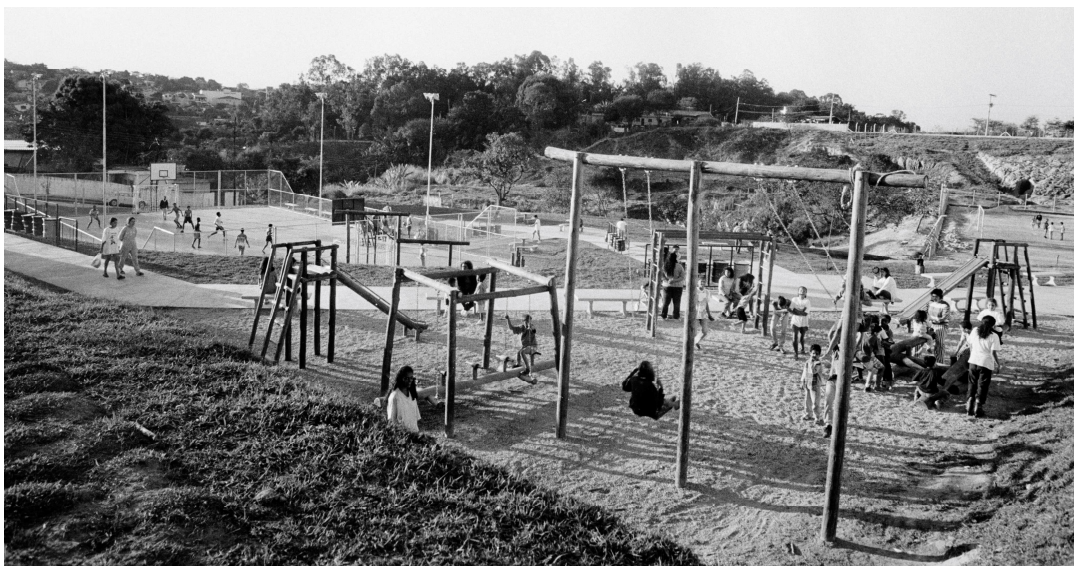
Fiz um arroz com ovo, comi e fui pra reunião. [...] Nós ficamos discutindo lá, nós começamos a pontuar e tal. A reunião terminou às três horas da tarde. [risos] [...] O pessoal ficou roxo, o pessoal ficou azul e eu não deixava... foi proposital pra reunião não terminar antes. Pra aprender a respeitar a população! E assim nós fizemos! Aí a secretária pediu desculpa e tal. E depois a obra continuou.

Como ficou claro na descrição da reunião na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, feita por Eugênia, Gilson também contribuiu com o movimento social pela criação do Parque Planalto, agregando conhecimentos gerados a partir de experiências acumuladas antes e depois de sua chegada ao bairro Planalto e envolvimento nas reivindicações políticas que tomavam corpo no local.

Sobre como era o Parque Planalto quando foi inaugurado, Eugênia havia relatado durante um dos compromissos do grupo da Mata. Breve, ao som de berimbau, roda de samba, buzinas e vozes que, noite adentro anunciavam a insatisfação diante da atuação da Direcional, com destaque para o empreendimento que a construtora pretende erguer na região da Isidora.

Realmente ele era bonito, tinha brinquedo para as crianças. Ele tinha tudo! Era um parque todinho montado! Só que a prefeitura foi deixando. Foi deixando, deixando até ele acabar. Hoje o parque lá [...] é claro que está precisando de reforma, os brinquedos para as crianças não tem mais. Ficou tudo enferrujado e eles já tiraram o que tinha. Aí nós entramos, tem oito anos que nós entramos na justiça pra que a prefeitura revitalize o parque. E a prefeitura não quer. Já entrou, deu ganho de causa para o parque, mas a prefeitura está recorrendo. Tem uma multa de 10 mil aí, rolando todo mês, por ela descumprir esta decisão judicial. [...] E ela não cumpre o que foi determinado pelo juiz. Então, de novo, nós vamos ter que apelar novamente para o Ministério para que ele, de novo, reforce a sentença, ou, seja expedida uma ordem de prisão pro gestor que não está cumprindo esta decisão da justiça. Que é o que nós queremos. Não é que ele vai ser preso, mas só de sair na imprensa...

Fotografia 17- Parque Planalto recém-inaugurado



Fonte: APCBH/ASCOM, 1996.

Gritos no megafone que passava pelas mãos e bocas daqueles que, deixando seu nome na fila da voz, manifestavam vontade se pronunciar, interromperam a nossa conversa. A essa altura, a reivindicação já tinha assumido o ar de festa! Fizemos alguns segundos de silêncio e Eugênia continuou a contar depois de algumas gargalhadas: “Aquilo ali ficou muito bom, mas agora já acabou”. Falou das dificuldades com o antigo funcionário do parque – capineiro! A chefe da Divisão Operacional de Parques Pampulha que fui grita agora na minha mente. E de como reclamaram até que o funcionário fosse trocado.

Ainda tem mais! A prefeitura, na sua competência, ela colocou o jardineiro, que é usuário de droga pra tomar conta do parque. O cara chega 10 da manhã, três horas ele já tava na quadra jogando bola. Todo dia! Com a galera! Depois de tanto nós reclamarmos, reclamarmos e reclamarmos ele foi tirado de lá. Até então era ele que cuidava da limpeza do parque, era ele quem cuidava de fechar os portões. Mas era um cara que não tinha condições de fazer isso. [...] Aí eu ia fazer academia, porque agora tem uma academia da cidade lá dentro, eu ia fazer academia, exercício físico, ele tava jogando bola. [...]

Impossível não me lembrar dos dias em que estive diretamente responsável pelo trabalho desses funcionários na Pampulha, e não na regional norte onde fica o bairro Planalto. Capineiros - os de uniforme laranja que rastelavam folhas, capinavam, faziam aceiros e muitas outras coisas; jardineiros - os de uniforme marrom que plantavam, podavam, adubavam, cuidavam de canteiros, roçavam; e auxiliares de serviços gerais (ASG) que, além de cuidar da limpeza dos escritórios, banheiros, refeitórios e quadras, ainda aguavam plantas e

varriam onde fosse preciso. De fato, as funções variavam de acordo com o parque em que trabalhavam e com o quadro de funcionários lotados no local. Difícil adjetivar essa experiência. Correm no meu pensamento rostos e nomes. Iracema, Paulinho - eram dois Paulinhos, um jardineiro outro capineiro - Valtemir, Sr. Pedro, Marilda, Lili. Mais rostos que nomes. E as lembranças me fazem sorrir! Sorrir de saudade e também de felicidade por estar aqui, e não lá. Não era agradável exigir trabalho, quase sempre pesado, de quem ganhava pouco – quinhentos, seiscentos ou menos! Eles me mostravam indignados os descontos no contracheque. Quase todos com família para sustentar. Alguns ex-presidiários, outros dependentes químicos. Muitos atravessavam a cidade de ônibus, no horário do *rush*, pela manhã e no fim do dia, para trabalhar. Os que gostavam e os que não gostavam daquele trabalho. Os que faltavam toda semana e os que queriam trabalhar mesmo doentes. Todos eles, de algum modo, me ajudaram a ansiar por estar aqui, escrevendo sobre a produção de localidade nas áreas verdes, sobre parques urbanos, sobre injustiça ambiental.

Eugênia contava sobre suas visitas ao Parque para usar os equipamentos da academia da cidade. Quando eu quis saber se muitas pessoas usam a academia, ela me respondeu:

Eugênia – usa, mas só que, por o parque ter ficado um período sem guardas municipais, a quantidade de pessoas usuárias de drogas é gigantesca, então a gente tem medo. Então a gente usa de manhã, no período da tarde nós não usamos. Por medo, porque eles são muitos. Além do que chega os traficantes vendendo droga lá dentro. Muitos. De moto, de carro, você tem que ver. É o tempo inteiro. [...]

“Moro em Jaçanã... Se eu perder esse trem, que sai agora às 11 horas, só amanhã de manhã!” Pandeiro, tambor e as vozes de Magali e Margareth se confundindo com a de alguns moradores das ocupações que formavam uma pequena roda, há alguns passos de onde Eugênia e eu conversávamos, encostadas nas grades colocadas em frente à Direcional. Do outro lado das estruturas de metal na altura dos meus cotovelos, quatro ou cinco policiais. Atrás deles, cercada por tapume e inacessível à nossa visão, a porta do prédio da Direcional. Dos seus funcionários, vimos apenas alguns, que saíram com o dia ainda claro, mal olhando para a multidão que manifestava sua insatisfação, e vultos curiosos que apareciam nas janelas do prédio, que de tão altas pareciam pequenas. Sumiam logo que eram identificadas pelos gritos e vaias daqueles que estavam ali, insistindo em manter seus pés na terra da Isidora, descontentes com os apartamentos que a Direcional planeja construir. Pretende que eles comprem!

A planta dos apartamentos estava ali, pequena, mesmo em tamanho real, desenhada com giz no chão. Acho difícil que as silhuetas nas janelas, como num teatro de sombras - movidas por quem? - tenham notado o desenho. As sombras nas janelas olhavam para baixo e não podiam identificar das vozes as faces onde eu via a raiva e a coragem, a tristeza e a confiança, a garra, a alegria, o medo, que alguns misturavam com cerveja. Estávamos - Eugênia, Margareth, Magali, outras duas militantes da Mata do Planalto, moradores das ocupações de Belo Horizonte, militantes do movimento Brigadas Populares - no evento OCUPADirecional. Na ocasião, muitos dos presentes manifestaram seu apoio à preservação da Mata do Planalto, inclusive por meio de vídeos gravados. Essa não foi a única ocasião em que a Mata do Planalto e as Ocupações se juntaram contra a Direcional e a especulação imobiliária, lembrados pelo Frei Gilvander<sup>23</sup> - e agora por Eugênia, Magali, Margareth e alguns moradores das ocupações, como “inimigos comuns” das ocupações de da Mata.

No capítulo três trarei para discussão a Mata do Planalto e sua aproximação com outros movimentos sociais da cidade, inclusive aqueles das lutas por moradia, como um desenrolar das experiências de construção social do Parque Planalto.

Por enquanto, é importante notar que a disputa pela produção de “bairros” na área que hoje corresponde ao Parque Planalto envolveu pelo menos mais uma localidade socialmente constituída, além daquelas que mencionei até aqui. Além do grupo representado pelos moradores que ouvi e da prefeitura de Belo Horizonte - leia-se Administração da Regional Norte, Secretaria de Meio Ambiente e Fundação de Parques Municipais -, há também o Campo do Aliança Futebol Clube, seus jogadores e adeptos. Desde os primeiros esforços para a ocupação pública da área, o Parque Planalto abrigou o Campo do Aliança. Esse grupo de pessoas concorreu, e ainda concorre, com o esforço de materializar seus valores e anseio naquele espaço.

Appadurai contribui para a compreensão dos conflitos na produção do Parque Planalto e, como será visto, do Parque Lagoa do Nado e da Mata do Planalto, onde diferentes formas de produção da localidade anseiam por ocupar com seus sentidos o mesmo território, disputando-o na sobreposição e tensionamento entre os “bairros”. Essa dinâmica faz lembrar o jogo de bocha que conheci pelas memórias de meu pai. Jogo de origem italiana, jogado pelo meu avô

---

<sup>23</sup> Gilvander é padre e frei da Ordem dos Carmelitas, integrante da CPT, bacharel em Filosofia e Teologia, mestre em exegese bíblica e doutorando em Educação, se dedicando a pesquisar a luta pela terra em Minas Gerais.

e os de sua época, em que cada jogador lança sua bocha - bola - com o objetivo de colocá-la o mais próximo possível do cone, ao mesmo tempo em que tentam distanciar dele as bochas dos adversários. O Parque Planalto e nele o plantio de árvores, as cercas vivas, os portões que permanecem abertos dia e noite, as exigências por reformas, os grupos de adolescentes que ocupam as mesas jogando cartas e fumando, o campo de futebol e a retirada dele, os piqueniques e encontros dos que se manifestam pela preservação da Mata do Planalto, o muro que separa(va) o parque da escola e vi quebrado durante as férias de dezembro de 2015, como um vão de porta ligando o parque à quadra da escola, onde ouvi um jogo de futebol são técnicas de produção espacial da localidade (APPADURAI, 2004, p. 239).

Para Appadurai (2004), o bairro e o sentido de localidade que o sustenta são construídos em oposição a outros sentidos e originado a partir de outras localidades. Isso faz do “bairro” um contexto e um produtor de contexto. Ou seja: os bairros, como provedores de interpretações, contribuem em diferentes escalas para a produção de sujeitos locais que em suas ações sociais, nas interseções entre “bairros” diferentes, contribuem para a construção de novos cenários que vão integrar aqueles do seu próprio bairro e interferir no de outros bairros.

Tais considerações conduzem a sustentar que a disputa entre os “bairros” que ocupam o Parque Planalto, assim como o Parque Lagoa do Nado e a Mata do Planalto, é também uma disputa pelas bases de formação dos sujeitos locais produzidos no seu âmbito.

Se o anseio pela recuperação do Parque Planalto parece ser unânime entre seus frequentadores e vizinhos, as diferenças são claras entre o que se deseja para o parque.

Na voz dos meus interlocutores, o Campo do Aliança - associado muitas vezes aos moradores do bairro Campo Alegre - aparece como um impedimento para a realização do Parque Planalto como um espaço de convivência familiar e de proteção dos recursos ambientais. Sobre o campo de futebol, Gilson, apontando no mapa uma área que disse pertencer anteriormente ao Instituto Santo Inácio, explicou:

Só que nesse cantinho aqui, existia um campo de futebol que era utilizado pela comunidade. Principalmente por um clube chamado Aliança Futebol Clube. Mas era, pelo menos pelo que eu sei, que era uma área que o Instituto Santo Inácio abria as portas, as pessoas jogavam futebol. Num determinado momento [...] eu acho que foi no ano de 1990, o Instituto Santo Inácio quis construir um asilo para padres no local onde tinha um campo de futebol. [...]

Mas essa área aqui eles doaram [Instituto Santo Inácio] uma parte para o Colégio Arquidiocesano e a outra parte eles doaram para a prefeitura. Uma parte a prefeitura construiu o colégio Maria Luiza, a outra parte ficou lá como uma área livre. [...] Eu acho que no final de 1990 esse Clube Aliança se deslocou para onde hoje é o Parque.

Implantado e inaugurado o Parque, o segundo esforço foi mostrar a incompatibilidade entre o Parque que queriam e a existência de um campo de futebol no seu interior.

Bom, ótimo! Aí tem o parque. Só que nós começamos a conviver com um problema muito grande. Nós conseguimos criar o parque, porém o parque tinha um campo de futebol lá dentro. Foi uma luta muito longa, muito longa. Com participação da comunidade e nesse aspecto nós precisamos tirar o chapéu para o Sr. Antônio. Ele foi um que ardorosamente lutou para que a gente não tivesse um campo de futebol dentro do parque por vários motivos. Agora só que a comunidade ela sempre colocou uma postura muito clara. A comunidade do entorno dali: ela não era contra um campo de futebol, nós sempre nos posicionamos nisso. Sempre fomos contra [...] um campo dentro do parque. Essa foi nossa luta. E tanto que nós sempre nos mobilizamos para criar condições para construir um campo em outro lugar. E naquela época as condições eram muito melhores para isso. Tinham terrenos, mais livres. Mas lamentavelmente as pessoas que estavam à frente do campo nunca se colocaram disponíveis para isso. [...] De um lado você tinha um grupo de pessoas que defendia o campo, que tinha uma paixão pelo campo e de outro lado você tinha outras pessoas que tinham paixão pelo parque. Graças a Deus [...] nós nunca extrapolamos os limites das paixões. Nós sempre [...] conduzimos pela via da justiça, mostrando que era incompatível um campo dentro dum parque. Principalmente porque essa região era uma região de nascentes. [...] Essa região onde eles construíram o campo era um depósito de água, para você tornar a água perene. [...] Durante muitos anos argumentamos para mostrar que aqui não poderia ter um campo. Até que [...] nós conseguimos fazer com que a justiça decidisse que o campo realmente não deveria estar aí.

Eugênia, com sua fala apaixonada, trouxe à tona o caráter conflituoso das relações entre o Parque e o Campo. Também contou sobre a mudança do campo da propriedade da Igreja Católica para o Parque Planalto.

Nelas migrarem para cá [...], eles foram até a secretaria de esportes e pediram um espaço. [...] A secretaria fez um projeto do campo e instalou o campo em cima dessa nascente. Se você for lá hoje você vê que eles canalizaram a nascente que nasce atrás do gol na parte de cima, atrás do colégio Santa Maria. [...] Aí o caldo entornou porque nós não queríamos um campo de futebol naquele negócio ali e tal. Aí o Patrus Ananias veio para poder inaugurar o campo de futebol, depois de pronto. [...]

Fez a inauguração do campo e foi embora. [...] O campo continuou, aí começou os torneios de futebol. Com o torneio vinha todo sábado e domingo. E a gente não tinha sossego, era o tempo inteiro. [...] Começou a



incomodar [...] Eles trocavam de roupa na rua, na porta da casa da gente e não estavam nem aí. A gente todo final de semana tinha tiroteio [...]. Depois disso, o João Pinto Ribeiro implantou o projeto Toriba. Era um projeto que pegava esses meninos das favelas [...] pra área de esportes. Então chegava três, quatro ônibus aqui, três vezes por semana. Depois passou de segunda a sexta-feira. Até aí tava tudo tranquilo. Aí passaram uns três, quatro meses os meninos começaram a cometer pequenos roubos na região aqui. Então o negócio começou a complicar. [...] Aí isso foi relatado e nós fomos na regional norte, conversamos lá com o pessoal da regional norte e tal. Não obtivemos muito êxito, aí nós partimos pra cima do João Pinto Ribeiro, que era deputado.

Perguntei como era a convivência enquanto o Campo do Aliança e o Parque Planalto compartilhavam o mesmo espaço.

[...] tinha uma divisão. O pessoal que usava o parque eram as famílias, que iam com suas crianças pra lá. A parte do campo de futebol, quem podia usar era somente o Aliança Futebol Clube, que é do Campo Alegre. [...] E o pessoal do Planalto, do Itapoã, do Vila Clóris não podia utilizar o campo. Aí com muita briga, com muito esforço, eles liberaram: Então vocês podem usar, no domingo. De 11 e meia até às duas horas da tarde. Ou seja, no pico do sol quente. [...] o pessoal começou a reclamar. E vinha pra cima de mim e eu falei, nós temos que dar um jeito nisso aí.

Eugênia lembrou como o ponto culminante do **embate** entre os dois grupos de interesses o dia de disputa de campeonato de futebol no Campo do Aliança, em que houve um tiroteio.

Aí os policiais vieram, [...] o policial me chamou e falou: Olha, ou vocês tiram o campo de futebol ou vocês vão levar bala perdida por aí. Aí foi a gota d'água. [...] Aí nós começamos a movimentar, secretaria, prefeitura. E uma das nossas posturas, que continua até hoje: nós não somos contra o futebol clube, só um campo dentro de um parque que não tá correto. [...] **Eles falavam assim: É o campo do Aliança! E a gente falava assim: É o Parque do Planalto. Aí ficava aquela guerra.** [...] Isso foi depois de 92. E a coisa foi caminhando, caminhando, até que a prefeitura entendeu que um campo dentro de um parque não funciona. Porque as aves que tinham ali elas sumiram todas, que tinha muito foguetório. [...] As corujas, ali tinha uma quantidade de casais de corujas, elas faziam os ninhos nos barrancos. Os meninos chegavam e tampavam as corujinhas lá dentro. Fechavam. Eles tampavam os buracos das corujas. Aí a gente tinha que ir lá e dar uma olhada. Aí tava tudo morto. E aí a gente foi relatando isso até que a prefeitura falou: Não, então nós vamos tirar o campo de futebol.

Segundo Eugênia, os alambrados, traves e marcações do campo foram retirados entre 2009 e 2010. Entretanto, o projeto de revitalização do Parque - apresentado pela PBH após exigência da ACPAD que culminou em medida judicial estabelecida pelo Ministério Público de Minas

Gerais - prevê a construção de um campo *society* no lugar do antigo campo de medidas oficiais. Um campo de futebol *society* tem a metade do tamanho de um campo de medidas oficiais. Tanto ele quanto Eugênia disseram que não querem - que a comunidade não quer! - o campo *society* no parque. Querem restaurar a nascente sobre a qual o campo foi construído e manter o lugar sem a confusão de um campo de futebol.

Na próxima seção aborda-se o histórico de criação do Parque Lagoa do Nado, ambiente de participação social que primeiro produziu as estruturas de sentimento que orientaram a produção da localidade do Parque Planalto, que acabei de analisar. O movimento pela criação do Parque Lagoa do Nado foi *locus* de aprendizado, de formação para a participação nas iniciativas populares que exigem mudanças nos processos decisórios que dizem respeito às áreas verdes, não apenas no bairro Planalto, como em toda a cidade de Belo Horizonte.

### **2.3.1 Lagoa do Nado**

A área verde, hoje conhecida como Parque Lagoa do Nado, era parte da Fazenda do Córrego do Nado, adquirida por Américo Renê Giannetti em 1934, quase duas décadas antes que ele fosse eleito prefeito de Belo Horizonte. Fez desse terreno um sítio destinado ao lazer de sua família. Outros terrenos, também fazendas da região, foram comprados pelo empresário no mesmo ano. Uma parte foi doada para a construção da barragem da Pampulha. O restante foi loteado e vendido pela Imobiliária Mineira, pertencente a Américo Renê Giannetti, dando origem aos bairros Planalto, Itapoã, Santa Branca, Jardim Atlântico e Santa Amélia, todos na região da Pampulha. Além de vender o lote, a imobiliária construía a casa e financiava seu pagamento (GARCIA, 2009). Foi esse o caso do Conjunto dos Contabilistas, do qual falou o Sr. Antônio ao contar a sua história no bairro.

Baseada em entrevistas com os familiares do ex-prefeito de Belo Horizonte, a publicação “Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias” traz uma ideia da extensão do sítio, onde passavam suas férias e fins de semana. A referência urbana mais próxima do sítio era Venda Nova: “A propriedade fazia divisa com áreas onde atualmente localizam-se os bairros São Bernardo, Campo Alegre, Justinópolis e Coqueiros” (GARCIA, 2009, p. 12). Assim, é possível visualizar a área hoje conhecida como Mata do Planalto como parte desse sítio.

Com a morte de Américo Renê Giannetti, o sítio foi sendo cada vez menos frequentado pela família. A área de 300 mil metros, hoje correspondente ao parque, foi declarada de utilidade pública em 1973, para a execução de obras públicas de interesse do município (BENFICA, 2015). Mesmo diante do abandono, os moradores dos bairros próximos, principalmente as crianças, colhiam frutas, pescavam e nadavam na lagoa, que havia sido construída por Renê Giannetti. Naquela mesma década, quando se instituiu a RMBH, o governo elaborou o Programa Parques Urbanos, para a implantação de 14 parques na região metropolitana. O antigo sítio, conhecido por alguns como “Mata do Janete” (GARCIA, 2009, p. 17), estava reservado para abrigar um deles, de modo a atender os moradores da periferia da cidade, residentes em sua maioria em conjuntos habitacionais, carentes de espaços públicos de lazer. No entanto, nenhuma obra de adequação da área aos objetivos do parque foi realizada, mesmo diante da reivindicação dos moradores dos bairros do entorno, inclusive do Planalto, para a implantação do “Parque do Itapoã” (GARCIA, 2009, p. 18).

Em 1981, a Caixa Econômica Estadual comprou o terreno da Imobiliária Mineira para a construção de um conjunto habitacional. Foi então que as reivindicações se intensificaram, por meio da mobilização social e da ocupação do espaço público, iniciativas que acompanharam o contexto mais amplo de redemocratização do país, ainda sob o governo militar. Ao mesmo tempo, a questão ambiental passou a compor a agenda pública, indicando a urgência da preservação ambiental diante do crescimento urbano e industrial. Com o auxílio de uma ONG de cunho ambientalista, os jovens militantes da causa se organizaram em um grupo que, com o apoio dos moradores dos bairros Planalto e Itapoã, organizados ao redor das associações de bairro e a escola vizinha à área - hoje Escola Municipal Lídia Angélica -, mobilizaram-se numa caminhada em defesa da Lagoa do Nado, em 1982 (GARCIA, 2009).

No ano seguinte a luta pela criação do parque consolidou-se ainda mais quando os mesmos jovens organizaram a 1ª Festa da Lagoa do Nado e criaram a Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado (ACELN). A partir daí, foram várias formas de atuação e mobilização da comunidade, como passeatas, abraços em torno do parque, reuniões, mutirões de plantio de árvores, abaixo-assinados, cartas cobrando providências de órgãos responsáveis ou representantes políticos, festas, espetáculos teatrais e musicais, festivais de música, atividades esportivas e educacionais, entre tantas outras. Todo esse esforço mobilizou não apenas a população de Belo Horizonte, como também outros atores e instituições nacionais e internacionais (BENFICA, 2015). Nas palavras de Izinho, líder do movimento: “Costumamos

dizer que o movimento em defesa da Lagoa do Nado, é uma ideia de vida, uma forma de viver” (BENFICA, 2015, p. 17). De fato, alguns desses jovens militantes são hoje senhores a produzir localidades com a participação no Movimento da Mata do Planalto, a produzir a Mata do Planalto, recorrendo a sentidos construídos no movimento pelo Parque Lagoa do Nado, somados às suas práticas sociais e ao aprendizado que geram, segundo o cenário presente (APPADURAI, 2004; LAVE, 1996).

Diante das pressões da sociedade, a prefeitura comprou o terreno em 1984. As reivindicações continuaram, já que a prefeitura alegou não ter dinheiro para a implantação do parque. O parque só foi concluído em 1994, graças a um convênio estabelecido entre a prefeitura e a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR)<sup>24</sup> (GARCIA, 2009).

A Associação Cultural Lagoa do Nado participou ativamente na elaboração das políticas públicas para esse parque, inclusive por meio da proposição de projetos. Alguns dos membros da Associação passaram a compor os quadros de funcionários das Secretarias Municipais de Cultura e Meio Ambiente (GARCIA, 2009), ambas fisicamente presentes no Parque Lagoa do Nado, que abriga o Centro de Cultura Lagoa do Nado, órgão da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) e a sede da diretoria norte da Fundação de Parques Municipais, que compõe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA).

Durante o tempo em que assumi as funções de chefe da Divisão de Parques Pampulha, na Diretoria Norte da FPM, foi interessante notar como a comunidade do entorno se apropria do lugar. Quando os portões, antes abertos dia e noite, passaram a ser fechados depois das 18h, como medida para evitar que, durante a noite, o parque fosse utilizado como esconderijo para assaltantes e usuários de drogas, como argumentaram alguns vizinhos, não faltaram críticas à interrupção dos caminhos dentro do parque que fazem a ligação entre os dois lados do bairro, dificultando o dia a dia das pessoas, principalmente os estudantes a caminho da escola e os idosos. Com os portões sendo abertos às 8h, não houve quem impedisse os praticantes da ioga, que começava às 7h, de pularem o portão para dar continuidade à atividade rotineira.

---

<sup>24</sup> Percebe-se aqui, novamente, a expressão do que já tratamos anteriormente como capitalismo em sua fase ecológica. A associação do nome de uma mineradora à preservação de um parque, com objetivo de preservação da flora, fauna, nascentes e de produção cultural, como é o caso do Lagoa do Nado – e de tantos outros espaços similares em Belo Horizonte e em todo o estado –, não pode passar despercebido diante dos abusos destas grandes empresas com prejuízo do meio ambiente, inclusas as dinâmicas sociais e a própria vida humana, ocorridos há muito. O disparate da dependência dos governos estadual e municipais das grandes empresas de atividades de enormes impactos socioambientais, recebe grande visibilidade neste momento em que me dedico à escrita deste capítulo, diante do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, propriedade das mineradoras Vale e BHP *Billiton Brazil*, no dia 5 de novembro, em Mariana-MG.

Quando determinada planta, escolhida pela paisagista, parecia não se adequar ao canteiro ou não atendia ao gosto da vizinha mais próxima, esta não hesitava em exigir a troca das mudas, lembrando que ela mesma havia plantado e regado, naquele local, as primeiras flores, há muitos anos. As ligações dos vizinhos exigindo explicações, manutenção ou melhoria eram constantes.

Muitos de nós, funcionários da FPM, falamos com frequência e indignação de como alguns vizinhos se achavam “donos do parque”. E não são? E não foi somente por eles que ali se fez parque, e não conjunto habitacional? Não foram eles que exigiram a sua preservação? São eles os que continuam a habitar o parque com seus anseios e perspectivas enquanto os podões da técnica insistem em moldá-los como “usuários” - como moldam os pingos de ouro para fazê-los cerca viva - com a justificativa de garantir a preservação dos recursos naturais. Em minha memória, são muitos os casos que ilustram como os grupos sociais continuam a reivindicar um Parque Lagoa do Nado que atenda aos seus diferentes modos de estar no e com o mundo. Tantos e tão dignos de reflexão que não podem caber nesta escrita que tem como foco principal outro lugar. Por outro lado, não poderiam deixar de ser lembrados por mim, como o movimento pela preservação deste parque é lembrado por muitos que exigiram a criação do Parque Planalto e agora resistem à possibilidade da construção dos edifícios de alto padrão aquisitivo na Mata do Planalto.

Ao trazermos aqui os relatos dos conflitos em torno da criação dos parques Lagoa do Nado e Planalto, deparamos com os processos de transformação do espaço em lugar, ou seja, com os esforços de cada grupo social para atribuir ao território os sentidos que compartilham. Sentidos produzidos e reproduzidos na experiência cotidiana. Experiência que reúne o espaço material e o espaço simbólico em um “terceiro espaço” que supera o binarismo dos dois anteriores (SOJA, 1996 *apud* ESCOBAR, 2001). Escobar estende o alcance dessa “trialeítica do vivido” proposta por Soja, considerando a existência da “primeira natureza como realidade biofísica, segunda natureza como aquela dos teóricos, administradores e da construção simbólica, e terceira natureza como aquela que é vivida pelas pessoas na vida cotidiana” (ESCOBAR, 2001, p. 156). Os conflitos que aqui analiso dizem respeito a esses três aspectos da natureza indicados por Escobar (2001), principalmente aos dois últimos, que concorrem na reprodução de suas localidades na constituição espacial da mata do bairro Planalto.

### ***2.3.2 Parques municipais em Belo Horizonte: institucionalização e controle***

Sobre a atuação da prefeitura nos parques de Belo Horizonte, especialmente no Parque Lagoa do Nado, Izinho Benfica, um dos grandes responsáveis pelo movimento que culminou na preservação do Lagoa do Nado, considera:

O Parque Lagoa do Nado era um exemplo de espaço público, onde a comunidade se sentia pertencente e se apropriava coletivamente tanto do uso público com o cuidado necessário a sua preservação. O envolvimento de qualquer frequentador mostrava a relação cidadã com o bem público. Falo no passado, pois infelizmente após a prefeitura de Belo Horizonte assumir a “gestão do espaço” os “gestores” fizeram e fazem de tudo pra apagar a história e/ou contá-la a partir da ótica do poder público. Hoje é um espaço da prefeitura e não mais aquele espaço público da comunidade. Parece que aquela máxima de que governo oprime e afasta o cidadão continua valendo. Os parques e espaços públicos da cidade cada vez mais são privatizados pela prefeitura, afastando o cidadão da utilização do bem comum. A confusão é tamanha, que os gestores da cidade não conseguem separar o público do privado, na realidade considera tudo como privado. Ou trata o público como seu exclusivamente ou repassa o “direito de uso” a um grupo que o privatiza (BENFICA, 2015, p. 19).

A análise feita por Izinho, que passou por um cargo de gestão dos parques da região norte de Belo Horizonte, com sede no Lagoa do Nado, ilumina as preocupações do movimento da Mata do Planalto em relação à institucionalização da área como parque. Sua crítica não está direcionada apenas à atuação do poder público municipal no Parque Lagoa do Nado, mas ao modelo de gestão dos parques urbanos da cidade como um todo.

Belo Horizonte, planejada para ser a capital de Minas Gerais, teve previsto em seu plano urbanístico a construção de um parque destinado ao lazer da população e inaugurado meses antes da inauguração da própria cidade, em dezembro 1897 – o Parque Municipal Américo Renê Gianneti, localizado no centro da capital. No final dos anos 1950, o Zoológico de Belo Horizonte - na região da Pampulha - passou a compartilhar com o Parque Municipal a função de área recreativa. Esses dois espaços foram, até 1970, as únicas áreas verdes para o lazer implantadas pelo município. A partir dos anos 80, o reconhecimento mundial da importância das questões relacionadas ao ambiente e à preservação de recursos naturais e culturais contribuiu, no Brasil, para a valorização das áreas verdes urbanas e a busca pela sua preservação com a criação de parques. Acompanhando a tendência nacional, ocorreu no início da década de 90, em Belo Horizonte, considerável aumento no número de parques. Em 1993

havia oito parques implantados; em 1998 esse número subiu para 14. Hoje o município possui mais de 70 áreas verdes denominadas parques urbanos, administrados pela Fundação de Parques Municipais, alguns abertos ao público e outros ainda não implantados. Há ainda o Parque Ecológico Promotor Francisco Lins do Rego, de responsabilidade da Fundação Zoobotânica.

Parte dos parques da cidade foi institucionalizada a partir de áreas destinadas a fins públicos, quando do parcelamento do solo. Oficialmente, são as características “naturais” da área e o desejo da sociedade que balizam a destinação dessas áreas à função de parques ou outro equipamento público. Como me disse uma vez uma funcionária pública com vasta experiência na lide com os parques da cidade: “Não existe caderninho de receita pra definir o que é parque. Se não tem condições de implantar, por alguma característica do terreno, vira área verde de proteção. O que também pode ocorrer pelo interesse da população de que permaneça parque fechado” (Comunicação informal com funcionária da FPM, 18/03/2015) - ou pelo desinteresse da prefeitura na sua implantação, acrescento a partir da minha pequena experiência de trabalho na FPM. A observação das dinâmicas de criação e gestão dos parques permite identificar outros motivos para a institucionalização de áreas verdes com base na criação de parques de preservação. São eles: a intenção de criar barreiras físicas entre áreas ocupadas por grupos pertencentes a classes sociais marcadamente diferentes e instrumentos de valorização imobiliária.

Respondendo aos motivos pelos quais foram criados ou contrapondo-os, os parques se diferenciam entre si no que diz respeito às suas características ambientais, infraestrutura, grupos sociais que os frequentam, atividades às quais se destinam oficialmente, modo como são apropriados, características dos espaços em que se situam, tamanho, etc. Os parques estão distribuídos de modo não homogêneo pelas nove regionais que compõem o município. Além disso, o investimento em manutenção e melhorias também ocorre de modo heterogêneo. Segundo o ex-presidente da Fundação de Parques Municipais, Homero Brasil, em entrevista à TV Câmara, o investimento ocorre de acordo com a demanda da comunidade (CÂMARA ENTREVISTA, 2013). Na prática, a situação socioeconômica do entorno em que se localizam e a força política da comunidade em questão parecem ter peso decisivo para a conquista do empenho do poder público na criação e manutenção dos parques, como visto nos casos do Parque Lagoa do Nado e do Parque Planalto.

Esses dois parques estão bastante próximos da Mata do Planalto, física, política e socialmente. As entrevistas, o trabalho de campo e a convivência com o movimento pela preservação da Mata do Planalto levaram a considerar a participação na luta pela criação do Lagoa do Nado e do Parque Planalto como inspiração para o movimento da Mata, *locus* do aprendizado da prática do dissenso, do seu poder. A lide com o Parque Planalto - sua situação atual de sucateamento, o adiamento da sua reforma ainda que exigida judicialmente, o contato com gestores e administradores da FPM que parecem perceber os moradores como um problema para a administração do parque - levou à reivindicação de outro modelo de preservação para a Mata do Planalto. Querem que a Mata fique como está, que seja gerida como uma área de preservação, com pouca ou nenhuma intervenção.

#### ***2.4 Do desejo de preservar à referência na militância socioambiental: Magali***

Magali é professora aposentada, deu aulas de Educação Física, Português e Literatura. Veio do interior de Minas Gerais, Mirai, para Belo Horizonte. Tinha três anos de idade. Sua família morou primeiro no bairro Padre Eustáquio, depois no bairro Ravena, de aluguel, na casa de uma parenta da sua mãe. Por causa de desentendimento com seus pais a parenta resolveu despejá-los. O pai de Magali conseguiu prazo na justiça para sair da casa e começou a busca de outro lugar para morarem. Conheceu o bairro Campo Alegre por intermédio de um amigo, mas não gostou da ideia de levar sua família para morar em uma Companhia de Habitação Popular (COHAB), sigla por meio da qual são indicados os bairros organizados por essa companhia. Depois, a família inteira foi conhecer o Conjunto Marilene, a casa na beira da Mata que seu pai já havia escolhido - a alguns metros de distância da casa onde Magali mora hoje. A mãe não gostou. Demoravam horas pra chegar lá. A mãe, Magali me contou, tinha ainda como referência o Padre Eustáquio, bairro mais próximo do centro. Mesmo assim se mudaram para lá. A essa altura, Magali estava com 11 anos. Estudava longe, no bairro Calafate. Para chegar a tempo na escola precisava pegar o ônibus das 5.40h da manhã. Saía pela rua de calçamento onde morava, subia até a avenida Cristiano Guimarães, ainda de terra, para esperar o ônibus perto de onde hoje fica o batalhão da polícia militar. Aproveitava o trajeto do ônibus para dormir, recarregar as energias da menina “da pá virada!” – como se descreveu, sorrindo (Comunicação informal com Magali, 08/12/2015).



Aí naquela época a gente não tinha essa conscientização ambiental, né? Mesmo a gente tanto ainda na infância, início da adolescência. A gente não tinha, entendeu. A gente passava por debaixo da cerca e ia brincar lá dentro [da Mata do Planalto]. Aí vinha o vigia correndo e a gente saía correndo! A gente escrevia os nomes nas árvores. Tava com namorico aí punha o nome do menininho lá na árvore, entendeu?! Aí ele gritava de lá: Sai que eu vou atirar! Aí saía todo mundo correndo! (Entrevista com Magali, 29/05/2015).

Magali cresceu bem perto da mata do bairro Planalto. A Mata se estendia como continuidade dos quintais da casa dos pais de Magali e dos outros vizinhos. Era cenário das brincadeiras da infância. Conta que foram essas famílias que cuidaram - e ainda cuidam - da Mata, garantindo sua preservação.

Quando soube que a mata poderia dar lugar a prédios e percebeu a possibilidade de ver transformadas a paisagem e o modo de vida do bairro, Magali procurou a ACPAD. Foi convidada por Sr. Antônio para se engajar na associação: “Tem que ter participação!” Estimulada pela preservação da Mata do Planalto, foi ao poucos se tornando o braço direito do Sr. Antônio em todos os assuntos da ACPAD. Quando Sr. Antônio decidiu deixar a presidência, Magali foi indicada para assumir o cargo. Titubeou e novamente o desejo de preservar a Mata foi maior que a dúvida. Ao contar sobre a luta pela Mata do Planalto, Magali deixa transparecer as mudanças na sua forma de participar socialmente na cidade de Belo Horizonte.

A atuação na ACPAD oportunizou a militância e por meio dela o aprendizado sobre os trâmites da política ambiental na cidade, a mudança nas formas de reivindicar os interesses do bairro Planalto no poder público municipal e o reconhecimento da legitimidade das questões de moradia na cidade. Hoje, a atuação de Magali extrapolou os limites da Mata do Planalto e do bairro Planalto. Como presidente da ACPAD, integrante do MAMBH e militante das “causas ambientais”, participa ativamente das discussões nas Secretarias de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente e é com frequência convidada para os encontros onde se discute a temática do meio ambiente urbano. Na participação intensa fortalece os sentidos de pertencimento, a afetividade na qual se enraíza a produção da localidade. No capítulo seguinte, a análise do movimento pela preservação da Mata do Planalto, ou Salve a Mata do Planalto, explicitará os modos pelos quais os sujeitos desta pesquisa, entre eles Magali, atuam na produção da localidade da Mata do Planalto.

### 3 SALVE A MATA DO PLANALTO

[...] nós podemos ter estado à frente [do movimento], ter tido o privilégio de participar dos primeiros, né? Mas hoje, não é minha ideia ou da Eugênia ou do Sr. Antônio ou de mais um, Magali, algumas pessoas assim, dr. Wilson. Não, agora são milhares de pessoas. Então ela [Mata do Planalto] deixou de ser nossa, ela não pertence mais a nós (Entrevista com Gilson, 08/06/2015).

“Vão construir na Mata!” O burburinho se espalhou pelo bairro Planalto. Ninguém acreditava. Ninguém tinha informação concreta, até que começaram a circular os panfletos da Rossi. Assim me contou Iury, ex-morador do bairro Planalto que participou ativamente dos primeiros anos da luta pela preservação da Mata do Planalto (Entrevista com Iury, 06/06/2015).

“Ô Magali, tenho que te dar uma triste notícia. Já passou na prefeitura o projeto da construtora Rossi e eles vão construir na Mata inteira, acabar com essa mata!” - Magali soube pelo seu irmão, mas não quis acreditar.

Aí fiquei pensando, meu Deus o que é que eu vou fazer? Aí eu resolvi. Eu vou procurar a associação. Por quê? Aí dali a gente começa uma luta, aí forma... porque a associação vai dar força, né!? Essa associação sempre teve... força! Entendeu, por causa da questão de estar legalizado, né... essas coisas sempre predominam (Entrevista com Magali, 29/05/2015).

Buscando uma solução para a preservação da Mata do Planalto, Magali entrou para a ACPAD em 2009. Sr. Antônio conta como sua atenção estava voltada para a Mata antes mesmo da chegada de Magali, da ameaça de a construção se tornar tão clara:

E essa luta nossa não é uma luta d’agora não. Nós temos aí, eu tenho documento em ata desde 2003. 2003. Aí a Magali começou nessa luta com a gente porque ela veio me cobrar da associação. Eu falei eu já tô com essa luta há mais tempo, mas eu dependo da luta da comunidade. [...] Foi só ele morrer, [Marcial do Lago] o espólio já começou a vender pra essa tal de construtora Rossi. E aí que começou a luta, mas tinha muito tempo que eles estavam aí dentro e a gente estava acompanhando eles.

A Mata do Planalto é o que restou de uma área verde bem maior que foi loteada pela construtora Bandeirantes, de propriedade do Sr. Marcial do Lago, cujos herdeiros negociaram a venda para a construtora Rossi.

Porque o Marcial do Lago que faleceu, que era dono disso aí. Ele falava que essa Mata ia ser preservada. Que ele não ia deixar fazer mais nada! Entendeu? Que isso ia beneficiar todos os moradores e tal. Aí ele fez o condomínio, ganhou muito dinheiro lá, né, com os lotes e tal. E parou. Ele não fez mais nada. Realmente ele cumpriu.

### 3.1 A resistência

[...] o movimento tomou essa cara de nós já somos grandinhos e não estamos aqui para abaixar a cabeça pra vocês. Tipo isso! (Entrevista com Iury, 06/06/2015).

Esta seção retoma o desencadeamento dos fatos na luta contra a construção dos edifícios na Mata do Planalto, que moldaram o movimento que vivenciei por meio da minha pesquisa de campo. Descreve as diferentes estratégias de resistência do movimento: vínculo com a associação de moradores do bairro Planalto, passeatas, apoio de parlamentares, associação com outros movimentos sociais por moradia, apoio de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Ministério Público Estadual (MPE) e de instituições religiosas. Foi escrita com base nos relatos dos meus interlocutores que, ao meu modo, coloco em diálogo no texto que segue. Em alguns momentos, entretanto, trago a descrição de situações nas quais estive presente como pesquisadora, como consequências e continuidades dos fatos do passado que me foram relatados.

Diante da possibilidade de venda da Mata do Planalto, as pessoas do entorno viram ameaçados os seus valores.

Aí o pessoal do bairro ficou doido! [...] E já deu pra reparar e o pessoal, principalmente do entorno tem um apego muito grande com a qualidade de vida que tem (Entrevista com Iury, 06/06/2015).

Porque, olha pra você ver... eu levanto de manhã, eu faço oração olhando pra Mata. E a gente acorda com esse barulho dos pássaros, dos micos gritando (Magali, 29/05/2015).

Foi em busca de argumentos que sustentassem a luta pela proteção da Mata que alguns moradores organizaram a entrada de um biólogo no local, para a identificação da localização das nascentes das quais já tinham notícia. Foram identificadas 20 nascentes. Nem Magali nem o Sr. Antônio nem Eugênia ou Gilson ou os outros moradores preocupados com a Mata conheciam o seu interior - Magali comentou que, quando era adolescente, um homem,

funcionário do Marcial do Lago, vigiava a Mata, o que impedia que entrassem. O mesmo não ocorreu com os jovens da geração seguinte, a de Iury, que disse ter brincado muito na Mata durante sua juventude.

Os próprios moradores tinham essa consciência entre eles, então acaba que ninguém ia pra dentro da Mata porque aquilo é terreno de fulano, é terreno de cicrano. Só que criança é um bicho sem noção, não tem essas coisas pra criança. Então a gente ficava muito no Parque do Planalto, onde tem esse córrego. Eu passei a minha infância inteira dentro desse córrego lá no Parque do Planalto, pegando piabinha no córrego com peneira. Coisa de criança, e quando a gente começou a ficar mais velhos - 12, 15 anos assim - a gente ia, juntava o pessoal. Os nossos amigos todos são essas casas que margeiam a Mata. A gente ia pela casa de um deles, entrava pra dentro do mato e ficava lá dentro. E andava pro um lado e pro outro. Não tem cerca, as cercas estão todas a 10 metros das casas, você passou disso, é um matão só. Então a gente entrava, andava pra um lado, andava pro outro, só que a gente, o pessoal da minha geração. [...] É o pessoal de 80 a 86, 87, por aí. [...] Fazia muito, a gente tirava às vezes dias de ir pra lá e ficar o dia inteiro lá dentro, andando dum lado pro outro. Construía casa na árvore lá dentro. E essa galera hoje tá uma galera mais velha, e muitos deles estão dentro do movimento também.

E quando eu perguntei ao Iury sobre a Mata ser vigiada:

É, então, sempre teve essa lenda na verdade, porque tinha duas casas - na rua da Magali, tem uma a outra, é aonde? A outra já não lembro - que são casas invadidas. O terreno é tão de ninguém que as casas foram invadidas! Era a rua, acabava, os caras puxaram pra baixo e fizeram a casa. [...] E aí sempre teve essas lendas, porque esses caras que invadiram esse pedaço tinham uns que soltavam cachorro lá dentro. Então sempre falava: ah, num entra porque tem o fulano do outro lado que tem espingarda que vai não sei o que. E o cachorro de não sei quem. [...] Então sempre teve essas coisas assim. Do Marcial também o pessoal falava, não porque é tudo Mata do Marcial. O Marcial tem um segurança que fica rodando aí dentro. Lenda, nunca teve ninguém rodando aí dentro, mas com essas coisas, com os vizinhos, você tinha que tomar cuidado onde você ia, porque se você batesse no quintal da casa de alguém, aí ia dar problema. Esse é o medo que eu te falei, do pessoal, os mais velhos tinham. Porque tudo era quintal de um tanto de gente, então se você andasse pelas bordas, você ia estar passando dentro da casa dos outros, e aí ia acabar dando problema. Mas a gente não andava pelas bordas, a gente entrava e ia lá pro meio, então não tinha muito problema.

De acordo com as lembranças de Iury, a identificação das nascentes foi feita no fim de 2009, o que contribuiu para que o movimento engatilhasse nos anos seguintes. “A galera, no começo, tava muito desesperada. Saiu atirando pra todos os lados” - declarou. Mostrando-me fotos de um antigo *blog* da Mata do Planalto, continuou:

[...] liderando, as cabeças, não mudou muita coisa. No começo chegou a juntar um grupo de umas 20 pessoas [...], aí aos poucos vai... né, mobilização social é uma coisa complicada. Aí vai desistindo [...] antes tinham mais jovens que alimentavam os *blogs*.

Ele mesmo já não mora em Belo Horizonte há quatro anos. Ainda assim acompanha o movimento, no qual estão engajados alguns amigos e familiares seus. Aproveitando a temporada em Belo Horizonte, também participou de uma das reuniões convocadas pela construtora Direcional, descrita no capítulo seguinte. Durante nossa conversa, Iury traçou um panorama do movimento, pontuando algumas mudanças ocorridas no decorrer do tempo.

Para começo de conversa, notou a peculiaridade das questões ambientais na região do bairro Planalto. Para ele, o acentuado **apego** do pessoal da região pelas questões ambientais se deve à experiência de sucesso do Lagoa do Nado, um exemplo de que é possível fazer valer os interesses da sociedade. Lembrou que foram necessários 15 anos de **briga** para que o Lagoa do Nado se tornasse parque. “Dureza! [...] Mas tá aí o parque, já há não sei quantos anos”. Considerou o envolvimento das pessoas do bairro com as questões ambientais bastante diferente do que ocorre normalmente em outros lugares.

As mesmas pessoas que participaram desse processo da Lagoa do Nado, na época que eram jovens ou até crianças, hoje são idosos e pessoas mais velhas. Então o pessoal tem, as mesmas coisas, por isso que você o movimento da Mata do Planalto, quem tá nas cabeças, são as pessoas mais idosas, porque são eles que lideravam, que estavam envolvidos com a parte do Lagoa do Nado na época que foi. Isso é muito doido!

Ao integrar o grupo que reivindicava a preservação da Mata do Planalto, Iury começou a participar das reuniões da ACPAD, levando informações sobre as nascentes no interior da Mata, que foram “a primeira ponta de esperança” para o movimento.

Na época o Sr. Antônio era presidente da associação. [...] Sr. Antônio sempre foi um cara muito ativo também, mas sempre voltado pra a parte urbana do bairro. O Sr. Antônio sempre teve um pouco de medo de bater de frente como o poder público, porque ele sempre foi um presidente da associação, que sempre conseguiu tudo negociando, né? [...] o jeito, que é o jeito correto também, né, de lidar com o poder público. E ele sempre foi desse ponto de não brigar, e sempre discutir as coisas e conseguiu muita coisa pro bairro. Postos de saúde na região, reforma do córrego bacuraus, lá do outro lado, todas essas coisas ele tava envolvido.

Buscando visibilidade, o grupo que crescia passou a marcar presença em eventos e atos públicos da cidade, levando cartazes de faixas. Iury pontuou como marco importante para o movimento o apoio do Vereador Leonardo Matos (Partido Verde – PV), integrante da bancada do prefeito. Conseguiram o seu apoio graças à insistência de uma das filhas da Magali, que já trabalhava no gabinete do vereador. Foi a Magali quem fez o primeiro contato com Leonardo Matos, que contribuiu na produção de panfletos de divulgação do movimento, que trouxeram o nome do vereador. Fato que causou descontentamento a outros políticos atuantes na região, inclusive no Parque Lagoa do Nado. Para Magali, esses desentendimentos foram frutos da sua inexperiência, dela e dos demais integrantes do movimento, em relação às questões políticas que permeiam os movimentos sociais. Hoje faz questão de marcar a independência partidária do movimento, que recebe apoio de vereadores de diferentes partidos. Ainda assim, Leonardo Matos foi o principal porta-voz das demandas da Mata do Planalto na Câmara dos Vereadores durante todo o período da minha pesquisa, como será discutido mais adiante.

No começo, o Leonardo, como todo político, bom político que se preze, ele tinha mais interesses próprios, de retorno e de divulgação dele. Ele ficava bem por trás, pisando em ovos. Não tava tão envolvido, mas vinha, ele é do PV [Partido Verde], né? Via uma galera muito louca que tava querendo brigar por um monte de coisas. E o fato da Andréa ser filha da Magali também ajudava bastante, porque a Andréa estava ali falando na cabeça dele direto. E aí um belo dia ele se propôs a vir numa reunião da associação de bairro, lá na escola Maria Luiza. Quando ele chegou e viu aquele tanto de velho e o pessoal já aposentado e o pessoal novo junto. E a galera debatendo e puta da vida com esse negócio, começou a sensibilizar ele. Aí ele começou a se envolver mais com a causa, diretamente assim, do ponto de vista pessoal, e não só... aí foi uma ajuda muito grande que a gente teve. Porque ele liberou o gabinete dele pra poder dar assessoria política pra gente. Aí foi a hora que a gente conseguiu ter acesso ao EIA/RIMA na íntegra. A gente conseguiu ter o pessoal da parte urbanística da prefeitura sentando com a gente e explicando todas as leis, o plano de território da cidade, como é que funcionava, quais eram as brechas. Aí o movimento saiu de uma coisa de bairro pra falar: Opa! Agora a gente tá tendo mais abordagem, como agregar. Precisamos de agregar advogado, precisamos de agregar isso, e aí a gente foi, dentro do bairro mesmo, as pessoas que estavam ali militando: Opa! Você pode nos ajudar com isso. Vamos!

Conforme o capítulo anterior, na assunção de tarefas dentro do movimento, na contribuição cotidiana com o movimento a partir de habilidades desenvolvidas na participação em outros contextos sociais, seus integrantes produziram novos sentidos, novos instrumentos de afetividade e habilidades na ação política. Aprendizado que investem na constituição da Mata, na transformação do processo decisório sobre as questões ambientais e no modo de pensar a

cidade. Como sustenta Lave (1996, p. 161), onde quer que ocorra, “o aprendizado é um aspecto da mudança de participação em práticas de mudança”.

A primeira audiência pública, marcada pela Magali, aconteceu no dia 18 de março de 2010. Outra foi feita no segundo semestre do mesmo ano. Concomitantemente foram marcadas manifestações para as quais os moradores da região eram convidados por meio de panfletos distribuídos por Magali, Sr. Antônio, Iury, Eugênia e outros integrantes da associação. O movimento foi ganhando visibilidade e a construtora realizou uma audiência pública no bairro Planalto.

Nós panfletamos, chamamos todo mundo pra lá. [...] Em dois meses eu perdi três quilos, de tanto que nós ficamos envolvidos nisso. É panfletagem, é isso, é aquilo, e foi dando um desgaste. Tinham poucas pessoas trabalhando, você imagina panfletar Planalto todo aqui, Itapoã até uma parte, porque a gente não conseguia, ia até a parte da Lagoa do Nado, rodava assim e voltava, não dava pra ir pro outro lado. O Gaio foi pro lado do Campo Alegre e eu ia lá pro lado do Vila Clóris, até na porta da igreja (Entrevista com Magali, 29/05/2015).

O grupo de moradores já estava preparado para receber a audiência, que aconteceu no auditório da FAJE.

[...] Então nós fomos lá, em termos de comunidade nós fomos convidados para uma audiência pública. Eu acho que foi organizada, por lei acho que deve ter sido organizada pela prefeitura, mas quem conduziria era a Rossi, a construtora Rossi, pra mostrar o magnífico empreendimento que eles estavam trazendo para o bairro. Aí, isso tem até uma passagem pessoal que foi muito marcante pra mim porque, eles trouxeram, pra apresentar o projeto, um arquiteto que tinha uma empresa, que trabalhava nessa área de meio ambiente, que fez os estudos de impacto ambiental pra mostrar. [...] Eu me lembro assim, fora da plenária, eu falei: Sérgio, ó, te prepara Sérgio! Porque por mais que você venha querer nos convencer que é ótimo construir 760 apartamentos em prédio de luxo ali naquele lugar, nós não vamos permitir isso sem luta não. Então te prepara, porque vai ser muito difícil. Tô falando por mim, mas tô falando pelas pessoas que estão aqui. Não pensa que vai ter moleza não. [...] E lá, a sociedade, os que foram participar, já detonaram! Totalmente! (Entrevista com Gilson, 08/06/2015).

De acordo com a análise de Iury, o movimento que “nasceu pequeno, se reestruturou, cresceu absurdamente, e hoje [...] está se mantendo” passou por etapas importantes para um “movimento social” e hoje se sustenta pelo esforço contínuo de uma dezena de pessoas que “estão levando o negócio no braço”.

Precisa de muita gente, muita gente tá lá. Esses conseguem mobilizar porque a rede ainda existe. Ela não é ativa direto, mas a rede tá formada, então são telefonemas que rodam e você consegue encher um lugar, pressionar e tudo mais. E esses 10 malucos ficam gastando a vida nisso. Porque precisa dessas pessoas, senão o movimento não acontece (Entrevista com Iury, 06/06/2015).

O termo rede, trazido por Iury, parece de fato contribuir para a compreensão do movimento pela Mata do Planalto. Escobar (2004) lembra como esse conceito tem sido utilizado de modo abrangente, em vários âmbitos teóricos ou não, para explicar as formas de interação social. O autor apresenta brevemente algumas das principais linhas teóricas que acolhem a vasta gama de teorias das redes e passa a desenvolver suas discussões e análises a partir da ideia das redes como malhas, que se contrapõe às hierarquias. As últimas, que ele identifica como estruturas dominantes na vida social dos últimos séculos, caracterizam-se por um “mecanismo de controle aberto” marcado pela definição consciente de metas e pela classificação e categorização dos elementos que a compõe, fixando-os em estratos. As malhas, encadeamento de heterogeneidades - “humanos e não humanos, organismos e máquinas, as representações e o real” - estimulado por “complementaridades funcionais”, são auto-organizadas e geradoras de estruturas estáveis de comportamento - reconhecidas como “propriedade emergente de um sistema dinâmico, em vez de pressupor um sistema já constituído” (ESCOBAR, 2004, p. 645-646). As ponderações de Escobar fazem pensar sobre a caracterização como malha das relações estabelecidas pelo movimento Salve a Mata do Planalto com o ambiente no qual se insere.

Há dois momentos na construção de uma malha: uma estratégia de localização, que aumenta a heterogeneidade entre localidades enquanto diminui a heterogeneidade dentro de cada uma delas [...]; e uma estratégia de entrelaçamento através da qual a heterogeneidade de cada localidade aumenta, ao mesmo tempo em que diminui a heterogeneidade entre elas (ESCOBAR, 2004, p. 646).

A oscilação ou coexistência entre as estratégias de localização e entrelaçamento podem ser percebidas no estabelecimento de elos entre o movimento da Mata do Planalto e aqueles das ocupações urbanas de Belo Horizonte pelo direito à moradia.

Foi durante a primeira audiência pública para discutir a Mata do Planalto, em março de 2010, que o “aguerrido” - foi assim que Gilson o descreveu - Frei Gilvander se apresentou ao movimento da Mata do Planalto.



Apareceu lá com aquele chapeuzinho – nessa audiência da empresa – e ele mora aqui [no bairro Planalto]. Aí ele apareceu ali e falou olha Magali o meu contato. Qualquer coisa que você precisar, aí vamos fazer uma reunião. [...] Aí a gente fazia a reunião e ele deu uma força pra nós. Sabe. Muito importante! Ajuda demais! (Entrevista com Magali, 29/05/2015).

A aproximação do Frei Gilvander trouxe mudanças importantes para o movimento, recebidas com desconforto por muitos dos defensores da Mata. O pontapé inicial dessas transformações parece ter sido a “manifestação” - como diria a Magali - ou “marcha” - como prefere Frei Gilvander, organizada em conjunto, também em 2010. Ocasão em que os moradores da ocupação Dandara no bairro Céu Azul - um ônibus e uma kombi cheios de pessoas - se juntaram aos militantes da Mata do Planalto para exigir, por meio de uma passeata, a preservação da Mata. Também participaram desse ato professores e estudantes integrantes do GESTA-UFGM. Descrevo-o a partir dos relatos de Magali, Frei Gilvander e Iury.

O grupo saiu da frente da Faculdade Jesuíta, no bairro Planalto, com a intenção de caminhar por algumas ruas dentro do bairro. Alguns moradores do Planalto insistiam em pedir que o grupo andasse no passeio.

Eu falei não! Marchar é na rua! É pública. Ninguém marchar em cima do meio fio. Nós temos que marchar é na rua, parar o trânsito. Aí fomos marchando e deu essa polêmica toda. [...] O povo da ocupação Dandara marchava na rua e o povo de classe média marchava no meio-fio (Entrevista com Gilvander, 01/12/2015).

Por sugestão do Frei Gilvander, decidiram mudar o trajeto, chegando até a Pedro I, onde fecharam a rua. Os policiais da viatura que acompanhava o grupo, apoiados por alguns dos moradores da região que participavam do movimento - entre eles militares reformados - insistiam em pedir que o grupo desocupasse a rua e andasse no passeio.

Aí tinha um carro de polícia acompanhando. Quando chegou na Pedro I nós fechamos o trânsito. Aí o sargento veio. Quem que é o presidente da associação? [...] O senhor manda esse povo sair da avenida – e o Dandara todo junto - [...] senão eu vou levar o senhor (Entrevista com Magali, 29/05/2015).

O presidente da associação, de acordo com as exigências da polícia, pediu a Magali que resolvesse a situação. O impasse foi motivo de conflito no interior do próprio grupo da Mata do Planalto. Alguns insistiam em se manter na rua, junto com o pessoal do Dandara, enquanto

a maioria discordava do ato. Iury e Frei Gilvander receberam voz de prisão por incentivarem a ocupação da rua. Segundo Magali, estava clara a discriminação, principalmente de alguns moradores do Granja Verde, com aqueles das ocupações. No fim das contas ninguém foi preso, Magali conseguiu mediar a situação e Frei Gilvander pediu que todos se sentassem no meio-fio, desocupando a rua. Magali contou como pediu silêncio para falar:

Ó gente, eu representando a comunidade aqui, né? A nossa luta aqui. Eu queria pedir desculpa pra vocês porque nós não temos essa experiência, essa garra que vocês têm. E nós temos que aprender com vocês. Que a luta é isso! Se a gente quer alcançar alguma coisa, tem que ser dessa forma, porque senão a gente não alcança nada. E eu já sei da luta de vocês, essa questão de moradia e tudo, é a mesma coisa com a questão ambiental. Então, a gente tá até envergonhado perante vocês porque nós não temos essa força que vocês têm. Nós temos que aprender com vocês.

Sobre o ocorrido, Frei Gilvander considerou durante a nossa conversa:

Então temos essa diferença também. A luta é... tem muita gente de classe média, classe média baixa, que apoia essa luta ambiental, mas ainda tem aquela doce ilusão que luta só dentro da legalidade, com o apoio do Ministério Público, sem atrapalhar o trânsito, essas lutas mais *lights*. Tem a ilusão de que com isso vai conquistar muita coisa, mas não vai.

Esses acontecimentos descritos remetem à heterogeneidade das lutas associadas à justiça ambiental, notada por Harvey (1996). O autor sustenta a impossibilidade de estabelecer critérios comuns para o que venha a ser justiça ambiental, ressaltando existência de tensões interpretativas que perpassam as diferenças de classe - como parece ser aqui o caso -, raça, gênero e identidade nacional (HARVEY, 1996, p. 387).

É sob o guarda-chuva da justiça ambiental que se juntam as lutas por moradia - como das ocupações da Isidora - e reconhecimento dos territórios de comunidades tradicionais - como o caso do Quilombo de Mangueiras. A justiça ambiental - concepção que para Harvey (1996) deslanchou nos Estados Unidos, na tendência à instalação de atividades poluidoras, sustentadora das grandes potências econômicas do mundo, nos países e nos grupos sociais que vivem em situação de pobreza, especialmente os negros - é a vertente do ambientalismo que reconhece a inseparabilidade entre as preocupações com o meio ambiente natural e a justiça social (MARTÍNEZ-ALIER, 2001), levando adiante uma ideia do que seja ambiente incapaz de desvincular os recursos naturais, das relações sociais, do respeito à diversidade cultural e da racionalidade socioeconômica e cultural sobre a qual se fundam as nossas experiências com o mundo - o capitalismo e sua política econômica completamente apoiada na lógica de

mercado. Harvey (1996) demonstra como essa mesma lógica deu vazão aos movimentos de resistência que a enfrentam. Ao trazer essas discussões para os países que chamou então de países do “terceiro mundo”, Martínez-Alier (2001) lança mão da ideia de “ecologismo dos pobres” - movimentos ambientais, em que muitas vezes não são acionados termos da “linguagem ambiental”, que reivindicam a reprodução dos seus meios de sobrevivência e subsistência com o ambiente.

Grande parte dos líderes do movimento pela Mata do Planalto espera, como expressou Magali:

[...] que a justiça, que ela faça o seu papel de preservar o meio ambiente pra presente e futura gerações, que eu ainda confio nessa justiça. Que tá aí, que eu peço esses desembargadores, que esse juiz que tá recebendo a nossa ação popular, que eles pensem um pouquinho nas futuras gerações, porque a mudanças climáticas, o aquecimento global, tudo isso já tá provado que é ação do homem. E já que não existe comprometimento do poder público, né, então que eles façam justiça. É o que nós esperamos dele.

Para Frei Gilvander, a classe média está impossibilitada de levar adiante sozinha as mudanças necessárias para o estabelecimento de uma sociedade mais justa.

Porque essas pessoas, elas acabam dentro de uma alienação, porque elas não percebem que nós estamos numa sociedade capitalista, uma sociedade de classe. E que de fato tem a contradição. [...] A classe dominante, que quer pisar e a gente só barra eles se tiver pressão e resistência. [...] A classe média não tem condições de fazer isso não. Eles estão meio amarrados nesse ponto. Os pobres, sem terra, sem casa que sentem na pele, no próprio corpo, as agruras da sociedade capitalista, eles entendem mais que, é dentro de uma rebelião mais forte que se pode conquistar mais.

Na percepção de Iury, a lição que o movimento aprendeu com Frei Gilvander - “conversar com o poder público, se eles não estiverem interessados, não funciona” - estimulou tensões internas que contribuíram para a mudança da presidência da associação em 2012. Magali descreveu como o Sr. Antônio se sentia desgastado, de como ela fazia questão de acompanhá-lo nas reuniões há algum tempo, para ajudá-lo nas tantas demandas da associação. Magali assumiu a presidência da ACPAD há cerca de quatro anos, quando o Sr. Antônio manifestou a vontade de sair desse cargo e sugeriu que ela o ocupasse.

Essas “estratégias de entrelaçamento” que agregam à malha novos “nódulos” “permitem a construção de agendas e frentes de luta coletivas”, posteriormente incorporadas nas “estratégias localizadas dos movimentos sociais específicos constituintes da malha” (ESCOBAR, 2004, p. 648). Parece ser desse modo que membros dos movimentos associados, como Frei Gilvander, passam a exercer papel central no Salve a Mata.

O reconhecimento da heterogeneidade de posicionamentos políticos dentro do movimento autoriza a expansão da malha em várias direções, na medida em que seus diferentes integrantes estendem os fluxos em direção aos sentidos com os quais se identificam pessoalmente.

Na nossa conversa, Magali contou como, a partir de então, quis conhecer as ocupações. Participou de missa campal celebrada pelo Frei Gilvander no Dandara e recolheu doações, propôs a realização de uma festa de natal na ocupação.

Magali e outras figuras centrais do movimento pela Mata esperam poder contar com os moradores das ocupações nos momentos mais árduos da luta, quando o grito dos mais firmes e mais dispostos à luta entre os militantes da Mata não é suficiente para exercer a pressão necessária. Outros tantos defensores da Mata se incomodam com a presença, nas ações do movimento, destes que consideram baderneiros, invasores de terras.

Ao mesmo tempo, os destoantes posicionamentos internos ao grupo, que fracionam e trazem à tona o dissenso no seu vigor político, encontram-se no objetivo de preservação total da área. Com essa estratégia de localização (ESCOBAR, 2004), enfatizam a diferença entre o movimento pela Mata do Planalto e os demais movimentos que se associam na malha. Recorrem a essas diferenças como auxílio para superar seus limites. As malhas, como as propõe Escobar (2004, p. 646), estão habitualmente “hibridizadas” com outras malhas.

As ocupações e Frei Gilvander estiveram presentes também na audiência pública sobre a Mata do Planalto que teve lugar da Câmara dos Vereadores no primeiro semestre de 2015, conforme relatos anteriores. Já trouxe também relatos sobre a manifestação das ocupações de Belo Horizonte, na porta da construtora Direcional, em que Magali, Eugênia, Margareth e mais duas pessoas da Mata estiveram presentes.

Fotografia 19 – OCUPADirecional: Magali reafirmando seu apoio às ocupações da Isidora



Fonte: a autora (19/05/2015).

De acordo com Escobar (2004, p. 649), “as estratégias das malhas são pluralistas, tomam como ponto de partida a diferença-na-igualdade e tornam obsoleta a distinção nós/eles, embora não a apaguem por razões políticas óbvias”. Das minhas interlocutoras na pesquisa, percebi o empenho no exercício do que Escobar (2004) chama de política cultural da diferença. A participação e o apoio nos atos realizados pelas ocupações de Belo Horizonte, o convite aos adolescentes frequentadores do Parque Planalto para se inteirarem e participarem do movimento fazendo o que gostam - o *rap* -, a busca do apoio da Igreja Católica e a participação do pastor evangélico no encerramento de uma das manifestações no Parque são exemplos desse exercício.

Fotografia 18 - Passeata da Catedral Cristo Rei à Mata do Planalto



Faixas carregadas por representantes da Arquidiocese, do MAMBH – verde á direita -, do parque Jardim América – estandarte ao fundo.  
Fonte: da autora (03/10/2015).

Ainda assim, não é difícil notar que são poucos os integrantes do Salve a Mata do Planalto dispostos, de fato, a manter os elos frágeis entre esses dois movimentos. Elos que Frei Gilvander explica:

[...] a Construtora Direcional é a mesma que tá também querendo fazer o despejo na ocupação do Isidoro, então o inimigo é o mesmo. Isso também ajuda a unir as lutas. Além de que hoje as lutas sociais elas têm que estar juntas com as lutas ambientais. Não pode ser separada não.

Escobar ressalta ainda que, “embora as malhas resultem da ação de muitos decisores individuais e colectivos, elas adquirem vida própria” (ESCOBAR, 2004, p. 646). A forma como Gilson concebe o movimento parece se aproximar dessa propriedade da malha ressaltada pelo autor:

[...] uma ideia é boa quando ela deixa de ser sua. [...] Então, por exemplo, nós podemos ter estado à frente, ter tido o privilégio de participar dos primeiros, né? Mas hoje não é minha ideia ou da Eugênia ou do Sr. Antônio ou de mais um, Magali, algumas pessoas assim, dr. Wilson. Não, agora é milhares de pessoas. Então ela deixou de ser nossa, ela não pertence mais a nós (Entrevista com Gilson, 08/06/2015).

Para Iury, o ápice do movimento esteve relacionado ao que considerou um momento histórico para Belo Horizonte, quando as associações de bairros da cidade se ligaram, por meio do MAMBH, presidido por Fernando Santana. Se, antes, cada associação participava apenas das reuniões na prefeitura referentes aos bairros onde moram, a partir daquele momento os membros das diversas associações de bairro passaram a participar, juntos, das reuniões que dizem respeito aos casos inseridos nos bairros cujas associações integram o MAMBH.

Isso foi que fez a prefeitura ficar com muito pé atrás e com muita raiva, porque unificou o que eram gritos baixos, espalhados pela cidade, virou uma mão que dava uma porrada seca em nome de Belo Horizonte, na prefeitura. E aí a prefeitura começou a bater mais forte também, começou a usar o artifício de botar coisas debaixo do pano, a fugir pela esquerda, e a não atender mais ninguém. E isso foi - que é o que ela queria - [...] conseguiu botar um pouco de água fria no movimento.

Segundo Magali, o MAMBH surgiu há cerca de dois anos. Vi seu presidente, Fernando Santana, em quase todos os lugares em que acompanhei Magali, Eugênia e Margareth. Considero-o peça-chave no movimento da Mata do Planalto, construindo caminhos, argumentos e ações em prol da preservação da área. Também tive a oportunidade de conhecer representantes de outras associações, alguns deles ferrenhos combatentes da luta da Mata, outros, reticentes quanto à necessidade da preservação total da área, defensores do direito à propriedade privada acima de qualquer reivindicação social. Os que optaram por não apoiar a causa da Mata se afastaram do MAMBH.

A estratégia atual da associação, nas palavras da Magali:

Eu vou na frente, que eu vou batendo, é justamente por causa do processo em si, do conhecimento, então, assim, eu já tenho essa força de enfrentar os poderosos, porque eu não tenho medo. [...] Vocês me deixam que eu vou igual uma doida, mas o resto vocês administram.

E foi desse modo que o movimento cresceu, transformou-se e ganhou visibilidade. Magali e Sr. Antônio levaram a Mata do Planalto para as reuniões, seminários e encontros realizados em Belo Horizonte, onde o tema eram as questões ambientais. Foi com essa estratégia que conseguiram o apoio político e técnico de atores importantes nas discussões sobre as questões ambientais da cidade e do estado. Entre eles, o Projeto Manuelzão e o próprio GESTA-UFMG. O apoio do Ministério Público Estadual veio como resposta a uma solicitação da ACPAD. Além do acompanhamento presencial dos promotores de justiça em audiências

públicas e algumas reuniões onde se discute a Mata do Planalto no COMAM e na Câmara dos Vereadores, o Ministério Público Estadual, por meio da promotoria de justiça, atua em defesa da Mata por meio de instrumentos como o laudo técnico da Central de Apoio Técnico ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (CEAT), recomendações favoráveis à sua preservação integral e por meio da interposição de uma ação civil pública. O advogado Wilson Campos, presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Interesses Coletivos da Sociedade da OAB-MG e morador do condomínio Granja Verde, no bairro Planalto, também atua no movimento pela preservação da Mata. Sua assessoria levou adiante uma ação popular, por iniciativa de moradores da cidade (MATA DO PLANALTO, 2015).

Foi por meio da atuação do MPMG e do Dr. Wilson Campos que se conseguiu que a votação da LP fosse retirada de pauta uma primeira vez - durante reunião na qual a ACPAD encheu de alunos o saguão do COMAM, com direito à ocorrência policial pelo impedimento da entrada do grupo da reunião do Conselho, hino da Mata do Planalto e forte repercussão na mídia.

Mesmo com todos esses esforços, a LP foi aprovada no início de 2015, em reunião sem a participação dos interessados pela preservação da Mata. Outra recomendação do MPMG levou ao seu cancelamento, mas não impediu que fosse recolocada em pauta no COMAM em dezembro de 2015. Nessa ocasião, o conselheiro Ronaldo Vasconcelos - representante das instituições ditas “ambientalistas” e político - e outras duas conselheiras - uma delas professora da UFMG e representante das universidades - manifestaram-se contrários à aprovação da LP. Ronaldo Vasconcelos pediu que o processo fosse “baixado em diligência” para que pudesse melhor avaliar as alterações no projeto do empreendimento, descritas no documento elaborado pelo relator do processo, Homero Brasil.

### **3.2 Os ambientalismo que sustentam a Mata do Planalto**

Discutidas as formas de articulação do movimento Salve a Mata do Planalto, conto com as contribuições de Harvey (1996), Milton (1997), Martínez-Alier (1999; 2001), Zhouri (2001; 2015) e Carvalho (2001) para pensar as concepções de ambiente que os respaldam, emprestando algumas das características orientadoras do movimento.

Zhouri (2015) questiona a propagação da noção de ambientalismo que se quer única e global, cujas origens a história - sujeita à colonialidade do poder para a construção do seu saber,



como ressaltam os autores da crítica decolonial, como Anibal Quijano e Walter Mignolo, - comumente localiza na Revolução Industrial, no século XVIII. Ambientalismo que, desde meados dos anos 80, se faz sobre o alicerce da ideologia do desenvolvimento sustentável.

No exercício de diferenciar as formas de ambientalismo, Harvey (1996) e Martínez-Alier (1999; 2001) acionam formas particulares de classificação dos ambientalismos que dialogam e se complementam.

Harvey (1996) lembra como, durante as últimas décadas, uma série de discursos, por vezes antagônicos e mutuamente excludentes, tem surgido no âmbito das “questões ambientais”. Discursos indissociáveis das crenças, práticas materiais, relações sociais, de poder e estruturas institucionais. A partir disso, o autor se propõe a identificar os conjuntos de fatores que, a despeito de suas diferenças essenciais, compartilham e dividem o mesmo espaço, aquele das questões ambientais. Algumas das racionalidades expostas por Harvey (1996) ajudarão a entender as concepções sobre o ambiente que os envolvidos no caso da Mata do Planalto buscam reproduzir. São três as racionalidades que o autor apresenta como formas dominantes do discurso ecológico-ambiental que forçaram a articulação de argumentos que a elas se opusessem moldando, de certa forma, as práticas de justiça ambiental (HARVEY, 1996): a *standard view*, ou a visão padrão da gestão ambiental; a modernização ecológica e o *wise use*, ou uso consciente, e a defesa da propriedade privada. Para o autor, “cada um desses discursos compostos molda uma mistura única de cumplicidade e de oposição no que diz respeito a crenças existentes, instituições, práticas sociomateriais, relações sociais e sistemas dominantes de organização do poder político-econômico” (HARVEY, 1996, p. 373)<sup>25</sup>. Traremos, nas linhas que se seguem, alguns pontos da análise do autor para a visão padrão da gestão ambiental e a modernização ecológica.

Como explica Harvey (1996), a visão da gestão ambiental está orientada para o progresso - entendido como acumulação do capital - para o qual as preocupações relacionadas ao ambiente não podem se tornar barreiras, afinal, o crescimento econômico é tido como essencial para o desenvolvimento humano. Por isso, a estratégia da gestão ambiental está focada nas ações posteriores a acontecimentos que impactam o ambiente, tidos como

---

<sup>25</sup> Tradução livre do original “[...] *each one of these composite discourses shapes a unique blend of complicity and dissent with respect to existing beliefs, institutions, material social practices, social relations, and dominant systems of organizing political-economic power*” (HARVEY, 1996, p. 373).

incidentes. As remediações vêm quando se julga necessário intervir para reverter - e não há situações irreversíveis - incidentes ocasionados de modo não intencional, por erros, recorrentemente atribuídos ao desconhecimento.

A única questão grave é como melhor gerir o ambiente para a acumulação de capital, eficiência econômica e crescimento. Deste ponto de vista, efeitos colaterais negativos (incluindo aqueles sobre a saúde e bem-estar) merecem ser combatidos (desde que nenhum obstáculo sério seja criado para a continuidade da acumulação) e séria atenção deve ser dada à conservação adequada e utilização racional dos recursos (HARVEY, 1996, p. 375)<sup>26</sup>.

No paradigma da modernização ecológica, a prevenção é tida como preferível à remediação, o que exige políticas institucionais e práticas regulatórias mais sistemáticas. Seu alicerce é a ideia de sustentabilidade, termo que, com suas variações de sentido, se quer sempre associado à garantia dos direitos das futuras gerações. A ciência e a técnica exercem papel fundamental na consolidação do discurso da modernização ecológica, na explicação dos problemas ambientais globais que exigem, dos governos e de cada indivíduo, atitudes mais sustentáveis e na elaboração dos cálculos necessários para definir estratégias que viabilizem o crescimento econômico sustentável, o crescimento econômico que pode se manter a longo prazo (HARVEY, 1996, p. 377, 378).

Nos capítulos seguintes, dedicados aos argumentos e estratégias das construtoras e das instituições municipais de meio ambiente na lide com a Mata do Planalto, a questão da modernização ecológica será retomada.

De acordo com Harvey (1996), a justiça ambiental é o movimento de oposição radical à visão padrão sobre o ambiente e à modernização ecológica, e está muito menos sujeita à cooptação de grandes corporações e governos. O conhecimento técnico e científico desempenha importante papel nos termos da justiça ambiental. Entretanto, a justiça ambiental reconhece o poder de ambos os discursos de questionar, negar e diminuir os conhecimentos oriundos do contato - físico e emocional - direto com os impactos no ambiente. “O movimento pela justiça ambiental coloca a sobrevivência das pessoas em geral, e dos pobres e marginalizados em

---

<sup>26</sup> Tradução livre do original “*The only serious question is how best to manage the environment for capital accumulation, economic efficiency, and growth. From this standpoint, negative externality effects (including those on health and welfare) deserve to be countered (provided no serious barriers are created to further accumulation) and serious attention should be given to proper conservation and wise use of resources*” (HARVEY, 1996, p. 375).

particular, no centro de suas preocupações” (Harvey, 1996, p. 386). O discurso da justiça ambiental lida com os aspectos morais, emotivos e simbólicos que acompanham a discriminação social e ambiental por ele denunciadas. O direito de todas as pessoas à autodeterminação - política, econômica, ambiental e cultural - é um dos princípios desse modo de pensar o ambiente (p. 390). Para Harvey, é esse o ponto em que se estabelecem as interseções entre a justiça ambiental e o ambientalismo dos pobres, ao qual se refere Martínez-Alier.

Duas tipologias de ambientalismo são identificadas por Martínez-Alier (1999; 2001): o ambientalismo da afluência - ou da boa qualidade de vida - e o ambientalismo da sobrevivência - ou da subsistência. O ambientalismo da afluência, apoiado em valores pós-materialistas, está preocupado com temas como a qualidade de vida, o consumo e a preservação dos recursos naturais como amenidades. Característico das grandes potências mundiais da industrialização, não está relacionado à reação aos “efluentes da afluência” (MACEDO, 2012; MARTINEZ-ALIER, 1999; 2001).

Martínez-Alier se opõe à tese pós-materialista de que a preocupação com o ambiente natural é diretamente proporcional ao aumento da riqueza, na medida em que a preocupação com a “qualidade ambiental” presume uma satisfação de outras necessidades humanas mais básicas e de que os pobres são “pobres demais para ser verdes” (MARTINEZ-ALIER 1999, p. 219). Sua oposição baseia-se nas evidências de que o crescimento econômico tem levado à degradação ambiental e na constatação da atenção ao meio ambiente também nos países pobres. Atenção que se faz por meio do ambientalismo da sobrevivência. Também chamado de ambientalismo dos pobres, está fundado nos conflitos originados da distribuição desigual das possibilidades de apropriação do ambiente natural. Assimetrias que interferem nas condições de subsistência e, priorizando os interesses do Estado e do mercado, difundem a pobreza e a degradação ambiental (MACEDO, 2012; MARTINEZ-ALIER, 1999; 2001).

Tais considerações levam a aproximar os ambientalismos com os quais tive contato na Mata do Planalto com os movimentos por justiça ambiental e o ambientalismo dos pobres.

Uso o termo “aproximar” porque o reconhecimento da justiça social e das questões ambientais como indissociáveis, princípio fundamental da justiça ambiental, não é unanimidade entre o núcleo central do movimento - ainda que, de acordo com Gilvander, transformações

importantes tenham acontecido nesse sentido. A aproximação com o movimento das ocupações urbanas da Isidora, os diálogos na Rede Verde<sup>27</sup> e o apoio do GESTA-UFMG parecem tencionar as visões mais restritas do que vem a ser ambiente, engatilhando um processo de formação para uma visão de mundo mais integrada. Inseridos nesse processo, aqueles que foram meus interlocutores diretos e pouco a pouco incorporam o elo entre as lutas ambientais e a justiça social em seu envolvimento pessoal no movimento, recorrem, no embate com seus opositores, ao termo desenvolvimento sustentável - como visto, conceitochave da modernização ecológica - e aqueles a ele relacionados.

Os sentidos, entretanto, ressaltam outros valores que não os econômicos. Apela para o valor da vegetação como mata nativa e a necessidade de sua preservação, em resposta ao crescimento urbano desordenado e seus impactos nas atividades diárias das pessoas. Discursam sobre a autonomia da natureza, que não precisaria da intervenção humana para prosperar naturalmente. Esses argumentos são característicos das chamadas “novas sensibilidades estéticas”, que vieram à tona no decorrer do século XVIII (CARVALHO, 2001) e que continuam a ser centrais para nas decisões no campo ambiental. São acionados pelo movimento como forma de garantir o direito de se manifestar pela defesa da localidade constituída.

Acionadas nesse mesmo sentido, fazem-se também presentes atualizações das características sociais e culturais do Romantismo dos séculos XVIII e XIX, como um clamor pela recuperação do respeito à ordem natural das coisas - a uma ordem divina, como mostra a proximidade do Salve a Mata com a Igreja Católica<sup>28</sup>. A preservação da Mata é expressa por alguns dos militantes como uma oportunidade de reparação dos sujeitos com ela envolvidos (CARVALHO, 2001). Quando acionado, esse caráter - quase sagrado! - associado à Mata do Planalto traz à tona na discussão o aporte moral, deslocando-a para fora do alcance dos argumentos racionalistas, como aqueles legais e científicos (HARVEY, 1996). Para Carvalho (2001, p. 53, 54), “a sensibilidade romântica alimenta o anseio contramoderno por uma

---

<sup>27</sup> Rede que integra os movimentos pela preservação de áreas verdes e aqueles das ocupações urbanas da cidade de Belo Horizonte. Veio à tona, como apoio do grupo Indisciplinar, a partir da articulação contra a PELO 7/2014, Projeto de Emenda à Lei Orgânica que objetivava autorizar a utilização de até 15% dos parques e áreas verdes da cidade para a implantação de equipamentos públicos como postos de saúde e escolas.

<sup>28</sup> Haja vista a passeata a favor da Mata organizada pelo Vicariato e a presença do Salve a Mata na abertura da Campanha da Fraternidade de 2016, por meio de um estande no evento.

experiência alternativa, à margem de uma sociedade vista como utilitarista e predatória”. Sentimento validado pelo que a autora chama de “ecologismo contracultural”<sup>29</sup>.

As transições do movimento identificadas por Iury e a mudança de estratégia da negociação para a estratégia de embate são justificadas por quase todos os meus interlocutores como uma reação à falta de vontade do governo municipal por uma negociação justa, uma falha nas funções do estado. Ao mesmo tempo em que a negociação é expressa como a forma “correta” de se relacionar com o poder público, há o reconhecimento do valor e da força do dissenso nas discussões oficiais com o governo municipal, no interior da rede de indivíduos e movimentos apoiadores e, inclusive, no interior do grupo de líderes do movimento. O dissenso é aqui entendido como “efeitos próprios da dinâmica política e não como desvios ao percurso natural de constituição de uma unidade capaz de catalisar e subtrair as diferenças em prol da conformidade de sentimentos, opiniões, projetos e perspectivas” (ZHOURI, 2015, p. 3).

O movimento pela Mata do Planalto reconhece como legítima a propriedade privada. A compreensão da vontade do “Marcialzinho” - filho de Marcial do Lago - ao vender a Mata, assim como a necessidade de ressarcir a construtora, compõe sempre o discursos das reivindicações. É nesse caminho que apoiam a preservação da Mata na transferência do direito de construir.

O texto escrito e distribuído por Magali no ônibus que nos levou para a audiência na Câmara dos Vereadores, em março de 2015, parece uma fonte interessante de como argumentos das diferentes “correntes” do ambientalismo são acionados pelo Salve a Mata do Planalto.

#### “Mata do Planalto

Não me mate, deixe-me viver.  
 Não corte os meus troncos  
 E os jogue em qualquer canto.  
 Deixe-me proteger  
 Quando o vento vem forte.  
 Quando brando me acalma.  
 A chuva que transcorre  
 Por entre meus galhos floridos  
 Me fortalece, me dá vida.

<sup>29</sup> Para uma descrição desses movimentos socioculturais e as influências nas formas atuais de pensar e experimentar a natureza, ver o capítulo 2 do livro “A invenção Ecológica” de Carvalho (2001).

Os Ruídos se absorvem  
 Acalentando o sono de quem dorme.  
 Deixe-me dançar ao som dos pássaros.  
 O Irmão oxigênio exalado das minhas entranhas.  
 Alimenta tantas vidas humanas e animais.  
 Em época de aquecimento global  
 E de mudanças climáticas,  
 Destruir a biodiversidade  
 É um pecado capital.  
 As futuras gerações merecem  
 Um ambiente preservado e equilibrado.  
 Deixe-me clarear a lua cheia.  
 E aos olhos de quem vê  
 Se extasiar com tanta beleza!  
 É a mão de Deus ali presente!”

Magali Ferraz Trindade.

Para a análise que nos propomos a experimentar, é importante ressaltar, com Harvey (1996), o modo como a tese da modernização ecológica tem sido adotada não apenas por instituições alicerçadas no modelo político-econômico de poder que aqui criticamos, mas também por grupos que, por meio de suas reivindicações, tencionam esse modelo. Esse parece também ser o caso do Salve a Mata do Planalto. Para o autor, se por um lado o compartilhamento da base discursiva da modernização ecológica permite a contestação do modelo dominante nos seus próprios termos e ao mesmo tempo garante mais poder de persuasão da opinião pública<sup>30</sup>, no outro sentido, diminui o espaço para os argumentos de ordem moral e aumenta os riscos de se tornarem suscetíveis ao perigo da cooptação política (HARVEY, 1996).

Há, por vezes, a insistência no argumento de que o Salve a Mata do Planalto não é, ainda que alguns militantes se posicionem desse modo, um movimento de contestação das racionalidades de viés neoliberal, que preponderam hasteadas pelo modelo socioeconômico, político e cultural capitalista. Entretanto, as estratégias, argumentos e ideias, corporificados na militância, parecem um mecanismo de contestação desse modelo que se quer único. No discurso, reproduzindo as dicotomias desse mesmo modelo, parece simples separar a luta pela preservação das áreas verdes da cidade do contexto social, econômico e político gerador da conjuntura que sustenta a pressão por sua destruição. Todavia, o apoio mútuo entre a Mata do Planalto e os grupos sociais já apresentados, assim como a tensão e o agravamento das

---

<sup>30</sup> Para considerações, no contexto indiano, sobre a diferença de respostas do governo a dois movimentos relacionados à questão territorial, um deles com estratégias que remetem a concepções correntes e internacionalmente reconhecidas de ambientalismo, que podem ampliar a discussão sobre o “jogar o jogo” da concepção dominante, consultar Baviskar (2001).

respostas do poder público e das empreendedoras, é indício da impossibilidade da existência de tais separações rígidas. Ainda que o epicentro da resistência seja a área verde na zona norte da cidade de Belo Horizonte, as ondas sísmicas - se quisermos continuar com a metáfora do terremoto -, reflexos do Salve a Mata, abalam, ainda que sutilmente diante da força do consenso que as sustenta, as estruturas do modelo preponderante.

Não quero com isso dizer que o Salve a Mata do Planalto carrega uma racionalidade de radical contestação do capitalismo neoliberal ou que se posiciona fora dele, sendo imune às suas influências. Ao contrário, o breve apanhado dos argumentos e estratégias que foram apresentadas ao longo dos capítulos anteriores e a indicação do modo como incorpora argumentos da modernização ecológica mostram como o movimento se encontra imiscuído nessa racionalidade dominante e como aciona os próprios termos da dominação para se fortalecer no embate. Retomando os termos de Appadurai (2004) sobre a produção de localidade, considero aqui a localidade em ambas as suas dimensões: “sua dimensão de dado, de normalidade, de hábito”, em que estruturas de sentimento são historicamente herdadas, socialmente apropriadas; e a sua perspectiva de atividade social de produção e reprodução de novos sentidos. Mobilizando a perspectiva de atividades social da produção de localidade, os sujeitos locais contribuem, quase sempre involuntariamente, para a produção de novos contextos, que extrapolam as estruturas dos bairros em que esses sujeitos se formaram (APPADURAI, 2004, p. 246).

Resumindo: à medida que os sujeitos locais vão desenvolvendo a tarefa continuada de reproduzir o seu bairro, as contingências da história, ambiente e imaginação contêm o potencial de novos contextos (materiais, sociais, imaginativos) a produzir. Deste modo, através dos caprichos da acção social dos sujeitos locais, o bairro enquanto contexto produz o contexto de bairro. Com o tempo, esta dialéctica altera as condições de produção de localidade enquanto tal (APPADURAI, 2004, p. 246).

Estive durante esses meses diante de um modo ímpar de ver o mundo. Um modo de perceber o ambiente marcado pelas experiências individuais daqueles que se uniram para compor seu núcleo, trazidas dos anos anteriores para o envolvimento na militância com as questões ambientais, alimentadas pelo incentivo da luta ganha com a criação do Parque Lagoa do Nado, pelo aprendizado com a criação e com o dia a dia do Parque Planalto. Essas experiências de participação social culminam na reivindicação pela institucionalização municipal de uma área verde urbana que foge ao único modelo reconhecido pelos órgãos

ambientais oficiais, o do parque urbano sujeito à visitação pública. Conforme considera Massey (2000 *apud* ZHOURI, 2015, p. 6), “a crítica ao global - como força que oprime e explora - só pode ser efetuada a partir do local onde o conhecimento é possível e onde as trincheiras da resistência estão em curso”.

Enfatizo, no processo de formação dos indivíduos para a estruturação do movimento Salve a Mata do Planalto, suas relações anteriores com o ambiente. Faço-o por me inserir entre aqueles que corroboram a ideia de que “formas de interação com o ambiente moldam formas de compreendê-lo” na mesma medida em que “as formas pelas quais as pessoas entendem seu meio também moldam como elas interagem com ele”. Uma revisão dual, como propõe Milton (1997, p. 16), da velha fórmula determinista unidirecional segundo a qual as características ambientais moldam culturas.

Perspectivas culturais, portanto, proveem conhecimento, suposições, valores, objetivos e razões que guiam a atividade humana. Essa atividade, por sua vez, proporciona experiências e percepções que moldam a compreensão das pessoas sobre o mundo. O processo não é unidirecional, mas dialético (MILTON, 1997, p. 16).

Essa concepção permite, como sugere Zhouri (2001), a passagem a outra forma de compreender os ambientalismos. Não mais como movimentos sociais, mas como perspectivas culturais (MILTON, 1997) ou “fenômeno político-cultural” (ZHOURI, 2001).

Assim, ele [o ambientalismo] sugere mutáveis “estruturas de sentimentos” (Williams, 1961) emergentes através de novas formas de sociabilidade e comprometimentos políticos, redefinindo as relações dos seres humanos entre si, e as relações entre estes e a natureza (ZHOURI, 2001, p. 14).

A meu ver, essas “formas de sociabilidade e comprometimentos políticos” contribuem para a sustentação dos sentidos de localidade acionados na produção dos bairros (APPADURAI, 2004). Ao analisar até aqui a participação dos sujeitos desta pesquisa nos processos de criação dos Parques Lagoa do Nado e Planalto, assim como as perspectivas culturais que formam os ambientalismos expressos pelo Salve a Mata do Planalto, penso ter compreendido parte das formas de produção da localidade da Mata do Planalto. Parte porque, até este ponto, trouxe os argumentos dos moradores do entorno, dos que constroem a rede e se conectam somando forças com a Mata, dos que resistem à destruição parcial ou total da Mata. A partir do item seguinte, veremos o empenho dos sujeitos locais da Mata do Planalto no embate com seus



principais opositores, as construtoras Direcional, Rossi e Petiolare, o COMAM, a Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte e o prefeito da cidade. Estes que se negam a reconhecer o lugar constituído da Mata do Planalto<sup>31</sup>.

### 3.3 Travessa: da vontade política à vontade dos políticos

O que se vê é a falta de vontade política com relação à Mata tanto no COMAM quanto na Câmara (Senhora moradora do bairro Planalto durante reunião com a Direcional, 12/06/2015).

TRAVESSA sf. Peça de ligação que, em uma construção ou em um veículo, é colocada entre dois elementos. Rua estreita, secundária e transversal a duas outras mais importantes (www.dicio.com).

Utilizo no título desta seção o termo “travessa” para fazer dela um instrumento de passagem entre duas concepções do que vem a ser política.

“Vontade política”! Ouvi inúmeras vezes essa expressão vinda de indivíduos envolvidos dos modos mais diversos com a Mata do Planalto. A expressão esteve, mais das vezes, acompanhada de termos que indicam ausência. “Falta de vontade política”. Sempre citada no outro, foi, neste contexto, associada exclusivamente a sujeitos ocupantes de cargos públicos da prefeitura de Belo Horizonte. Utilizado dessa forma, o adjetivo “política” diz do lugar de onde vem ou se entende que deveria vir a vontade decisiva de preservação da Mata - dos cargos políticos - e torna-se quase um sinônimo de Estado.

Eu mesma reproduzi o termo em reunião no Vicariato<sup>32</sup>. Nessa reunião estavam presentes cerca de 20 pessoas entre padres, irmãs de caridade, representantes da Igreja Católica e fiéis, representantes dos movimentos ambientais da cidade, representante do Projeto Manuelzão e professores, reunidos para dar sequência à organização da caminhada que uniu todos em

---

<sup>31</sup> Se de certo modo essencializo tais instituições públicas e privadas, não é por não reconhecer a multiplicidade de posicionamentos, visões e racionalidades que trazem os indivíduos que as integram, mas por não ter tido como objetivo, no recorte desta pesquisa, observá-las de perto como fiz com o Salve a Mata do Planalto. Pude captar um pouco do que me pareceram ser posicionamentos destoantes no interior delas, quando foram deliberadamente expressos – incorrendo, inclusive, no risco de ingenuidade diante dos discursos políticos, ainda que tenha despendido cuidado neste ponto. Ademais, pautei a minha análise na externalização dos posicionamentos institucionais da Direcional/Rossi/Petiolare, no resultado das votações e decisões na Câmara Municipal e no discurso que vigora no COMAM.

<sup>32</sup> Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, divisão administrativa da Igreja Católica que integra pastorais sociais e projetos de auxílio aos mais pobres. Promove a inserção social da igreja e o diálogo com instituições que prezam pela inclusão social, a cidadania e a promoção humana, com o objetivo de possibilitar ações de mais amplitude (Arquidiocese de Belo Horizonte, S/A.).

defesa da Mata do Planalto e demais áreas verdes de Belo Horizonte<sup>33</sup>. O articulador da ideia, representante do Vicariato, pediu que fosse feito breve relato sobre a atual situação do movimento da Mata. Concluídas as falas das representantes da Mata, tomei a palavra para frisar a falta de iniciativas veementes no COMAM e na Câmara em relação à Mata do Planalto. Estava presente um professor de Geografia, representante do gabinete de um vereador. Conheci-o dias antes na audiência pública convocada pelo vereador que representava, para ampliar as discussões sobre o Sistema Municipal de Áreas Verdes em tramitação na Câmara Municipal. O professor tomou a palavra. Lembrou que se de fato há um desinteresse da maioria, é preciso lembrar que alguns vereadores se dedicam à causa, que se trata sim de uma decisão política.

O breve, público e indireto diálogo com o geógrafo desencadeou alguns incômodos. Teríamos o mesmo entendimento sobre o que é a política? Que mensagem quis eu transmitir quando falei da ausência de vontade política? Que papel no Salve a Mata tem esses vereadores que reivindicam um lugar específico, que clamam por não serem associados ao todo da Câmara? Essas questões pulsavam ainda quando escrevi o capítulo cinco.

O termo vontade política, como acionado nos casos aqui descritos, aproxima-se da ideia da política como localizada em grupos sociais predeterminados - COMAM, Câmara Municipal e demais instituições associadas ao poder público municipal - que tento superar por meio dos argumentos de Mouffe (1999), que sugere um caminho para o encontro da política como inerente à vida social.

Mouffe sugere que as “identificações coletivas” se dariam a partir da “afirmação de uma diferença, a determinação de algum ‘outro’”, o que possibilitaria o surgimento do antagonismo nas situações em que “o outro, que até agora tinha sido considerado sob o modo simples da diferença, começa a ser percebido como aquele que nega minha identidade e questiona minha existência”. Por meio desse raciocínio, Mouffe dá forma à sua concepção do que vem a ser a política. Segundo a autora, é por meio desse processo que qualquer tipo de relação nós/eles carrega o antagonismo, tornando-se política. Processo que permitiria deixar

---

<sup>33</sup> A caminhada em defesa das áreas verdes, realizada no dia 3 de outubro, foi organizada por meio da cooperação entre o Vicariato Episcopal de Belo Horizonte, os movimentos ambientalistas da cidade, jovens da Igreja Católica, padres e moradores do bairro Planalto. O evento teve início com a fala do Padre Chico Pimenta, no local onde está sendo construída a Catedral Cristo Rei, na avenida Cristiano Machado. Os caminhantes seguiram pela avenida Bacuraus, contornando a Mata do Planalto até chegarem ao Colégio Santa Maria, vizinho ao Parque Planalto, onde o Bispo Auxiliar Dom Edson Oriolo celebrou uma missa pela preservação das áreas verdes da cidade.

de lado a ideia da política como algo pontual e localizado em algumas esferas da sociedade para compreendê-la como “uma dimensão inerente a toda a sociedade humana e que provém de nossa condição ontológica em si” (MOUFFE, 1999, p. 269). Esta última, a política do antagonismo, Mouffe (1999, p. 270) diferencia-se da política da ordem, que pretende organizar o político, ou seja, controlar a hostilidade de neutralizar “o potencial de antagonismo que existe nas relações humanas”.

Quando trago para o contexto em que analiso a política do dissenso (RANCIÈRE, 2006) e a política do antagonismo (MOUFFE, 1999), reconheço novamente a vontade política pela Mata do Planalto. O Salve a Mata do Planalto é a vontade política, por excelência! Afinal, é a forma de sociabilidade por ele proposta que recusa o consenso e cria a Mata do Planalto, a área verde pública integralmente protegida, lugar não constituído fora do conflito desvelado da expressão da existência social da Mata. Sujeitos da vontade política, os que compartilham dessa perspectiva, “interlocutores dissensuais”, falam ao mesmo tempo em dois “mundos paradoxais” postos em relação (RANCIÈRE, p. 375-377). Em um deles a Mata do Planalto existe, no outro, onde estão os prédios e parques público e particular, ela não pode existir.

Quero me dar o benefício da dúvida sobre se há, nas instituições do poder público municipal, sujeitos políticos da Mata, interlocutores da vontade política a favor da sua preservação. Habitantes do mundo onde existe a Mata do Planalto.

Nas margens desse mesmo Estado, onde questiono a existência de rastros do dissenso a favor da Mata, também se fala da inexistência do empenho dos “políticos”. “Basta o prefeito querer!” ouvi de um conselheiro do COMAM - ele próprio indiscutivelmente a favor do empreendimento. A população da cidade e os vereadores da oposição com ele concordam. “Se o Leonardo [Vereador Leonardo Mattos] quisesse mesmo... ele é o líder do prefeito!” – ouviu-se de um vereador da bancada da oposição. Outros foram mais sutis ao dizer o mesmo: “Estejam atentos aos vereadores” - da oposição? - “que se ausentam na hora de votar o projeto” - lembraram os vereadores da bancada do prefeito, inclusive o presidente da Câmara Municipal.

#### 4 “ESTAMOS FALANDO DE UM EMPREENDIMENTO E NÃO DE UMA ÁREA VERDE”

Se um homem, por amor aos bosques, caminha por eles metade de cada dia, corre o risco de ser visto como um vadio; mas se passa o dia inteiro como especulador, derrubando esses mesmos bosques e tornando a terra devastada antes do tempo, é considerado um cidadão laborioso e empreendedor. Como se uma cidade não tivesse interesse em suas florestas, mas em cortá-las! (THOUREAU, 2011, p. 15).

Não era a primeira vez que passava a tarde na Câmara dos Vereadores com as “meninas do Planalto” - modo como um dos vereadores se referia a Magali, Eugênia e Margareth. “Magali, Margareth, Maria Eugênia, Mayana e Mata do Planalto! Todas com M!” - brincou Eugênia após uma das reuniões. Naquele dia, como de costume, abriu-se um sorriso no rosto redondo e claro do segurança da câmara - cujo porte físico faz jus à sua profissão - e no pé da escada de acesso à galeria, para onde eu me dirigia, o ouvi dizer novamente: “Só faltava você para completar a turma!”. Até aquele dia, todas as pessoas com quem conversei ou ouvi durante o trabalho de campo falavam sobre preservar a Mata do Planalto. Muitos vereadores no Pinga Fogo - primeiro momento da reunião quando o microfone fica aberto para que os vereadores falem sobre os assuntos que julgam pertinentes - entravam na fila do microfone para, entre outros assuntos, parabenizar o pessoal do Planalto pela presença constante na Câmara, dizendo da importância da Mata e do projeto que estava em pauta para declará-la de uso público.

Palavras que a repetição descolada da prática fez soar para mim como o “respeitável público!” que inicia os espetáculos circenses. Naquele dia, um dos assuntos principais do pinga fogo era a reunião da semana anterior em que tinha sido votado e derrubado o projeto de Lei 121/2013, de autoria do Vereador Leonardo Mattos, que declarava a utilidade pública da Mata (BELO HORIZONTE, 2013b).

Fotografia 21 – Vereadores na fila do microfone durante o pinga-fogo no início da reunião plenária do dia 1º/04/2015 em que se aguardava a entrada em pauta do PL 121/2013 sobre a Mata do Planalto



Fonte: Mila Milowsk. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/chapeu/reuniao-plenaria>. Acesso em: 10/04/2015.

Ressoava ainda na “casa” a alegação do Vereador Ronaldo Gontijo (Partido Popular Socialista – PPS) de que não teria conseguido votar, a favor do referido projeto, por falha nos terminais de votação e a negativa do presidente da Câmara, o vereador Wellington Magalhães (Partido Trabalhista Nacional – PTN), diante do pedido de reabertura da votação. O projeto em pauta que nos levou à Câmara naquele dia e visava “preservar e proteger as áreas de cobertura vegetal remanescente de domínio privado no município” (BELO HORIZONTE, 2013a) não foi votado por falta de *quorum*. Antes do término daquela reunião, recebi a notícia de que o presidente da Câmara havia solicitado uma reunião, naquele dia mesmo, com os representantes da Mata do Planalto.

Magali convidou a mim e ao Bruno, que representava o GESTA-UFMG, para acompanhar a reunião. Éramos Magali, Margareth, Eugênia, Fernando - presidente do MAMBH -, três representantes do movimento pelo Parque Jardim América, Bruno e eu. Aguardamos nas poltronas do Salão Nobre até que, da porta, chamaram pela Magali, informando que Wellington nos aguardava.

Entramos, o presidente estava falando ao celular. Outros três vereadores ocupavam as cadeiras mais próximas do presidente. Atrás dele as bandeiras do Brasil, Minas Gerais e Belo Horizonte. Pela janela de vidro que tomava toda a parede atrás do presidente da Câmara, que assentado na cabeceira falava ao celular, eu via a Igreja de Santa Tereza e parte da cidade. Foi de costas para a cidade que Wellington Magalhães se manteve durante toda a reunião. Correu os olhos na mesa e encontrando Magali perguntou: “E aí? Como está vossa excelência?” Eu anotava, de cabeça baixa. Não pude ver se se dirigiu somente a mim ou se mais alguém tomava notas ao dizer categoricamente que não queria que algo fosse anotado. Deixei a caneta. Anunciou o tom da conversa - seria como as que tinha com seus amigos! - e fez conhecermos sua proposta apresentada como uma solução para o desgaste da Magali de estar todos os dias presente na Câmara e sujeita à demagogia dos vereadores que diziam estar a favor da Mata e não votavam a favor dos projetos que a beneficiavam. “Sabe quantos vereadores se esconderam para não votar?” Estava insatisfeito com o modo como, no fim, a culpa recaía somente sobre ele, sem que fosse lembrada a responsabilidade dos vereadores que se omitiram de votar. Pediu então que o pessoal da Mata do Planalto conhecesse o projeto antes de criticá-lo, para que fosse possível discuti-lo. Falou da competência do arquiteto responsável pelo projeto da Direcional e que, conforme chegara aos seus ouvidos, a construção tomaria apenas 30% da área da Mata. Propôs que fosse realizada uma apresentação do empreendimento para os moradores do Planalto e então realizada uma audiência, da qual participariam só os moradores da região, e que por meio de um plebiscito seria votada a implantação ou não do projeto. Predispôs-se a chamar pessoas de outras áreas do entorno da Mata. “Afim, um empreendimento desse não pode ser abortado pela vontade de uns 20”.

Que características do empreendimento e das pessoas que contra ele reivindicam dotam - aos olhos do vereador - de tanto mérito o primeiro e de tanto descrédito os segundos? Não acredito que ele desconheça o alcance do movimento pela Mata do Planalto ou que julgue o empreendimento merecedor de destaque entre tantos outros na cidade - mesmo tendo tentado homenagear o dono da empresa Direcional na Câmara Municipal. Então, teria a sua interjeição um valor metafórico?

Valencio, Paula e Scopinho (2014) falam da ameaça aos grandes projetos de investimento, como o Residencial Planalto, representada por aquelas pessoas que não compartilham da ideia da panaceia do progresso. Encaixotá-las no estereótipo de radicais, descompromissados com o

“bem-estar comum”, é um esforço de desqualificar e deslegitimar sua luta “nas diversas arenas públicas que ainda restam” (p. 173), pela produção e reprodução de um “outro projeto de existência” (p. 173) não submisso à lógica mercantil de “contínua desorganização e reorganização de territórios” (p. 174).

O patrimonialismo se mantém como *modus operandi* na máquina pública, o que se reflete na intimidação, fechamento e redução dos canais de controle social (VALENCIO; PAULA; SCOPINHO, 2014, p. 194).

Pela primeira vez eu ouvia os argumentos de alguém que era a favor do empreendimento! O posicionamento do presidente da Câmara não era novidade para nós que acompanhamos a votação do já citado Projeto de Lei 121/2013. Regimentalmente, a participação do presidente da Câmara nas votações públicas - como aquela - ocorre somente em caso de empate (Câmara Municipal de Belo Horizonte, Resolução nº 1.480, 1990, artigo 41). De imediato, quis eu entender este artigo do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores como um esforço de atenuar a influência assentida ao ato de presidir - quando acionado na forma intransitiva do verbo que exalta o lugar de honra do cargo -, como um estímulo ao dever do presidente de consentir que as decisões sejam tomadas pelo voto, não obstante o seu posicionamento pessoal. Ao fim e ao cabo, com desapontamento e nitidez, notei como deu margem à afirmação do poder de estar em um lugar que transcende o votar.

A interrupção da votação do Projeto 121/2013 antes que fosse computado o voto do Vereador Ronaldo Gontijo afigurou-se como uma prerrogativa indigna de interferir na decisão sem que sua participação pudesse ser chamada de voto. Os 27 votos a favor, uma abstenção e a ausência de votos contrários, indicados no telão que permitia o escrutínio imediato ao longo da votação, não fez mais tímida a expressão do seu poder de decisão sobre os projetos que tramitam na “casa do povo” de Belo Horizonte. O presidente estava apoderado de um lugar acima do conjunto dos demais vereadores aos quais, naquele momento, coube - apenas! - votar. Incomoda-me a possibilidade de mais uma vez ser informada de que essa é uma situação legítima - legal e justificável? - que faz parte do jogo da casa.

Ainda assim, surpreendeu-me o modo explícito com o qual o presidente declarou seu lugar no jogo. Declaração esta que ele, uma segunda vez, exigiu que não fosse registrada, perguntando-

me se eu era repórter, quando eu novamente tomava notas. Saber que eu era pesquisadora não mudou sua posição de defesa.

Para ele, registrar, escrever, parecia ter o peso de “tornar explícito o implícito” (GOODY, 1987, p.127 *apud* VIANNA, 2014, p. 54). O cargo que ocupa possibilita e, em certa medida, exige a intimidade com o manejo de informações, dados e vozes múltiplas. Escolher demandas a registrar - ou silenciar - na composição dos projetos de lei e outros documentos que fazem parte da rotina dos vereadores na Câmara é também expressão desse poder da escrita. A leitura do Regimento Interno da Câmara Municipal leva a pensar que o lugar de presidente do Legislativo Municipal presume certa neutralidade nas votações públicas. Anotar o teor da reunião foi registrar um posicionamento incondizente com a certa neutralidade presumida no discurso sobre a posição por ele ocupada na Câmara (VIANNA, 2014).

O vereador deixou de lado, por um tempo, o seu celular sobre o qual se debruçava enquanto falavam Fernando e os outros. Só a Magali conseguiu tirar do celular a atenção do presidente da Câmara. Elogiou seus olhos “verdes, bonitos”, ao pedir que olhasse para ela enquanto ela falava. O vereador ligava para o arquiteto responsável pelo empreendimento da Direcional. Pediu que o seu “amigo” descrevesse o empreendimento e respondesse às perguntas que surgissem e colocou o telefone na função viva voz. Na breve conversa, o arquiteto repetiu alguns argumentos de convencimento anunciados como informações sobre a área: a existência de apenas duas nascentes na área do empreendimento, a descrição da Mata como tomada por eucaliptos e bastante degradada, a sustentabilidade do projeto - que só ocuparia 30% da área! - e outros já conhecidos por todos e que por isso provocaram risos. Quando Magali perguntou sobre o tamanho da área que seria ocupada pela garagem dos edifícios, o homem disse não saber precisar.

No decorrer da reunião, o “déspota esclarecido” - como tinha sido chamado mais cedo na plenária por um dos seus colegas parlamentares - insistiu no plebiscito em que apenas os moradores do Planalto poderiam votar. Contra os argumentos de que a Mata era de interesse de toda a cidade, o que se ouviu dele foi: “Aqui não tem crianças”. Uma insinuação de que a defesa da Mata era apenas um modo de defender outros interesses que não a sua preservação? Temi que Magali e os demais mordessem a isca do plebiscito.



O ambiente político amalgamado em parâmetros pretensamente democráticos é o que traz para dentro das instituições públicas - particularmente do Poder Executivo e do Poder Legislativo, nos três níveis de governo - a representação das forças sociais com o mesmo desbalanceamento que há na sociedade civil (VALENCIO; PAULA; SCOPINHO, 2014, p. 194).

Levar a decisão para um plebiscito era permitir que o poder político do vereador extrapolasse as normas do “jogo” interno à Câmara Municipal, se sobrepusesse ao COMAM, desconsiderando as falhas procedimentais do licenciamento do empreendimento - ainda não solucionadas -, atravessasse o trabalho do Ministério Público e impedisse a reivindicação por um exercício participativo mais condizente e atento às diferenças nos modos de experimentar o mundo. Votar apenas sim ou não seria coadunar com o apelo do presidente da Câmara durante a reunião: “Estamos falando de um empreendimento e não de uma área verde!”

#### **4.1 “A vida é essa! A vida do desenvolvimento é essa!”: as construtoras**

Minha aproximação dos modos da produção social acionados pela construtora na disputa pela apropriação daquele espaço - que se pretende materializar com os dois condomínios de quatro torres duplas de 16 andares (*MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS*, 2010) - se deu por intermédio do EIA/RIMA, de alguns documentos do processo de licenciamento do empreendimento aos quais tive acesso e de reuniões entre a Direcional, moradores do bairro e apoiadores do movimento pela preservação da Mata do Planalto.

Para a reunião do dia 12 de junho de 2015, solicitada por meio de contato com a Magali, a Direcional se propôs a receber seis pessoas. Fomos 11 os convidados por Magali: dois vereadores, o advogado, o biólogo e outros apoiadores sempre presentes nas reuniões do movimento, dois moradores do condomínio Granja Verde e um professor representante do GESTA-UFMG.

Para a maioria de nós, era a primeira oportunidade de entrar na Mata do Planalto. Enquanto quase todos optaram por entrar de carro, eu estacionei do lado de fora e entrei a pé pelo portão o qual já tinha me habituado a ver fechado.

Fotografia 19 - Portão aberto visto de dentro da propriedade da família do Sr. Marcial do Lago



Do lado de fora vê-se rua do condomínio Granja Verde.  
Fonte: da autora (12/06/2015).

Caminhei pela ruazinha de asfalto que levava até a pequena casa onde nos reuniríamos. Do meu lado esquerdo o muro indicava um dos limites da propriedade.

Fotografia 20 – Condomínio Granja Verde



Ao fundo as casas do condomínio Granja Verde e à direita o portão por onde entramos e parte do caminho que eu percorri a pé.

Fonte: da autora ( 12/06/2015).

Fotografia 24 – Lagoa de taboa e parte da Mata do Planalto



Fonte: da autora (12/06/2015).

A sala escolhida para a reunião tinha apenas o espaço suficiente para uma mesa e dez cadeiras. Ficava numa pequena construção, uma espécie de escritório. Em outro momento

soube que era a sede da imobiliária da família do Sr. Marcial do Lago e que até hoje trabalham ali alguns funcionários da empresa. Não pude ver, naquele dia, o resto da área construída que eu só sabia existir por meio da imagem de satélite do Google.

Também era possível ver à distância algumas árvores da Mata para além dos eucaliptos e da construção.

Fotografia 25 - Fachada da casa onde funcionou o escritório da Construtora Bandeirantes, do Sr. Marcial do Lago e família



À direita uma lagoa, taboa – um brejo. Atrás do brejo, parte da Mata do Planalto.  
Fonte: da autora (12/06/2015).

Alguns dias depois, a Direcional convidou os comerciantes da região para outra reunião, nos mesmos moldes da primeira e com o mesmo objetivo: apresentar o empreendimento. Para esta, as porta-vozes da Mata do Planalto não foram convidadas. Souberam por alguns dos comerciantes convidados e decidiram que estariam presentes. Mais uma vez foram as primeiras a chegar. Elas e aqueles que sempre as acompanhavam, inclusive eu. Os outros convidados, os donos de comércio e outros moradores que eu ainda não conhecia, foram chegando depois. O número de presentes foi bem maior. Na mesma sala da reunião anterior se amontoaram representantes de associações de moradores de bairros vizinhos, da Pampulha, vários moradores do entorno da Mata - homens e mulheres, um casal, idosos e poucos jovens.

Foram colocadas mais cadeiras, mesmo assim, muitos ficaram em pé dentro da sala, escorados na porta, acompanhando do corredor ou do outro lado da grade da janela.

Na primeira reunião falavam em nome da Direcional um homem e uma mulher que se assentaram no fundo da sala. Outra funcionária assistiu tudo da janela.

Fotografia 21 - Reunião com a Direcional



Sobre a mesa a descrição do empreendimento que foi entregue aos presentes e um mapa do empreendimento. Fonte: da autora (12/06/2015).

Pediram desculpas pela falta de espaço. Justificaram como questão de logística o fato de terem pedido que estivessem presentes no máximo seis representantes. Além disso, um número reduzido de pessoas facilitaria o detalhamento do projeto. A retórica com a qual se iniciou a reunião trouxe-me à lembrança o discurso do presidente da Câmara na reunião descrita anteriormente. O representante da Direcional informou que trabalhava na empresa há alguns anos, que acompanhava também o empreendimento Granja Werneck e que estava sendo o mais aberto e direto possível. Segundo ele, a proposta da reunião era “sentar junto para discutir o que pode ser feito”. “Desmistificar e tirar a distância” que parecia existir entre os moradores do Planalto e a Direcional.

Em primeiro lugar, frisou que a Rossi não estava mais envolvida com o empreendimento em questão. A empresa, inicialmente vinculada ao projeto pelo compromisso de compra do imóvel, teria diminuído seus empreendimentos fora de São Paulo por uma opção mercadológica. O Residencial Rossi Planalto foi, então, por meio de acordo entre as duas construtoras, assumido pela Direcional. A Sociedade de Propósito Específico (SPE) de nome Petiolare - atendendo ao meu pedido por explicação - disse normalmente criada para cada empreendimento com o objetivo de beneficiar tanto quem vende como quem compra - criada para o Residencial Rossi Planalto foi posteriormente comprada pela Direcional. Os dois frisaram o desligamento da Rossi do projeto muitas vezes naquela manhã. Diante da associação constante do nome da Rossi com o empreendimento na mídia, essa teria manifestado seu incômodo com a Direcional e exigido que assumissem a responsabilidade sobre os conflitos relacionados ao empreendimento. A fala inicial provocou objeções por parte dos presentes.

Magali indicou o erro das empreendedoras em não esclarecer a mudança de nome do empreendimento - relacionada à mudança da construtora - no momento devido, induzindo um imbróglio que impediu que estivessem presentes na reunião em que foi votada a LP, os representantes da Mata do Planalto. Uma apoiadora, recorrendo ao vocabulário jurídico ao qual se habituou no acompanhamento do movimento, mencionou o vício de publicidade que marcou a aquisição da LP no COMAM, tornando-a ilegal do ponto de vista do Ministério Público Estadual de Minas Gerais. Outras vozes, vindas dos conhecimentos específicos acumulados por cada um dos presentes, somaram-se agregando força à denotação do erro.

O funcionário da Direcional explicou não ter se tratado de um erro, mas de um procedimento corriqueiro para as empresas:

Eu tenho a impressão, que vocês acham que a gente fez essa história de propósito, pra esconder. Não teve absolutamente nada disso.  
Isso é um procedimento tradicional de negociação de empresa.  
O que vale é olhar no olho de cada um e falar a verdade. Não vou contar nenhuma unha de mentira.

A insistência no argumento da normalidade da situação que, aliás, sustentou toda a argumentação da Direcional durante a reunião resultou em objeções duras:

Essas situações, não coloque mais pra gente como normal, porque nós não aceitamos (Apoiador da causa ligado ao movimento das associações de bairro).

Isso é normal para você! Do ponto de vista da sociedade você não pode manter na prefeitura um cadastro com o nome da Rossi até hoje. [...] A Rossi não pode se ausentar da responsabilidade (Advogado apoiador da causa e morador da região).

É normal, mas não é certo! (Professor, representante do GESTA-UFMG)

O advogado apresentou um documento, retirado do *site* da prefeitura no dia anterior, onde a empresa Rossi constava como responsável pelo empreendimento.

Sobre o motivo da reunião, a representante da Direcional disse que, do mesmo modo que a imprensa foi chamada, aquela reunião também tinha sido solicitada para que fosse exposto o que chamou de “a nossa verdade”. “A verdade que a gente acha ser a verdade da região” corrigiu o outro. O intuito era sanar divergências identificadas por eles nas falas dos representantes do movimento na mídia, apresentando o empreendimento. Os argumentos dos quais a empresa se valeu durante as quase duas horas de embate com os representantes do movimento são sintomas da racionalidade própria ao mundo no qual está inserida, que tem no capital econômico o eixo fundamental para a reprodução social.

A distribuição das nascentes no território foi a primeira divergência levantada pela Rossi/Direcional/Petiolare, dizendo que por meio de “trabalho feito em campo, atestado e verificado” foram identificadas muitas nascentes fora da área do limite do empreendimento. Dirigindo-se à Magali o porta-voz lembrou que, quando ela fala nos jornais, “não explica com essa tecnicidade”. Era assim que ele gostaria que ela fizesse daquele momento em diante.

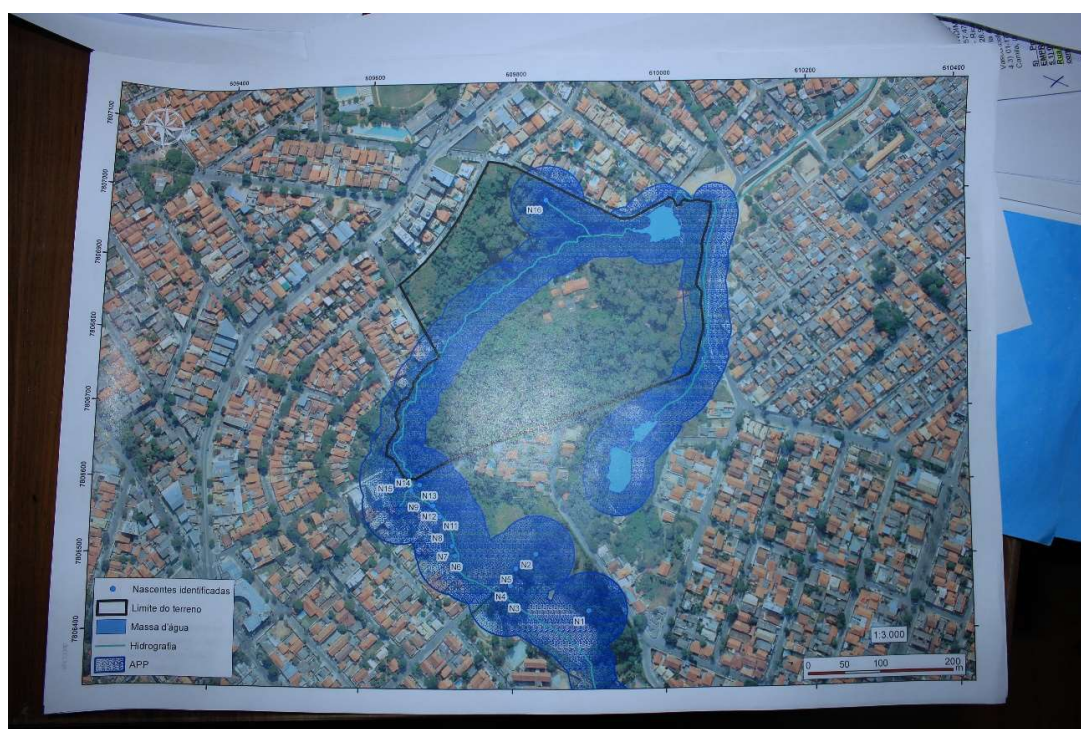
O conteúdo da sua argumentação tinha um discreto tom acusatório. Ao mesmo tempo em que se declarava a fala da Magali compreensível diante do seu possível desconhecimento sobre o assunto - dela, da Eugênia e dos que falavam em nome da Mata -, parecia indicar, simultaneamente, uma intencionalidade em dizer inverdades.

Eder Jurandir Carneiro (2014b), ao discutir o entrelaçamento entre o capitalismo e as questões ambientais que promoveram a ideologia do desenvolvimento sustentado, indica como os debates orientados por essa ideologia, tanto os mais acadêmicos quanto aqueles de cunho

mais político, são vazados numa linguagem técnica muito específica cujo domínio operativo é condição *sine qua non* para qualificar-se como “participante responsável”, que se deve levar a sério, como um dos “especialistas” que têm o direito de participar dos debates. Frente a esse monopólio dos “especialistas” na “questão ambiental, todos os demais agentes serão considerados ‘externos’, ‘leigos’, ‘não realistas’, ‘românticos’, sem a competência ‘científica’ para discutir e decidir” (CARNEIRO, 2014b, p. 42).

Se em certa medida a reunião reproduzia os limites do debate ambiental orientado pela ideia desenvolvimento sustentável, coluna vertebral da tese da modernização ecológica (Harvey, 1996), balizadora não apenas dos argumentos da Direcional, mas também das ponderações de alguns dos técnicos, moradores e vereadores - tornando-nos todos cúmplices de uma mesma racionalidade -, não faltaram ensejos da ruptura dissensual desses limites, como a firmeza da Magali diante do pedido de que ela fosse mais técnica na fala - “Eu vou falar do meu jeito!” - e a recusa do movimento a aceitar qualquer proposta de intervenção construtiva na área.

Mapa 5 – Mata do Planalto vista de cima



No mapa apresentado pela Direcional, a linha na cor preta indica os limites do terreno por ela adquirido. As linhas azuis representam a hidrografia, complementada pelos quadrados brancos que apontam as nascentes identificadas no EIA. As áreas em azul no entorno dos cursos d'água e lagoas delimitam as Áreas de Proteção Ambiental – APP, definidas pela Lei 7166/1996 que define o parcelamento, ocupação e uso do solo, e as atualizações desta.

Fonte: da autora (12/06/2015).



Ainda sobre as nascentes, o biólogo asseverou que mesmo que elas não estejam, em sua maioria, na área onde se pretende construir, o impacto das fundações e da impermeabilização do solo as comprometeria gravemente.

Contra esta e tantas outras opiniões que denunciavam os impactos socioambientais do empreendimento, os representantes da Direcional se apoiaram no *modus operandi* (Bourdieu, 2009) de um planejamento urbano social e ambientalmente descompromissado, herdeiro da concepção segregacionista de Belo Horizonte (GOMES; MONTE-MOR; COSTA, 2013), atualizado na concepção mercadológica de cidade: “Tem empreendimentos já implantados que fizeram assim! Se vocês acham que não pode ser construída uma coisa do lado de área de APP não precisava ter legislação”. E ainda: “Se colocarmos dessa forma, Belo Horizonte não poderia ter sido construída! A legislação de meio ambiente permite, tecnicamente”, quando o professor reconheceu a falha do EIA de não considerar como APP os topos de morros.

Quando o professor do corpo técnico do GESTA-UFMG lembrou que as terraplanagens para a construção dos edifícios levariam inevitavelmente ao assoreamento dos cursos d’água, afetando também as nascentes, o funcionário respondeu com confiança: “A gente tenta minimizar o máximo”.

Mapa 6 – Representação do uso do solo e da cobertura vegetal em 2008



Mapa representativo do uso do solo e da cobertura vegetal em 2008. Amarelo: bambuzal; faixa em verde no entorno do curso d'água: brejo; laranja: capim colônio; verde escuro: mata de eucalipto com sub-bosque adensado; verde claro: mata de eucalipto menos adensada; magenta: capineira; marrom: macega.

Fonte: da autora (12/06/2015).

Em nome da Direcional, o homem disse não considerar que o bioma local seja Mata Atlântica. Tratava-se, para ele, de uma cobertura vegetal composta principalmente de eucaliptos que permitiram o posterior crescimento de uma vegetação com características de Mata Atlântica - o que foi chamado de Mata de Eucalipto com sub-bosque adensado e Mata de Eucalipto menos adensada, conforme a legenda do MAPA 6. E quando surgiram argumentos contrários, a posição do funcionário da empresa foi: “É uma verdade o que eu estou falando! É assim que funciona!”

Ao fim da reunião com a Direcional, no dia 24 de junho de 2015 tive a oportunidade de acompanhar alguns moradores em uma caminhada pela propriedade. Percorremos uma pequena via que, passando no meio da vegetação, dá acesso ao que me pareceu ser a casa principal. Paramos no portão, olhamos para dentro. O que de fato tomou a atenção do grupo no trajeto foram as árvores - frondosas e em crescimento - folhas, troncos, uma bromélia, pequenos animais, trilhas estreitas recém-roçadas e pequenos tocos ainda enraizados, do que antes era uma árvore em crescimento: “Mas não é cortando árvore, não é motosserra, é

roçadeira que corta aquele mato, gente” (Representante da Direcional durante a reunião do dia 24/06/2015).

O funcionário da Direcional mostrou-se descontente ao ouvir a constatação de uma moradora do condomínio Granja Verde sobre as mudanças percebidas na vegetação.

Fotografia 22 - Sinais de corte de árvore no interior da Mata do Planalto



Fonte: da autora (24/06/2015).

Do “mato” cortado pela roçadeira, cujo som vários deles já ouviram lá de fora, fazem parte também os troncos ainda finos das novas árvores. Assim vão garantindo a tal verdade, produzida pelas “três pessoas de notório saber” da Universidade de São Carlos, da UFMG e da PUC há cerca de quatro anos, como fez questão de explicar o homem cujas falas seguem reproduzidas:

Houve uma indicação do MP, a gente nem sabia quem eram as pessoas. Quem simplesmente pagou foi realmente a empresa, porque o MP não ia pagar esse procedimento. Mas foi um laudo isento. A gente não teve participação. A gente nem sabe na verdade, o que a gente veio fazer aqui foi abrir o portão e eles entraram aqui pra dentro.

Essas três pessoas fizeram um laudo separadamente, depois unificaram esse laudo e este, neste laudo está determinado um resumo de que o desenvolvimento do empreendimento tá cumprindo rigidamente toda a legislação e mais ainda, ele está muito acima do que a legislação solicita e até ambientalmente seria positiva até a implantação do próprio empreendimento (Representante da Direcional. 24/06/2015).

Retomando a reunião para a qual o movimento foi convidado, já próximo do seu término, a fala de alguns dos moradores se mostrou embebida das sensações experimentadas com a Mata do Planalto, em um esforço de espremer nas palavras a racionalidade da qual compartilhavam - entre eles e com a Mata - tornando-se um pedido para que fosse reconhecido o valor da vida que habita aquele lugar e que é promovida por ele, em benefício da cidade. E o homem combateu com a racionalidade que compartilhava com a empresa e com o modelo de planejamento urbano colocado em prática pela prefeitura de Belo Horizonte: “A vida é essa! A vida do desenvolvimento é essa!”.

Sachs descreve o desenvolvimento como a “tarefa histórica” de “alcançar os que estão à sua frente” (SACHS, 2000, p. 15). Termo cunhado como símbolo da política externa americana, pressupôs a existência dos subdesenvolvidos: bilhões de homens e mulheres que tiveram desconsideradas sua diversidade ao serem transformados, magicamente, em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila, uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada (ESTEVA, 2000, p. 60).

Amorfo, difícil de delimitar, sem conteúdo, mas capaz de enobrecer qualquer causa a ele associada (SACHS, 2000), o conceito de desenvolvimento e a clivagem entre o que é e o que quer ser - entre “o simples e o complexo”, o “inferior e o superior”, o “melhor e o pior” (ESTEVA, 2000, p. 64) - estiveram latentes durante toda a reunião, mas seu sentido não prevaleceu naquela situação, pois o lugar da ausência parece não ter ecoado nos representantes do movimento.

O discurso alicerçado na autoridade técnica, na naturalização da racionalidade mercantil, na atribuição de um caráter natural às leis, na inexorabilidade do desenvolvimento e na expressão de uma verdade objetiva da qual eram detentores legítimos - em oposição ao caráter contestável dos argumentos do grupo de moradores do bairro e apoiadores do movimento,

carregados de engano, desconhecimento, desprovido de razão, que eles, os empreendedores, estavam dispostos a corrigir ao “explicar” e “esclarecer tecnicamente” - foi enfrentado desde os primeiros minutos da reunião. Foi quando a mulher, que também representava a empresa, descontente com os argumentos que entrecortavam a fala do seu colega, concluiu com “desdém” - como notou um dos presentes - que o grupo não estava disposto a “escutar”. Foi duramente repreendida e lembrada de que todos estavam ali para ouvir e colocar suas posições, e não para obedecer!

O posicionamento dos porta-vozes da Direcional é mais um eco do paradigma da adequação ambiental cujo “dissenso é eliminado por meio das tentativas de restringir a fala dos atingidos ao lugar em que se espera que eles falem: o lugar da aceitação, do ajuste, da negociação, do consenso” (ZHOURI, 2014, p. 133).

O mesmo eco foi ouvido na reunião na Câmara Municipal e naquelas do COMAM, cujos relatos serão apresentados adiante, fazendo com que os porta-vozes dessas instituições se assemelhem a bonecos de ventríloquos. As fisionomias, vozes e posições que ocupam são diferentes. Os argumentos, justificativas e discursos sustentam um mesmo paradigma, o da adequação ambiental e modernização ecológica, que ganhou espaço a partir da difusão do conceito de desenvolvimento sustentável e seu venerado potencial para a definição de consensos entre os interesses dos setores econômicos, da “sociedade civil” e do estado que garantiriam a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social. Nesse paradigma, em que o consenso é o fim ideal de qualquer negociação “participativa”, há a despolitização do debate e a defesa das modernizações tecnológicas como solução privilegiada e capaz de dirimir - mais que resolver, anular, suprimir - as divergências em torno dos modos de apropriação do ambiente (ZHOURI, 2014). Na mesma medida, é o paradigma da modernização ecológica quem sustenta a possibilidade dos porta-vozes e suas instituições de ocuparem seus lugares de destaque no palco. Afinal, o boneco só tem prestígio quando manipulado pelo ventríloquo: “Mas você pode desenvolver com qualidade, com técnica pra que isso não aconteça” (Representante da Direcional, 24/06/2015).

O homem argumentou, diante do apontamento dos problemas que a destruição da Mata do Planalto traria.

As reuniões, marcadas com o intuito de buscar consenso, “diminuir a distância” entre as duas partes, que o representante da Direcional, reivindicando tacitamente o papel de mediador - tal

como o presidente da Câmara dos Vereadores que, como já relatado, quis promover uma reunião com a Direcional - recusava-se a assumir como duas posições antagônicas, desenrolaram-se como mais uma expressão do conflito. Um combustível para o movimento pela Mata do Planalto.

Porque só de ter mexido aqui dentro, só de dar uma mexida aqui que eles estavam roçando os tucanos, mais de 13 tucanos voando por aí desesperados, os miquinhos saindo do *habitat* para ir para as vizinhanças, então isso, esse transtorno para a região, isso aqui nós não vamos aceitar. Isso nós não vamos, vai ter enfrentamento! (Presidente da Associação Comunitária do bairro Planalto, 24/06/2015).

[...] nenhum empreendimento futuro entrará nessa área. Esse é o meu ponto de vista hoje! (Funcionário da Secretaria Estadual de Governo - que na ocasião não representava a instituição - e morador da região, 24/06/2015).

Na noção de conflitos ambientais, o uso do termo conflito atenta para o fato de que “a interação entre técnicos, empreendedores e atingidos não se apresenta como processo de negociação, livre comunicação e construção de consensos, ao contrário, ela é reveladora de um embate entre sujeitos sociais que articulam projetos divergentes de sociedade” (ZHOURI, 2014, p. 131). O adjetivo ambiental associado ao termo conflito evidencia o tensionamento a que está sujeito, na experiência cotidiana, o sentido de “meio ambiente”. Institucionalizado de modo a caber nas negociações, nos consensos, nas salas de reuniões e auditórios das empresas e do estado, o “meio ambiente” não comporta a multiplicidade de sentidos do ambiente atribuídos na convivência com o espaço (ZHOURI, 2014).

Enquanto eu saio dessas reuniões acaloradas visivelmente exaurida, as líderes do movimento quase sempre riem das discussões, lembrando animadas suas próprias falas combativas. No caminho de volta à casa de uma delas, ouvi, também naquela manhã seca de outono, um sorridente e intenso: “Foi muito doido! Hoje foi divertido!” Dizem-me que é questão de costume, que é fruto dos sete anos de resistência. Elas se reabastecem na oportunidade do dissenso. Eu, educada formalmente nas soluções do desenvolvimento sustentável, ainda percorro o caminho para me desenformar.

O projeto do condomínio não foi apresentado na reunião, mas sua descrição está no material que nos foi entregue. A proposta atual do empreendimento da Direcional prevê a construção de oito torres com o total de 760 apartamentos, perfazendo uma “área útil” - área em que serão construídos 1.512 vagas de estacionamento (BELO HORIZONTE, 2009), salão de

festas, espaço gourmet, piscina, praças, parquinho e quadra de esportes, além dos apartamentos de 37.001,93 m<sup>2</sup>, o que, como a empresa faz questão de frisar, corresponderia a 32% da área total. Os outros 68% seriam ocupados por áreas de preservação particular, equivalente a 30%, e municipal, ocupando 38% da área total. A área permeável do empreendimento seria de 77% do terreno.

Mapa 23 - Apresentado pela Direcional durante as reuniões com os moradores da região do Planalto

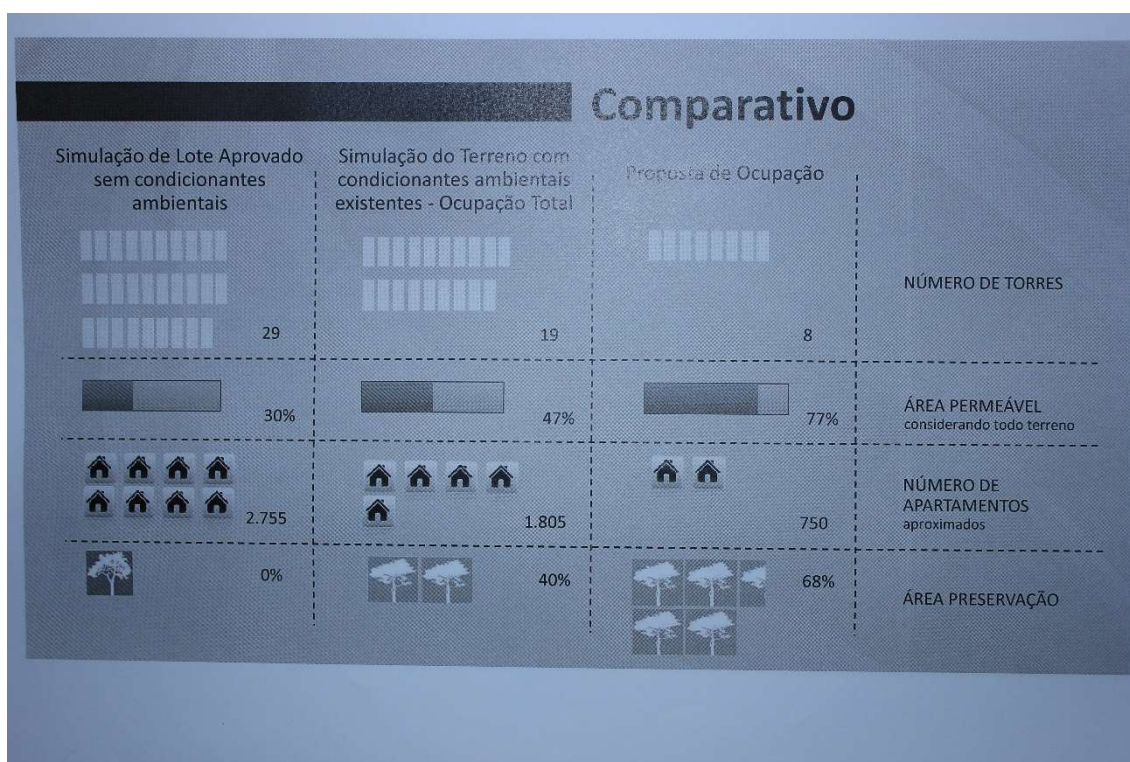


Segundo explicação, a mancha cinza indica áreas que seriam impermeabilizadas pelo empreendimento. Os retângulos claros representariam os prédios.  
Fonte: da autora (12/06/2015).

Esse mapa do empreendimento está inserido também no material entregue pela Direcional, no qual é apresentado como “Análise Legislação: Proposta Atual – terreno com condicionantes ambientais existentes”. No momento da reunião, os porta-vozes da empresa tinham em mãos outros dois mapas que apresentavam duas outras propostas construtivas que, como disseram, seriam legalmente possíveis de ser empreendidas, caso fosse o interesse da empresa. Os mapas que tinham o intuito de demonstrar como estavam “bem intencionados” e como faziam “acima do que a legislação pede”, permaneceram apenas nas mãos da empresa e foram mostrados de modo bem rápido, sem que fosse permitido o registro fotográfico, com o argumento de que, pelo histórico das falas do movimento na mídia, temiam que eles fossem divulgados de modo enganoso como o verdadeiro projeto da Direcional para a área. As duas

outras simulações - que afirmavam reiteradamente como compatíveis com a legislação vigente - mostravam, uma, prédios ocupando toda a área, a outra, dois conjuntos de prédios, um de cada lado do curso d'água. Os mapas, como disseram, corresponderiam à representação das informações constantes no comparativo que tínhamos em mãos, como mostra a FIG. 3.

Figura 3 – Comparação feita pela Direcional do que disseram ser as possibilidades legítimas de acordo com a lei de uso e ocupação do solo do município, para a construção de edifícios na Mata



Fonte: da autora (12/06/2015).

As construtoras recorreram à construção de mapas e gráficos comparativos e simulações de situações para a instalação dos edifícios como “dispositivos de inscrição” (OLIVEIRA, 2014), esforços para cumprir os preceitos da racionalidade técnica que é também a do governo, e convencer sobre a “sustentabilidade” e viabilidade do empreendimento. No entanto, essas lógicas não são eficazes no convencimento daqueles que percebem a Mata com seus corpos, sensações e sentimentos e não precisam das leis de uso e ocupação do solo para saberem o que vai ou não impactar a área. Tem seus próprios critérios de definição dos sentidos que cabem na Mata e dos que não cabem.



Sobre as condicionantes ambientais às quais o documento se refere, foram estipuladas em 2008, durante o processo de parcelamento do solo da área onde se pretende edificar. Diante da solicitação de laudo técnico para o parcelamento, a SMMA emitiu parecer indicando APP, espaço livre de uso público (ELUP) e área *non aedificandi*, que deveriam ser preservadas. O parcelamento do solo foi, em um primeiro momento, indeferido pela SMMA com base em parecer da Comissão Municipal de Áreas Verdes (COMAV). Diante da reavaliação da COMAV, dessa vez com resultado favorável, a SMMA emitiu novo laudo favorável ao parcelamento, com a condição de que fossem preservadas a APP, as áreas de ELUP - transferidas como parque ao município - e *non aedificandi* (BELO HORIZONTE, 2010a)”.

A emissão de dois pareceres da COMAV, o primeiro indeferindo o parcelamento da área e o segundo aprovando-o, suscita questionamentos a respeito dos motivos que levaram a essa mudança de posicionamento.

O desenrolar do processo de parcelamento do solo da Mata do Planalto parece ser mais um exemplo de como o desenvolvimento - sustentado! - foi elaborado explicitamente como estratégia para sustentar o “desenvolvimento”, não para dar apoio ao florescimento ou à manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada (ESTEVA, 2000, p. 72).

É tributário desse modelo de desenvolvimento sustentável o paradigma da “adequação ambiental”, que se vale das novas tecnologias para reconhecer no mercado a capacidade de solucionar problemas ambientais sem, no entanto, tecer considerações “sobre a finalidade do empreendimento *vis-à-vis* com os segmentos sociais beneficiados, os potenciais ecológicos de produção do lugar e as condições sociais e culturais das populações envolvidas” (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014, p. 17).

Teremos oportunidade de aprofundar essa argumentação na seção seguinte, dedicada às considerações sobre o EIA/RIMA elaborado pela Myr Projetos Sustentáveis -, sobre os quais se fundamentaram os argumentos acionados na reunião e o conteúdo da apresentação do empreendimento - e do processo de licenciamento do Residencial Planalto que, no entanto, refletem tendências mais gerais do processo de licenciamento no Brasil.

## 4.2 O licenciamento ambiental do empreendimento Rossi/Direcional/Petiolare Planalto

Já passava do meio dia quando, depois de uma manhã de conversas na sua varanda, o Sr. Antônio abriu uma das grandes gavetas do armário no seu escritório. Um arquivo. Eram pastas e pastas com documentos da Associação Comunitária do Planalto e Adjacências e da Mata do Planalto. Sem procurar muito, pegou uma delas, com documentos do Ministério Público Estadual relacionados à Mata. Indicou-me os que, a seu ver, seriam interessantes. Eu buscava um documento com a descrição física da Mata do Planalto. Como última opção, ele tirou do fundo da gaveta uma pasta verde, bastante alta e pesada. Ali estava a cópia do processo de licenciamento do empreendimento Rossi Residencial Planalto, em três volumes. Um pouco descrente do meu interesse por aquela papelada, Sr. Antônio me emprestou a pasta apenas depois de me perguntar se eu realmente achava que me serviria. Prometi devolvê-la antes do fim de semana.

Quando, já em casa, olhei-a pela segunda vez, tive dúvidas sobre o que faria com a pilha de papéis identificada por um número: 01-076465/10-02. De que serviriam à minha pesquisa, que se pretende antropológica, aquelas páginas frias, impessoais, de letras pequenas, fotos e mapas sem cores e às vezes ilegíveis, que além de tudo me faziam espirrar? Eu tinha nas mãos uma cópia, incompleta já que outros documentos foram anexados ao processo desde a consulta que deu origem ao que eu tinha em mãos. Dias antes, num telefonema ao COMAM para requerer o acesso ao processo referente à Mata do Planalto, uma voz masculina me informou que o pedido de “vistas” ao processo deveria ser feito por *e-mail*. Informou ainda que eu não poderia fotografar o processo e que caso pretendesse obter cópias eu deveria preencher um formulário e pagar uma guia com o valor referente ao número de páginas solicitado. Por último, soube que, salvo engano, não seria possível agendar o meu pedido de “vistas ao processo”, que não se encontrava no COMAM. Mesmo assim enviei o *e-mail*. Como resposta, fui orientada a entrar em contato na semana seguinte, já que o processo se encontrava “em outra secretaria para parecer”. O interesse no porquê da minha consulta ao processo, antes que a ligação fosse transferida ao funcionário que por fim me atendeu, o tom da conversa e a dificuldade de acesso ao processo levaram-me a notar o caráter velado desse documento público. Os “papéis interditos a olhos não autorizados” pareciam, em minhas mãos, “pilhas sujas de coisas que ninguém quer olhar”, como bem sugere Adriana Vianna (2014, p. 46).

Uma página do documento interrompeu minha decepção. O Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel no qual se comprometeram a Construtora Bandeirante Ltda. - sociedade empresarial limitada, representada por seu sócio e dono do terreno Marcial do Lago Filho, e a Rossi Residencial S/A. A venda estava condicionada à obtenção do parcelamento, pela compradora, nos órgãos municipais responsáveis. Na primeira das cláusulas que regem as condições do contrato, lê-se:

A VENDEDORA é senhora e legítima proprietária do imóvel que assim se descreve confronta e caracteriza, que se encontra totalmente **livre e desembaraçado** de dúvidas, dívidas, ônus e **litígios de qualquer natureza**, estando, também, completamente **livre de pessoas e coisas** (BELO HORIZONTE, 2010a, p. 46, grifos meus).

A continuidade do processo de transferência da área verde vinculado à aprovação do empreendimento indica que a cláusula transcrita foi considerada cumprida. Entretanto, o desenrolar temporal do licenciamento, freado a pelo menos seis anos pela luta contra o empreendimento, é um indício do engano oriundo da cisão entre a propriedade privada e o direito coletivo. Não poderia ter se mostrado mais clara a existência de litígio, de laços estreitos entre a área ocupada pela Mata e as pessoas do bairro, do conflito de perspectivas em relação àquele espaço. O EIA tampouco levou em consideração a vida daquelas pessoas com a Mata. O termo de referência para a elaboração desse estudo proposto pela SMMA mostra como parte componente do diagnóstico ambiental uma análise do meio antrópico que, entretanto, como comprova o relatório em questão, é ineficaz na percepção e consideração da “perspectiva diferenciada dos grupos sociais atingidos” (LASCHEFSKI, 2011, p. 26). Essa omissão não se restringe à competência do órgão municipal de meio ambiente da cidade de Belo Horizonte. É o reforço de uma tendência bem mais ampla, resultante da reprodução do modelo dedicado à sustentação de um desenvolvimento ancorado na separação entre o ambiente dito “natural” e as experiências sociais, culturais e políticas (LASCHEFSKI, 2011).

Essa visão desagregadora leva à ideia errônea de que as “perdas, prejuízos, danos, desastres, expulsões, expropriações, desaparecimentos, privações, ruínas, desgraças, destruições de vidas e bens” (BERMANN, 2014, p. 95) diminuídas, comprimidas no termo administrativo “impacto” possam ser expurgadas da vida social por meio de soluções técnicas mitigadoras, associadas a ações supostamente destinadas a compensar, o que muitas vezes não pode ser compensado. Que parâmetros podem estabelecer correspondência entre valores materiais e

sentidos atribuídos na composição de vidas com o espaço? Há meios de se compensar sentimentos e lugares sufocados, destruídos, descolados?

É assim que o licenciamento ambiental, como hoje está, se torna uma ferramenta eficaz de reprodução da lógica da mercantilização da vida. Autoriza e, mais que isso, convida os que desmatam, os que poluem, os que interrompem outras racionalidades - diferentes na busca de existências mais próximas e ao que chamamos de ambiente - a promover a “educação ambiental”, a associar seus nomes à preservação da “natureza” e ao bem-estar social a partir da criação e preservação de parques, praças e museus. A ilusão de que para todo dano há uma compensação possível encobre a necessidade de discutir os fins a que se destinam tais empreendimentos, invisibilizando e desacreditando outras racionalidades, outras formas de reprodução social com o espaço.

No contexto onde os estudos de impacto são encomendados pelas empresas que o promovem e onde “o processo de licenciamento em seu formato atual foi desenhado pelos atores hegemônicos, que tem como objetivo viabilizar os seus projetos de desenvolvimento” (LASCHEFSKI, 2011, p. 50), não é surpreendente que pouca ou nenhuma discussão séria seja feita sobre a “utilidade pública” e o “interesse social” do empreendimento, como sugere sem muita ênfase o termo de referência para a elaboração do EIA/RIMA. Discussão que leve em conta a sua finalidade, a comprovação da “necessidade essencial da obra” e sob “a perspectiva de quem ela é tida por essencial”. Análise que seja acompanhada do exame de outras “alternativas técnicas”. Discussão que esteja focada “no produto e não na obra”, como propõe a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) (LASCHEFSKI, 2011, p. 59).

Isso quer dizer que, para o caso do empreendimento que se quer construir na Mata do Planalto, o EIA/RIMA deveria manter em primeiro plano a discussão sobre a questão da habitação na cidade e não o empreendimento. As considerações sobre as características do setor imobiliário na cidade com foco no eixo norte, traçadas no capítulo dois, podem, de modo tangencial, indicar caminhos de reflexão sobre a questão habitacional na porção da cidade em que se encontra a Mata.

Mesmo vazio das discussões necessárias para uma análise equilibrada da viabilidade da construção do condomínio, o processo que eu tinha em mãos parecia ter sido elaborado quase como uma certidão de nascimento do Rossi Residencial Planalto. Continuei folheando. No

topo de cada uma das páginas logos institucionais - Prefeitura de Belo Horizonte, Construtora Rossi, *Myr* Projetos Sustentáveis, COPASA, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Minas Gerais (CREA-MG). Carimbos e assinaturas. Eram relatórios que, mais do que subsidiar a análise de viabilidade do projeto, pareceram ser testemunhas de um condomínio de prédios predestinado a existir.

Na biografia do empreendimento (VIANNA, 2014), construída de modo a minimizar a importância dos seus aspectos negativos, produzindo uma versão em que sua aprovação pareça incontestável diante da lei, soube que o requerimento de LP para a construção do mesmo teve início no final de 2008. Soube também que o EIA/RIMA que subsidia o pedido é de responsabilidade da empresa *Myr* Projetos Sustentáveis, que tem como responsável técnico um atual conselheiro do COMAM.

Mais de uma vez ouvi conselheiros do COMAM e das secretarias municipais dizerem que a concessão da LP tinha sido inevitável, já que seguia os termos da lei.

Para a construção de empreendimento imobiliário na Mata do Planalto tem que ter autorização da lei. A lei autoriza, mas o COMAM faz valer a sua posição de fiscalizar e de verificar se as condicionantes estarão sendo cumpridas e até estabelecer essas condicionantes. [...] O COMAM não pode legislar. Ele faz valer o que foi aprovado na Câmara dos Vereadores, que é a lei de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte que, infelizmente, autoriza a construção de edifícios naquela área tão bonita da cidade (Délío Malheiros, presidente do COMAM e vice-prefeito de Belo Horizonte em entrevista à Radio Itatiaia, 02/09/2015).

Nós estamos vivendo sob o império da lei. Se a empresa está de acordo com a lei farei o relatório e votarei a favor (Conselheiro relator da Licença Prévia, Homero Brasil, durante reunião do COMAM, 28/01/2015)

A defesa da Mata do Planalto também está apoiada na Lei da Mata Atlântica, Lei Federal nº 11.428. Lembrei-me de como a representante do Ministério Público Estadual atentou, durante a reunião na sede do MP, para a ineficácia de basear a argumentação contra a construção dos edifícios nos impactos de vizinhança, argumentando que “trânsito, impermeabilização, drenagem com certeza são só pontos de mitigação depois que passar o quesito Mata Atlântica”. Ou seja, a presença de Mata Atlântica é o único argumento com força suficiente para que a Mata do Planalto fique de pé, já que seria muito improvável que as instituições responsáveis admitissem a impossibilidade de adequar seus serviços às novas condições impostas pelos empreendimentos.

No paradigma da adequação, a “racionalidade econômica instrumental” se apoia exclusivamente no ponto de vista do ambiente natural e desloca-se para o lugar da intransigência, da irracionalidade, do desconhecimento dos argumentos dos grupos sociais atingidos na defesa de seus direitos e interesses (ZHOURI, 2011, p. 15).

A descrição metodológica dos processos de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o formato da apresentação do Relatório de Impacto Ambiental, ambos exigidos no processo de licenciamento do então Rossi Residencial Planalto - hoje tocado pelas construtoras Direcional e Petiolare - fazem do documento mais um dispositivo de inscrição. Como se as informações coletadas e apresentadas fossem indubitavelmente pautadas na neutralidade da racionalidade científica, um parâmetro seguro de verdade. Parâmetro que pode ser contestado pelas informações divergentes trazidas pelo biólogo que adentrou a Mata, informações sobre a quantidade de nascentes da área ou pela constatação da incoerência entre a identificação de uma rica variedade de fauna e flora, dos impactos que o empreendimento causará caso seja concretizado - como mostra a FIG. 4 - e os relatórios favoráveis à construção do empreendimento, como atesta o adiantamento do processo do COMAM. A constatação do caráter negativo da maioria dos impactos não interfere na aprovação do empreendimento.

Figura 4 - Tabela indicativa dos impactos ambientais do empreendimento Rossi Planalto

<b>8 – IMPACTOS AMBIENTAIS</b>		
<b>Efeitos Ambientais</b>	<b>Crêrios</b>	
	<b>Causa/ Efeito</b>	<b>Reflexos no ambiente</b>
<b>FASE DE PLANEJAMENTO</b>		
Geração de postos de trabalhos temporários	Direto	Positivo
Falta de informações básicas sobre a construção empreendimento para a população local,	Direto	Negativo
<b>FASE DE IMPLANTAÇÃO</b>		
Supressão arbórea e diminuição da biodiversidade local	Direto	Negativo
Desequilíbrio nas comunidades faunísticas na área de entorno do empreendimento	Indireto	Negativo
Aumento dos níveis de ruídos e vibrações	Direto	Negativo
Emissão de material particulado	Direto	Negativo
Geração de Resíduos da Construção Civil	Direto	Negativo
Geração de Postos de trabalhos temporários	Direto	Positivo
Dinamização da economia	Direto	Positivo
Alteração da qualidade de vida da população	Direto	Negativo
<b>FASE DE OPERAÇÃO</b>		
Geração de empregos permanentes	Direto	Positivo
Geração de Resíduos Sólidos	Direto	Negativo
Incremento de veículos e pedestres na região	Direto	Negativo
Dinamização da atividade econômica local	Indireto	Positivo
Consumo de recursos naturais – água	Direto	Negativo
Alteração da qualidade do ar originado pela emissão de gases na atmosfera por veículos automotores.	Direto	Negativo
Alteração de habitats da fauna	Direto	Negativo

Fonte: elaborada a partir dos dados do EIA/RIMA. Cedida por Iury Valente.

#### **4.2.1 “O COMAM nunca esteve do lado do meio ambiente”**

Assim que entrei vi Fernando, presidente do MAMBH, e Vasco, presidente do COMAM, que conversavam próximos da porta de entrada do auditório. Fernando asseverava sobre o modo como o Conselho parecia funcionar em desacordo com o objetivo com que fora criado: a proteção do ambiente. Vasco pediu sugestões sobre como melhorar e a resposta foi imediata: “Ouvir a população!” Sua expressão facial acompanhada do som breve permitiu entender previamente o que o presidente em seguida expressou com palavras. Para ele, a população já estava sendo ouvida. Ele próprio tinha estado na Mata do Planalto em 2011, quando era Secretario Interino de Meio Ambiente. A empresa era obrigada a preservar 20% da área e conseguiu-se que ela preservasse 70%! Sua fala indicou que considera uma conquista suficiente o aumento na área a ser preservada. Eu acompanhava o diálogo à distância. Pareceu-me satisfeito com o empreendimento. Sob os argumentos do Fernando de que se tratava da última mata da região e uma das últimas da cidade, o presidente - suplente - lembrou o esforço de preservação feito na Granja Werneck onde hoje, ele completou, machados e tratores desmatam sem que algum movimento vá até lá dizer que isso não pode ser feito. “Quando é algo planejado, pensado, todo mundo cai pra cima!”

Eu estava no alto da avenida Afonso Pena, uma das mais importantes desde a criação da cidade; 4000 é o número do edifício onde funcionavam a SMMA e o COMAM. Para chegar até lá peguei o táxi lotação no início da mesma avenida, próximo da Praça Rio Branco, ou Praça da Rodoviária, no hipercentro da cidade. Seguindo a linha reta em direção à zona sul da capital, mesmo com o trânsito intenso, demorei apenas alguns minutos para chegar a alguns quarteirões do seu final, a Praça da Bandeira. Já tinha estado muitas vezes naquele prédio. As primeiras visitas quando ainda era universitária, participando de oficinas de educação ambiental na “Sala Verde”. Depois, para as reuniões de trabalho na sede da Fundação de Parques Municipais e, recentemente, para consulta aos arquivos referentes ao Parque Fernando Sabino, espaço que inicialmente pretendia usar como referência para a minha pesquisa de mestrado. Era a primeira vez no sétimo andar, no COMAM. Entretanto, nem todas as pessoas eram novas pra mim. Saí do elevador, entrei pela porta da esquerda. Foi no *hall*, onde em dias de reunião fica posta uma mesa com biscoitos e café, que presenciei a conversa descrita no parágrafo anterior.

O auditório era uma sala comprida depois da mesa de lanches e possui duas portas de entrada. Uma delas, mais próxima da mesa dos conselheiros. A alguns passos outra porta, em frente às cadeiras enfileiradas destinadas a quem acompanha a reunião. Cadeiras quadradas, de madeira, com apoio para escrita de um dos lados e almofadas no assento e no encosto, que permite um mínimo de conforto para quem se dispõe a acompanhar toda a reunião. Todas iguais, a não ser pelas etiquetas de papel branco onde se lê RESERVADO, coladas nas cadeiras das duas filas mais próximas da meia-lua dos conselheiros.

Ao assentar tive a primeira lição sobre o significado do movimento, que extrapola a importância ambiental da Mata do Planalto. O Dr. Wilson, com quem eu conversava, estava assentado em uma das cadeiras reservadas. Quando fiz menção de me acomodar na fileira de trás, deixando livres as reservadas, ele me ajudou a entender que eu poderia me sentar onde quisesse. Todos nós tínhamos o mesmo direito de ocupar aqueles lugares. Margareth também veio se sentar nas cadeiras, reservadas... para quem quisesse se sentar! Nesse dia a sala ficou cheia. Reconheci alguns dos funcionários da Secretaria de Meio Ambiente e da Fundação de Parques. As cadeiras da frente foram logo ocupadas. Os representantes do poder público municipal que chegaram no decorrer da reunião tentaram os lugares etiquetados, mas tiveram que ocupar os mais distantes disponíveis. Um ato pequeno de sustentação e reivindicação dos direitos da sociedade e de reconhecimento de suas racionalidades em disputa - injusta, desproporcional, e ainda assim disputa - pelo poder de reproduzir o seu modo de ser no mundo. Naquele dia o território em disputa era a mata do bairro Planalto. Um esforço de contestar o privilégio do discurso técnico-político vigente no COMAM nas discussões e decisões sobre a cidade.

No fundo da sala estavam colocadas faixas do Movimento pela Mata do Planalto, presas nas janelas. O dia estava nublado. A reunião foi aberta com a apresentação de um representante da COPASA sobre a “crise hídrica” e o abastecimento de água em Belo Horizonte. Ouvia-se a chuva que caía forte lá fora. Alguém questionou o palestrante sobre as 16 nascentes da Mata do Planalto que estavam em risco de serem gravemente prejudicadas, reclamando sua capacidade de contribuir para o abastecimento de água da cidade. Ele, colocando em cheque a qualidade da água de todas as nascentes da cidade, desconsiderou essa possibilidade.

Logo após foi colocada em votação a ata da reunião ordinária ocorrida no fim do último janeiro, quando foi aprovada a LP do Empreendimento da Petiolare Engenharia, Residencial



Planalto. O motivo da ausência dos interessados na preservação da Mata do Planalto na reunião em discussão foi denunciado na fala de muitos naquele dia. Por uma “falha de comunicação” - pontuou a Magali - na divulgação da pauta, onde não constava o nome do empreendimento e da construtora responsável, conforme utilizado nas reuniões anteriores e pelos quais se reconhecia o processo. A votação foi feita “na calada da noite” - como ela relembra sempre que tem oportunidade, sem se preocupar com o incômodo dos conselheiros - com total “falta de dignidade e de respeito à comunidade”. O que se presenciava era um “crime ambiental consciente”!

Dr. Wilson inaugurou os termos jurídicos que prevaleceram no debate sobre a Mata naquela tarde. O que houve foi uma “falha no princípio de publicidade” que exige a “nulidade do procedimento da reunião passada”. Com o agravante de que a Rossi, cujo nome tinha sido retirado da descrição do empreendimento na pauta, continuava a constar no processo como a interessada no empreendimento.

Fernando já havia contestado, por outro motivo, a legitimidade da reunião. O Conselho diante do qual falava - para o qual estão previstas eleições de novos conselheiros a cada dois anos - acabara de ter seus membros reconduzidos por mais um biênio. A justificativa ouvida por ele? “Não houve tempo hábil” para os trâmites necessários ao processo eleitoral. Fernando lembrou como, mesmo prevista em regulamento, a recondução prejudica a participação popular, impedindo a escolha de novos membros mais afinados com as demandas, principalmente relacionadas à preservação ambiental, das associações de moradores e movimentos sociais que não se sentem representados pelo atual Conselho, composto em sua maioria pelo poder público, que cede às pressões imobiliárias sobre as áreas verdes da cidade.

Eder Jurandir Carneiro chama de fenômeno de “oligarquização” externa do poder no campo da política ambiental mineira<sup>34</sup> “a obstrução do ingresso de agentes novos e sociologicamente distintos” ao Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), sujeitos de sua análise (CARNEIRO, 2014a, p. 69). Externa, para diferenciar da concentração do poder de decisão do COPAM nas mãos de alguns conselheiros, denominado por ele de oligarquização interna. A aparente proximidade entre as características encontradas por

---

<sup>34</sup> O autor considera o COPAM como parte do campo da política ambiental mineira. Utiliza a ideia de campo no sentido da palavra atribuído por Pierre Bourdieu.

Carneiro no COPAM e as que agora descrevo no breve contato com o COMAM é insuficiente para estender tais conceitos à “política ambiental” de Belo Horizonte. Estudo mais aprofundado do COMAM responderia a tais questões, o que não é objetivo desta pesquisa, que se dedica ao Conselho exclusivamente nas suas interseções com o movimento pela preservação da Mata do Planalto.

Por outro lado, a experiência de trabalho na Fundação de Parques Municipais da prefeitura de Belo Horizonte e o acompanhamento das decisões do governo municipal frente às demandas dos movimentos sociais permitem notar que o esvaziamento das esferas de participação popular não se restringe apenas ao licenciamento ambiental. É um problema que afeta as instituições da administração pública municipal como um todo. Bermann (2014) reconhece a existência de um governo com as mesmas características, que ele chama de “autocrático”, também em nível federal, cujos espaços de reflexão, discussão e decisão sobre os projetos de empreendimentos em conjunto com os grupos sociais envolvidos são cada vez mais escassos. Ao mesmo tempo, as políticas ambientais federais, como indica Laschefski (2011), mas também nas instâncias estaduais e municipais, como mostram outros casos estudados (ZHOURI, 2011; ZHOURI; LASCHESKI; PEREIRA, 2014; ZHOURI; OLIVEIRA; LASCHEFSKI, 2011; ZHOURI; VALENCIO, 2014) e este ao que agora me dedico, privilegiam os interesses das grandes empresas, sejam elas públicas ou privadas. A submissão das políticas ambientais “aos imperativos econômicos e políticos mais gerais” não é pontual, mas estrutural (CARNEIRO, 2014a, p. 78). Reflexo da compreensão da natureza como externa ao homem, provedora de bens a ponto de vincular a dependência vital do homem aos “recursos naturais” à mediação obrigatória do capital econômico.

A impossibilidade de participação efetiva dos atingidos nos processos de licenciamento geram “pendências sociais que causam conflitos duradouros mesmo após a implementação da obra” (LASCHEFSKI, 2011, p. 23). O resultado pode ser percebido na insatisfação manifesta à atuação do COMAM, transcrita mais adiante. Sobre os argumentos e reivindicações das pessoas que tomaram o microfone para protestar contra a concessão da LP para a construção dos edifícios na Mata do Planalto ficou registrado em ata apenas o seguinte: “Após manifestações da comunidade a ata foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes”! (BELO HORIZONTE, 2015c). A recomendação 033 de 2015 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, lida durante a reunião, foi transcrita por inteiro na ata. Índícios do que se leva em conta e do que é desconsiderado nas decisões ali tomadas.

Para que os presentes acompanhassem com mais facilidade, o texto longo apresentado pela procuradora do Ministério Público do Estado de Minas Gerais foi projetado nas telas brancas, uma de cada lado da sala, dispostas de modo a serem vistas uma pela “plateia” - termo utilizado pelo presidente para designar as pessoas que acompanhavam a votação dessa mesma recomendação em uma reunião posterior - a outra pelos que estavam no “palco” - assim me refiro, por associação de palavras, ao lugar de piso elevado onde estão dispostas as cadeiras dos conselheiros, atores legítimos do drama do licenciamento ambiental cujas falas são registradas em ata. No documento, o MPMG:

RECOMENDA ao COMAM - Conselho Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte -, na pessoa de seu Presidente - Sr. Délio de Jesus Malheiros -, que reconheça a violação ao princípio da publicidade da pauta da reunião ocorrida em 28/01/2015, no que se refere ao processo 01-076.465/10-02, tornando sem efeito a decisão ali proferida (Belo Horizonte, 31/07/2015).

A recomendação, que advertia para a necessidade do cancelamento da LP, foi assinada pela Dr<sup>a</sup>. Marta Lascher - Coordenadora Estadual das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo - e pela Dr<sup>a</sup>. Cláudia Ferreira de Souza - responsável por essa promotoria em Belo Horizonte. Ao fim da leitura esta tomou a palavra para desencorajar no Conselho a “pressa em aprovar em detrimento do acompanhamento da sociedade” e fez um chamado aos conselheiros para que reavaliassem a questão.

A discussão sobre a recomendação do MPMG só foi retomada no COMAM quase quatro meses depois, como último item da pauta. Dessa vez, ao chegar, fiquei um tempo escorada na parede diante da porta, de onde eu podia ouvir bem e ver projetadas na tela as descrições dos projetos selecionados para serem contemplados pelo primeiro edital do Fundo Municipal de Defesa Ambiental. Não podia ler o texto do painel, tinha as pupilas dilatadas por causa de um exame de vista. Relutei em entrar na sala, onde a luz me parecia muito intensa. As lâmpadas fluorescentes e a luz do sol que invadia a sala por entre as persianas faziam doer os olhos. Quando teve início a votação dos projetos do Fundo, o presidente do COMAM declarou o início da votação para a “aprovação dos projetos - aprovação, ou não!”.

Mais de 20 itens constavam na pauta para serem votados naquele dia. As votações ocorriam de modo bem rápido. Tive dificuldade de acompanhar de que se tratavam os processos e em que direção prosseguia as decisões. Perguntava-me se os demais também sentiam essa dificuldade. Os conselheiros conseguiam ler e acompanhar todos os processos em pauta?

Conheciam as áreas definidas como ZPAM, APP e ZP1 para as quais votavam as intervenções? Sabiam do que se tratava cada um dos processos? Naquele dia, solicitações, renovações e prorrogações de licenças, análise de condicionantes e medidas compensatórias e a análise da recomendação do MP referente à Mata do Planalto. Os conselheiros conseguiam acompanhar todo o processo ou apenas os relatórios com as conclusões do relator? É a partir do olhar dos relatores que tomam suas decisões? Como são escolhidos os relatores responsáveis por cada demanda?

Por “questões de didática” - palavras de um membro do Conselho aposentado como professor - a cada votação o presidente sugeria-se uma pequena expressão que indicava o voto favorável ao relatório: “com o relator”, “de acordo com o relator”. Não me lembro de ter ouvido um termo que facilitasse ao conselheiro o voto contrário às conclusões do relatório<sup>35</sup>. Naquele dia, a grande maioria dos votos foi “com o relator” e estiveram, vez ou outra, acompanhados de indicações de mudanças no texto e outras considerações.

Enquanto a reunião acontecia, podia-se ouvir o burburinho das conversas no auditório. Outros itens da pauta mereceram a atenção e a reivindicação dos amigos da Mata do Planalto, alguns deles moradores de outras regiões da cidade. Questões até então desconhecidas para eles, o que levou o presidente do MAMBH a procurar saber os meios de acesso às descrições mais completas dos itens constantes nas pautas das reuniões do COMAM. Soube que os relatórios ficam disponíveis apenas na SMMA e devem ser consultados pessoalmente. Não era apenas eu quem ouvia às cegas aquela reunião! O presidente tinha razão, fazíamos, todos, parte de uma “plateia”. As pessoas saíam logo que ouviam as decisões sobre os assuntos de seu interesse. Mesmo diante da fala do presidente, que antes de cada votação perguntava se algum dos interessados presentes gostaria de tomar a palavra, foram poucos os que se manifestaram - a não ser pelos que ali estavam para defender a Mata e assistiram a toda a reunião, já que a análise da recomendação do MP foi o penúltimo item da pauta. Argumentando e pedindo a fala, tiveram a oportunidade de estar a par e expressar seus pontos de vista sobre as demais decisões.

---

<sup>35</sup> Restou-me a impressão de que há uma tendência a que o voto dos conselheiros prioritariamente endosse o relatório e o posicionamento dos demais membros, como também acena Carneiro (2014b) em sua análise sobre o COPAM.

A discussão sobre o parecer do Ministério Público que sugeria a suspensão da LP aprovada para o empreendimento foi assim apresentada: “Rossi Residencial S.A/Petiolare Empreendimentos S.A. - parcelamento de solo vinculado, Rossi Residencial/Residencial Planalto – (Mata do Planalto)” (Diário Oficial do município, 12/08/2015 – BELO HORIZONTE, 2015a). O cuidado em indicar com clareza o empreendimento em discussão - em vez de somente “Petiolare Empreendimento S.A. – Parcelamento vinculado ao uso residencial/Residencial Planalto” (BELO HORIZONTE, 2015a), como na reunião que deu origem ao imbróglgio - foi um indício de que fora reconhecido o erro, a falta de publicidade. Entretanto, o conselheiro representante da FIEMG pediu vistas ao processo antes mesmo que o relator se manifestasse. Ambos, o relator e o dono do pedido de vistas, compõem o Conselho como “membros da sociedade civil representantes de entidades civis criadas com finalidade específica de promover o desenvolvimento econômico” (BELO HORIZONTE s/d.).

Como as demandas do COMAM são distribuídas aos relatores? Qual o posicionamento dos membros representantes de organizações de cunho “ambiental” sobre a questão? O presidente perguntou se mais algum conselheiro gostaria de se manifestar sobre a questão. O que se ouviu foram as conversas na “plateia”. Sem debate entre os conselheiros. Sem opiniões conflitantes? Novamente trago em paralelo o estudo de Carneiro (2014a) sobre o COPAM para contribuir aos questionamentos - e me limito a questionar pela impossibilidade abarcar o Conselho Municipal de modo mais amplo nesta pesquisa - sobre a atuação do COMAM no caso da Mata do Planalto. O autor diagnostica no Conselho Estadual um sistema rotinizado de disputas técnico-jurídicas cujo alcance se restringe ao grau de rigor mitigatório a ser observado no julgamento de processos de licenciamento e de infração. Os posicionamentos alinham-se então ao longo de um *continuum* que vai do mínimo ao máximo rigor mitigatório legal e moralmente sustentável. A partir daí, posicionamentos ou demandas que se situem para além desses limites ou que ponham em causa seus fundamentos dóxicos veem-se de antemão excluídos do jogo ou, quando nele se apresentam, tendem a ser sistematicamente rechaçados (CARNEIRO, 2014a, p. 82).

No caso do COPAM, Carneiro (2014a) atribui a tendência ao consenso e à diminuição da distância entre os interesses, antes divergentes e conflitantes, dos conselheiros representantes de organizações que privilegiam a defesa do meio ambiente e das instituições reprodutoras dos interesses do capital a uma série de fatores. Entre eles está o processo de oligarquização

externa, já explicado anteriormente. A perenização dos conselheiros permite que eles conheçam melhor uns aos outros e estabeleçam laços de confiança. Situação que facilita a criação de “rotinas de funcionamento que produzam resultados esperados”. Outro fator é o lugar desprivilegiado do campo da “política ambiental” na estrutura hierárquica do governo que atribui as decisões sobre a gestão política dos “bens” naturais a outras instituições estatais, submetendo-a a outros interesses. Sem o poder de decisão, resta cada vez mais aos órgãos vinculados diretamente à política ambiental a função de propor condicionantes e medidas de mitigação. É o que disse o presidente do COMAM na entrevista já transcrita anteriormente: o COMAM “faz valer o que foi aprovado na Câmara dos Vereadores”, “faz valer a sua posição de fiscalizar e de verificar se as condicionantes estarão sendo cumpridas e até estabelecer essas condicionantes” (RÁDIO ITATIAIA, 02/09/2015).

Outro fator que subsidia o anterior é o enraizamento da ideologia do desenvolvimento sustentável, que privilegia o consenso como forma de compatibilizar a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Compatibilidade esta que defende poder ser alcançada acionando o “licenciamento, a fiscalização e a punição” das empresas e seus empreendimentos de impacto. Carneiro atenta ainda para o interesse dos agentes do campo ambiental, como de outros campos, pelos benefícios específicos que a legitimidade do campo pode gerar, o que leva ao cuidado de não obstaculizar os interesses das instituições e grupos sociais mais capazes de sustentar a legitimidade do campo (CARNEIRO, 2014a, p. 78).

A limitação do “espectro de resultados possíveis e prováveis” nas decisões do Conselho (CARNEIRO, 2014a, p. 81) foi identificada também pelo jornalista da Rádio Itatiaia que introduziu a fala, da qual outro trecho já foi transcrito anteriormente, de Délio Malheiros em entrevista à rádio:

Radio Itatiaia - Para o presidente do COMAM, Délio Malheiros, a anulação da licença só vai atrasar o processo, mas não vai impedir a construção de prédios no local.

Délio Malheiros – [...] O que aconteceu, que o MP alertou o COMAM dizendo que houve falha na publicação da reunião em que se autorizou a licença prévia, o COMAM determinou que o processo fosse encaminhado à Procuradoria Geral do município para verificar esse vício formal. A Procuradoria Geral do município entendeu que, a bem da transparência total, que é o que tem norteado o COMAM, seria prudente republicar a pauta e refazer a reunião, ou seja, nós vamos mostrar esses dois pareceres aos conselheiros do COMAM que irão deliberar se cancelam a LP ou não.

Deliberando pelo cancelamento da LP, será publicada uma nova pauta e o COMAM novamente vai decidir se pode ou não aquele empreendimento ser implantado naquela região. O COMAM não pode legislar. Ele faz valer o que foi aprovado na Câmara dos Vereadores, que é a lei de uso e ocupação do solo de Belo Horizonte que, infelizmente, autoriza a construção de edifícios naquela área tão bonita da cidade (Délio Malheiros, presidente do COMAM e vice-prefeito da cidade de Belo Horizonte em entrevista à Radio Itatiaia, 02/09/2015).

Sem o apoio do MPMG, que enviou um representante sem autorização para tomar a palavra, sem respaldo de qualquer conselheiro, Ronaldo Vasconcellos, durante toda a reunião, trazia à Margareth notícias do possível desenrolar da votação e se mostrava a favor da Mata. Outra conselheira se apresentou à Magali no fim da reunião e disse que há muito queria conhecê-la, nenhum deles se posicionou diante do Conselho. Fernando, Magali, Eugênia e Dr. Wilson tomaram a palavra, em protesto ao pedido de vistas e ao modo como o COMAM estava lidando com o processo relativo à Mata do Planalto.

Magali foi direta em sua fala. Demonstrou a sua insatisfação, que era também a dos seus companheiros de luta ali presentes e de tantos outros que, naquela tarde de quarta-feira, não puderam estar. O diálogo travado foi uma expressão aberta do conflito, não mais exclusivamente entre os moradores do Planalto e a Direcional - cujos representantes, em número maior que o habitual, mantiveram-se sentados no fim da sala conversando entre si, às vezes com um sorriso no rosto -, mas entre aqueles e o atual Conselho de Meio Ambiente, que parece não titubear na decisão de aprovar o empreendimento. Bastou um “boa tarde!” para que o Conselho, ou seus integrantes mais ativos, se armassem em defesa. Quando ela quis saber o nome da “pessoa” que pediu vistas, a primeira resposta foi: “Não é uma pessoa, é um conselheiro”. Um esforço de marcar a distância, a diferença na essencial, entre os conselheiros e os outros - a plateia. Uma tentativa de fazer valer a distribuição dos lugares, inclusive de fala e decisão, de acordo com o capital simbólico preponderante naquele contexto, o capital político. O presidente do COMAM manteve-se alguns minutos de pé, os punhos fechados apoiados na mesa. Magali se recusou a aceitar o lugar que lhe foi oferecido. Foi o mais clara que pôde! Em tom firme e grave chamou a atenção do Conselho: “Vocês já estão perdendo o respeito da população pela forma com que vocês estão conduzindo os processos aqui dentro. Eu estou cobrando seriedade desse Conselho! Eu posso estar falando aqui sim!”

Sem poder de outro modo obtê-lo, o conselheiro, atentando para a possibilidade de acionar a justiça contra a Magali, exigiu: “Vocês tem que respeitar esse Conselho!”

Com suas palavras áridas Magali apenas corroborou o que já tinha dito o presidente do MAMBH: “Pedir vistas?! Isso é inconcebível, gente! Pode ser legal, mas é imoral” (Presidente do MAMBH durante a reunião no COMAM, 19/08/2015).

O relator justificou o pedido de vistas do seu colega contando que recebeu o processo em questão apenas dois dias antes e que o parecer da Procuradoria Geral do Município não foi disponibilizado para os outros conselheiros. O argumento remeteu-me outra vez aos meus próprios questionamentos, expressados algumas linhas antes, sobre o nível de conhecimentos dos conselheiros a respeito dos processos cuja decisão lhes cabe. Para o conselheiro que fazia a defesa, Eugênia explicou: “Vocês têm que compreender que o que a sociedade está vendo é mais ou menos para isso, para o que a Magali falou”.

O caso da Mata do Planalto é ilustrativo dos efeitos da impossibilidade de um controle social eficiente no processo de licenciamento. Tal realidade “conduz os empreendedores à crença de que as licenças ambientais possam ser obtidas através da pressão política, ao invés da elaboração cuidadosa de estudos” (LASCHEFSKI, 2011, p. 26 - *sic*) e a população à percepção de que a interferência política controla todo o processo. É o que diz a senhora moradora do Planalto:

Eu preciso ir embora e eu gostaria de dizer o seguinte, eu, raras foram as reuniões que eu deixei de participar. Desde a primeira era evidente, evidente! Era claro demais que o COMAM nunca esteve do lado do meio ambiente. Nunca! Nunca esteve (Moradora do bairro Planalto durante com Direcional, 24/06/2015).



## 5 E QUANDO SE FALA EM ÁREA VERDE?

Tiro os olhos por um segundo do computador e, pela janela do quarto andar do prédio, vejo na copa do frondoso ipê um pica-pau da cabeça vermelha, na altura dos meus olhos. Acho que posso contar nos dedos os que o viram. Estou no meio de uma manhã de sexta-feira. Provavelmente as dezenas de moradores do edifício que possui uma área verde interna não se encontram no condomínio, devem estar trabalhando. Pergunto-me se esse prédio não foi construído de modo semelhante ao que se pretende construir na Mata do Planalto, porém, sem a atenção e a resistência de qualquer grupo social. Curiosa para saber qual foi a construtora responsável por ele. Será que faz muita diferença? Aproveito o sossego desse apartamento, cujas chaves me foram emprestadas por um amigo em viagem pela Europa, para escrever. Além do som seco do bico do pica-pau no tronco ouço meu *jazz*, cachorros latindo, os carros e ônibus na rua movimentada. Estou nos arredores da av. Antônio Carlos, eixo que leva ao vetor norte da RMBH. O pica-pau se foi há alguns minutos. Ficaram as inquietações sobre o prazer de vê-lo e as condições que permitiram que eu, e possivelmente apenas eu, o visse.

Em um intervalo do estudo fui ver o parque do edifício. A área contorna o prédio, exceto pelo lado que está de frente para a rua de entrada. O ipê que eu vi da janela, três guapuruvus em diferentes estágios de crescimento, uma pata de vaca e alguma outra que não sei dizer o nome compõem a minoria de árvores não frutíferas. Jabuticabeiras estão em maior número, não me lembro de ter visto maiores que estas. Parecem ser bastante antigas, assim como as mangueiras - também enormes. Ameixeira, amoreiras, figueira, goiabeira, um pé de acerola novinho. Plantas ornamentais ocupam os espaços vagos entre as árvores. Tudo isso eu vi andando pelo caminho de tijolinhos que percorre o parque dando acesso aos bancos, espreguiçadeiras, mesas de jogar dama, ao parquinho infantil e ao “parquinho” pra cachorros. No fundo do terreno, um portãozinho dá acesso a uma área cercada com tela onde não há caminho predefinido a seguir. Desse lado caminha-se na terra, entre as árvores, no chão coberto de pequenas folhas. Agora, de volta ao quarto andar, ouço alguém varrendo as folhas. Na cidade só há espaço para o verde controlado? Podado, limpo, capinado, manejado, iluminado, criado para o lazer? Antes de fazerem parte de um parque as mesmas árvores estavam num quintal? Fazenda?

Enquanto caminhava em direção àquele prédio, vi no outro passeio estreito da mesma rua um terreno onde árvores transbordavam dos muros altos. Um sítio, eu diria. Por entre galhos e

tons de verde as cumeeiras de duas casas. Lembrei-me da fala do Francisco: “você acha que uma área verde só para contemplação vai durar muito tempo no meio da cidade?!” Qual o lugar das áreas verdes na cidade de Belo Horizonte?

Concordo com Lefébvre (2008, p. 117):

Muito estranhamente, o direito à natureza (ao campo e à “natureza pura”) entrou para a prática social há alguns anos em favor dos lazeres. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo “contracentricista” das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A “natureza” ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da “criatividade”.

E ainda assim há algumas coisas mais para dizer e muito para se questionar sobre o caso da Mata do Planalto. Essa área verde preservada para ser cinza, no exato momento em que se pudesse mais lucrar. A Prefeitura de Belo Horizonte entende como áreas verdes os:

Espaços de propriedade pública ou particular, onde predomine qualquer forma de vegetação. Tem por função dar abrigo à fauna, proteção a mananciais, propiciar o controle de erosões, dar suporte às atividades recreativas e manter a qualidade do ar, podendo ser providas de vegetação em processo de regeneração ou passíveis de receber cobertura vegetal complementar (VITAL *et al.*, 1998, p. 5).

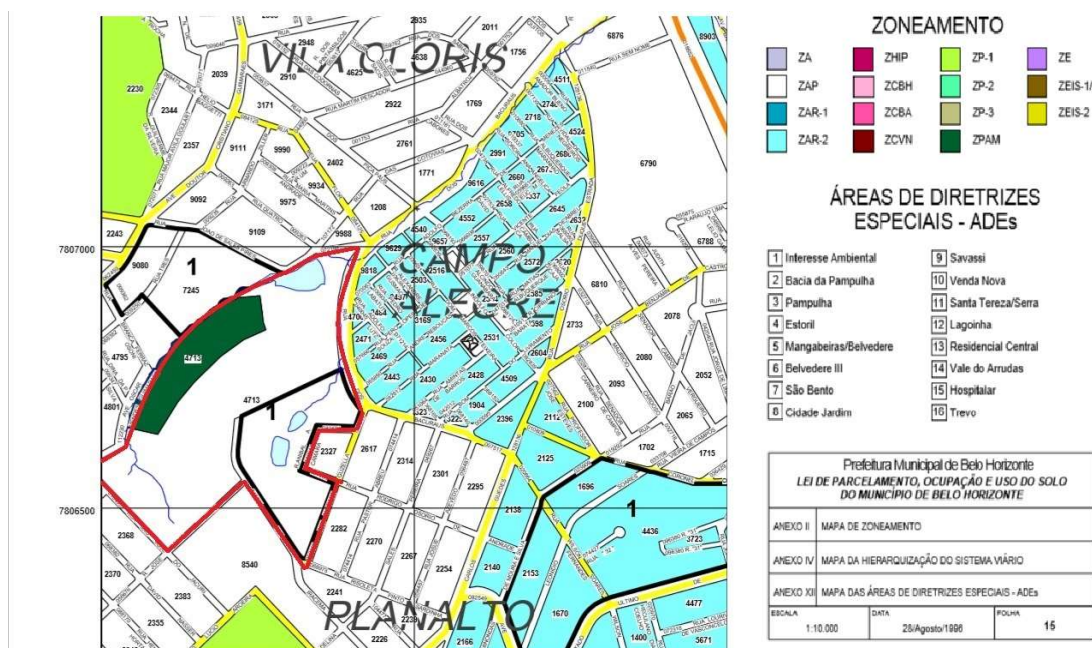
O que os sentidos comprovam, a lei e o saber técnico podem negar.

O território do município de Belo Horizonte, área urbana, encontra-se dividido em zonas que especificam “os potenciais de adensamento e as demandas de preservação e proteção ambiental, histórica, cultural, arqueológica ou paisagística”, segundo as diretrizes definidas no Plano Diretor. A atribuição dos tipos de zoneamento a cada área da cidade, assim como as possíveis modificações, é prevista por lei.

A conformação original - sem as alterações oriundas de leis posteriores - da Lei 7166/96 (BELO HORIZONTE, 1996b), que dispõe sobre o Parcelamento, Ocupação e Uso do solo

urbano no município, apresenta na folha 15 do Mapa de Zoneamento, no Anexo II da lei, as diretrizes de zoneamento da região.

Mapa 8 - Compilação da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte (Lei 7166/96)



Fonte: Belo Horizonte (1996b).

Na área, um grande terreno indiviso identificado no mapa pelo número 4713 e o contorno vermelho mostravam duas classificações quanto ao zoneamento. A maior parte era considerada zona de adensamento preferencial (ZAP) - “regiões passíveis de adensamento, em decorrência de condições favoráveis de infraestrutura e de topografia”. A exceção era a faixa de terreno que acompanha um dos cursos d’água, então definida como ZPAM. Reproduzo o artigo da lei que define as ZPAMs para ilustrar a tendência à flexibilização das leis ambientais da cidade.

Art. 6º - São ZPAMs as regiões que, por suas características e pela tipicidade da vegetação, destinam-se à preservação e à recuperação de ecossistemas, visando a:

I - garantir espaço para a manutenção da diversidade das espécies e propiciar refúgio à fauna;

II - proteger as nascentes e as cabeceiras de cursos d'água;

III - evitar riscos geológicos.

Parágrafo único - É vedada a ocupação do solo nas ZPAMs, exceto por edificações destinadas exclusivamente ao seu serviço de apoio e manutenção.

§ 1º - É vedada a ocupação do solo nas ZPAMs de propriedade pública, exceto por edificações destinadas, exclusivamente, ao seu serviço de apoio e manutenção.

Parágrafo único renumerado como § 1º e com redação dada pela Lei nº 9.959, de 20/7/2010 (Art. 21).

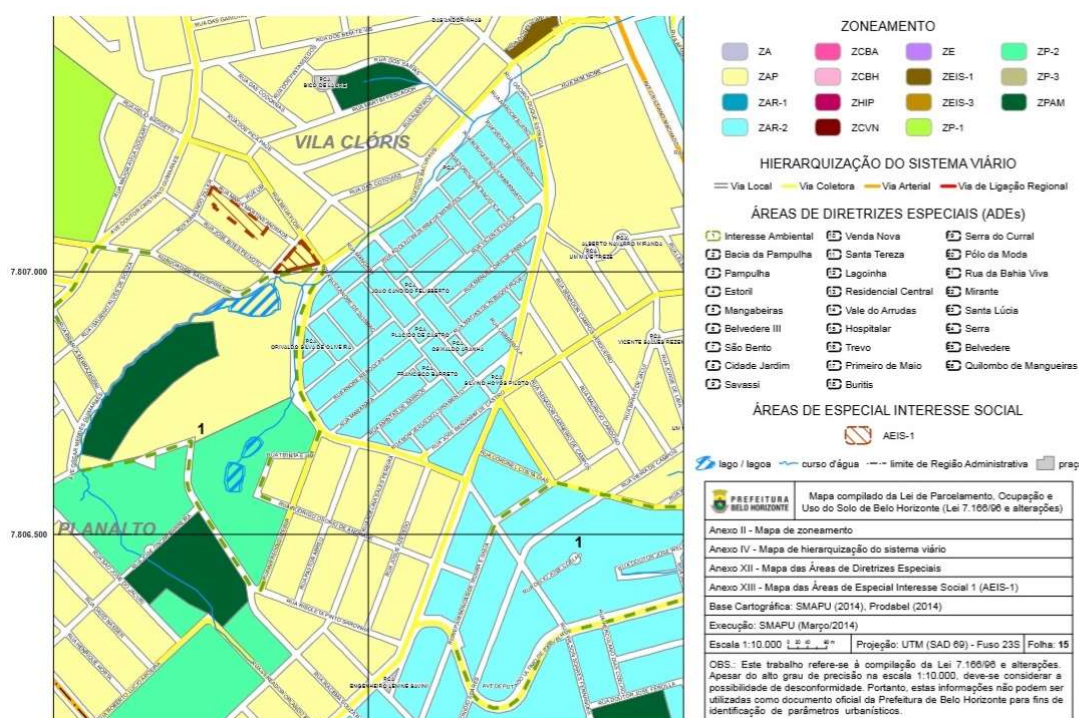
§ 2º - As áreas de propriedade particular classificadas como ZPAMs poderão ser parceladas, ocupadas e utilizadas, respeitados os parâmetros urbanísticos previstos nesta Lei e assegurada sua preservação ou recuperação, mediante aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM.

§ 2º acrescentado pela Lei nº 9.959, de 20/7/2010 (Art. 21)

Ainda no MAPA 8, observa-se que duas áreas dentro da ZAP, indicadas pelo número 1, ao mesmo tempo identificadas como ADE de Interesse Ambiental. São ADEs as áreas que apresentam características que demandam parâmetros de ocupação diferenciados, “que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam”. Uma delas é hoje parcialmente preservada como um sítio, uma propriedade particular. É em parte da outra, a nordeste no mapa, que as empresas Rossi/Direcional/Petiolare planejam construir quatro dos oito edifícios.

Duas leis posteriores, de 2000 e 2010, alteraram a Lei de 1996. A folha 15 do MAPA 9 e suas alterações mostra a atual conformação do zoneamento da área.

Mapa 9 - Atual zoneamento da área



Fonte: Belo Horizonte (1996b, Anexos com alterações).

Em 2000, a Lei 8.137 se sobrepôs à ZPAM, definida pela lei anterior, a ADE de Interesse Ambiental, e definiu como ZPAM a área correspondente ao Parque Planalto, implantado em 1996 (BELO HORIZONTE, 2000). A Lei 9959 de 2010, última lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo, aprovou alterações nas leis anteriores, o que gerou um mapa complementar que ampliou a ADE e definiu novas áreas como Zona de Proteção (ZP-2) - “regiões, predominantemente ocupadas, de proteção ambiental, histórica, cultural, arqueológica ou paisagística ou em que existam condições topográficas ou geológicas desfavoráveis, onde devem ser mantidos baixos índices de densidade demográfica”. Juntas as ZP-2 e a ADE passaram a ocupar a quase totalidade da área, contemplando todos os cursos d’água e lagoas.

Acompanhando o histórico dos mapas é possível perceber que a grande ADE de Interesse Ambiental presente no mapa atual resulta da ampliação paulatina dessas áreas em cada uma das conformações de zoneamento. Entretanto, parte da ADE se sobrepõe à ZAP, definições a meu ver incompatíveis, opinião emitida também no estudo técnico emitido pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em julho de 2010, poucos meses antes da aprovação da Lei 9959, para subsidiar o debate na audiência pública solicitada pelo Vereador Leonardo Mattos. As seguintes reflexões foram apresentadas:

O zoneamento ZAP pressupõe a prioridade do adensamento, indicando que a área poderá receber UTDCs (Unidades de Transferência do Direito de Construir). Quando se fala em ADE de Interesse Ambiental, há indicação de preocupação com a preservação e a proteção dos recursos naturais, pressupondo a transferência do direito de construir para outras áreas. Sendo assim, há uma incompatibilidade conceitual de ZAP e ADE de Interesse Ambiental. Como seria, em termos práticos, a sobreposição desses conceitos? (BELO HORIZONTE, 2010b).

A iminência da liberação das licenças para a implantação do condomínio na Mata do Planalto autoriza responder que, “em termos práticos” na sobreposição de ZAP e ADE o adensamento preferencial prevalece! Prevalecem os interesses privados. Sobre o quadro mais amplo que a situação da Mata do Planalto exemplifica, Zhouri e Laschefski trazem as seguintes considerações:

A chantagem da deslocalização, ou melhor, a ameaça do rompimento dos seus contratos e compromissos sociais (como empregadores, assim como contribuintes para o orçamento público, com todos os setores produtivos e serviços ligados a elas), tornou-se a arma poderosa para que os estados

cedam às demandas territoriais das corporações. A condição básica para esta dinâmica territorial empresarial é a transformação do espaço em unidades de propriedades privadas que possam ser comercializadas como mercadorias, avaliadas pelo seu valor de troca e cada vez menos pelo seu valor do uso (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 24).

O mesmo estudo técnico da Câmara Municipal de Belo Horizonte questiona a atribuição do zoneamento ZAP a uma área de cobertura vegetal tão significativa. Ao que tudo indica, o zoneamento não é definido apenas por questões técnicas, mas também por questões políticas. Até alguns anos atrás, a Mata do Planalto, uma área verde sem manejo, sem administração, sem interferência programada e rotineira, sem visitação, desordenada e longe do controle - a não ser pelo impedimento de que seja adentrada - tinha lugar. Lugar tanto no sentido de “localização”, como de “posição” (BOURDIEU, 1998). Que mudanças teriam levado à impossibilidade - ao menos no discurso de alguns conselheiros do COMAM, vereadores e das construtoras envolvidas - da permanência de suas características físicas e de seu papel social? Há pelo menos duas mudanças importantes a se considerar.

Um morador antigo do bairro Planalto, policial militar da reserva, contou uma vez que o Sr. Marcial do Lago tinha dito a ele que sua intenção era preservar a Mata do Planalto. Preservar! Reservar? Reserva particular - propriedade particular “cuja função é permitir que a natureza se reproduza sem interferência humana” - ou reserva do proprietário - “parte do terreno que o proprietário guarda para si, afastando do processo de loteamento e ocupação”, retendo-o “para desfrute próprio ou consumo futuro”? (EUCLYDES, 2014, p. 48). Num quadro onde o desenvolvimento sustentável ao preconizar o bem-estar das presentes e futuras gerações legitima a flexibilização das leis ambientais (EUCLYDES, 2012), as duas “reservas” parecem ter o mesmo fim predestinado.

Foi o Sr. Marcial do Lago, antigo dono da Mata do Planalto - ou aqui deveríamos priorizar o outro nome pelo qual é conhecida, Mata do Marcial -, quem loteou grande parte da área que hoje compõe o bairro Planalto.

**Sr Antônio** - É que esse tal de Marcial do Lago foi o primeiro presidente do BNH [Banco Nacional de Habitação] [...], projeto de BNH que construía casa. Ele foi o primeiro presidente. Ele pegou, ele pegou, ele pegou aqui já era uma parte aqui, tinha uma parte aqui que era o terreno de uma fazenda, mas que pertencia a Santo Inácio. Ele pegou o negócio para arrumar. Aí construíram esse conjunto Marilene. Depois ele construiu a Granja Verde.

**Mayana** – Ah! Foi ele quem construiu o Granja Verde?

**Sr. Antônio** - Não, loteou o [condomínio] Granja Verde que era a Mata também. Aí vendeu os lotes, caríssimo lá. Diz que essa mata aí era intocável, que essa aí era aonde ele morava, lá ele andava no cavalo branco aqui. Aí o que aconteceu, ele falou que essa mata aqui, que tem divisa com os três bairros, o Planalto, o Campo Alegre e o Vila Clóris, que isso aí era residência dele e era intocado, ninguém mexia nessa mata. Foi só depois do falecimento dele é que vem trazendo esse problema.

No fim dos anos 1950 Marcial do Lago foi chefe da Fundação da Casa Popular - órgão do governo federal. Sua atuação no mercado imobiliário se manteve com a Construtora Bandeirantes. Ele e seu filho, o mesmo que hoje negocia a Mata para a empresa Rossi, eram sócios-gerentes da empresa. A imobiliária funcionava na pequena casa onde nos reunimos com a Direcional. Segundo Cristina, que na ocasião falava pela Direcional, alguns funcionários da imobiliária ainda trabalhavam ali.

Um caso literal de *not in my backyard?* aplicada com frequência nas controvérsias em torno da questão ambiental. A expressão, traduzida para o português como “não no meu quintal”, diz respeito a situações em que um grupo ou indivíduo assume posicionamentos e opiniões distintas em relação a projetos e ações que possam trazer prejuízos, segundo o espaço em que se pretende executá-los - mais próximos ou mais distantes dos seus próprios lugares de referência. Os donos da construtora foram responsáveis pelo loteamento de grande parte do bairro, mas mantiveram preservada a área verde no entorno de sua própria casa. O quintal, vigiado, área particular cujos limites os moradores do entorno fazem questão de dizer que nunca deixaram de respeitar. E quando não houve mais o interesse da família de se manter na antiga casa, acabou-se também o motivo - particular - para manter a Mata preservada.

Se as pessoas do bairro com quem conversei não atribuem à família do Lago um comportamento do tipo *not in my backyard* - com exceção do senhor cuja fala foi aqui transcrita -, percebem nos atores das políticas públicas municipais de meio ambiente a possibilidade de um movimento para fora da cidade, em direção aos benefícios do meio ambiente natural preservado.

Quando eu vim pra cá, que eu vim morar no Planalto, que já tem 20 anos, isso aqui era uma roça. Eu custei a chegar aqui nessa Cristiano Guimarães aqui. Então hoje, com esta falta de cidadania da prefeitura e desses políticos nossos, porque são muitos que não moram no município. O povo todo mora no município, a prefeitura é a única que não mora no município. Porque ela faz tudo contra a municipalidade, ela destrói todo o meio ambiente. Ela, a

prefeitura municipal (Morador do bairro Planalto há 20 anos durante reunião com a Direcional, 24/06/2015).

Essa possibilidade é a única, para alguns indivíduos do movimento, capaz de justificar o fato de os funcionários públicos municipais desconsiderarem de tal modo a necessidade e a possibilidade da preservação integral da Mata do Planalto e outras como a área verde do Jardim América, a Serra do Curral e a Estação Cercadinho, todas em Belo Horizonte. Natureza *Yes in my backyard!*

É como outra dobra dessa mesma onda que as áreas verdes urbanas são feitas insustentáveis fora da lógica de mercado, fora do lazer, fora dos parques. As áreas verdes ainda protegidas no meio urbano estão atreladas a uma natureza que, assim como o espaço, constituem-se como raridades “repartidas por decisões políticas, tomadas pelo Estado”. É esse o lugar destinado a ambos no processo de urbanização da cidade (EUCLYDES, 2014, p. 42).

### **5.1 O lugar da Mata do Planalto na Prefeitura de Belo Horizonte**

Diz-se que o parque Lagoa do Nado é a “menina dos olhos” da região – termo utilizado pela presidente da Associação Comunitária do Bairro São João Batista e integrante do movimento pela preservação da Mata do Planalto, corroborado pelo diretor da área sul da Fundação de Parques Municipais, conselheiro do COMAM e relator da aprovação da LP para a Mata do Planalto:

Eu estou aqui nesse Conselho representando a Fundação de Parques Municipais, parece que existe uma convergência quando você diz que o parque Lagoa do Nado é a menina dos olhos da comunidade. E de fato é! O parque Lagoa do Nado é o mais importante da área norte. Seria, vamos dizer comparando, o Parque das Mangabeiras lá (Homero Brasil, Conselheiro do COMAM, 19/08/2015).

As considerações sobre o Parque Lagoa do Nado foram feitas para defender a destinação de recursos oriundos de medida compensatória para obras nesse parque. O diálogo entre a moradora da região e o conselheiro sobre a destinação dos recursos continuou assim:

Moradora - A Fundação de Parque, ela tem a responsabilidade também no Parque do Planalto, que é o parque que fica ao lado da Mata do Planalto. Aquele parque está completamente abandonado.



Conselheiro - Deixa eu te dizer o seguinte, isso é uma medida judicial, já foi dada, existe um projeto pela SUDECAP [Superintendência de Desenvolvimento da Capital]. Eu não sou mais diretor da área norte, mas está em fase de licitação, dentro em pouco, nós estamos cumprindo uma medida judicial, então o Parque do Planalto vai ser totalmente reformulado. Então os recursos já estão assegurados pelo orçamento da prefeitura (Homero Brasil Filho durante a reunião do COMAM do dia 19/08/2015).

O breve diálogo permite entender o espaço social desses lugares, áreas verdes legitimadas ao serem consideradas parques municipais. O Parque Lagoa do Nado, mais bem estruturado do que qualquer outro parque da área norte, tem prioridade no recebimento de novos investimentos. Afinal, menina dos olhos! O Parque Planalto precisou de uma medida judicial para a qual já houve prorrogação de prazo, para garantir que parte do orçamento da prefeitura seja revertido - é o que se promete - para a sua reforma e o reprovimento de infraestrutura básica para que possa ser usufruído pela população da cidade.

Foram casos e descasos como esse que acenderam as reflexões que contribuíram para que eu irrompesse o meu processo de metamorfose do cargo de chefe da Divisão Operacional de Parques Pampulha, na Fundação de Parques Municipais, à academia, de onde escrevo hoje. Na lide com os parques municipais da regional Pampulha foi constante o incômodo com o modo desigual com que as demandas sociais, materializadas nos parques, eram consideradas, discutidas e atendidas. Claramente, a distribuição dos recursos mais diversos - financeiros, direcionamento dos funcionários para a jardinagem e manutenção, realização de eventos ou provimento de materiais e ferramentas de uso contínuo - era feita de modo diretamente proporcional ao capital social, econômico, político dos indivíduos e grupos diretamente envolvidos. Assim, saltavam aos olhos a diferença entre os parques da diretoria sul e os da diretoria norte, entre aqueles nos bairros mais bem estruturados de cada região e outros próximos de vilas e conjuntos habitacionais - com exceções para ambos os espectros de observação - e até, como o exemplo do parque Fernando Sabino, dentro do mesmo parque entre a porção limítrofe ao Condomínio Fazenda da Serra, com suas casas de alto padrão, e o lado próximo ao beco e da porção mais pobre do bairro Ouro Preto.

Para Bourdieu (1998, p. 160):

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo

natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas [...].

O mesmo efeito de naturalização exclui a Mata do Planalto, como se encontra hoje, do campo das áreas verdes de Belo Horizonte - oficialmente reconhecidas. Para ela também não há mais lugar no espaço da propriedade privada, que parece prescindir do discurso oficializante dos técnicos e políticos do “campo ambiental” da cidade Belo Horizonte para reivindicar e ser reivindicada pelo discurso, também técnico, político e oficializante do mercado financeiro e das construtoras - como se notou na defesa do empreendimento pelos representantes da Direcional durante as reuniões com os integrantes do Movimento, cujos trechos foram transcritos anteriormente.

Sobre a diferença no que uma moradora do bairro Planalto chamou de “configuração de forças” dos movimentos pela Mata do Planalto, Parque Planalto e Parque Lagoa do Nado, um vizinho do Parque, morador do bairro há 26 anos, pontuou a ausência no movimento atual de indivíduos diretamente envolvidos na causa que tenham força política no interior do governo municipal.

[O movimento] foi primeiro pela criação do Parque Planalto. Naquela época o João Bosco era um interlocutor no poder público. Eram ouvidos, ressoava na instância municipal. Hoje não há interlocutor. A característica do movimento é outra (Morador do bairro Planalto durante conversa no saguão da Câmara dos Vereadores, antes da audiência pública)

João Bosco Senra é também lembrado, pela moradora, como força política no movimento pela preservação da Lagoa do Nado. O modo como é citado indica o papel a ele delegado de representante político dos dois movimentos.

## **5.2 Os políticos: sujeitos políticos da Mata do Planalto?**

Quando me apresentei à Mata do Planalto - falo do lugar no espaço social já que da grande maioria de suas características físicas, descritas no início do capítulo, só conheço o que me dizem os pássaros que vejo no parque, os esquilos que vi pela cerca antes que colocassem tapume, os micos mais ousados, copas de árvores, o córrego Bacuraus que jorra canalizado no Campo Alegre e os graus a menos na temperatura -, era dia de audiência pública, cuja solicitação partiu do Vereador Leonardo Mattos. Foi para acompanhar a votação dos Projetos

de Lei (PL) de autoria do mesmo vereador, um direcionado especificamente à Mata do Planalto e sua declaração como utilidade pública, o outro, PL 89/2013, buscando garantir a preservação das áreas verdes remanescentes de Belo Horizonte que retornei tantas vezes à “casa do povo” junto com o grupo de mulheres que um dos vereadores disse ter, carinhosamente, apelidado de “meninas do Planalto”.

Ainda que a observação do modo como esse vereador, também vizinho da Mata, se insere na luta - dialogando, participando das reuniões da ACPAD e das manifestações no bairro, informando e orientando sobre os trâmites na Câmara dos Vereadores - iniba predisposições a considerar o sentido pejorativo que pode ter o termo “meninas”, é importante não negá-lo. Além de marcar uma questão de gênero, que não cabe desenvolver neste texto, tal nomenclatura corre o risco de infantilizar a causa e seus argumentos e remeter à associação, ainda presente, dos temas ecológicos e das lutas ambientais à imaturidade juvenil e à utopia, desqualificando-os como temas menores<sup>36</sup>.

Foi durante a “reunião solene” na Câmara Municipal, na qual Magali foi homenageada recebendo o título de cidadã de Belo Horizonte, que o vereador morador do bairro Planalto deu mostras de querer expressar apreço pelo grupo, sempre presente na Câmara, com a expressão “meninas do Planalto”. Foi esse mesmo vereador quem propôs a homenagem, a contragosto, segundo ele, do presidente da Câmara.

Quando Magali convidou-me para a homenagem, conversamos sobre o que o título de cidadã honorária poderia representar, já que os dias na câmara tinham demonstrado pouco interesse real do conjunto de vereadores pela causa da Mata e diante da informação de que, em data anterior, o dono da Direcional também seria homenageado. O convite à Magali pareceu-me uma estratégia para silenciar possíveis questionamentos à homenagem ao dono da Direcional e acalmar os ânimos do grupo de militantes, visivelmente descontentes com os trâmites da Mata na Câmara. Ela mesma confessou não ter, no primeiro momento, recebido com bons olhos o convite. Achou que não fazia sentido ser homenageada, quando os responsáveis pelo

---

<sup>36</sup> Não teria atentado para o sentido pueril com o qual pode ser utilizado o termo “meninas do Planalto” sem as contribuições da antropóloga Raquel Teixeira – que aceitou o meu convite para participar do seminário de discussão de alguns capítulos desta dissertação, que se encontravam ainda esboçados, em dezembro de 2015 – dos colegas de mestrado Stephanie Assaf, Renata Santos e Eduardo Faria, que também participaram dessa conversa, assim como minha orientadora, Andréa Zhouiri. A todos eles o meu agradecimento, por essa e outras contribuições essenciais para esta escrita final.

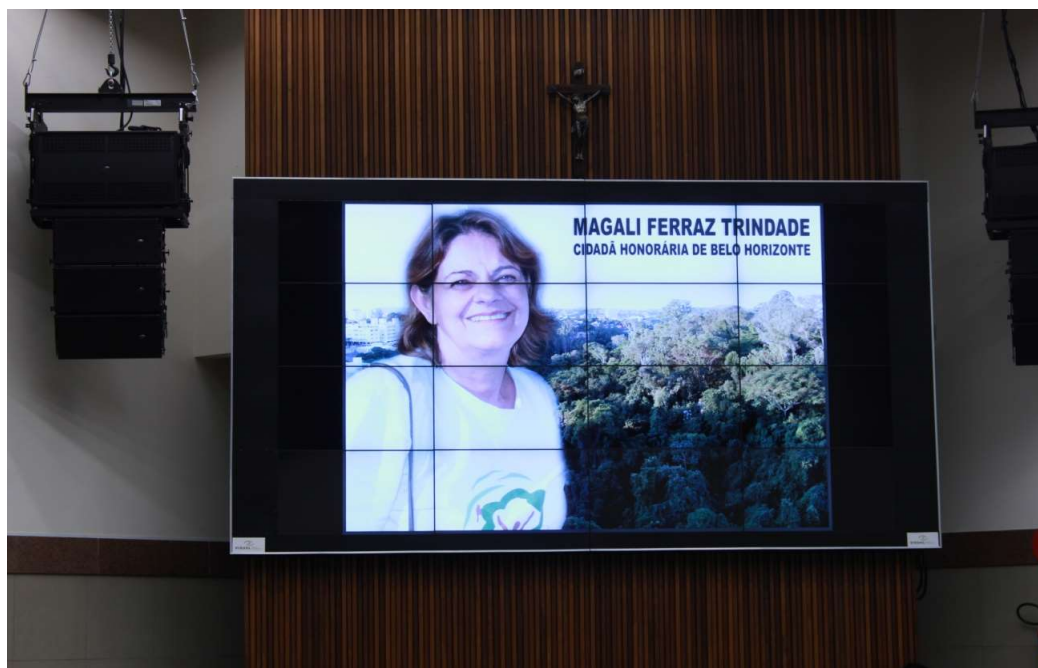
caminhar do movimento eram tantos. Foi convencida de que a homenagem não negaria o valor dos outros integrantes do grupo e seria de grande importância para o movimento.

A homenagem mostrou-se uma estratégia de retomar a confiança dos integrantes do grupo da Mata na Câmara e neutralizar o embate. O descolamento da Mata da luta cotidiana por uma cidade mais justa, a partir da atribuição de um valor diferenciado e pontual, ofereceu o risco de minar o seu caráter conflitual, a ruptura com as lógicas dominantes de poder.

A não ser pela injeção de estímulo para os moradores do bairro Planalto envolvidos na luta, não pude perceber durante os meses seguintes de pesquisa de campo outras consequências da homenagem à Magali para o desenrolar do movimento.

Ao mesmo tempo, no momento em que, como visto, a cidade responde a interesses de mercado, em que o prefeito diz abertamente que as áreas verdes não são prioridades para o governo municipal e o presidente da Câmara se declara a favor da construção dos edifícios na Mata do bairro Planalto, os projetos de lei e a homenagem à Magali parecem ser iniciativas portadoras de uma dose de contestação à ordem dominante.

Fotografia 28 - Imagem feita para a homenagem à Magali, projetada nos telões da câmara dos vereadores



Nos mesmos telões em que dias antes se viu a contagem de votos que vetou em primeiro turno o projeto de lei que buscava garantir a proteção da Mata.

Fonte: da autora (09/06/2015).

Fotografia 24 - Na mesa da plenária, na Câmara de Vereadores, Magali segurando o título de cidadã honorária de Belo Horizonte



Acompanham-na na foto alguns vereadores da casa e outros convidados para compor a mesa na solenidade. Entre eles, Sr. Antônio, de camisa clara, e João Batista, representantes da luta pelo Parque Jardim América, de pulôver, Fernando Santana, presidente do MAMBH e Dr. Wilson Campo, advogado da Mata.  
Fonte: da autora (09/06/2015).

Identifico, assim, também na Câmara Municipal, sinais, ainda que fracos, da vontade política pela Mata do Planalto, vindas de sujeitos políticos que existem apenas “como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial” (RANCIÈRE, 2006, p. 378).

A intermitência do sujeito político, como mencionado por Rancière, iluminou, aos meus olhos, a sucessão de acontecimentos após a não aprovação na Câmara dos Vereadores dos projetos de lei citados anteriormente. O Vereador Leonardo Matos, sob o efeito do que considerou ser sua própria fraqueza na disputa pelo poder dentro da câmara e na influência como conselheiro no COMAM, optou por não reencaminhar, após revisão, o projeto 121/2013. Também não esteve presente na sequência de reuniões do COMAM onde a Mata esteve em pauta. A vazante do político para esse vereador no tal “jogo” da “casa” cedeu espaço para que dois outros vereadores entrassem com um projeto substitutivo que, revisto, tramita nas comissões internas da Câmara.

Efêmero, caracterizo eu, o político que como ato de escapar ao, e tencionar o, curso normal de dominação vê seus sujeitos “sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização de sua parte” (RANCIÈRE, 2006, p. 378). O maior risco de ver dissipar o político dos sujeitos é que ele se deixe confundir novamente com seu oposto, a polícia, voltando ao lugar que lhe foi conferido no corpo social. No caso dos vereadores, retomando suas relações a partir desse lugar na gestão, pelo estado, dos interesses dos diferentes grupos sociais (RANCIÈRE, 2006). Foi o mesmo, intermitente, sujeito político da Mata do Planalto na Câmara dos Vereadores quem asseverou: “As coisas não funcionam como vocês pensam! Vocês não entendem o funcionamento do legislativo!”

Vejo aí se reproduzir a ação de distribuição das “capacidades” e “incapacidades” segundo os lugares e funções, indício da política como polícia (RANCIÈRE, 2006, p. 372). Nesse ponto é preciso retomar e reformular o que eu disse antes. Ao tratar da razão do dissenso, Rancière traz à tona a possibilidade de o sujeito que o aciona falar, ao mesmo tempo, para dois recortes paradoxais do mundo sensível. O lugar político de fala é o do desvio da ordem naturalizada do poder. Pensar o político de Rancière no quadro dos vereadores envolvidos com a Mata exige considerar não apenas dois mundos para os quais se fala, como também mais de um lugar de fala. O lugar do desvio - como representantes dos sujeitos políticos que acenderam o pavio do dissenso - e o da ordem - como vereador eleito, com posição bem marcada na gestão “política”<sup>37</sup> dos interesses dos grupos.

Entrevejo, então, três caminhos para avançar. Ou o desvio do dissenso nessa conformação de “representação política” é mais breve do que o que minha leitura captou propor Rancière, e não pode durar mais que os poucos segundos de uma palavra ou gesto inflamado; ou não há um momento sequer em que essa política como dissenso exista de forma pura, sem que em cada ato se manifeste também uma dose variável de “política”; ou o representante não fala nem dos desvios nem da ordem, mas de um terceiro lugar.

A meu ver, faz mais sentido pensar o sujeito da representação política a partir do segundo caminho, o do espaço de possibilidades de combinações entre o dissenso e o consenso. Espaço onde a ausência da ruptura não seja equivalente à negação do dissenso, onde a constatação do consenso não exclua do ângulo de visão as iniciativas que dele escapam. Por

---

<sup>37</sup> Uso de agora em diante o termo “política” entre aspas, para designar a política como poder de polícia.

falta de um nome ou do conhecimento sobre outros argumentos teóricos que me ajudem a explicar esse espaço de variações é que uso a metáfora do café-com-leite: a cor bem marcada do político de Rancière pingado - enquanto prevaleça o dissenso - ou completamente diluído no leite morno da ordem naturalizada.

Os questionamentos sobre a representação política têm aqui apenas o seu início.

### ***5.2.1 Representações: falar pela Mata do Planalto ou da Mata do Planalto?***

Carneiro (2014a, p. 69) descreve representação como:

A alquimia social por meio da qual um indivíduo se apresenta e é aceito como portador de uma “vontade coletiva” que a ele se transfere, mas que supostamente se origina alhures (numa entidade, num órgão, num grupo social, numa instituição, etc.).

Se tomei os dois vereadores já citados como centralizadores da vontade política com a Mata do Planalto na Câmara - durante o período da minha observação -, tantos outros vereadores buscaram um lugarzinho no seu espaço de representação.

Os grupos sociais que defendem a preservação da Mata do Planalto e os movimentos socioambientais da cidade são partes entre outras, heterogêneas e fracionadas, que se querem representadas e que despertam o interesse dos representantes como nutrientes de suas posições. As críticas ferrenhas de Magali e Eugênia à Câmara geraram, com frequência, descontentamentos nesses “representantes” da Mata, que se viam mergulhados por elas no poço dos horrores que era motivo de denúncia. Quiseram ter seus nomes citados, salvos um a um da vergonha. Foi assim quando, findada a votação e o veto do PL 121/2013, Magali gritava o seu desapontamento com os parlamentares e o Vereador Heleno (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) pedia que ela separasse na fala os vereadores que votaram contra e a favor do PL. O Vereador Leonardo Matos também expressou seu incômodo com a fala de Magali. Durante concessão do título de Cidadã Honorária de Belo Horizonte à Magali, o vereador Heleno fez a plenária sorrir:

E olha, eu conheci a Magali nesses movimentos, nessas passeatas lá no bairro. Eu sabia que ela era brava, mas não sabia que ela era tão brava. Vou dar dois exemplos aqui que eu passei com a Magali. Teve um dia, numa daquelas nossas passeatas lá na avenida, estava a Magali lá com um carro de som na frente e a gente atrás. E a Magali gritando, né: Salve a Mata do Planalto! Cadê o prefeito? Cadê os políticos? Esses políticos ladrões! E estávamos eu e o Silvinho Rezende, lá atrás. [...] Aí eu falei, Magali, estamos eu e Silvinho aqui, nós viemos apoiar eu moro aqui no bairro. E aí a Magali continuou, esses políticos ladrões! Exceto o Heleno e o Silvinho.

Apoiar e representar são atitudes políticas diferentes? Nos dias mais assíduos das líderes do Salve a Mata na Câmara, pelo menos meia dúzia de vereadores citou ou empreendeu verdadeiros discursos sobre a necessidade de preservação da Mata do Planalto, tentando ajustar essa demanda específica a outras causas que buscam tomar como suas. Um dos vereadores da oposição acionou os técnicos de seu gabinete na elaboração de emendas necessárias ao Projeto de Lei 121/2013, do vereador da bancada do prefeito. A assessora deste último, filha de Magali, atentou para o interesse do outro vereador em ter seu nome vinculado à preservação da Mata. Durante a rotina de assistir às reuniões na plenária aguardando o dia em que o PL seria votado e visitar gabinetes buscando o apoio dos vereadores, muitos abriram as portas de seus gabinetes ou pararam nos corredores as líderes do movimento para dizer do seu apoio à Mata do Planalto.

Quando o movimento tomou como estratégia fazer fotos de Magali com os vereadores que apoiavam a causa, foi com alegria e sorrisos que tantos se dispuseram a posar ao lado dela nas fotos que seriam postadas no *facebook*. Um dos fotografados, dias depois, defendeu arduamente a soberania inquestionável da propriedade privada. Como é possível ao mesmo tempo defender a preservação da Mata do Planalto?

Uma carta de apoio ao movimento foi escrita, na expectativa de colher assinaturas dos vereadores a favor da causa. Já não eram tantos assim os vereadores dispostos a assinar prontamente, sem consultar suas coligações. Na reunião para a qual a Direcional convidou os integrantes do movimento estiveram presentes o Vereador Heleno, acompanhado por outro vereador apoiador da causa. No fim da reunião, durante a qual os integrantes do movimento apresentaram uma chuva de motivos para a preservação integral da Mata, o vereador apoiador chamou a atenção dos representantes da Direcional para a necessidade do diálogo e defendeu a possibilidade do acordo entre a empresa e os moradores para que encontrassem uma forma de construir que atendessem às necessidades de preservação reivindicadas pelos moradores.



Promover o ideal dos consensos entre racionalidades opostas é também se julgar capaz de representar ao mesmo tempo gregos e troianos, Direcional e Mata do Planalto. O empurra-empurra da “falta de interesse” pela causa - uma estratégia de não posicionamento, de modo a garantir a continuidade no cargo - se assemelha à batata-quente da brincadeira, deixada no colo dos detentores de cargos políticos no campo ambiental da cidade por seus próprios colegas. Talvez aqui esteja um lampejo para entender o tal “jogo” da Câmara, a regra de detectar no outro a polícia de Rancièrè, que eu venho chamando de “política”. Se, como eu proponho, o dissenso na Câmara Municipal existe como o café pingado, haverá a todo o momento conformidade com a ordem naturalizada do poder em qualquer sujeito.

Já no COMAM, o que salta aos olhos e aos sentidos é a diluição do dissenso nos argumentos técnicos e legais. Argumentos que externalizam o poder de decisão, retirado do plano do conflito e outra vez detectado no outro. A dissimulação dos fundamentos de dominação. O conflito político é, no Conselho, transformado num problema administrativo, objetivado, para o qual as soluções possíveis - compensações ambientais - estão postas e:

Os atores sociais chamados a assumir suas responsabilidades para o tratamento concertado dos problemas são sobretudo convidados a verificar que a solução “mais razoável” é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas (RANCIÈRE, 2006, p. 379).

Essa supressão da política se justifica na sua dita impotência diante de um Estado acima dos estados que Rancièrè chama de “governo mundial imaginário”, que “é, em última análise, o governo mundial da riqueza, governo inencontrável que determina as margens ínfimas de redistribuição local cuja gestão do ótimo requer o consenso”, onde são definidas as regras do jogo (RANCIÈRE, 2006, p. 380) - outro lampejo para entender o “jogo”, legítimo, do legislativo? Baviskar (2001) também fala desse Estado ubíquo e inacessível, ao tomar como tema a violência acionada pelo Estado nas suas relações com os movimentos sociais organizados na Índia central. Para ela, o mito do Estado onisciente é criado pela separação entre as suas dimensões sublimes - relacionadas às “formas superiores de racionalidade” - e profanas - “incoerência, brutalidade e banalidade da governança” e abre espaço para a fusão entre política e violência (BAVISKAR, 2001, p. 1, tradução livre). No caso da Mata do Planalto, a violência epistêmica que descarta sua possibilidade de existência.

O consenso sobre a transcendência da racionalidade do Estado mascara o conflito político em problema administrativo, desordem e insubordinação, que só podem ser resolvidos com a violência.

Considero a possibilidade de inconsciência na submissão à ordem estabelecida, da não intencionalidade na reprodução de um razão mesquinha, segregacionista e rígida. A resistência à desnaturalização da racionalidade do Estado ancorada no consenso em torno do discurso desenvolvimentista que justifica o uso da violência em contextos específicos e contra determinados indivíduos ou grupos, legitimando aqueles que podem fazer uso dela (BAVISKAR, 2001). Ainda assim não é possível justificar impunemente a atitude corriqueira da acusação de irresponsabilidade perante a Mata do Planalto e o esforço em manter a turbidez - aos olhos dos indivíduos que lutam por sua preservação integral (e aos meus!) - do próprio posicionamento político subsumido à política partidária e submetido - intencionalmente? - às máscaras de um “jogo”, fora da ideia de investimento no próprio “capital de representação” (CARNEIRO, 2014a) essencial ao alcance dos cargos no COMAM e no legislativo. Os meios escusos desvirtuam a legitimidade do papel político que desempenham vereadores e conselheiros.

Quem entre estes são os representantes da Mata do Planalto? Spivak, retomando Marx, propõe dois sentidos, que se relacionam, do termo representação. A autora resgata dois termos em língua alemã que demarcam a distinção entre os sentidos: *vertreten*, que se refere ao ato político de assumir o lugar de um indivíduo ou grupo e *darstellen*, com conotação estética de quem reapresenta, encena. Respectivamente, “procuração” ou “retrato”. “Persuasão” ou “tropologia” (SPIVAK, 2012, p. 44). Ambos estão centrados na retórica, no ato ou arte de falar e pressupõe a existência de um falante e um ouvinte, mas também de um sujeito - indivíduo ou grupo - que inspira a fala. Entre o sujeito de quem se fala ou por quem se fala e aqueles que o representam - nos dois sentidos - existe uma descontinuidade, que é exatamente o ponto onde se localiza o potencial de se fazer ouvir, de estabelecer o espaço dialógico da fala, interação.

Spivak chama a atenção para o modo “como a encenação do mundo em representação - sua cena de escrita, sua *Darstellung* - dissimula a escolha e a necessidade de “heróis”, procuradores paternos e agentes de poder - *Vertretung*” (SPIVAK, 2012, p. 54). O que a autora expõe é a crítica às teorias que sustentam a autonomia – livre de dimensões ideológicas ou

estruturas hegemônicas - de um sujeito homogêneo – guiado por um desejo indiferenciado - indiviso, que prescinde da representação.

Se o Movimento tem podido com sucesso colocar em cena, trazer à existência, multiplicar e fortalecer, o espaço social da Mata do Planalto por meio da articulação com outros movimentos da cidade e mais recentemente como o Vicariato, da presença na mídia, das falas ardentes nos espaços públicos, do suporte do GESTA-UFG, da ativa presença nas redes sociais e dos discursos dos vereadores sobre a Mata – aqui também a minha pesquisa e esta dissertação pretende somar – o que faz este esforço político de re-apresentantes de uma O que a autora expõe é a crítica às teorias que sustentam a autonomia - livre de dimensões ideológicas ou estruturas hegemônicas - de um sujeito homogêneo - guiado por um desejo indiferenciado - indiviso, que prescinde da representação.

Se o movimento tem podido com sucesso colocar em cena, trazer à existência, multiplicar e fortalecer, o espaço social da Mata do Planalto por meio da articulação com outros movimentos da cidade e mais recentemente como o Vicariato, da presença na mídia, das falas ardentes nos espaços públicos, do suporte do GESTA-UFG, da ativa presença nas redes sociais e dos discursos dos vereadores sobre a Mata, aqui também a minha pesquisa e esta dissertação pretende somar. O que faz esse esforço político de reapresentantes de uma realidade que se quer fora dos termos preestabelecidos para o cenário é reforçar a necessidade e exigir pulso daqueles agentes com mais poder nas esferas de decisão. Que sejam intensificadas as iniciativas como os artigos, processos judiciais e intervenções no COMAM do advogado Wilson Campos, os laudos, pareceres, recomendações do MP, os projetos de lei do Vereador Leonardo Matos e o título de Cidadã Honorária concedido à Magali por sugestão do Vereador Heleno. Estes que, após as reflexões, ainda considero representantes políticos da Mata, capazes de levar adiante o mundo onde a Mata do Planalto existe como lugar concebido por seus “habitantes”.

Minha crítica aos que, nos cargos públicos, falam pela Mata do Planalto, não tem a intenção de anular sua importância como representantes políticos, agentes da transformação e do dissenso. Pretendo sim inseri-los na cena do movimento como sujeitos múltiplos, atravessados pelas posições que ocupam, pelos interesses de outros grupos sociais que entendem representar, por seus próprios interesses e pelo discurso hegemônico do consenso, da sustentabilidade do desenvolvimento.

Indivíduos heterogêneos como os sujeitos que representam. Capazes de agir pela preservação integral da Mata do Planalto e ao mesmo tempo afirmar: “a concepção do projeto é de preservação. Isto não podemos contestar!” (Representante do Ministério Público em reunião com integrantes do Movimento pela Mata do Planalto).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a ansiedade do fim da escrita já ocupava, diária e ininterruptamente, não apenas meus pensamentos, como também minha fala e meu corpo, fiz, no dia 12 de janeiro de 2016, uma pausa na rotina de trabalho para participar da reunião chamada pelo Secretário de Políticas Urbanas, Leonardo de Castro, especialmente para discutir o caso da Mata do Planalto.

O assunto, Magali adiantou para mim: a Construtora Rossi/Direcional/Petiolare tinha uma nova proposta de empreendimento, com menos edifícios e o aumento das áreas públicas, queria negociar. Se a empresa queria negociar, por que não procurou os líderes do movimento? Os funcionários públicos do município agora falavam pela construtora?

Vasco, vice-presidente do COMAM, também havia, dias antes, anunciado à Magali o interesse em marcar uma reunião para que fossem apresentadas as mudanças feitas pela construtora no projeto do empreendimento. A essa altura, a ineficácia dos argumentos da tese da modernização ecológica para construir para o empreendimento alicerces discursivos seguros, que garantissem a construção, pôs às claras o esforço de sustentação do desenvolvimento como crescimento econômico, e chegou bem perto de tocar a velha fórmula da visão *standard* da gestão ambiental. O mês de janeiro foi o das tentativas de negociação!

Participariam da reunião Eugênia, Magali, Fernando, um morador do bairro Concórdia, um funcionário da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), que não representava ali a instituição e se dispôs a contribuir com a causa da Mata, o Vereador Heleno e eu.

Enquanto esperávamos a chegada do Secretário, Magali contou que alguns técnicos da prefeitura haviam passado duas semanas entrando e saindo da Mata do Planalto. Quando chegou, o Secretário não fez rodeios. Quis saber se existia a possibilidade para uma mesa de discussões, para negociação. Considerou que sua contribuição para a resolução da questão da Mata seria improdutiva se ele apenas continuasse a acionar, nas discussões internas na prefeitura, os argumentos que aprovaram a preservação da Mata na conferência municipal de política urbana e que não foram suficientes para garanti-la, na prática.

Foi o Vereador Heleno quem primeiro trouxe argumentos para concluir que não havia possibilidade de negociação, já que qualquer quantidade de apartamentos que se pretendesse

construir naquela área causaria sérios problemas para o bairro. Como encaminhamento da reunião, a proposta foi que o Secretário colocasse em questão na prefeitura a necessidade de uma revisão técnica do processo.

Não estive presente nos outros compromissos do Salve a Mata daquele iniciozinho de 2016. Na primeira semana de janeiro, o Conselheiro Ronaldo Vasconcelos esteve no bairro Planalto, na companhia de Magali, para conhecer a Mata. Foi ele quem, na reunião do COMAM do dia 28 de dezembro de 2015, quando a votação da LP para o empreendimento na Mata do Planalto esteve novamente em pauta, pediu que o processo fosse baixado em diligência para melhor análise das alterações propostas pelas construtoras, adiando a decisão. A reunião com Vasco e os demais conselheiros do COMAM também ocorreu, no dia quatro de fevereiro, um dia após Magali ter me recebido para a entrega do já citado documento do GESTA-UFMG, que analisa o parecer do IBAMA. Foi até o portão buscar-me com o costumeiro sorriso e um “tenho uma notícia boa pra ter dar!”

Naquela manhã de quarta-feira tinha recebido da Dr. Ana Cláudia Alexandre, Defensora Pública da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais do Ministério Público Estadual, um *email* que comunicava “o deferimento da tutela antecipada para suspender o licenciamento ambiental da Mata do Planalto”. Magali lia para mim o *email*, ao qual posteriormente tive acesso. A ação civil pública da Defensoria teve deferidos os pedidos de:

Obrigação de não fazer, consistente em absterem-se de promover, por ação ou omissão, quaisquer obras ou atividades que possam acarretar modificação, degradação, descaracterização, alteração, poluição, ou destruição ao meio ambiente na gleba conhecida como “Mata do Planalto”, até o julgamento final da presente ação, bem como a suspensão do procedimento de licenciamento ambiental nº 01-076.165/10-02 que está em fase de análise pelo COMAM-BH, sob pena de multa no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2016).

A decisão judicial está sujeita a recurso. Para a Mata do Planalto, a interrupção do processo é mais uma vitória. Vitória porque a Mata continua de pé, vitória porque está ainda mais visível a “(r)existência” dessa forma de sociabilidade (ZHOURI, 2001) que, junto com algumas das que vimos formar a malha de relações do movimento, e outras que com elas se identificam, modificam o significado daquelas áreas - que especificamos como “verdes” - para o ambiente

urbano e, por extensão, expõe à mudança também as relações no ambiente na cidade. É com a consciência dessas alterações de sentido que a Mata do Planalto sugere - apreendidas principalmente nas situações que me dediquei a descrever e analisar nos últimos dois capítulos -, que entendo o rigor da negação da sua legitimidade não apenas como a indisposição para encontrar soluções que atendam a esse caso específico, mas principalmente como uma precaução contra a reprodução da sua perspectiva cultural, que abre precedentes para que outros grupos se atrevam a insistir na “(r)existência” de sua próprias “estruturas de sentimentos” (WILLIAMS, 1961 *apud* ZHOURI, 2001), ameaçando a lógica da racionalidade única. As propostas de compreensão do ambientalismo apresentadas no fim do capítulo quatro contribuem para o esclarecimento das estruturas de sentido que o poder público municipal e as construtoras acionam nessa disputa.

Procurei, no decorrer desta escrita, perceber no cotidiano de afirmação da Mata do Planalto as práticas que possibilitam a sua existência. Recorri, para isso, à ideia de produção de localidade de Arjan Appadurai (2004), com a qual o autor traz à tona a continuidade entre as estruturas de sentimentos e as práticas de manejo e delimitação dos espaços. Esse percurso levou-me do Salve a Mata do Planalto como um movimento social pela preservação de uma área verde à sua compreensão como um modo de ver o mundo, uma forma de sociabilidade politicamente comprometida com seu direito de existir e reproduzir-se (ZHOURI, 2001). É o que expressa o título da carta aberta escrita ao Ministério Público Estadual, por lideranças dos bairros vizinhos: “à Mata do Planalto, em abril de 2013: À Mata do Planalto, em Belo Horizonte, MG, que se destine um único fim, ser, ETERNAMENTE, a Mata do Planalto”.

Como localidade (APPADURAI, 2004), como ambiente social constituído pelos sentimentos investidos na sua produção, a Mata do Planalto é fruto do aprendizado na prática social (LAVE, 1996). Esse aprendizado é realizado por meio da participação dos sujeitos que a sustentam em práticas de transformação (LAVE, 1996) das formas de pensar o ambiente urbano, forças de dissenso (RANCIÈRE, 2006), levadas a cabo pelos movimentos que exigiram do poder público municipal a criação dos Parques Lagoa do Nado e Planalto. As histórias de vida dos sujeitos desta pesquisa conduziram-me à ideia de que as formas de produção da localidade da Mata remetem, para alguns de seus defensores, os processos pessoais de mudança nas formas de participação situados em contextos anteriores a estas lutas e até mesmo à vinda dos aprendizes para Belo Horizonte (LAVE, 1996).

Com o auxílio da ideia de malha de relações proposta por Escobar (2004), identifiquei outras localidades, também expressas e reproduzidas na forma de movimentos sociais que se relacionam com a Mata do Planalto, estimulando a atualização e a transformação das estruturas de sentimento que a sustentam. Mereceram destaque na análise dessa malha os movimentos pelo direito à moradia, protagonizados pelos moradores das ocupações da cidade. Associadas à Mata do Planalto a partir do discurso do inimigo comum - a Construtora Direcional -, as ocupações da Isidora ofereceram, ao mesmo tempo, apoio importante às manifestações do Salve a Mata do Planalto e tensionamento de suas concepções sociais e políticas dominantes. A relação entre os dois movimentos engendrou, sempre por meio da participação social, novas frentes de aprendizado que estão ainda em curso e se movem em torno da ideia de justiça ambiental (HARVEY, 1996; MARTÍNEZ-ALIER, 1999; 2001).

A Mata do Planalto, como constituída pelo movimento por sua preservação, concorre com esforços contrários de produção da localidade, representados pelos, também árdios, defensores do licenciamento do empreendimento que, fazendo menção às construtoras envolvidas no seu projeto, chamo de Rossi/Direcional/Petiolare Planalto. O empenho pela construção do empreendimento, longe de se resumir às construtoras, está também na maioria dos conselheiros do COMAM, dos vereadores da Câmara Municipal e no Prefeito de Belo Horizonte, participantes do modelo consensual de produção da cidade, discutido no primeiro capítulo dessa dissertação. Mesmo com o deferimento da ação civil pública citada anteriormente, a votação da Licença Prévia do empreendimento estará novamente em pauta no COMAM no dia 23 de março de 2016.

A defesa dos modos de se relacionar socialmente no bairro em que escolheram morar, a luta por uma cidade mais justa, menos sujeita às exigências do mercado imobiliário e mais sensível às necessidades e desejos dos diversos grupos sociais que a habitam, o Salve a Mata aprendeu, na luta, a traduzir em argumentos que podem ser lidos nas discussões oficiais sobre a questão ambiental na cidade. Argumentações que possam ser reconhecidas entre as demais, nas reuniões do COMAM e da Câmara dos Vereadores. A concepção do que vem a ser o “meio ambiente” torna legítimos os argumentos de contestação do empreendimento fundados nas características físicas da Mata do Planalto, como a existência de nascentes e de vegetação de Mata Atlântica. Mesmo esses argumentos mostraram-se pouco eficazes por estarem associados à demanda por uma área verde que se quer fora do controle e da funcionalidade às quais devem se submeter os parques urbanos.



Assim como é negado o sentido da criação de um parque urbano que não se dê à visitação pública e ao lazer, são também desconsiderados os fundamentos para a relevância da preservação da Mata do Planalto que se apoiam no desejo dos moradores e em suas concepções de qualidade de vida. Concepções estas associadas à interação social entre vizinhos, à proximidade das áreas verdes e ao respeito às relações afetivas, constituídas ao longo das décadas em que se formaram habitantes do bairro Planalto. Fundamentos ilegítimos o suficiente para provocarem risos e impaciência da grande maioria dos envolvidos nos processos de tomada de decisão.

Os argumentos que os sujeitos locais da Mata do Planalto aprenderam a evitar por se mostrarem pouco eficazes na luta eu vejo estampados nas suas camisas, panfletos e convites:

Figura 5 – Logomarca do Movimento pela Preservação da Mata Atlântica



Fonte: cedida por Iury Valente.

A Mata do Planalto é um entrelaçamento de estruturas de sentimentos, uma expressão do desejo de habitar a cidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L F. G.; MONTE-MÓR, R. L. M. Renda fundiária e regulação imobiliária: dos aspectos teóricos à (quase) prática do Estatuto das Cidades. *In: MENDONÇA, J. G.; COSTA, H. S. M. Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.* Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

APPADURAI, A. A produção de localidade. *In: APPADURAI, A. Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias.* Lisboa: Teorema, 2004, p. 237-263.

APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 49, p. 33-46, nov/1997.

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. *In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único.* Petrópolis: Vozes, 5. ed., 2009.

BAVISKAR, A. Written on the body, written on the land. Violence and environmental struggles in Central India. *Working Papers 02*, 2001. Berkeley Workshop on Environmental Politics.

BENFICA, C. I. Lagoa do Nado. *Revista Natureza Urbana*, Parque Jardim América, p. 17-19, Indisciplinar, 2015. Disponível em: [https://issuu.com/indisciplinado/docs/jornal\\_natureza\\_urbana\\_01?e=17551562/30403964](https://issuu.com/indisciplinado/docs/jornal_natureza_urbana_01?e=17551562/30403964) Acesso em: 15/01/2016.

BERMANN, C. A desconstrução do licenciamento ambiental e a invisibilização do social nos projetos de usinas hidrelétricas. *In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais.* Belo Horizonte: UFMG, 2014. 395 p. (Humanitas).

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. *In: BOURDIEU, P. et al. A miséria do mundo.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. Estruturas, *habitus*, práticas. *In: BOURDIEU, P. O senso prático.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 [1980].

CARNEIRO, E. J. A oligarquização da “política ambiental” mineira. *In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.* (2. ed.). Belo Horizonte: UFMG, 2014a.

CARNEIRO, E. J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. *In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.* 2. ed., Belo Horizonte: UFMG, 2014b.

CARVALHO, I. C. M. A tradição como horizonte de significação do ambiental. *In: CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental do Brasil.* Santa Catarina: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CHAGAS, F. **A parceria público-privada na produção do espaço**: reflexões a partir da política urbana brasileira e das Operações Urbanas Consorciadas em Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

COSTA, H. M. **Grandes projetos de infraestrutura urbana e valorização imobiliária a partir da experiência recente do vetor norte de Belo Horizonte**. s/d. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/producao-academica/categoria/textos-analiticos-do-mapa-de-conflitos-ambientais/> Acesso em: 15/02/2016.

COSTA, H. M. Habitação e produção do espaço urbano em Belo Horizonte. *In*: MONTE-MÓR, R. L. M. (Coord.) **Belo Horizonte**: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências *In*: SANTOS, B. S. (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Political Geography**, v. 20, 139–174, 2001.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In*: SACHS, W. (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

EUCLYDES, A. C. P. Áreas protegidas e planejamento estratégico “ecologizado”: a Operação Urbana do Isidoro (Belo Horizonte, Minas Gerais). **E-metropolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 41-51, ano 5, junho 2014. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/>. Acesso em: 02/10/2015.

EUCLYDES, A. C. P.; COSTA, H. S. M. **Proteção da natureza e produção da natureza**: política, ideologias e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul da metrópole belo-horizontina. 222 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Federal de Minas Gerais.

FRANZONI, J. A.; RENA, N.; PRUDENTE, A. N. O financiamento público da guetização social na região do isidoro em Belo Horizonte: a peversão dos instrumentos urbanísticos da operação urbana e do parcelamento do solo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 8., 2015, Fortaleza. GT 03 - Conflitos fundiários urbanos: atores, práticas e soluções alternativas. **Anais...**, Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com> Acesso em: 02/01/2016.

GARCIA, L. H. A. **Lagoa do Nado**: um lugar e suas histórias – sítio, parque, centro de cultura. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2009.

GOMES, P. S.; MONTE-MOR, R. L. M.; COSTA, H. S. M. **A regulação urbanística e ambiental no contexto metropolitano**: reflexões a partir do vetor norte da metrópole belo-horizontina. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais.

HARVEY, D. The environment of justice. *In*: HARVEY, D. **Justice, nature & the geography of difference**. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.

JABACE, L. **Salve a Mata do Planalto**: quando o lugar resiste à especulação imobiliária. 2010. Monografia (Graduação em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

LASCHEFSKI, K. 500 anos em busca da sustentabilidade urbana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo v. 15, n. 29, p. 143-170 jan/jun 2013.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropria o do ambiente por grupos subalternos. *In*: ZHOURI, A. (org). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LAVE, J. Teaching, as Learning, in Practice. **Mind, Culture, and Activity**, v. 3, n. 3, p. 149-164, 1996.

LEFÉBVRE, H. O direito   cidade. *In*: LEFÉBVRE, Hi. **O direito   cidade**. 5. ed., São Paulo: Centauro, 2008, p. 105-118.

LE VEN, M. M. **As classes sociais e o poder político na forma o espacial de Belo Horizonte** (1893-1914). 1977. Disserta o (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal de Minas Gerais.

LI, T. M. Compromising Power: Development, culture, and rule in Indonesia. **Cultural Anthropology**, v. 14, n. 3, p. 295-322. 1999. American Anthropological Association.

LOW, Setha M.; TAPLIN, Dana; SCHELD, Suzanne. **Rethinking urban parks**: public space & cultural diversity. Austin: University of Texas Press, 2005.

MACEDO, B. V. **Conhecimento, natureza e sociedade no campo ambiental de Minas Gerais**: um estudo com ambientalistas e técnicos de órgãos estatais de meio ambiente, 2012 [manuscrito] 150 f. Disserta o (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais.

MAGALHÃES, J. B.; TONNUCI FILHO, M.; SILVA, H.. Valoriza o imobiliária e produ o do espaço: novas frentes na RMBH. *In*: MENDONÇA; COSTA. **Estado e capital imobiliário**: Convergências atuais na produ o do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MARCUS, G. Etnografia en/del sistema mundo. **El surgimiento de la etnografia multilocal**, v. 11, n. 22, p. 111-127, 2001.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. *In*: ARANTES, O, B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento  nico**. Petrópolis: Vozes, 5 ed. 2009

MARQUES, Y. L.; MONTE-M R, R. L. M.. Metropoliza o, meio ambiente e qualidade de vida. *In*: MONTE-M R, R. L. M. (Coord.) **Belo Horizonte**: espaços e tempos em constru o. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Justiça ambiental (local e global). *In*: CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Justiça ambiental, sustentabilidad y valorización. **Ecologia Política - Cadernos de Debate Internacional**, n. 21, Barcelona. Icaria editorial, 2001.

MILTON, K. Ecologias: antropologia, cultura e meio ambiente. Tradução livre. Título original: *Ecologies: anthropology, culture and the environment*. **International Social Science Journal**, Blackwell Publishers/UNESCO: Oxford, v. 154, n. 4, pp. 477-495, 1997.

MONTE-MÓR, R. L. M. (Coord.) **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

MOUFFE, C. Por uma política da identidade nômade. *In*: **Debate Feminista**. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1999.

MOURA, H. S. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. *In*: MONTE-MÓR, R. L. M. (coord). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994.

MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS. **Estudo de impacto ambiental**. 2010. Processo Municipal nº 01.076465/10-02.

OLIVEIRA, Raquel. ‘A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar’: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. Tese. Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2014.

RANCIÈRE, J. O dissenso. *In*: NOVAES, A. (org.). **A crise da razão**. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras; Brasília/DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 2006.

SACHS, W. Introdução. *In*: SACHS, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, I. R. T. **Os (des)caminhos da metropolização: reestruturação socioespacial na (re)produção da metrópole de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SARAIVA, C. P. Como compreender as velhas periferias? Um exercício de reflexão relacional. **E-metropolis. Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**, Rio de Janeiro, n. 20, ano 6, p.13-20, junho 2015. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/>. Acesso em: 02/10/2015.

SOUZA, J. **A expansão urbana de Belo Horizonte e da região metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves**. Tese (Doutorado em Demografia) - Cedeplar/UFMG, 2008.

SOUZA, J. M.; TEIXEIRA, J. G. Espaço e sociedade na Grande BH. *In*: MENDONÇA, J.; GODINHO, M. H. (Org.). **População, espaço e gestão na metrópole**: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2012.

THOUREAU, H. D. **Vida sem princípio**. Santa Catarina: Dracaena, 2011.

VAINER, C. B. Os liberais também fazem planejamento urbano? *In*: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E.. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 5 ed., 2009a.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 5 ed., 2009b.

VALENCIO, N.; PAULA, E. A.; SCOPINHO, R. Entre controvérsias, tensões e restrições: desafios de processos de territorialização de grupos sociais vulnerabilizados em contextos socioambientais distintos. *In*: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 395 p. (Humanitas).

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método do estudo de caso detalhado. *In*: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: UNESP, 2010. 524 p.

VIANNA, A. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. *In*: CASTILHO, S. R. R.; SOUZA LIMA, A. C. (Org.); TEIXEIRA, C. C. (Org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. 1. ed., Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2014.

VITAL, M. M. P. *et al.* **Parques de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Prefeitura, 1998.

ZHOURI, A. Amadurecendo o verde: a construção de redes ambientais globais. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 24, p. 131-140, 1996.

ZHOURI, A. Ambientalismo e antropologia: descentrando a categoria de movimentos sociais. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 8, p. 10-29, dezembro 2001.

ZHOURI, A. Descentramentos teóricos. Texto apresentado na mesa descentramentos teóricos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCAR, 5. **Anais...**, São Carlos, 15-17 de junho de 2015.

ZHOURI, A. Introdução. *In*: ZHOURI, A. (org). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Introdução. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. Introdução. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. *In*: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 395 p. (Humanitas).

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; LASCHEFSKI, K. A supressão da vazante e o início do vazio: água e “insegurança administrada” no Vale do Jequitinhonha-MG. *In*: ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO 2010/II. **Anuário...**, Brasília – DF: Edições Tempo Brasileiro, dez. 2011.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2014. 395 p. (Humanitas).

## DOCUMENTOS E MATERIAL DE IMPRENSA

BELO HORIZONTE. Arquivo Público da Cidade. **História de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Norte/ coordenador, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011a.

BELO HORIZONTE. Arquivo Público da Cidade. **História de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Venda Nova/ coordenador, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011b.

BELO HORIZONTE. BHTrans/Gerência de Diretrizes Viárias. **Parecer Técnico GEDIV 034/09**. 2009. Processo Municipal nº 01.076465/10-02.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Gerência de Licenciamento de Infraestrutura. **Parecer Técnico GELIN 2362/10**. 2010a. Processo Municipal nº 01.076465/10-02.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal dos Vereadores. **Estudo Técnico Complementar ao ET 12/2010 para a audiência pública referente à Mata do Planalto**. 13 de julho de 2010b.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 9.959, de 20 de julho de 2010**. Altera as leis nº 7.165/96 - que institui o plano diretor do município de Belo Horizonte - e nº 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das zonas de especial interesse social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas áreas de especial interesse social, e dá outras providências, 2010c.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal dos Vereadores. **Projeto de Lei nº 89/2013**. Institui a Operação Urbana Simplificada Verde remanescente e dispõe sobre seu funcionamento. 2013a.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal dos Vereadores. **Projeto de Lei nº 121/2013**. Declara de utilidade pública e de Interesse Social e Ambiental para fins de desapropriação, a área que menciona e dá outras providências, 2013b.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996**. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, 1996a.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996**. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município, 1996b.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 8.137, de 21 de dezembro de 2000**. Altera as Leis nº 7.165/96, 7.166/96, ambas de 27 de agosto de 1996, revoga a Lei nº 1.301/66 e dá outras providências, 2000.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente/COMAM. Comunicado. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte - MG, 21 jan. 2015a. Disponível em: <http://portal.pbh.gov.br/dom> Acesso em: 03 out. 2015.

BELO HORIZONTE. **Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I + Leste-Oeste**. Apresentação Pública da Proposta. Abril 2015b.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente/COMAM. Ata da Reunião Ordinária do dia 29/04/2015. **Diário Oficial do Município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte-MG, 31 jul. 2015c. Disponível em: <http://portal.pbh.gov.br/dom> Acesso em: 03 out. 2015.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente/COMAM. **Membros Atuais**. s/d. Disponível em: <http://colegiados.pbh.gov.br/sgc/representantesColegiadosPortalPbh.php?c=18648> Acesso em: 10/01/2016

CÂMARA ENTREVISTA. **Parques urbanos**: Câmara entrevista recebe convidados para falar do tema “parques urbanos”. Publicado em 17 de julho de 2013,” disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bCLSaV25Mcw>).

CARTA aberta ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais EM DEFESA DA MATA DO PLANALTO, em Belo Horizonte, MG. **À Mata do Planalto, em Belo Horizonte, MG, que se destine um único fim, ser, ETERNAMENTE, a Mata do Planalto**. 30/04/2013

CENTRAL DE APOIO TÉCNICO AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CEAT-MG. **Lauda técnico**. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. 10/06/2011, composto por um total de nove laudas.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. GESTA. A luta por moradias no espaço urbano e as ocupações vitória, esperança e rosa leão. **Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**, 2014. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=567> Acesso: 15/02/2016.

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. GESTA. Considerações sobre o parecer 02015.000130/2015-01 NFLORA/MG/IBAMA que pretende tratar sobre os recursos ambientais que caracterizam a Mata do Planalto. **Relatório Técnico**. 2015.



GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS. GESTA. Considerações sobre o EIA-RIMA/ROSSI PLANALTO: Diagnóstico Ambiental – Meio Antrópico. **Relatório Técnico**. 2010

GRUPO DE ESTUDOS EM TEMÁTICAS AMBIENTAIS GESTA. **Luta pelo reconhecimento do quilombo de mangueiras. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**, 2012. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=272> Acesso em: 15/02/2016.

HOJE EM DIA. O Planalto precisa de novas linhas. Belo Horizonte, **Caderno Minas**, p. 6, 14 de maio de 2002. (Acervo do APCBH – pasta bairro Planalto).

HOJE EM DIA. Mudança em zoneamento levará mais prédios e até hotel ao bairro. **Caderno Minas – Bairros - Planalto**, p. 24, 23 de março de 2004 (Acervo do APCBH – pasta bairro Planalto).

INSTITUTO HORIZONTES. **Vetor Norte da RMBH**: Programa de ações imediatas. Programa de desenvolvimento e gestão da região metropolitana de Belo Horizonte. /Governo de Minas, s/d.

MATA DO PLANALTO. **Direito de Opinião**. Quinta feira, 30 de julho de 2015. Disponível em: <http://wilsonferreiracampos.blogspot.com.br/2015/07/mata-do-planalto.html> Acesso em: 15/02/2016.

MINAS GERAIS. Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. **Ação Civil Pública 6145436-51.2015.8.13.0024**. Relator: Rinaldo Kennedy Silva. 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2016.

MOVIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BELO HORIZONTE. MAMBH. Risco iminente de extinção da Mata do Planalto. **Nota enviada ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, maio de 2013.

MOVIMENTO EM DEFESA DA MATA DO PLANALTO. **Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**, 2015. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=5> Acesso em: 15/02/2016.

O TEMPO. **Morar no Planalto é conviver com a paz**. Belo Horizonte, 6 jan. 2000 (Acervo APCBH – pasta bairro Planalto).

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA. OUC ACLO. **Indisciplinar.com**, s/d. Disponível em: [http://oucbh.indisciplinar.com/?page\\_id=21](http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=21), acesso em 18/01/2015.

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA. OUC BH. **Indisciplinar.com**, 26/03/2015. Disponível em: <http://blog.indisciplinar.com/oucbh-operacao-urbana-consorciada/>. Acesso em: 18/01/2015.

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA. OUC NovaBH, s/d. **Indisciplinar.com**, s/d. Disponível em: [http://oucbh.indisciplinar.com/?page\\_id=17](http://oucbh.indisciplinar.com/?page_id=17), acesso em 18/01/2015.

OPERAÇÃO URBANA. **Indisciplinar.com**, s/d Disponível em: [http://oucqh.indisciplinar.com/?page\\_id=15](http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=15), acesso em 18/01/2015.

RÁDIO ITATIAIA. **Entrevista com Délio Malheiros**. 2 de setembro de 2015.

SALVE A MATA DO PLANALTO. Folder. Maio de 2015.

WILSON CAMPOS ADVOCACIA E CONSULTORIA. **AÇÃO POPULAR cumulada com pedido de liminar, inaudita altera pars**. 7 de abril de 2015.